MSc NELSON LEOPOLDO BRAGHITTONI

DIÁLOGO RUA/CIDADE:

O CASO DA RUA DIREITA EM SÃO PAULO (1765-1977)

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: 16133 - História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

Linha de Pesquisa: Teorias e História do Urbanismo, da Urbanização e do Projeto Urbano.

Orientadora: Prof^{da} Dr^a. Beatriz Piccolotto S. Bueno.

São Paulo, 2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVECCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DO AUTOR: braghitt@mackenzie.br

B813d Braghittoni, Nelson Leopoldo
Diálogo rua/cidade: o caso da Rua Direita em São Paulo (1765-1977) / Nelson Leopoldo Braghittoni. -São Paulo, 2015.
284 p. + 5 quadros dobrados: il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

1. Ruas e avenidas (História; Aspectos ambientais; Aspectos socioeconômicos) – São Paulo (SP) I.Título

CDU 625.711.6

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nelson Leopoldo Braghittoni

Diálogo Rua/Cidade: o caso da Rua Direita em São Paulo (1765-1977)

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: 16133 - História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo.

Linha de Pesquisa: Teorias e História do Urbanismo, da Urbanização e do Projeto Urbano.

Orientadora: Prof^a Dr^a Beatriz Piccolotto S. Bueno.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se iniciou em 2002 como uma homenagem ao meu pai, *Guerino Braghittoni* (In Memoriam), locador de uma sala no Palacete Tietê na Rua Direita, e não tinha nenhuma pretensão de se tornar uma tese de doutorado. No longo caminho trilhado desde aquele momento até esta obra final, houve inúmeras pessoas cujas contribuições tornaram possível este acontecimento. Enumerá-las, com a participação de cada uma, seria uma tarefa hercúlea, não compatível com a finalidade desse trabalho. Contudo, não posso deixar de agradecer e destacar aquelas sem as quais não chegaríamos a este evento: *Profa. Dra. Beatriz Pacheco* (UPM), que me levou às barras da USP, *Profa. Dra. Maria Cecília França Lourenço* (USP), que me indicou o *Prof. Dr. Carlos Lemos* (USP), profundo conhecedor da arquitetura do Centro de São Paulo, meu guru e quem me apresentou a *Profa. Dra. Fernanda Fernandes da Silva* (USP), que me indicou a *Profa. Dra. Beatriz Bueno* (USP), e, finalmente, esta que me acolheu como orientadora, sugerindo e incentivando a busca de caminhos e alternativas nestes quatro anos de duração da tese.

Agradecimentos

À minha esposa, *Miriam Maria Conceição Braghittoni*, meus filhos, *Priscilla Anne Braghittoni*, *Erika Regina Braghittoni* (In Memoriam), *Paulo Henrique Braghittoni*, meus irmãos, *Roberto Braghittoni* e *Marcia Fávaro* e minha prima *Carolina Maria Cardoso*.

À Banca Examinadora de Qualificação, *Dra. Heloisa Barbuy*, *Dra. Maria Aparecida de Menezes Borrego*, *Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre*, pelas oportunas sugestões.

Sem deixar de pedir desculpas antecipadamente para os que porventura tenhamos esquecido, agradecemos também às seguintes pessoas e entidades:

Aos professores, secretárias e bibliotecárias da FAUUSP e FAU-Maranhão.

Aos professores e bibliotecárias da UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Aos funcionários da APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Aos funcionários da ATJESP – Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Aos bibliotecários da Câmara Municipal de São Paulo.

Agradecemos ainda:

Ana Canas - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira e Paulo César Garcez Marins - Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Elza Cabrera – Fundação Telefônica.

Guido Gustavo, Marlene, Vera e Cidinha – Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP).

Helton Celso Wanderley – Biblioteca do Museu Paulista-USP.

Isabel – Biblioteca da Fundação Eletropaulo Energia.

Jorge Lody, Alexandre Barizon e Beatriz Bueno – Projeto SIRCA AHSP/USP.

José Renato, Cristina e Alzira – Museu Republicano Convenção de Itu.

Katia Ferreira, Tatiane e Flavia – Arquivo Aguirra do Museu Paulista.

Marcos Antônio Alves Ferreira e Jessoníades – Divisão do Arquivo Municipal de Processos.

Maria Dulce de Faria – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Rogério Vieira, Joaquim Nunes e Horácio Caetano Jr. – Feira de Antiguidades do Bexiga.

Tomico Murata – Biblioteca do AHSP.

E também:

Celso Gabriel, Laura Alessandri Monteiro, Lisê Monteiro, Marcos Calixto Rios, Milton Francisco Russo, Paula Janovitch, Rafael Gamez Gamez, Sheila Schneck e Werner Vana.

RESUMO

BRAGHITTONI, NELSON LEOPOLDO. **Diálogo Rua/Cidade: o caso da Rua Direita em São Paulo (1765 – 1977)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

Em perspectiva histórica, esta tese analisa a trajetória da Rua Direita com base em fontes primárias inéditas e jamais seriadas dessa forma. Como uma metonímia, em que a parte representa a dinâmica do todo, por meio do estudo da transformação da rua buscou-se analisar o processo de transformação do Centro Histórico de São Paulo em suas interfaces com a cidade. Partindo dos *Maços de População* e das *Décimas Urbanas*, foram inventariados - lote a lote - proprietários, usuários, tipologia e usos, desde o século XVIII, quando ali moravam em casas de taipa de pilão os mais ricos comerciantes de São Paulo que geralmente vendiam tecidos para vestuário (as chamadas ‘fazendas secas’). Resultado da grande expansão da economia cafeeira, no século XIX observamos uma profunda alteração na arquitetura da rua, reconstituída com base nos documentos da *Série Obras Particulares* do Arquivo Histórico de São Paulo. Para consecução dos objetivos, elaboramos uma metodologia inédita de cruzamento de fontes conexas e diversas, envolvendo as supracitadas além de *fotos, mapas, almanaques, memoriais, inventários post-mortem*, etc. A ideia era espacializar o processo de mudança, sem perder de vista as permanências ao longo do tempo. No início do século XX, a Rua Direita passou a ser o centro das atenções e negócios novos da Metrópole do Café que alteraram seu perfil e sua arquitetura. Cresceu em comprimento e em movimento com a implantação do Viaduto do Chá e depois foi encurtada, mas valorizada, com a abertura da Praça do Patriarca. Nas décadas de 1920 a 1950 retomou sua vocação inicial de polarizadora do comércio de tecidos finos, mas, com o advento do Centro Novo, declinou em importância. Pouco se verticalizou até a década de 1950, mantendo a maioria dos imóveis, mas alterando aos poucos o perfil dos usos e usuários novamente, transformando-se um eixo de comércio de vestuário de baixo preço. Entre 1950 e 1977, voltou a se verticalizar ganhando oito arranha-céus de uso misto, com conjuntos de salas e lojas no térreo, numa época em que a Avenida Paulista e a Avenida Faria Lima estavam apenas se insinuando no cenário. De 1988 a 1991 foram tombados seus principais edifícios pelo Conpresp, assim como os das imediações, acompanhando a tendência iniciada com o Pátio do Colégio em prosseguimento às iniciativas do Condephaat.

ABSTRACT

BRAGHITTONI, NELSON LEOPOLDO. **Street/City Dialogue: the case of São Paulo's Rua Direita (1765 – 1977)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

In historical perspective, this thesis analyzes the history of Rua Direita based on unpublished primary sources never previously ordered in this way. As a metonymy, in which a part stands for the dynamics of the whole, the aim of studying the transformation of this street was to analyze the process of transformation of São Paulo's historic center and its interfaces with the city. Based on census and tithe data (*Maços de População* and *Décimas Urbanas*) a lot-by-lot inventory was compiled for owners, users, types and uses, from the 18th century when São Paulo's richest merchants lived on Rua Direita in houses made from pressed earth and usually sold fabrics for clothing (called 'dry goods'). The 19th-century boom in the coffee economy led to far-reaching changes in the street's architecture, which have been reconstituted based on documents from São Paulo's Historic Archive. We developed a new method to cross-check different sources, involving the above data and photographs, maps, almanacs, memoirs, post-mortem inventories, etc. The idea was to spatialize the change process without losing sight of continuities over time. In the early 20th century, Rua Direita became the center of attention and new business for the city now named the 'coffee metropolis', modifying its profile and architecture. It was lengthened and bore more traffic when a bridge was added (Viaduto do Chá) and then shortened, although gaining value, when a new plaza (Praça do Patriarca) was laid out. From the 1920s through the 1950s, it regained its original purpose as a center for fine fabric traders but later declined in importance when a new downtown district (Centro Novo) was built. There were few high buildings until the 1950s; most properties remained unaltered but profiles of uses and users gradually changed again as it became an area for the low-price garment trade. From 1950 through 1977, 8 more high-rise buildings were erected for mixed-use office suites and stores on the ground floor, at a time when Paulista and Faria Lima Avenue were just beginning to show on the scenario. From 1988 to 1991, the street's main buildings were listed by municipal heritage entity Conpresp, as were its surroundings, following a trend that had started when the founding fathers' building (Pátio do Colégio) was listed by the state heritage entity Condephaat.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I. AS ORIGENS DA RUA: PERFIL SOCIAL E MATERIAL NO SÉCULO XVIII ÀS FOTOS DE MILITÃO E ALMANAQUES.	25
CAPÍTULO II. A RUA DIREITA NO CENTRO DA METRÓPOLE DO CAFÉ, COM BASE NA SÉRIE OBRAS PARTICULARES (1870-1921).	97
CAPÍTULO III. A RUA DIREITA EM MEIO ÀS NOVAS CENTRALIDADES, COM BASE NO ARQUIVO MUNICIPAL DE PROCESSOS (1924 – 1950).	213
CAPÍTULO IV. A RUA DIREITA NAS DÉCADAS DE 1950 A 1970 E O QUE DELA SOBROU NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA.	233
CONCLUSÃO	259
FONTES CONSULTADAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265
APÊNDICE	277

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AHSP – Arquivo Histórico de São Paulo, antigo AHMWL – Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

AHSP/SMC/PMSP - Arquivo Histórico de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo.

AHSP/SOP – Arquivo Histórico São Paulo/Série Obras Particulares.

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

ATJESP - Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

BMA/TSP – Biblioteca Mario de Andrade/Tesouros de São Paulo.

CIT – Cadastro de Imóveis Tombados

CO – Código de Obras

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

DIN/DPH/PMSP – Divisão de Iconografia e Museus do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo

EMURB – Empresa de Urbanização

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

FPH – Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo (Eletropaulo/Light)

FAPESP – Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FFLCH – USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo.

IHG SP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

IMS – Instituto Moreira Salles.

IP – Imposto Predial

MP/USP – Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

OESP – Jornal O Estado de S. Paulo

SQL – Setor/Quadra/Lote

TEO – Tombamento “*Ex-Officio*”.

UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

USP – Universidade de São Paulo

Introdução

A abrangência do estudo retrospectivo e suas revelações.

Originária da trilha que ligava o atual Pátio do Colégio ao Piques (atual Praça da Bandeira), possivelmente usando o leito do antigo Peabiru¹, a Rua Direita era o caminho natural para a região de Pinheiros e o oeste do interior de São Paulo. Integrava o chamado Triângulo Central, compreendido pelas atuais ruas 15 de Novembro e São Bento, formando por muitos anos (até a abertura da Praça do Patriarca) o chamado 'Quatro Cantos', no cruzamento com esta última.

A pesquisa teve início no século XVIII, com a tabulação sistemática dos Censos² de 1765, 1767, 1776 e 1798, tendo continuidade no século XIX, com os Censos de 1802 e 1804. Nesse período encontramos a Cidade de São Paulo como um centro comercial de convergência de importantes rotas interligando o litoral com Minas Gerais, Curitiba, Mato Grosso e o Rio de Janeiro, sendo a Rua Direita o logradouro de moradia de ricos negociantes³. A Décima Urbana de 1809 - que deu início à numeração oficial dos imóveis e permite precisar a tipologia dos mesmos - cruzada com os Censos (1814, 1815, 1816 e 1817), confirma essa situação. Esses Censos⁴ e a Décima foram extremamente úteis na revelação: da naturalidade dos moradores, proprietários e inquilinos; das suas profissões e cabedais; na quantificação de seus escravos e a aferição de sua filiação que, cruzada com os dados dos genealogistas, de inventários e do Arquivo Aguirra⁵ (Museu Paulista – USP), permitiram reconstituir uma gigantesca malha genealógica⁶ que atravessou os quatro séculos de existência da rua. Essa malha demonstra inequivocamente que a rua era a preferida dos moradores abastados e dos principais atores sociais da cidade. Cada um desses censos contribuiu de alguma forma para a espacialização que empreendemos. Os Censos de 1814 e 1815, embora relacionados por

¹ Eudes Campos, baseado em estudos de Gustavo Neves da Rocha e Daniel Issa Gonçalves, chega a traçar um esboço do que seria o cruzamento de dois caminhos pré-cabralianos: o atual Largo da Misericórdia (Campos, *A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos*, In *Revista do Arquivo Municipal* n° 204, p. 15 e 31)

² Esses Censos (Maços de População) estão disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

³ Conforme Maria Aparecida de Menezes Borrego, que analisou com profundidade a teia de negócios na cidade de São Paulo no período de 1711 a 1765, os comerciantes de São Paulo concentravam-se na área central, tendo contabilizado 56 residindo na Freguesia da Sé, dos quais 24 na Rua Direita, oito na Rua São Bento e seis na Rua do Canto da Lapa (que seria a atual Miguel Couto). Borrego, *"A Teia Mercantil"*, p. 71.

⁴ Todos os Censos e Décimas estão relacionados em Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado n° 1 e n° 2*. Resumos destes, a partir de 1804, podem ser encontrados nos Diagramas II, III, IV e V, no Apêndice deste trabalho. Os *Trabalhos Programados* foram apresentados junto do Memorial elaborado para o exame de Qualificação e encontram-se disponíveis na Biblioteca da FAUUSP.

⁵ Todas as fichas do Arquivo Aguirra do Museu Paulista do maço 'Rua Direita' foram sistematicamente levantadas e colocadas em ordem cronológica. O período abrangido por esse arquivo é de 1676 a 1943 e contem informações valiosas sobre os inventários, herdeiros, tipologias, vizinhos, numeração, etc. Esse levantamento está disponível em Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado n° IV*.

⁶ Vide Diagrama I, no Apêndice deste trabalho.

fogos⁷ numerados, tem a numeração dada pela Décima colocada entre parênteses. Nesses Censos encontramos os moradores da Rua Direita, *Joaquim José dos Santos* e o *Brigadeiro Francisco Xavier dos Santos* morando no Beco de Santo Antônio, nome então dado à Rua Direita no trecho entre a Rua São Bento e a Rua São José (atual Rua Líbero Badaró). Essa constatação volta ocorrer no Censo de 1822, então com o nome de Travessa de Santo Antônio (depois Rua Santo Antônio⁸, articulando-se com a Ladeira Santo Antônio, atual Rua Dr. Falcão Filho). Ou seja, esse trecho era chamado de Rua Santo Antônio nos Censos e de Rua Direita nas Décimas.

Por sua vez, o Censo de 1822 e a Décima de 1829 revelam a Rua Direita transformando-se na principal rua de negócios da cidade, mas com moradores ilustres ainda convivendo na parte superior dos sobrados. Entre eles o *Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão*, o sobrinho do *Brigadeiro Luís Antônio (Francisco Inácio de Souza Queiroz)* e o por cinco vezes presidente da Província de São Paulo⁹, o padre *Vicente Pires da Mota*. O cruzamento das informações dos Censos com as dos inventários permitiu desenvolver genealogias completas de famílias ilustres como as dos *Jordão*, *Silva Prado* e *Azevedo Marques*, como será visto adiante. O Censo de 1836, por ser dividido por quarteirões, contribuiu na determinação precisa dos limites das quadras e os Memoriais e Almanques cobriram o lapso de tempo até 1886, quando foi publicada nova relação do Imposto Predial¹⁰ - precedida pelo Imposto Municipal de 1882¹¹. As imagens de *Militão Augusto de Azevedo* foram decisivas na identificação dos lotes e, com raras exceções, reconstituímos o perfil dos imóveis e da rua de 1809 a 1862. Neste ano moravam na Rua Direita ainda personagens ilustres, como o *Barão de Tietê* e o *Barão da Silva Gameiro*. Contudo as diversas mudanças da numeração (1829, 1852, 1865 e 1886), sem a existência de tabelas de correspondência entre elas, dificultaram muito o nosso trabalho nessa fase. Gastamos quase um ano para relacionar as diversas numerações.

Em 1867, São Paulo ganhava uma ligação de trem ao litoral (a “São Paulo Railway”) para escoar o café, abrindo novas possibilidades de interface entre a capital, o mundo industrializado e a vasta hinterlândia envoltória: o trem que levava café trazia novos materiais

⁷ A expressão ‘fogos’ era usada para designar residências, já que a contagem era feita pelo número de fogões ou fogareiros, que havia nas moradias, exclusivos de cada família.

⁸ Conforme nos alertou o Prof. Lefèvre, havia continuidade da ladeira com o que sobrou da atual Rua Santo Antônio.

⁹ Martins, p. 486.

¹⁰ Correio Paulistano, 08\10\1886, p. 2 (edição 09037). O historiador Paulo Cezar Garcez Marins descobriu a “Décima Urbana” referente a São Paulo, datada de 1872 (Bueno, 2008, p. 12), contudo não a localizamos.

¹¹ OESP, edições de 25\07\1882, p. 3 e 26\07\1882, p. 2.

de construção e demais artefatos até então difíceis de subirem a Serra do Mar, pela velha Calçada do Lorena. Em 1892, a Cidade ganhou nova articulação para a então chamada “Cidade Nova”, o Viaduto do Chá, através da Rua Direita, representando uma nova fase de crescimento em ritmo acelerado que, de uma população de dez mil habitantes no início do Século XIX, adentrou o Século XX com c. 240.000 habitantes¹². Para dar conta dessa nova fase, entrecruzamos outra série documental conexa. De 1886 até 1922 foram espacializadas as informações do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP), Série Obras Particulares (SOP), que são ricas em detalhes sobre a tipologia, proprietários, construtores, programas edilícios, etc. Dedicamos todo o Capítulo II na reconstituição do perfil da rua nesse período. Essa foi a época de ouro, o apogeu da Rua Direita. Pela força da economia propiciada pelo café, São Paulo se transformou num imenso canteiro de obras e atraiu inúmeros imigrantes. Com estes vemos a afirmação do Ecletismo como linguagem estética da modernidade, cosmopolitismo e civilidade almejados. A Rua 15 de Novembro foi realinhada e inúmeros prédios foram demolidos para seu alargamento. A Rua Direita não ficou para trás. Nesse período foram construídos os mais famosos prédios dali, incluindo os dois de *Ramos de Azevedo*: O **Banco União de São Paulo** (depois ocupado pelo “Banque Française”), em 1892 (na mesma quadra antes ocupada pelo “Banco Mauá”, em 1875) e o **Barão de Iguape**, em 1910, ocupado pelo “Mappin Stores” de 1919 a 1939. Tal era a pujança da economia que, como exemplo, o prédio de três pavimentos de número 7 (numeração de 1886) que abrigou a “Light” e foi construído em 1895, foi demolido menos de 17 anos depois para a construção do atual **Edifício Guinle** de oito pavimentos, o primeiro arranha-céu da cidade. Da construção do prédio mais antigo da rua (nº 39 e 39A, numeração de 1886) - edificado em c. de 1892, de dois pavimentos - até a última¹³ edificação dessa fase (o **Cine Alhambra**, construído em 1927), contam-se apenas 35 anos. Foi também o período no qual a Rua Direita seguiu sendo o centro do Centro da nova cidade em expansão. Grandes drogarias (“Amarante”, “Drogasil”), escritórios de porte (“I. R. F. Matarazzo” e “Cia Docas de Santos” dos *Guinle*) e novos negócios como Óptica, Música e lojas de roupas finas estabeleceram-se na área. Grandes lojas de Departamento para lá se mudaram, como o “Mappin Stores”, e outras se agigantaram, como a “Casa Alemã” (Galeria Paulista de Modas).

Já a partir da década de 1920 as informações obtidas no Arquivo Municipal de Processos (Arquivo Piqueri), nos arquivos do jornal “O Estado de S. Paulo” (OESP) e outros jornais,

¹² Maria Luiza Marcílio: *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*, p. 119.

¹³ Houve depois disso a construção do prédio que sucedeu o Palacete Jordão, em 1966, de três pavimentos. Contudo neste caso a motivação foi o incêndio que destruiu o Palacete Jordão.

foram importantes para o coroamento da situação dos lotes até o ano 1977, quando o último edifício de grande porte foi construído na Rua Direita, definindo-se este evento como baliza temporal final da pesquisa para a presente tese. As Listas Telefônicas (Museu do Telefone) e os tombamentos de 1988 a 1991 (Conpresp) forneceram subsídios valiosos na reconstrução da rua, nesse período. De 1930 a 1950 notam-se os efeitos da recessão provocada pela bancarrota da Bolsa de Valores de Nova York e da Segunda Grande Guerra Mundial que prejudicaram o crescimento da cidade e o sequenciamento de transformação da rua. Quase nada foi construído nesse período no Triângulo e em particular na Rua Direita. Nova numeração foi imposta nessa ocasião e as listas de emplacements do AHSP permitiram estabelecer a correspondência entre elas.

A partir de 1950 a Rua Direita voltou a crescer e se tornou o centro mais importante para o comércio de fazendas finas, retomando sua vocação inicial. A perda dos melhores negócios que migraram para o outro lado do Viaduto do Chá (“Mappin Stores”, ‘I. R. F. Matarazzo”, “Lojas Garbo”) fez com que alguns proprietários optassem por novas modalidades de fonte de renda, construindo arranha-céus com lojas no térreo e conjuntos de salas para escritórios e consultórios nos pavimentos superiores (37 pavimentos no **Barão de Iguape**; 20 pavimentos no **Triângulo**; 19 pavimentos no **Wadick Kyrillos**; 18 pavimentos no **Condomínio Piratininga**, etc.). Nessa época ainda não havia oferta razoável de salas nas novas centralidades como Avenida Paulista e a Avenida Faria Lima nem existia. Além disso, a rua permanecia como campeã de movimento de pedestres, já que era passagem obrigatória do Centro Velho para o Centro Novo. Sua acessibilidade era total, dotada que foi de linhas de bondes, além de ser ligação de duas praças de ‘Ponto Final’ de linhas de ônibus (a Praça da Sé e a Praça do Patriarca). Mas, chegado os anos 1970, a rua sucumbiu frente às novas centralidades. Foi o apogeu da sua decadência. Tentativas para transformá-la num Shopping Center foram abortadas, como será visto adiante, mas, em 1978, a rua ganhou o calçadão que a deixou com a feição encontrada atualmente. Desde então transformou-se no centro de comércio de roupas de baixo preço que a caracteriza hoje.

Heloisa Barbuy, citando *Richard Rodger*, dividiu os estudos sobre a história urbana em dois tipos: sistêmicos e descritivos. Os estudos sistêmicos enfatizam os grandes processos de mudanças urbanas históricas abrangendo um universo maior. Já os estudos descritivos dedicados às peculiaridades de um lugar específico, essenciais no entender desses autores, geram uma base de dados indispensável às análises sistêmicas gerais: “*o sangue vital dos estudos de história urbana continua sendo a combinação de estudos de casos empíricos*

pormenorizados, em conjunção com os grandes processos” (Rodger, R¹⁴. 1993, p. 4, apud Barbuy, H. 2006, p. 20). Esse último grupo inclui, por exemplo, as histórias de edifícios (O Martinelli, *Maria C. N. Homem*, 1984), de bairros (Higienópolis, da mesma autora) e de ruas (Avenida Paulista, *Benedito Lima de Toledo*, *A Cidade – Exposição*, *Heloisa Barbuy*, De Beco a Avenida. *A História da Rua São Luiz*, *José Eduardo de Assis Lefèvre*). O nosso trabalho insere-se nesse último grupo. Trata-se de um estudo pioneiro de reconstituição sociotopográfica¹⁵ (Le Goff, p. 145 – 192) de uma rua, cobrindo um amplo leque temporal. Como nossa primeira pretensão foi estudar em detalhes todos os lotes da rua com seus atores sociais e a mutação da sua arquitetura e perfil urbanístico até os dias de hoje, não poderíamos impor, *a priori*, um corte temporal à nossa pesquisa. Escolhemos o ano de 1765 (primeiro Censo de São Paulo) como início das pesquisas por não encontrar, a não ser de forma esparsa, informação anterior que permitisse reconhecer os moradores dos cerca de 40 lotes que então já lá existiam. Elegemos o ano de 1809 para início da espacialização por ser a primeira referência à numeração sequencial dos imóveis, com informações consistentes sobre a materialidade dos mesmos e os atores correspondentes. Como baliza temporal final da tese, elegemos 1977, ano da construção do último grande prédio, o **Edifício Tácito de Toledo Lara**. De qualquer forma os estudos avançaram com os tombamentos ocorridos em 1988/1991, mencionando também as ocorrências deste século, como a Cidade Limpa, as reformas dos edifícios principais e a demolição do miolo do prédio mais antigo da rua, somente a título de considerações finais.

A metodologia da pesquisa.

A grande quantidade de informações recolhidas ao longo da pesquisa permitiu a elaboração de um formidável banco de dados disponibilizado integralmente nos Trabalhos Programados (Biblioteca FAUUSP) e parcialmente no Apêndice da presente tese. As informações foram espacializadas nas primeiras plantas cadastrais de São Paulo, de 1844-47 (Bresser) e 1881 (Cia Cantareira) e atualizadas na Planta do Sara Brasil (1930) e do Gegan de 1974 (FAUUSP Biblioteca). Em seguida a numeração foi espacializada na série iconográfica disponível¹⁶ sobre a rua, que incluiu acervos da Biblioteca Mário de Andrade, AHSP, DIM, Museu Paulista, Eletropaulo, Instituto Moreira Salles, etc.

¹⁴ Richard, R. *Theory, Practice and European Urban History*. 1993.

¹⁵ O conceito de Sociotopografia, de Jacques Le Goff em *O apogeu da Cidade Medieval* (1992), implica em analisar a paisagem social na paisagem topográfica, reconstituindo aspectos da sociabilidade urbana.

¹⁶ Utilizamos o trabalho de Pedro Corrêa do Lago, *Militão Augusto de Azevedo* (2001), para captação das fotos de Militão de 1962 e o de Rubens Fernandes Junior, *Militão Augusto de Azevedo* (2012), para as de 1887.

Devido ao longo período de abrangência desta pesquisa, foi necessário elaborar uma metodologia inédita para o cruzamento das fontes textuais e visuais, como veremos adiante. Para balizamento do trabalho, além das nossas referências metodológicas, em termos teóricos incontornáveis foram os trabalhos clássicos sobre a história de São Paulo, a saber:

Benedito Lima de Toledo, em '*São Paulo: três cidades em um século*' (3º ed. 2004), utilizou pioneiramente precioso acervo fotográfico como fonte para interpretação das transformações urbanas, chamando a atenção dos pesquisadores para a importância da iconografia como instrumento de investigação, mostrando a velocidade das mudanças e a passagem de uma cidade de taipa para outra de tijolo e desta para outra ainda de concreto armado em um único século. O estudo foi realizado nos anos 1980, período em que o Centro Histórico estava sendo definido como tal, em resposta ao rápido processo de dilapidação do seu Patrimônio Cultural.

Nestor Goulart dos Reis Filho, em '*São Paulo, Vila, Cidade, Metrópole*' (2004), também reconstituiu por meio de cartografia histórica a cidade inicial desenvolvendo uma metodologia peculiar de leitura retrospectiva, partindo da primeira planta da cidade, do século XVIII (Figura 1), e chegando à sua conformação atual, através de um estudo sistêmico.

Carlos Alberto Cerqueira Lemos em '*Alvenaria Burguesa*' (1985) enfrentou a leitura da cidade e direta ou indiretamente de seu centro com base em questões materiais, apontando para o processo de mudança no uso de materiais, técnicas e sistemas construtivos, bem como nos modos de morar e utilizar as edificações que implicaram em mudanças nos programas e tipologias edilícias. Em '*O Álbum de Afonso*', por meio das imagens de *Afonso de Freitas* datadas de 1912, analisou o processo de transformação da cidade.

Como nos alertou o Prof. Dr. *Paulo César Garcez Marins*, esses trabalhos anteriores estudaram a cidade por meio das fotografias antigas como um conjunto de casas, jamais com foco nos seus fragmentos, ou no estudo lote a lote dos edifícios. Essa linha de abordagem mais descritiva tem início no estudo de *Benedito Lima de Toledo* sobre a Av. Paulista, de *José Eduardo de Assis Lefèvre* sobre a Rua São Luiz, mas coube a ele, *Paulo Garcez*, e a *Eudes Campos* iniciar a localização precisa de alguns imóveis do Centro¹⁷ de São Paulo.

¹⁷ Paulo César Garcez Marins, *Através da Rótula*, 1999. Tese de Doutorado (FFLCH/USP). O autor, utilizando pioneiramente a metodologia de cruzamento das fotos de Militão com dados de inventários *pós-mortem*, estabeleceu a localização precisa de imóveis em mais de 15 ruas do Centro, que serviu desde então de balizamento para as cadeias de reconstituição de limites confrontantes. Parte de sua tese foi transformada em livro, porém sem aquela relativa a São Paulo. Sobre esta última, somos extremamente gratos pela gentileza de nos oferecer pessoalmente o adicional não constante no original disponível na biblioteca da FFLCH/USP.

De todos os autores envolvidos com a reconstituição do centro de São Paulo, aproximamo-nos mais, pela natureza do escopo e metodologia, dos trabalhos de *Heloisa Barbuy*¹⁸, *José Eduardo de Assis Lefèvre*¹⁹, *Beatriz Bueno*²⁰ e *Maria Aparecida de Menezes Borrego*²¹, aqui levados às suas últimas consequências em termos de possibilidades. Com base neles, ensaiamos técnicas de sobreposição de plantas cadastrais de diferentes épocas, comparamos as dimensões das frentes dos lotes com os dados obtidos na Série Obras Particulares (SOP) do AHSP, sobrepusemos dados diversos de tempos diversos e utilizamos pioneiramente os Maços de População, em paralelo ao estudo das Décimas Urbanas.

Figura 1. Planta da restauração de c. 1770. Os prédios importantes estão numerados: 1 – Igreja da Sé. 2 – Igreja de São Pedro. 3 – Igreja e largo da Misericórdia. 4 – Igreja de Santo Antônio. 5 – Igreja de São Francisco. 6 – Igreja de São Gonçalo (1756). 7 – Igreja do Carmo. 8 – Igreja dos Jesuítas. 9 – Igreja do Rosário dos Pretos (1721). 10 – Convento de Santa Tereza. 11 – Igreja de São Bento. 13 – Colégio dos Jesuítas. 14 – Casa da Câmara e Cadeia. 16 – Largo do Pelourinho (7 de Setembro). 17 – Quartel da Legião. Entre 2, 3 e 4 – Rua Direita ( ). Adaptado de Reis, 2004, p. 66.

¹⁸ Barbuy, H, 2006 e 2012.

¹⁹ Lefèvre, J. E. A, 2006.

²⁰ Bueno, B. S. P, 2005 e 2008.

²¹ Borrego, M. A. M, 2010.

Partindo do trabalho de *Maria Aparecida de Menezes Borrego*, ‘*A Teia Mercantil*’ (2010), construímos uma árvore genealógica dos moradores da Rua Direita, procurando desta forma entender as possíveis transmissões dos imóveis por herança ou venda a partir do século XVIII, quando não havia nenhuma informação sobre a numeração das residências. Para caracterizar o perfil social dos personagens, trabalhos valiosos foram, além desse mencionado, o de *Maria Luíza Marcílio*: ‘*A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*’ (1974) e o de *Maria Lucília Viveiros de Araújo*, ‘*Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*’ (2006).

A espacialização dos dados foi possível com base no estudo da Décima Urbana de 1809, já ensaiado por *Beatriz Bueno* (2005 e 2008) e aqui aperfeiçoado. *Beatriz Bueno* no artigo “*Tecido Urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809*”, publicado nos Anais do Museu Paulista (V. 13, 2005) e depois ampliado no livro “*Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica*”, São Paulo (1809 – 1950) (2008) caracterizou a tessitura urbana de São Paulo, em 1809, especializando os agentes sociais detentores dos imóveis, inaugurando uma metodologia de espacialização que sequenciamos na presente tese. Partindo da caracterização lote a lote dos proprietários, tipologia, usos e valores dos imóveis, apontou possibilidades de investigação das transformações ocorridas na área central em perspectiva histórica.

Para o estudo da virada do século XIX e XX utilizamos a metodologia de pesquisa experimentada por *Heloisa Barbuy* (2006 e 2012) e *José Eduardo de Assis Lefèvre* (2006). *Heloisa Barbuy*, em ‘*A Cidade Exposição: Comércio e Cosmopolitanismo em São Paulo*’ (2006), analisou o processo de transformação do Triângulo Central, com foco nas práticas comerciais em conexão com as transformações espaciais. No livro, assim como no ensaio “*Seguindo Militão pelas ruas da Cidade*” (2012), *Heloisa Barbuy* elaborou uma metodologia inédita de cruzamento de fotos antigas com os dados dos almanaques, algo que aprofundamos para todos os lotes. Foi pioneira ao espacializar a documentação da Série Obras Particulares do AHSP, permitindo recompor o perfil das ruas XV de Novembro, Direita e São Bento.

Por sua vez, *José Eduardo de Assis Lefèvre* em ‘*De Beco a Avenida. A História da Rua São Luiz*’ (2006) buscou reconstruir a lógica de formação e transformação da Rua São Luiz, em perspectiva histórica, contribuindo indiretamente para o aprofundamento do conhecimento sobre a estruturação espacial de uma área do centro da cidade de São Paulo. No trabalho, utilizou de forma combinada a cartografia, as aerofotos, a documentação fotográfica

disponível para aferição de sua arquitetura, a documentação cartorial, os processos de aprovação de projetos de construção e reforma (Série Obras Particulares – AHSP e Arquivo Geral de Processos da Prefeitura), verificando as mudanças na numeração dos imóveis, bem como entrevistando familiares dos antigos proprietários.

Da mesma natureza e com foco no caso de uma rua é o trabalho de *Marcos Calixto Rios*, orientando de Iniciação Científica de *Beatriz Bueno* (Bolsa Fapesp), que analisou a Rua XV de Novembro em três tempos (1809, 1889-1930, 1954), elegendo-a como metonímia, de forma que também a parte explique a dinâmica do todo. Nessa pesquisa *Marcos Rios* e *Beatriz Bueno* lançaram mão de uma metodologia piloto que nos serviu de base para o estudo da Rua Direita.

Nossa orientadora, em estudo recente, “*São Paulo: um novo olhar sobre a história*” (2012), espacializou o comércio de varejo entre 1809 e 2012, com base em almanaques e listas telefônicas que aprofundamos em nossa análise da Rua Direita, a partir da década de 1920.

Nesse sentido, o estudo de caso de uma rua permitiu:

- Estudar a dinâmica de Transformação do Centro Velho.
- Estudar as mudanças nas tipologias e programas das construções e nos usos, destacando os atores sociais envolvidos nas transformações (nomes dos proprietários, usuários e arquitetos, engenheiros/construtores e práticos responsáveis pelos projetos de edificações novas).

Para tanto analisamos em perspectiva histórica de longa duração:

1. As transformações e permanências fundiárias e urbanísticas:

- Da cidade colonial até 1809.
- De fins do Império à Primeira República (1880 – 1930).
- A verticalização pós anos 1950.

2. Os atores sociais:

- Proprietários dos imóveis.
- Usuários dos imóveis (inquilinos e proprietários com negócios ali).
- Arquitetos e construtores dos imóveis.

3. Arquitetura da rua:

- O casario de taipa de pilão.
- As novas tipologias e programas de fins dos Oitocentos e início do século XX.
- Os arranha-céus pós 1950.

4. Os usos dos imóveis:

- Residencial e misto no período colonial.
- Comércio, serviços e residência (eventualmente) a partir da 1ª República.
- Comércio e conjuntos de salas a partir dos anos 1950.

Problematização e hipóteses

Corroborando a hipótese formulada por *Beatriz Bueno* em seus trabalhos, nossa tese central é a de que a produção material da cidade sempre foi um excelente negócio, desde o período colonial, com ênfase a partir da 1ª República.

O desenvolvimento econômico propiciado pelo café e a impressionante melhoria na distribuição de mercadorias permitida pelas estradas de ferro, foram propulsores do crescimento populacional e da transformação do centro e do conjunto da Cidade de São Paulo. A historiografia em geral trata da produção da cidade de forma genérica, sem foco nos agentes produtores dos novos espaços. Esta tese, na perspectiva do lote a lote, tem como foco os proprietários, os construtores e os usuários dos imóveis, mostrando como cada um contribuiu no processo de transformação da área central da cidade.

A documentação primária, processada e sistematizada por meio do banco de dados, propiciou o cruzamento de informações de naturezas variadas, com aferição de compatibilidade, consistência e combinação de peças gráficas de diferentes origens (Vide Trabalhos Programados do autor, bem como os Diagramas I, II, III, IV e V no Apêndice).

Lote a lote reunimos as informações sobre proprietários, valor dos imóveis, tipologias e usos, em perspectiva histórica, evidenciando:

- O aspecto da rua no período anterior a 1809: tipologia, programas edilícios, usos, proprietários.
- Caracterização da rua nos tempos de Militão, em paralelo aos dados recolhidos nos almanaques da época e no Arquivo Aguirra (MP-USP).
- Aspecto da rua na 1ª República (1889 – 1930) (tipologias, programas edilícios, usos, proprietários e usuários), com base nos projetos arquitetônicos recolhidos na Serie Obras Particulares do AHSP (1870-1921).
- Aspecto da rua pós 1930 (Tipologias, usos, proprietários), com base nos dados do Arquivo do Piqueri, na iconografia e nas listas telefônicas.
- Perfil da rua desde 1950 (verticalização) até o momento dos tombamentos.

À exemplo de outros trabalhos recentes, atualizamos a ortografia dos nomes próprios, mas em função da grande quantidade destes inseridos no texto e à ênfase que procuramos imprimir nos atores sociais, optamos por grafá-los em itálico. Também desdobramos as abreviaturas, utilizando colchetes para indicar nossas interferências, e usamos aspas para as empresas e instituições e negrito para os prédios. Por abrangerem todo o período da pesquisa, os cinco quadros elaborados por nós, que denominamos de Diagramas, foram colocados no Apêndice, ao final do trabalho, de forma a poderem ser consultados simultaneamente à leitura da tese.

Capítulo 1

CAPÍTULO I. AS ORIGENS DA RUA: PERFIL SOCIAL E MATERIAL NO SÉCULO XVIII ÀS FOTOS DE MILITÃO E ALMANAQUES.

No capítulo I, procuramos primeiramente situar a Rua Direita na geografia regional, analisando as motivações que condicionaram sua formação e inserção urbana. Observamos sua vinculação com trilhas antigas indígenas, como uma das portas de acesso ao interior dos muros da vila e contendo algumas das suas primeiras ermidas, a de Santo Antônio e a Misericórdia, que orientaram seu traçado quase retilíneo. Analisamos brevemente o período que antecedeu as numerações dos lotes. Em seguida, com base na Décima Urbana de 1809, lote a lote, reconstituímos as tipologias dos imóveis e o perfil social dos seus proprietários, relacionando-os com as famílias do século XVIII, constatando que muitas das residências permaneceram nas mãos dos descendentes dos grandes comerciantes e negociantes setecentistas. Observamos também a concentração de mais de um imóvel nas mãos de alguns proprietários, como o Cel. *Joaquim José dos Santos*, o Cel. *Francisco Xavier dos Santos*, o Cel. *Jose Vaz de Carvalho* e o *Brigadeiro Jordão*. Constatamos também que a rua guardou a mesma feição até 1862, com alterações de maquiagem (de fachada), mas com os mesmos edifícios identificados no início do século XIX. Espacializamos os dados nas fotos de Militão, e vimos as mudanças ocorridas na numeração indicada, especialmente em termos de proprietários, inquilinos e usos dos imóveis, tal como constam nos Almanques e Memoriais da época. Observamos o predomínio de lojas de fazendas secas na Rua Direita, no térreo dos sobrados, com suas mercadorias expostas especialmente na parte frontal das lojas.

1.1 A Rua Direita e suas vinculações inter-regionais

O lugar que hoje conhecemos como o Centro Velho de São Paulo era uma colina situada estrategicamente entre os rios Tamanduateí (Guaré) e Anhangabaú, afluentes do Tietê (Anhembí), e assim provida de boas aguadas, peixes, aves e caças em grande quantidade. Protegido pelas encostas da Serra do Mar, o planalto era de difícil acesso e os caminhos que levavam a ele sempre foram de complexa construção e manutenção. Os portugueses ali se instalaram sequenciando a presença indígena, não só pela abundância de víveres, mas também pelas trilhas, como a do Peabiru que por ali passava levando-os às riquezas do Peru. Previamente ocupada pelos jesuítas, pela possibilidade de catequização dos indígenas ali existentes, a colina tornou-se o embrião de um futuro núcleo urbano, elevado à condição de “Vila de São Paulo dos Campos de Piratininga” em 1560, quando da desativação da Vila de Santo André da Borda do Campo. Não por acaso, a toponímia revela a estratégica condição

geográfica do núcleo, significando “lugar onde seca o peixe²²”. Os Campos de Piratininga provavelmente correspondiam a toda a cercania do então sinuoso Tietê ou, como defendeu Frei *Gaspar da Madre de Deus*, a parte deste (próxima à Volta Grande), conhecida como Inhapuambuçu (Luz - Barra Funda), encontrada por *Martim Afonso de Souza*.

O acesso do litoral ao planalto se fazia por meio dos caminhos indígenas, sobretudo pela chamada Trilha dos Tupiniquins, trecho do Peabiru, depois Caminho do Mar, cujo traçado foi sequenciado pela estrada de ferro “Santos-Jundiaí” três séculos depois. A colina, local escolhido pelo jesuíta *Manoel da Nóbrega* (1519/1570), provavelmente com a ajuda dos índios locais (Tupiniquins), apresentava excelente potencial defensivo, permitindo descortinar de um relance os territórios a leste, a norte e a sul. Além disso, era convenientemente próxima das trilhas indígenas preexistentes, como o Peabiru, que ligavam o litoral vicentino à Província do Paraguai. O local era chamado pelos nativos de colina Inhapuambuçu (monte que se vê de longe), entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, onde foi implantado o Colégio e a primitiva Igreja da Ordem. Os jesuítas se apropriaram de um novo caminho de acesso do litoral ao Planalto, alternativo ao Peabiru, mais tarde conhecido como Caminho de Anchieta ou Caminho do Padre José, aberto em 1560. A abundância de víveres polarizou para o núcleo os moradores de outra pequena povoação estabelecida nas imediações, Santo André da Borda do Campo, totalizando a chamada “Villa de S. Paulo” uma população de cerca de 200 a 300 pessoas (Reis, 2004, p. 17).

A vila foi cercada de muros de taipa de pilão, cujo perímetro ensejou especulação de diversos pesquisadores: *Batista Pereira* (1936), *Taunay* (1954), *Nuto Santana* (1958), *Toledo* (2004), *Reis* (2004) e, mais recentemente *Eudes Campos* (2006). Conforme *Campos* (baseado nas Atas, v.1, p. 38, 98 e 394), o perímetro apresentava duas portas: a Porta Grande (A) ou de *Afonso Sardinha* que correspondia ao caminho do sertão (mais vulnerável ao ataque dos índios) e a porta (B) voltada ao Caminho do Mar (Peabiru, litoral, Figura 2). A hipótese de *Campos* é de que a área murada original (I) (Figura 3) foi aumentada em 1594 (II) para incluir a futura Matriz²³, coincidindo com a área ‘menor’ defendida por *Reis*²⁴. A área ‘maior’ de *Reis*, os chamados ‘muros novos’, e o ‘segundo traçado de *Toledo*, que inclui o hoje chamado Largo da Misericórdia, são considerados de dimensões exageradas por *Campos*²⁵.

²² Manoel Eufrásio de Azevedo Marques, V. 2, p. 174.

²³ Eudes Campos: *A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos* In: *Revista do Arquivo Municipal* n° 204, p. 32.

²⁴ Nestor Goulart Reis: *São Paulo, Vila, cidade, Metrópole*, p. 21.

²⁵ Campos, op. cit. p. 24.

Figura 2. Reconstituição hipotética da Vila de São Paulo por Campos. Além de uma possível combinação de caminhos e as duas áreas muradas, tem-se a possível localização das principais construções: 1 – Colégio dos Jesuítas (1556). 2 – Casa da Câmara e Cadeia (1575). 3 – A Igreja Matriz. 4 – Futuro Largo da Misericórdia ⊗ (Campos, 2005, p. 32).

Figura 3. Outra reconstituição hipotética. 1 – Futuro Largo da Misericórdia ⊗. 2 – Futuro Largo da Sé. 3 – Futuro Largo de São Gonçalo. 4 – Rua Direita (—), no caminho do Peabiru. A – Futuro Convento do Carmo (1592). B – Futuro Mosteiro de São Bento (1598.) C – Futuro convento franciscano (1642). Adaptado de Campos, 2005, p. 31.

Aos seus olhos, mais despropositada ainda seria a versão que incluía todo o chamado Triângulo (Ruas Direita, 15 de Novembro e São Bento), apresentada por *Pereira*²⁶. A Vila de São Paulo cresceu muito lentamente. Em 1572, os carmelitas teriam iniciado a construção de sua primitiva ermida (terminada em 1592). Data de 1591, o início da construção da Igreja Matriz, no que viria a ser o segundo largo mais importante da vila. Por sua vez, os beneditinos, chegados em São Paulo em 1598, também iniciaram a construção de uma ermida em 1600, no atual Largo de São Bento²⁷. Os franciscanos provisoriamente se instalaram numa pequena capela, já existente por volta de 1592 (uma vez que *Afonso Sardinha* legou-lhe herança), cujo orago era Santo Antônio e, por fim, a Igreja da Misericórdia também marcou a paisagem do pequeno povoado desde c. 1599²⁸. Em 1642, acatando a regulamentação papal vigente na época, os capuchinhos se afastaram e, solicitaram sesmaria em área mais ao sul, onde hoje se situa o Largo de São Francisco, ali erguendo o seu convento e igreja em 1642.

Segundo *Reis Filho*, à exceção dos jesuítas e da Matriz, todas as ermidas das ordens religiosas supracitadas se situavam fora dos muros da vila, cada qual relacionada a um importante caminho externo de acesso à Vila de São Paulo de Piratininga. Os carmelitas situaram-se junto do rio Tamanduateí na encosta da ladeira articulada ao caminho do Rio de Janeiro. Os beneditinos situaram-se junto do Caminho do Guaré, já no topo da colina. Por fim os franciscanos localizaram a ermida de Santo Antônio junto do trecho do antigo Peabiru que adentrava a Vila, subindo a colina ao cruzar o Rio Anhangabaú. Esse caminho, reiteradamente utilizado, acabou por definir a Rua Direita, arruada e retificada durante a gestão do Governador Geral D. *Francisco de Souza* e seu filho, em São Paulo, entre 1599 e 1612. Típica do urbanismo português²⁹, a Rua Direita foi assim denominada não apenas pela sua condição de rua reta ou direta³⁰, mas por corresponder ao estratégico trecho urbano do Peabiru vindo do litoral, que cruzava a colina e se articulava ao Caminho do Guaré, conectando-se com os sertões do planalto na direção oeste (Paraguai). Esta articulação do Peabiru, além da Rua Direita, condicionou duas outras ruas igualmente importantes: a Rua Direita de São Bento e a futura Rua do Rosário, todas externas aos muros da cidade. Essas três ruas configuraram um triângulo e pela sua posição estratégica e articuladora polarizaram desde então as edificações mais importantes da vila e os estabelecimentos comerciais.

²⁶ Baptista Pereira: *A Cidade de Anchieta*, reprodução In: *Revista do Arquivo Municipal* n° 202, p. 72.

²⁷ Leonardo Arroyo: *Igrejas de São Paulo*, p. 97 a 99.

²⁸ Reis, op. cit. p. 36.

²⁹ Amélia Andrade, p. 28

³⁰ Carlos Lemos discorda frontalmente dessa definição, afirmando que: “Esse nome deriva de ‘*Vicus Directus*’, a via de Damasco onde São Paulo, depois de sua conversão, fazia suas pregações. Lemos, 2001, p. 122.

A Rua Direita, foco do presente estudo, assim foi chamada no trecho que unia a Ermida de Santo Antônio à Capela da Misericórdia. Esse trecho recebeu outras denominações: Rua Direita da Misericórdia a Santo Antônio, Rua Direita para a Misericórdia, reduzindo-se finalmente a Rua Direita³¹. Já o trecho entre a Ermida de Santo Antônio e a ladeira que descia a encosta do lado do Piques, na direção dos campos e matas que rodeavam a Aldeia de Pinheiros rumo ao sertão, foi chamado de Travessa de Santo Antônio, Beco de Santo Antônio ou Rua de Santo Antônio, conectando-se à Ladeira de Santo Antônio. Essa nomenclatura assim permaneceu até 1822 nos Censos e nos Inventários *post-mortem*, sendo reduzida simplesmente a Rua Direita nas Décimas de 1809, de 1829 e no Censo de 1836.

1.2 A Rua Direita no Período Colonial.

Sem deixar de citar os fatos mais importantes dos séculos anteriores, que de alguma forma se relacionam com os acontecimentos posteriores, o trabalho se iniciou³² pelos meados do século XVIII quando faleceram quatro importantes e poderosos comerciantes de São Paulo, pela ordem: *Gaspar de Matos*, *Manoel Mendes de Almeida*, *Manoel José da Cunha* e *Manoel Veloso*, segundo *Maria Aparecida de Menezes Borrego* (Borrego, 2010a, p. 243). Todos eram proprietários de casas na Rua Direita e as localizamos. Seus descendentes, ascendentes e suas uniões com mulheres importantes criaram uma extensa malha genealógica, esboçada por nós, que adentrou os séculos XIX e XX com membros da família ainda morando no mesmo local. Incluímos nesse grupo também o abastado *José de Góes e Moraes*, gerador de importante família de moradores, que teria sido morador da Rua Direita, já que era filho de outro morador *Pedro Taques de Almeida*. Na Rua Direita nesse século predominaram as residências dos ricos negociantes. Elaboramos um diagrama com os nomes dos moradores mais ilustres e seus descendentes ou vinculações matrimoniais, para precisar permanências e mudanças de propriedade³³. Cada morador importante teve sua biografia avaliada e inserida no contexto. Em seguida analisamos o primeiro Censo completo da Cidade de São Paulo: o Censo de 1765

³¹ Em 1897 a Rua Direita chegou a ser denominada (até 1899) de 'Rua Floriano Peixoto'.

³² A pesquisa sistemática se iniciou a partir de 1765, porém informações esparsas anteriores a esse período foram obtidas em alguns inventários, no Arquivo Aguirra e nas obras de Borrego e Brotero.

³³ Na mesma linha de Maria Aparecida de Menezes Borrego, porém não nos limitando aos agentes comerciais, elaboramos uma árvore genealógica (Diagrama I, no Apêndice), utilizando as obras de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: Martins*; Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp: 1980; Luís Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia paulistana* (Online). São Paulo: Macromedia, 2002; Frederico de Barros Brotero, *A Família Jordão e seus afins: Aditamentos a Silva Leme*, São Paulo: Bentivegna, 1948, a obra de Alan Camargo, *Revista Genealógica Brasileira*, Online, 2011 e os cruzamentos com os censos setecentistas, que, além do nome dos moradores, idade, profissão e cabedal, traziam também os nomes e idades da esposa, filhos e agregados (Vide *Trabalho Programado n° I*, do autor).

do governador da Capitania de São Paulo, *Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão* (1722/1798), o *Morgado de Mateus*³⁴. Esse recenseamento³⁵ comprovou que a Rua Direita era o local de residência dos homens mais ricos da cidade (que listamos junto com seus cabedais, em contos de réis): *José Rodriguez Pereira* (28:000\$000), *Francisco Pereira Mendes* (20:000\$000), *Francisco de Sales Ribeiro* (8:000\$000), *Dr. Luís de Campos* (7:000\$000), casado com a poderosa *Maria Lima de Camargo*, *Lopo dos Santos Serra* (6:400\$000) e *Francisco Pinto do Rego* (4:800\$000) (esse com cabedal um pouco inferior ao do morador da Rua São Bento, o capitalista *Francisco Monteiro de Gouveia*, o mais importante fora da Rua Direita). Com o mesmo cabedal de *Francisco Pinto do Rego* aparece a viúva de *Manoel de Macedo*, *Escolástica Maria de Matos*, e com três mil e duzentos contos de réis surge *Manoel Antônio de Araújo*, casado com *Ana Maria Clara de Macedo*, filha destes (Diagrama I, no Apêndice). Escravos não foram relacionados nesse Censo, porém foram registrados os agregados e expostos.

Passados apenas dois anos do primeiro Censo, eis que um novo Censo³⁶ foi realizado, agora com a inclusão das Companhias Militares, às quais os residentes eventualmente pertenciam: o Censo³⁷ de 1767. Nesse levantamento encontramos algumas diferenças em relação ao Censo de 1765: o número de fogos passou de 41 para 42; homens registrados aumentaram de 95 para 105 e mulheres diminuíram de 92 para 91. Nesse Censo apareceu o sobrinho de *Francisco Pereira Mendes*, depois alferes, *Manoel Rodrigues Jordão*, que se casou com a filha de *Maria Lima de Camargo*, *Ana Eufrosina da Cunha*, com a qual gerou o depois brigadeiro *Manoel Rodrigues Jordão*.

Nove anos passados, eis que um novo Censo, o de 1776³⁸, foi realizado nos mesmos moldes do de 1767. O número de fogos relacionados à Rua Direita passou de 42 para 44. Neste Censo, o cabedal dos chefes de fogo foi omitido e em seu lugar apareceram somente as suas atividades. Alguns moradores importantes permanecem nas mesmas casas, viúvas ricas foram relacionadas e descendentes assumiram o posto deixado pelos pais.

³⁴ Analisamos as duas versões, a primeira manuscrita disponível em microfilmagem no APESP e também a edição de 1937 de *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937, Vol. LXII.

³⁵ Disponível em Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado n° I*.

³⁶ Todos os censos estão tabulados ou relacionados em Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado n° I*.

³⁷ Da mesma forma que o censo anterior, também analisamos as duas versões, tendo encontrado uma diferença no cabedal de Francisco Pereira Mendes: 2:000\$000 no *Documentos Interessantes* e 20:000\$000 na versão manuscrita, que entendemos ser a correta.

³⁸ Referência APESP 030 012 001

Nessa época era tenente de milícia e “vive de seus negócios, vendeu este ano um escravo de nome Pedro”, mas conservava ainda seis escravos. Desde o Censo de 1785, o centro da cidade era dividido em duas Companhias de Ordenanças. A partir de 1798 a divisão era três⁴³. A primeira Companhia compreendia as ruas mais próximas do Largo da Sé.

Um dos mais completos do acervo do APESP, o Censo de 1804 começa⁴⁴, como a maioria deles, com a Primeira Companhia e com o filho de *Francisco de Sales Ribeiro* - o capitão-mor *José Francisco de Sales* (68), fabricante de açúcar - encabeçando a lista, no fogo n° 01. Sua (segunda) esposa era *Maria Joaquina de Oliveira* (25). Consta, na coluna da direita (além da profissão) o fato da casa ser nova. Parece que havia uma preocupação em verificar sinais de riqueza mediante a aparência das casas. Na página 084, fogo n° 257, começa a Rua Direita. Está sem o trecho então chamado de Santo Antônio⁴⁵, pois só constam 35 fogos⁴⁶.

Até o começo desse século havia um problema grave em São Paulo: as ruas mereciam diversas denominações ao longo de seu curso e as casas não eram numeradas. Lançar impostos era uma tarefa hercúlea. Nesse sentido os Censos não seguem nenhum percurso espacializável, dificultando seu cruzamento com a Décima de 1809 e seguintes.

Figura 5. Trecho do documento de Dom João criando a Junta da Décima. APESP CO9877.

⁴³ Marcilio, op. cit., p. 108.

⁴⁴ Referência APESP 033 010 001

⁴⁵ O antigo trecho da Rua Direita entre as ruas São Bento e Líbero Badaró é encontrado inúmeras vezes com o nome de Rua de Santo Antônio, principalmente em Inventários e Censos, porém nunca nas Décimas.

⁴⁶ Referência APESP 033 010 084

Contudo, com a chegada da Família Real ao Brasil, houve a necessidade de se introduzirem novos impostos e a taxação dos imóveis urbanos de cidades de certo porte. Dom João então cria a “Junta da Décima” e a implanta em São Paulo em 1809 (Figura 5). A Décima Urbana foi o primeiro imposto predial pago à Fazenda Real, correspondendo a 10% do rendimento líquido de todos os bens de raiz (exceto os das Santas Casas de Misericórdia), incidindo sobre proprietários e inquilinos. Valia para as cidades e vilas com mais de 100 casas. Justamente por implicar na definição do perímetro urbano e na primeira numeração oficial dos edifícios da cidade é passível de espacialização em mapas e fotos antigos, contendo informações valiosas sobre proprietários, inquilinos, tipologia, usos dos imóveis e valores envolvidos⁴⁷. Constata-se nesse levantamento que a maioria dos sobrados da rua, em 1809, era dotada de lojas no térreo que, pelos sucessivos Censos, sabemos serem lojas de “fazenda seca” que estavam alugados, em geral, para diversos inquilinos, bem como alojavam os negócios de importantes negociantes e mercadores da cidade. O inventário teve início na Rua Direita (Freguesia da Sé) em 10/11/1809. Dos 10% pagos pelo contribuinte, 1%⁴⁸ foi embolsado pelo Cel. *Luiz Antônio de Souza* (supervisor da cobrança em São Paulo⁴⁹), o futuro *Brigadeiro Luís Antônio*. Os valores atribuídos pelo lançador de impostos parecem ter sido balizados pelas testadas dos imóveis, pela quantidade de pavimentos, e pelo valor dos aluguéis, numa época na qual imperava um importante mercado imobiliário rentista (Beatriz Bueno, 2008). Quando eram alugados, a avaliação era feita simplesmente pelo valor do aluguel (valor esse jurado pelo inquilino ou comprovado por recibo). A Décima Urbana de 1809 forneceu informações extremamente úteis para a espacialização dos dados recolhidos nos Censos. A partir da leitura cuidadosa do texto, elaboramos tabelas que hoje permitem uma série de considerações (algumas já publicadas por *Beatriz Bueno*). Confrontando a Décima Urbana de 1809 com a de 1829 e analisando as imagens dos viajantes e as fotos disponíveis a partir de 1862 (*Militão*), conseguimos espacializar, com alguma precisão⁵⁰, a localização e o perfil das edificações. O banco de dados, construído a partir das fichas do Arquivo Aguirra, também contribui para tal cartografia regressiva. A estabilidade da vida urbana na primeira metade do século permitiu encontrar em 1862, nas fotos de *Militão*, a maioria dos imóveis existentes em 1809.

⁴⁷ Beatriz Bueno, 2008, p. 11.

⁴⁸ Um ponto percentual.

⁴⁹ Beatriz Bueno, 2005, p. 68

⁵⁰ A determinação final foi obtida por superposição de plantas como veremos adiante.

As Décimas não separam as ruas por Companhias, mostrando, portanto, as ruas por inteiro. Já os Censos dividiam a rua por quadras, dentro das Companhias, facilitando assim a localização dos imóveis das esquinas.

Pudemos constatar que dos 46 imóveis existentes na rua, em 1809, 19 eram sobrados (sendo um de três pavimentos), 19 eram casas térreas (sendo quatro de dois lanços⁵¹) e oito não constavam sua tipologia⁵². A maioria absoluta já existia no Século XVIII pertencente a ricos negociantes.

1.3. A Décima Urbana de 1809: Os lotes ganham identidade.

Tomando por base os dados listados na Décima Urbana de 1809, a Rua Direita estruturava-se em sete quadras, tal como de vê na planta da Cidade de São Paulo de 1844/47. Partindo do Largo da Sé, pelo lado esquerdo, a primeira quadra do lado esquerdo (que denominamos de **A**) era composta de seis imóveis (Figura 6); a segunda quadra (**B**) era composta de três imóveis; a terceira (**C**) era composta de 13 imóveis e um terreno; a quarta (**D**) apresentava dois imóveis ladeando a igreja de Santo Antônio (Figura 6). Do lado oposto, ainda seguindo a numeração da Décima Urbana de 1809 (saltando as quadras **E** e **F**, que ainda não existiam), a quadra **G**, fronteira à Igreja de Santo Antônio, apresentava cinco imóveis; a quadra **H** apresentava doze imóveis incluindo a Igreja da Misericórdia e, por fim, a quadra **I**, próxima à Sé, apresentava cinco imóveis. A numeração da Décima Urbana de 1809 foi então aplicada⁵³ a cada lote (Figura 7). O total de quarenta e oito imóveis (contando as duas igrejas) vai permanecer constante até o final do século XIX com uma ou outra inclusão/exclusão (alguns imóveis de esquina, como o da Rua São Bento, quarteirão da futura Praça do Patriarca, ora aparecendo numa ora aparecendo noutra rua).

Quais eram as características materiais desses imóveis? Quem eram os proprietários? Quem eram seus usuários? Quais eram os usos predominantes? Em que medida eram os imóveis destinados a uso próprio ou à renda de aluguel? Quais proprietários permaneceram donos dos imóveis e até quando?

⁵¹ Lanço é uma medida de distância muito usada no passado e correspondia a cerca de 6 a 8 metros.

⁵² Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado* n° 2, p. 11.

⁵³ A numeração sequencial saltava terrenos não edificadas (como o terreno existente entre os lotes n. 11 e 12 da quadra C) e imóveis das Santas Casas de Misericórdia (como o existente entre o n. 40 e a Igreja da Misericórdia, na quadra H). A localização exata dos lotes foi possível superpondo-se os mapas construídos por nós, através da adaptação as plantas do Gegrn de 1974 (Capítulo II), com o de Bresser de 1844/7. A correspondência entre as numerações foi obtida utilizando-se os Diagramas II a V, apresentados no Apêndice deste trabalho.

Figura 6. Espacialização da Rua Direita, mostrando em esboço a sequência e o sentido dos números aplicados aos lotes. Essa numeração foi aplicada a cada lote (Figura 7) e algumas referências foram acrescentadas. Os quarteirões denominados E e F só aparecerão após a implantação do Viaduto do Chá e abertura da passagem com a demolição do sobrado da Baronesa de Tatuí.

Figura 7. Trecho do "Mappa da cidade de São Paulo", levantado pelo engenheiro Carlos Bresser, 1844-1847, onde assinalamos a numeração de 1809. Fundação Biblioteca Nacional – RJ. Cart. 225740.

Na quadra **A** observa-se a predominância absoluta de seis sobrados com “*huma loja e hum primeiro andar, todos de Taypa de pillam*”. Os proprietários dos imóveis tinham perfil variado. Quem eram esses homens? Que profissões exerciam? A Décima não traz nenhuma informação dessas características, mas os Censos o fazem. Nesse sentido, cruzamos as fontes com vistas a precisar o perfil social e material da rua em tempos pretéritos. Em paralelo, nos valem os Almanques e fotos de *Militão Augusto de Azevedo* para precisar a trajetória dos imóveis, seus proprietários e inquilinos, ao longo do Século XIX. A numeração em negrito corresponde à de **1809**, que utilizamos como referência inicial.

O imóvel **n. 1** pertencia ao Guarda-Mor *Vicente Ferreira de Oliveira*. Ele aparece no Censo de 1804⁵⁴ (Diagrama II, Quadra A), como natural da Praça de Colônia [provavelmente Colônia do Sacramento] e negociante de fazenda seca, solteiro, vivendo com dois agregados e três escravos. Residia no imóvel de maior valor da rua (61\$440 réis), na esquina do Largo da Sé, e seu sobrado de uso misto foi avaliado em 2:800\$000 réis por ocasião do seu inventário em 1816 (Aguirra, 1816). No levantamento de Impostos pela Câmara Municipal⁵⁵, em 1882, a “Casa Importadora Borges & Silva”, que então alugava esse imóvel, pagou 300\$000 réis de impostos pela atividade principal, valor acrescido de 10\$000 réis por atividades especiais e de 3\$000 réis pelo letreiro.

Filho de *Francisco Pereira Mendes* e *Maria Josefa Mendes da Silva*, o reverendo *Bartolomeu Pereira Mendes* estava nesse tempo com cerca de 50 anos, pois consta no Censo de 1765 com cinco anos. Figura entre os proprietários dos 10 imóveis mais caros de São Paulo (Bueno, 2008, p. 22). É possível que esse imóvel, o de **n. 2**, pertencesse ou viesse a ser doado ao Mosteiro de São Bento, pois assim figura no Arquivo Aguirra no inventário de *Joaquim José de Oliveira Cardoso*, seu vizinho em 1817. De qualquer forma constou como proprietário do imóvel, na Décima de 1829, seu sobrinho *José Rodrigues Pereira Mendes*, que por essa época morava em sua outra propriedade, no n. 19 da Rua Direita. O reverendo era neto, por via materna, de *Manoel Mendes de Almeida* - casado com *Maria Gomes de Sá*, filha de *Manuel Gomes de Sá* -, que teve oito filhos, entre os quais *Maria Josefa Mendes da Silva*, que desposou o negociante *Francisco Pereira Mendes*, pai de *Bartolomeu* (Diagrama I).

⁵⁴ Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado* n° 2, p. 11.

⁵⁵ O Estado de S. Paulo (então A Província de São Paulo), 25/07/1882, p. 3.

Manoel foi provedor da Casa de Fundação de São Paulo, conforme *Borrego*⁵⁶, quando seu tesoureiro era o Sr. *Manoel Veloso*. Comerciante de fazenda seca e capitão-mor da cidade, *Manoel Mendes de Almeida* era proprietário de uma casa na Rua Direita que, segundo *Brotero*, referindo-se ao seu genro *Francisco Pereira Mendes*, seria a casa de **n. 22**, vizinha da famosa esquina dos ‘Quatro Cantos’ **n. 23**⁵⁷. Na contra mão de *Brotero*, *Borrego* interpretou o texto (mostrado a seguir) do inventário, de 1756, de *Manoel Mendes de Almeida*, como se *Francisco Pereira Mendes* tivesse herdado o próprio imóvel dos Quatro Cantos⁵⁸.

Beinz de Rays: declarou a ditta Inventariante ao *Oelas A. Meira, Maria Gomes de Sá*, veuva, ter ele propriedade de casas térreas, sitta nesta Cidade, de tres lanços, grandes, com seus corredores, quintal, cozinha fora, tudo de ‘taypa de pillam’, coberta com telhas, forradas suas dianteiras que são dois lanços por baixo e por cima. Que partem de uma banda com a Igreja de Santo Antônio e do da outra com casas da mesma família, na Rua Direita, junto aos quatro cantos, as quais foram vistas e revistas, avaliadas pelos ditos avaliadores em seiscentos mil réis (600\$000 réis).

Outra morada de casas de um lanço grande também de ‘taypa de pillam’ de meias com sua loge de mercador e seu fundo e quintal que flui em hum dos quatro cantos, aforrada por cima e por baixo, que os ditos avaliadores virao, avaliadas em trezentos mil reis (300\$000).

Declarou mais outras dittas (duas) casas na Rua Direita, de um lanço de sobrado, com seu corredor assobradado, com quintal, com loja de Taboado, de paredes de taipa de pillam, cobertas com telhas que da banda esquerdo parte com sargento mor *Sebastiao Fernando do Rego* e da direita com as de *Manoel Gomes da Porta* que os avaliadores virao e avaliarao em duzentos e cinquenta mil reis (250\$000)⁵⁹.

Em nosso entendimento, a casa de 600\$000 réis estaria **junto aos ‘Quatro Cantos’** entre a Igreja de Santo Antônio e o Canto de Santo Antônio, na esquina da Rua São Bento num lote que ora vai aparecer incorporado ao de **n. 24** (como na Décima), ora separado dele como, por exemplo, no desmembramento do Edifício do engenheiro *Francisco Notaroberto* no século XX. A outra morada de casas de 300\$000 réis devia estar atrás da primeira, com entrada pela Rua São Bento e também vizinha a casa dos ‘Quatro Cantos’. Finalmente os dois sobrados poderiam estar na quadra **A**, e um deles possivelmente correspondesse àquele pertencente ao

⁵⁶ Maria Aparecida de Menezes Borrego: *A teia mercantil*, p. 256.

⁵⁷ Brotero escreveu - referindo-se ao (futuro alferes) Manoel Rodrigues Jordão, que morava na casa do tio (Francisco Pereira Mendes) e flertava com a filha de Maria Lima de Camargo (esta seguramente moradora e dona do famoso canto), a jovem Ana Eufrosina da Cunha, - o seguinte: “*Paredes meias residia aquela a quem a Providência destinara e escolhera para companheira eterna*”. Frederico de Barros Brotero: *A família Jordão*, p. 10.

⁵⁸ Borrego, op. cit, p. 258.

⁵⁹ Inventários e Testamentos não publicados, APESP CO532, caixa 55.

Reverendo *Bartolomeu Pereira Mendes* (n. 2). Vale informar que seu pai, *Francisco Pereira Mendes* (-1782), era detentor do impressionante cabedal de 20:000\$000 réis no Censo de 1765. Uma das filhas dele, *Antônia Joaquina Mendes da Silva*, casou-se com *Joaquim José dos Santos*; a outra filha, *Gertrudes*, foi a segunda esposa de *Manoel Antônio de Araújo*, e seu filho homônimo *Francisco Pereira Mendes* [filho] casou-se com *Maria Hipólita Rodrigues de Almeida*, filha do alferes *Manoel Rodrigues Jordão* - que teve como primeira morada em São Paulo, aos 40 anos, a casa herdada de *Francisco Pereira Mendes*, acolhido que foi por aquele de quem era sobrinho⁶⁰.

Joaquim José de Oliveira, natural de Lisboa, era negociante e devia estar nesse tempo com cerca de 63 anos, pois consta no Censo de 1814 com 68 anos, no de 1817 com 71 anos e no de 1836 com 98 anos. Morador permanente do **n. 3**, seu imóvel correspondia a ‘*huma loja e hum primeiro andar*’ que na Décima de 1809 foi avaliado em 38\$400 réis e no inventário de 1859 em 1:400\$000 réis (Arquivo Aguirra, 1859). No Censo de 1798, *Joaquim José de Oliveira* aparece casado (mulher ausente), procurador - mor da Bula bem como comprador de açúcar e café em Itu, remetendo esses gêneros para Lisboa. Tinha apenas um escravo. Em 1804, já viúvo e com 58 anos, tinha quatro escravos e vivia de seu ordenado de Tesoureiro (Censo de 1804).

Gabriel Fernandes Cantinho era natural de Braga e casado com *Rosa Maria Correa*. Comerciante de fazendas secas, *Gabriel* foi outro morador contumaz do imóvel **n. 4** como se poderá verificar nos Censos seguintes e na Décima de 1829. Em 1804, *Cantinho* aparece morando, na Rua São Bento com sua esposa, três filhos e 14 escravos, o que significa que adquiriu o imóvel **n. 4** por volta de 1809.

O imóvel **n. 5** foi sequestrado pela Real Armada, pelo menos assim consta na Décima de 1809. Nas mãos do Mestre de Campo *Manoel de Oliveira Cardoso*, estava alugado para o tenente *Mathias José de Oliveira*. Em 1817, aparece como proprietário, no Arquivo Aguirra, *José Joaquim de Oliveira Cardoso* (pelo menos constam, como vizinhos, *Gabriel Fernandes Cantinho* e o Mosteiro de São Bento). Outra provável proprietária, *Escolástica Joaquina Boena*, teve seu inventário finalizado em 1859.

⁶⁰ Brotero op. cit. p. 9 e 10.

O imóvel **n. 6**, na esquina com a Rua do Ouvidor (atual Rua José Bonifácio) pertencia ao Mosteiro de São Bento, tanto na Décimas de 1809 como na de 1829. Estava alugado, em 1809, para *José Antônio do Valle* e, depois, para *Luís Antônio do Valle*, casado com *Maria Lourenço*. Foi também morador desse imóvel *Pedro Taques de Almeida Alvim* (Censo de 1822), neto do genealogista *Pedro Taques de Almeida Paes Leme* (Diagrama I).

Os seis imóveis do quarteirão A aparecem nas fotos de *Militão Augusto de Azevedo*, de 1862, (Figura 16) tal qual indicados na Décima de 1809, como sobrados de um andar e loja no térreo.

A quadra **B**, entre as ruas do Ouvidor (atual Rua José Bonifácio) e da Cruz Preta (atual Rua Quintino Bocaiúva), tinha apenas três imóveis (n. 07, n. 08 e n. 09) (Figura 8) e era composta de um sobrado de ‘*huma loja e hum primeiro andar*’, ladeado por duas casas ‘*terreas com loja*’ (Diagrama II, Quadra B).

Figura 8. Pormenor da vista do Largo da Misericórdia com o chafariz do Tebas. Ao fundo a Rua da Cruz Preta (depois do Príncipe, atual Quintino Bocaiúva) com a Rua Direita. Imagem teria sido desenhada a partir da Rua do Comércio (atual Álvares Penteado). A casa térrea, atrás do chafariz (n. 9), era a moradia de Manuel Joaquim de Vasconcelos e o sobrado ao lado, à esquerda do chafariz (n. 8), era o imóvel pertencente a José Pinto Tavares. Na outra esquina, atrás da Igreja da Misericórdia, vê-se o sobrado n. 10 pertencente ao Cel. Joaquim José dos Santos. EDMUND PINK – 1823, Acervo da BM & FBOVESPA S. A., São Paulo.

Iniciando no **n. 7**, pode-se verificar que esse imóvel pertenceu, por mais de cem anos, ao Convento do Carmo, terceiro maior detentor de imóveis de São Paulo⁶¹. Tratava-se de uma pequena casa térrea com loja na frente que foi alugada a sucessivos inquilinos, como os negociantes de fazenda seca *Salvador Dias* (1814) e *José Muniz de Souza* (1822). Outro comerciante de fazendas foi *José Francisco de Lima*, registrado nos Almanques de 1873 e 1884.

O imóvel de **n. 8** era um sobrado e pertencia ao capitão *José Pinto Tavares*, casado com *Maria Joaquina*, que tinha um negócio de ferragens. Situado no centro do pequeno quarteirão fronteiro ao Largo da Misericórdia e avaliado em 30\$720 reis, aparece no inventário de 1815 valendo 1:000\$000 réis. Em 1829, o proprietário era o negociante de fazendas *Francisco Gonçalves dos Santos Cruz*, casado com *Maria Joaquina de Abreu*. No Memorial Paulistano para o ano de 1863 aparece ali sediado *Manoel Antônio Bittencourt*, com negócios de fazenda seca. No Almanque de 1873 consta a charutaria de *José Monteiro de Abreu* e, pelo Arquivo Aguirra, o proprietário em 1883 era *Adonias Luiz Alves*.

Ladeando o sobrado, o **n. 9** era outra casa térrea com loja habitada durante muitos anos pelo sargento *Manoel Joaquim de Vasconcelos* (Figura 8), negociante de molhados, casado com *Ana Maria Inácia*. Devia ser procurador da Santa Casa de Misericórdia, proprietária do lote⁶², segundo *Antônio Egydio Martins*. Em 1845 há uma menção no Arquivo Aguirra que cita a Santa Casa como proprietária do imóvel, avaliado em 125:000\$000 réis. Os Almanques mencionam como inquilinos da loja *Joaquim Lopes Carneiro* (1873), que tinha depósito de cal, molhados e gêneros do país; “D. Calderaro & Cia” (1884), joalheiros; *Constanzo d’Antônio*, com chapéus de sol (1884 e 1890), e “Fernandes Couto & Lessa” (1890), dono da ‘Casa do Couto’, de fazendas, modas e armarinhos (Diagrama II).

O quarteirão **C** iniciava-se na esquina da Rua do Príncipe (atual Rua Quintino Bocaiuva) terminando na Rua de São Bento (Diagrama III). Apresentava 14 imóveis de tipologias variadas (quatro sobrados, seis casas térreas, sendo duas de dois lanços e quatro imóveis sem informações) e um terreno.

⁶¹ Conforme Beatriz Bueno, em “Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica”, p. 24, o Convento do Carmo possuía 22 imóveis na cidade de São Paulo em 1809.

⁶² Antônio Egydio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 28.

O **n. 10** era um sobrado com um primeiro andar pertencente ao Coronel *Joaquim José dos Santos*, filho do sargento-mor *Lopo dos Santos Serra*, mercador com cabedal de 6:000\$000 réis, e de *Inácia Maria Rodrigues*, filha de *Ângela Vieira*, esta filha de *Manoel Veloso* (Diagrama I), um dos comerciantes mais importantes de meados do século XVIII⁶³. Casada com *Luís Rodrigues Villares*, *Ângela Vieira* foi uma personagem ímpar da literatura piratiningana. Detentora do cartel das farinhas, já nos idos de 1738 foi objeto de uma correição no Senado da Câmara, efetuada pelo juiz *João Bueno da Silva*, pelos vereadores *Manoel Luís Ferraz* e *Mateus Pedroso de Siqueira* e pelo procurador *Manoel José da Cunha*. *Ângela Vieira* tinha nessa época um beco (que levava seu nome) e costumava aterrar seus terrenos, fazendo com que as águas pluviais - que normalmente escoavam para o Largo da Misericórdia - invadissem as propriedades do poderoso *José da Silva Ferrão* (o segundo marido de *Maria da Silva Leite*, Diagrama I). Este, por sua vez, construía açudes no meio da rua, de forma a redirecionar as águas para seu leito natural. A decisão do Senado foi pelo retorno à situação anterior, sem aterros e sem açude⁶⁴, aceita por ambos. Conta-nos *Nuto Santana* que *Ferrão* residia no princípio da Rua do Ouvidor (atual Rua José Bonifácio) e *Ângela Vieira*, com seu marido - geralmente ausente - *Luís Rodrigues Villares*, na esquina da Rua Direita com o Beco da *Ângela Vieira*, trecho da atual Rua Quintino Bocaiúva, entre a Rua José Bonifácio e a Rua Direita⁶⁵. Essa casa ficava defronte à Igreja da Misericórdia e provavelmente correspondia ao imóvel n. 10, herdado por *Joaquim José dos Santos*, neto de *Ângela Vieira*. Negociante de escravos e dono de considerável fortuna, *Joaquim José dos Santos* chegou a possuir doze propriedades, 87 escravos⁶⁶ e era casado, desde 1789, com *Antônia Joaquina Mendes da Silva*, filha de *Francisco Pereira Mendes* e *Maria Josefa Mendes da Silva*, esta por sua vez filha de *Manoel Mendes de Almeida* (Diagrama I). Conhecido como o Canto do Chafariz⁶⁷, o sobrado tinha dez janelas, das quais as seis primeiras constituíam o **n. 10**. Ainda na Rua Direita, o Coronel *Joaquim* era proprietário também do Canto de Santo Antônio (**n. 24**), um sobrado de 6:240\$000 réis, onde o casal morava com 32 escravos, como veremos adiante. Possuía também uma fábrica de açúcar em Jundiaí, uma estalagem e mantinha 45 escravos na região⁶⁸. Faleceu em 1828, deixando oito

⁶³ Borrego, op. cit. p. 247.

⁶⁴ Afonso de E. Taunay (1949): *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*. V. I, parte 1. P. 78.

⁶⁵ Nuto Sant'anna: *São Paulo Histórico*, V. 5, p. 132. Também mencionado por Carlos A. C. Lemos (2001) em: *O Álbum de Afonso*, p. 92.

⁶⁶ Maria Lucília Viveiros Araújo: *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*, p. 157.

⁶⁷ Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado n° IV: Arquivo Aguirra, 1829*.

⁶⁸ Araújo, op. cit. p. 157.

filhos: *Francisco Xavier dos Santos*, *Joaquim José dos Santos Silva* (o futuro Barão de Itapetininga), *José Francisco Xavier dos Santos*, *Antônio Rodrigues Villares*, *Francisca Vitória Rodrigues*, *Maria Violante do Céu*, *Inácia Joaquina dos Santos* e *Manuel Rodrigues Villares*.

O n. 11 era:

Propriedade do Reverendo *Francisco de Godoes Coelho*, que consta de duas logeas e hum primeiro andar: uma das logeas alugada por *Josefa Felícia de Andrade* e a outra por *Ana Conceição de Andrade*, ambas pela quantia de quinze mil e trezentos e secenta e o primeiro andar avaliado em oito mil e seiscentos e quarenta reis...

Segundo o Censo de 1814, as irmãs *Andrade* tinham negócios com um sitio e moraram nesse endereço por muitos anos, conforme se depreende dos Censos posteriores.

Seguindo a Décima, após passar por um terreno não edificado, havia duas casas térreas de números **12** e **13**, que se fundiram em 1844. A primeira era propriedade do capitão *Antônio Bernardo Bueno da Veiga*, negociante de fazenda seca, outro morador contumaz do endereço. Já a casa **n. 13** pertencia ao Convento do Carmo e estava alugada ao negociante de fazenda seca *José de Santana*, casado com D. Joaquina, indo parar nas mãos dos *Vergueiro* como veremos adiante (Diagrama III).

O imóvel **n. 14** pertencia ao Dr. *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro*, e: “consta de hum andar e de inquilina *Anna Joaquina* que jurou pagar de aluguel trinta mil e setecentos e vinte...” O Dr. *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro* (1778/1859) era casado com *Maria Angélica de Vasconcelos* e chegou a ser regente do Império em 1831, durante a abdicação de *Dom Pedro I*, ficando mais conhecido como *Senador Vergueiro*. Foi diretor da Faculdade de Direito entre 1837 e 1842. O sobrado foi comprado por 700\$000 réis de *Antônio Silveira Peixoto* e mais tarde passou ao filho, *Nicolau José de Campos Vergueiro*, o Visconde de Vergueiro (Figura 9), que encontramos como proprietário do lote, então com o n. 33 no Imposto Predial de 1886⁶⁹. Sua outra filha, *Antônia Eufrosina de Campos Vergueiro*, casou, em 1833, com o filho do *Brigadeiro Luís Antônio*, *Francisco Antônio de Souza Queiroz* (Diagrama I).

⁶⁹ Correio Paulistano 09037 de 08/10/1886, p. 2.

Figura 9. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e seu filho Nicolau José de Campos Vergueiro. Wikipédia: FDUSP, diretores.

O n. 15 era uma casa térrea de dois lanços pertencente ao Reverendo *Joaquim Mariano do Amaral Gurgel* e estava alugada para *Manoel de Souza e Nóbrega* por 26\$880 réis anuais. Após alugar para outros inquilinos, essa propriedade passou para *José Francisco Lara de Moraes*. No Arquivo Aguirra, em 1875, consta no inventário de *Maria Clara de Souza*, com o n. 14, tendo como vizinhos *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro* e *Inácio José de Araújo*. De fato, houve uma alteração na numeração em 1852. Na Sessão Ordinária de 03 de Janeiro de 1852, entre os ofícios que entraram na Câmara Municipal presidida pelo *Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira*, figurou o do Fiscal da Cidade (cujo nome não constou), em que se especificavam os trabalhos a realizar e os já realizados⁷⁰ referentes à numeração das casas: “Tendo mandado reformar a maior parte da numeração das casas que se achavam truncadas, despendeu com o trabalho a importância de 34\$740 réis”. Durante muitos anos esse endereço foi ocupado por uma loja de ferragens, e outros gêneros, pertencente a *M. P. da Silva Bruhns* (já com o n° 30), sucedido por “Ad. & Wm. Arbenz”. Mas o grande acontecimento desse lote ocorreu em 1892, quando o proprietário (Banco União de São Paulo) construiu o prédio de três pavimentos assinado por *Francisco de Paula Ramos de Azevedo*, como veremos no Capítulo II (Diagrama III).

⁷⁰ Atas da Câmara, Vol. 36-41, 1852, p. 5 e 8.

O imóvel **n. 16** estava em obras em 1809 e pertencia em 1804 a *Inácia Ferreira de Oliveira*⁷¹, viúva de 70 anos que vivia com seus três filhos: *Inácio* (porta estandarte do 2º regimento da cavalaria miliciana), *Ana Francisca de Oliveira* (39) e *Joaquina Maria da Luz* (34). *Inácia* figurava no Censo de 1798, como proprietária de uma chácara⁷² “*nos subúrbios desta Cia, onde planta para comer e faz telhas*”. Na ocasião declarou possuir 17 escravos, da jornada dos quais retirava seu sustento. Na mesma casa vivia *Úrsula Maria da Silva* (45), com quatro escravos. Portanto, ao menos 26 pessoas viviam nessa casa que, como veremos adiante, tinha só 6 metros de frente. *Inácia* deve ter falecido, pois na Décima de 1809 aparecem como proprietárias as filhas *Ana* e *Joaquina*, que conviveram na morada durante muitos anos (Diagrama III) junto da tia *Úrsula*. Suas rendas advinham da jornada de seus escravos de ganho. Em 1836 ali figurou como morador o Reverendo *Antônio Alvarez*, de 35 anos, com dois agregados.

A casa térrea de **n. 17** pertencia ao Recolhimento de Santa Tereza e estava alugada para *Gertrudes Mendes do Amaral*. Junto dela havia outra casa térrea de **n. 18**, propriedade de *Manoel da Costa Cardoso*, onde morou a costureira *Luíza Francisca*. Em 1887, ambas as casas constam com o n. 39 e ali funcionou a loja de chapéus de Guilherme Auerbach & Cia e a fábrica de chapéus de Alves, Porto & Cia, sucessor de *Francisco Fischer* (Diagrama III).

O imóvel **n. 19** não apresenta informação sobre a sua tipologia e era propriedade de *Antônio Teixeira Leitão*, estando alugada (até 1814) para *José Manoel da Luz*, casado com *Francisca Marcelina* e depois para o negociante *Luís Silvério* e em 1822 para *José Floriano Lara*, casado com *Maria Clara*. Em 1829 consta como proprietário o neto de *Francisco Pereira Mendes*, *José Rodrigues Pereira Mendes*, casado com *Gertrudes Miquelina Palhares* (Diagrama I), tendo como inquilino *José Brito de Oliveira*.

O imóvel **n. 20** também não apresenta informação sobre sua tipologia e pertencia metade ao Reverendo *Ignácio Francisco de Moraes* e a outra metade à *Ana Domingues Bragança Faria*, *Maria Joaquina Gertrudes Domingues* e *Ana Joaquina*. Esse imóvel teria sido de *Vicente Pires da Mota* (66 anos, viúvo em 1798, conforme o Censo de mesma data), que tinha negócios de boticário no Rio de Janeiro. Nessa época tinha seis filhos e 25 escravos. Um dos filhos, *Dionísio Ereopagita da Mota*, viria a ter farmácia na esquina da Rua Direita com a Rua do Rosário e outro filho adotivo, *Vicente Pires da Mota*, era padre e consta como proprietário

⁷¹ Censo de 1804, APESP, 033 010 089.

⁷² Censo de 1798, APESP, 032 020 007.

do imóvel em 1829, tendo sido o diretor da Faculdade de Direito e Presidente da Província de São Paulo por cinco vezes⁷³. Ainda nesse endereço morou o irmão do Barão de Iguape, *Francisco da Silva Prado*, casado com *Maria Benedita Pacheco Jordão*, e também *Ayres Coelho da Silva Gameiro*, o Barão da Silva Gameiro (Figura 10). Mais tarde, no lote foi instalado o Cine Alhambra (vide Capítulo III).

Figura 10. O Barão da Silva Gameiro foi fundador e primeiro presidente da Real e Benemerita Sociedade de Beneficência Portuguesa. O Estado de S. Paulo, 27/12/1955, p. 12.

O imóvel **n. 21** era um sobrado de dois lanços e pertencia ao Capitão-mor *José Francisco de Sales*, casado com *Maria Joaquina de Oliveira*, que estaria com 73 anos em 1809. Filho de *Francisco de Sales Ribeiro* (Diagrama I) e neto por via materna de *Gaspar de Matos* – outro importante comerciante do século XVIII –, *José Francisco de Sales* era mercador em 1776 e casado com *Ana Francisca de Oliveira Montes* (Censo de 1776). Em 1798, já casado com *Maria Joaquina*, revela que vivia do que granjeou com tropas de bestas que mandava vir do Rio Grande do Sul “*em outros tempos*”. Possuía uma chácara “*no termo da cidade*” que rendia anualmente 50 alqueires de farinha para auxílio do gasto de sua casa. Tinha duas filhas de nome *Ana* e seis escravos (Censo de 1798). No Censo de 1804 encabeçou a lista com o fogo n. 1 e constou como fabricante de açúcar. Além disso, sua casa ali aparece registrada como “nova”. O capitão-mor vai figurar nos censos até 1817. Surpreende o fato de a casa ter sido listada, pelo autor do Censo de 1804, como “nova”, uma vez que o capitão-mor *José*

⁷³ Antônio Egydio Martins; *São Paulo Antigo*, p. 486.

Francisco de Sales era herdeiro de uma das mais poderosas famílias de negociantes da São Paulo setecentista. Ao que tudo indica seu avô, *Gaspar de Matos*, já era proprietário do dito sobrado e provavelmente ali residiu até meados do século XVIII (Diagrama I):

...numa morada de casas de sobrado com seus corredores forrados por cima e por baixo, com sacadas nas janelas, de taipa de pilão, cobertas de telhas e quintais murados com bons muros⁷⁴.

Também supomos que o capitão-mor não só herdou a casa como deu continuidade às atividades do avô. Natural da Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes), filho de *Sebastião de Matos* e de *Isabel de Araújo*⁷⁵, o avô *Gaspar de Matos* chegou a possuir o impressionante patrimônio de 68:000\$000 réis, conforme inventário de 1735⁷⁶. A fortuna deve-se em parte ao matrimônio com *Maria Vieira da Cunha*, neta de *Francisco Vieira Antunes*, outro dos maiores negociantes de então. Ao que parece, é da segunda esposa que *Gaspar de Matos* herdou o sobrado: *Maria da Silva Leite*, filha de *Francisca da Silva Teixeira* e neta de *Maria da Silva*, esta por sua vez, filha de *Isabel de Ribeira* e neta de *Amador Bueno da Ribeira*. *Amador Bueno da Ribeira* era morador e proprietário de duas casas na Rua Direita desde o século XVII⁷⁷. Portanto, tal sobrado poderia não ser assim tão novo, pois parece existir desde o Seiscentos. *Gaspar de Matos* ao que parece legou ainda outro sobrado na Rua Direita para outra filha, *Escolástica Maria de Matos*, futura esposa do abastado comerciante *Manoel de Macedo*⁷⁸, pais de *Escolástica Joaquina de Macedo* que, por sua vez, se casou com o negociante *Jose Vaz de Carvalho*, proprietário do sobrado posteriormente comprado pelo *Barão de Iguape* nos Quatro Cantos (Diagrama I). Ou seja, também o célebre sobrado já estaria possivelmente construído desde o século XVIII, vinculado a *Gaspar de Matos*. Segundo pudemos constatar, pode ser que outros dois sobrados da Rua Direita também já existissem desde o século XVIII e fizessem parte do espólio desse rico comerciante. Os lotes de números 26 e 27 aparecem, na Décima de 1809, como pertencentes a *Francisco Xavier dos Santos* que, por sua vez, era casado com *Maria Teresa Vitoria da Silva*, neta de *Gaspar de Matos*. Talvez até mesmo o sobrado do futuro *Barão de Itapetininga* também lhe pertencesse originalmente, pois foi herdado do tio *Francisco Xavier dos Santos*. O imóvel n. 21 aparece em inventário do Arquivo Aguirra de 1818 como vizinho de *Joaquim José dos Santos*. A partir de 1822 consta como seu proprietário o fazendeiro *Francisco Antônio Baruel*.

⁷⁴ Borrego, op. cit. p. 267.

⁷⁵ Luís Gonzaga Silva Leme; Genealogia paulistana, Vol. VIII, p. 151.

⁷⁶ Borrego, op. cit. p. 267.

⁷⁷ Paes Leme: *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, Tomo I, p. 83, 84 e 89 e Tomo III, p. 113.

⁷⁸ Silva Leme, op. cit. Vol. II, p 489 e 494.

O imóvel **n. 22** era uma casa térrea de dois lanços cuja proprietária era *Gertrudes Maria Veloso* (63), filha de *Tomé Rabelo Pinto* e *Escolástica Veloso*, portanto neta de outro famoso comerciante setecentista, *Manoel Veloso*. *Gertrudes* era, portanto, remanescente solteira de outro importante clã de comerciantes do século XVIII. Natural de São Claudio de G., no distrito de Braga, filho de *Francisco Velho* e de *Esperança Domingues*, em 1751 faleceu *Manoel Veloso*, morador e provável proprietário dessa residência na Rua Direita. Era casado com *Inácia Vieira* - filha de *Francisco Vieira Antunes*, já citado⁷⁹. *Veloso* era almotacel (fiscal de pesos e medidas), mercador, importador de mercadorias do reino, e tinha negócios e sesmaria em Cuiabá. *Gertrudes* ali morava com as outras irmãs solteiras *Francisca Maria Veloso* e *Escolástica Eufrosina Veloso*. No Censo de 1804 aparece com sítio em Santana e 16 escravos. No Censo de 1814 o imóvel consta 'em obras' e na Décima de 1829 consta como pertencente à herança da mesma proprietária, mas sabemos estar habitado, em 1862, pelo major *Manoel Rodrigues Jordão* (e ocupado pelo Banco Mauá em 1873). Isso nos leva a pensar que as obras de verticalização do imóvel tenham sido encabeçadas por *Gertrudes Maria Veloso*. É possível que seja, já em 1829, um dos imóveis de propriedade da família *Jordão*, como veremos a seguir.

Encerrando o quarteirão **C**, na esquina com a Rua São Bento, aparece o imóvel **n. 23**. Foi descrito como “*arruinadas e por isso inhabitáveis*”, tendo como proprietário o Cel. *Joaquim José Pinto [do Rego] de Moraes Leme* (- /1831), filho do cel. *Francisco Pinto do Rego e de Escolástica Jacinta da Ribeira Góes e Moraes*, filha de *José de Góes e Moraes* (Diagrama I). Homem muito rico, sua fortuna advinha da herança paterna e da mineração de ouro nas Minas Gerais no princípio do século XVIII. *Góes* mais tarde vinculou-se à criação de gado nos campos de Curitiba e à importação de fazenda seca de Portugal, falecendo em 1793 aos 92 anos. Curiosamente este mesmo imóvel aparece nas mãos do clã dos *Manoel José da Cunha*, pai de *Ana Eufrosina da Cunha*, que se casou com o alferes *Manoel Rodrigues Jordão*⁸⁰, pai

⁷⁹ Silva Leme, op. cit. Vol. VIII, p. 152 e 167.

⁸⁰ O Alferes *Manoel Rodrigues Jordão*, imigrante do Bispado de Coimbra, se notabilizou pela fortuna adquirida como mercador ambulante nas Capitanias de Goiás e Mato Grosso. Levava fazendas secas para vender e trazia na volta ouro comprado diretamente das minas. Retirado dos negócios, fixou residência na casa do tio *Francisco Pereira Mendes* (Brotero, p. 9). *Jordão* casou-se, em 1767, com *Ana Eufrosina da Cunha* (1742/1796), enteada do Dr. *Luiz de Campos*, filha do primeiro casamento de *Maria de Lima Camargo*. Estes moravam no sobrado dos Quatro Cantos, recebido por herança, em 1746, do primeiro casamento de *Maria de Lima Camargo* com *Manoel José da Cunha* e eram vizinhos de *Francisco Pereira Mendes*, onde morava *Jordão* (Brotero, p. 10). O casal ingressou na Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ordem preferida dos *Camargo*, em oposição à Ordem Terceira do Carmo, frequentada pelos, historicamente inimigos, *Pires* (Brotero, p. 12). O alferes *Jordão* viria a falecer em 02/11/1785. No seu inventário constou: “Uma casa de morada térrea na Rua de São Bento, [...]. Outra morada de casas de sobrado na cidade, nos Quatro Cantos, que lhe couberam em partilhas por falecimento de Dona Maria de Lima Camargo, cujas se acham litigiosas com o Doutor Luís de

do futuro dono do grande sobrado dessa esquina. O imóvel aparece também no inventário de *Manoel José da Cunha* (-/1745), no Arquivo Aguirra, em 1747 (esquina São Bento – Quatro Cantos) e na herança de *Maria Lima de Camargo*, entre seus bens de raiz:

Uma casa de morada sita nos Quatro Cantos com sete lanços, a saber, três lanços térreos na parte da Rua Direita e quatro lanços para a parte da Rua São Bento, de sobrado, que foi avaliada em um conto de réis; morada de casas térreas de doze lanços pequenos, situada na Rua de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e que da parte do sul partem com casas de *Felipe Mendes* e da parte do Norte com os cheios de *Tomé João*, avaliadas por cento e trinta mil réis⁸¹.

Ao que tudo indica em algum momento o imóvel foi vendido ao Cel. *Joaquim Jose José Pinto de Moraes Leme* e depois novamente recomprado por um membro da família do antigo clã de comerciantes do *Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão*. Nesse sentido, o imóvel desaparece dos Censos de 1814 e 1817 (acreditamos que tenha sido reformado nesse período) e, finalmente, em 1822 reaparece habitado pelo *Brigadeiro Jordão* e por sua esposa *Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda* que ali residiu até pelo menos o ano de 1836. Filho do *Alferes Manoel Rodrigues Jordão* e de *Ana Eufrosina da Cunha*, *Jordão* nasceu em São Paulo em 1871 e foi batizado em 05/04/1871 na paróquia da Sé⁸². Iniciou sua carreira militar aos quinze anos de idade: assentou praça de tenente em 28/04/1796, foi nomeado capitão da 1ª Cia em 18/01/1806, tenente-coronel em 15/11/1808, efetivo do regimento do general *Horta* em 08/11/1810, coronel agregado em 20/08/1812 e coronel efetivo por decreto em 29/06/1813⁸³. Sua trajetória nesta moradia, contudo, não é tão clara. Embora até tenha sido seu nome eternizado no famoso solar dos Quatro Cantos como ‘Canto do Jordão’, pouco deve ter morado lá. Encontramo-lo, no início do século, ainda tenente e solteiro, aos vinte e um anos de idade, morando com sua irmã *Francisca Emília de Camargo* na 2ª Cia de Ordenanças desta cidade. Nessa época (1802) possuía seis escravos. Já na Décima de 1809 aparece

Campos, por 773\$155 réis” (Brotero, p. 593). A primeira casa ficou com *Antônio da Silva Prado* [pai] e metade da segunda casa ficou para *Ana Eufrosina da Cunha*. *Jordão* deixou sete filhos, seis filhas com idade de 6 a 17 anos e um único filho, com cinco anos: o *Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão* (1781/1827), um ator importante do século seguinte. Uma das filhas, *Maria Hipólita Rodrigues de Almeida* (1767/-), casou com o filho homônimo de *Francisco Pereira Mendes*, gerando *Ana Eufrosina Pereira Mendes* (1804/1849), a primeira esposa do *Joaquim José dos Santos Silva* (1799/ -), o Barão de Itapetininga. Outra filha, *Ana Vicência Rodrigues de Almeida* (1769/1862), casou, em primeiras núpcias, com *Antônio da Silva Prado* (1720/1793), o progenitor de *Antônio da Silva Prado* (1788/1875), o Barão de Iguape, e de *Francisco da Silva Prado* (1790/-). Em segundas núpcias, *Ana Vicência* casou com *Eleutério da Silva Prado*, meio irmão de *Antônio*, gerando *Martinho da Silva Prado* (1811/ 1891), o pai do futuro prefeito de São Paulo, conselheiro *Antônio da Silva Prado* (Diagrama I). As outras filhas eram: *Antônia Fausta*, *Escolástica Jacinta*, *Gertrudes Maria de Camargo* e *Francisca Emília de Camargo* (Brotero, p. 510).

⁸¹ Brotero, op. cit. p. 586.

⁸² Brotero, op. cit. p. 509.

⁸³ Brotero, op. cit. p. 511.

morando na Rua São Bento nº 13, que seria o canto oposto ao Canto do Jordão. Voltamos a encontrá-lo na 2ª Cia em 1814 e em 1816 com quatro agregados e 18 escravos. No Censo de 1817, o n. 23 continua não constando, mas no Inventário (Aguirra, 1817) de *Gertrudes Maria Velloso*, que era proprietária do n. 22, *Jordão* já aparece como seu vizinho. Só em 1822 o *Brigadeiro* aparece morando nos Quatro Cantos. Segundo *Brotero*, possuía um enorme casarão na Rua Boa Vista que ficou para o filho mais velho, major *Manoel Rodrigues Jordão*, prédio este que foi comprado (em 1873) pelo governo para ali instalar o Tribunal de Relação⁸⁴. No Arquivo Aguirra (1828), o *Brigadeiro Jordão* aparece com duas moradas na Rua Direita: uma quase em frente à igreja de Santo Antônio. Na Décima de 1829 aparece como proprietário do n. 23 (Canto do Jordão) e do n. 32, onde teria por vizinho *Antônio Rodrigues Jordão* segundo o Arquivo Aguirra. *Jordão* casou, em 30/10/1820, com *Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda*, filha de *José Pedro Galvão de Moura Lacerda* e de *Gertrudes Teresa de Oliveira Montes*, esta filha de *José Rodrigues Pereira* (Diagrama I). O casal teve os seguintes filhos: *Ana Eufrosina Rodrigues Jordão*, *Manuel Rodrigues Jordão* (neto, depois major), *Amador de Camargo Lima* (depois *Barão de São João de Rio Claro*), que adotaria o nome de *Amador de Lacerda Rodrigues Jordão*, *Silvério Rodrigues Jordão* e *Gertrudes*. Tinham, como segunda morada, o imóvel da Rua Santo Antônio [nome dado à Rua Direita, nesse trecho, conforme visto] em frente à igreja de mesmo nome. Era um sobrado de 3:400\$000 réis (Aguirra, 1828, 2ª morada), com três lanços, cinco portas, cinco janelas com grades de ferro e quintal, onde trabalhavam vinte e quatro escravos⁸⁵. Dono de imensa fortuna, perdendo talvez apenas para o *Brigadeiro Luís Antônio*, *Jordão* já era dono de 57 fazendas quando fez uma oferta (recusada) para comprar a fazenda 'Bom Sucesso', fundada por *Inácio Caetano Vieira de Carvalho*, em 1771. Após a morte de *Inácio*, os filhos a hipotecaram ao *Brigadeiro*, que acabou adquirindo-a próximo do Natal de 1825, batizando-a de Fazenda Natal. Segundo seu tetraneto, Dr. *Carlos Cobra Neto*, *Jordão* teria visitado uma única vez a fazenda. A Fazenda Natal é hoje a cidade de Campos do Jordão⁸⁶ e foi invadida e ocupada, após a morte do *Brigadeiro*, e seus herdeiros nunca mais a reaveram. O *Brigadeiro Jordão* faleceu em 27/02/1827 aos 46 anos, portanto bastante moço (Figura 11).

⁸⁴ Brotero, op. cit. p. 512.

⁸⁵ Araújo, op. cit. p. 154.

⁸⁶ Guia CASTELFRANCHI, Campos de Jordão, 2011, p. 12.

Figura 11. *Quadro do Brigadeiro Jordão, achado num porão e mantido pelo Dr. Castor Cobra Neto, morador de Campos de Jordão e tetraneto do Brigadeiro. Teria sido pintado em 1825 quando o Brigadeiro tinha 44 anos. Guia CASTELFRANCHI, 2011, p. 12.*

Jordão deixou um cabedal partível de mais de 310:000\$000 réis, além de um Morgadio (grupo de bens de raiz inalienáveis) de 34:000\$000 réis. Sua esposa viveu mais 21 anos, falecendo em 1/02/1848 com um cabedal de cerca de 290:000\$000 réis. Ficou famosa por hospedar, em 1846, a *Imperatriz Tereza Cristina* em seu solar do Braz e pelo suntuoso baile oferecido a *Dom Pedro II* e sua esposa em 11/04/1846 em seu solar nos Quatro Cantos, segundo *Egídio Martins*⁸⁷. No inventário do *Brigadeiro*, cuja inventariante foi sua esposa, são nomeados seus cinco filhos como herdeiros, todos muito jovens, e em seguida relacionados os bens imóveis⁸⁸. A esposa não era herdeira, pois casou no regime de absoluta separação de bens, e o imóvel dos Quatro Cantos pertencia ao morgadio instituído por *Jordão*:

- Casa na Rua Direita [pelo Arquivo Aguirra, 1828, talvez correspondesse ao n. 22: dois lanços, vizinha do *Francisco Antônio Baruel*, e valor quase um terço do da casa da Rua de Santo Antônio: 1:200\$000 réis. Esse imóvel aparece, no Memorial Paulistano de 1862 nas mãos do major *Manuel Rodrigues Jordão*].
- Casa na Rua de Santo Antônio (Direita) [que seria o n. 32, de 1829; os parênteses são do *Brotero*]. No Arquivo Aguirra, 1828, esse imóvel de três lanços valia 3:400\$000 réis.
- Chácara no Ipiranga.
- Engenho Benfica (e Queluz) em Itu.
- Fazendas: Azeda em Rio Claro; Paraíso em Piracicaba; Retiro Dois Corações em Itapetininga; Bonfim em Caçapava; Espírito Santo em Paraibuna; Felipe em Pindamonhangaba, Natal (Campos do Jordão) em São Bento de Sapucaí; Ribeirão Santo Antônio em Areias. Deixou 280 escravos e a cada um dos cinco herdeiros cerca de 62:000\$000 réis. Com a morte da filha *Gertrudes*, apenas quinze dias após a morte do *Brigadeiro Jordão*, a inventariante também recebeu 62:000\$000 réis. O processo transcorreu morosamente e houve até ameaças à viúva, que reclamava da avaliação dos imóveis pertencentes ao Morgadio instituído por *Jordão*: “*uma morada de casas*⁸⁹ nobres cita nos *Quatro Cantos*” e o sítio Nossa Senhora do Rosário, em Itu⁹⁰. Aos órfãos foi conferido como tutor o outro filho do *Brigadeiro Jordão*, que *Jordão* já tinha antes do casamento com *Gertrudes*, o *Dr. Antônio Rodrigues de Almeida Jordão*⁹¹. Vamos encontrar todos no famoso

⁸⁷ Martins, op. cit. p. 206.

⁸⁸ Brotero, p. 619.

⁸⁹ ‘Morada de casas’ correspondia ao conjunto de cômodos que hoje chamamos de residência.

⁹⁰ Brotero, p. 621.

⁹¹ Brotero, p. 620 e 623.

imóvel da Rua Direita no Censo de 1836⁹²: a casa n. 23. Nela (*Gertrudes Galvão de [Oliveira] Lacerda*, 56 anos, viúva, apareceu como proprietária, morando com sua irmã *Joana Batista* e com seus filhos *Manuel Rodrigues Jordão* (13 anos), *Amador de Camargo* (12 anos), *Silvério* (9 anos), *Ana Eufrosina* (16 anos), casada com Dr. *Rafael de Araújo Ribeiro* (31 anos). Na mesma casa residia também o Dr. *Antônio Rodrigues de Almeida Jordão*, bacharel, natural de São Paulo (com 33 anos) e provável detentor de fato do Morgadio, além de *Ricardo Carneiro Monteiro* (branco, 33 anos), natural de Pernambuco, caixeiro. *Ana Eufrosina* faleceu em 1865 e deixou de herança inúmeros imóveis⁹³ nas ruas Direita e São Bento, mas talvez, segundo⁹⁴ *Brotero*, já não detivesse o Canto do Jordão (o que divergimos) que estaria a essa altura nas mãos do Conde de Lara. O major *Manuel Rodrigues Jordão* (1824/1875) era casado, desde 1861, com *Maria da Gloria de Moura Jordão* (1840/1883), neta da *Baronesa de Iguape* e teve três filhos:

- *Maria da Penha Rodrigues Jordão*.

- *Deraldo Rodrigues Jordão*.

- *Leonor Rodrigues Jordão*, que assinava *Eleonor de Moura Jordão*⁹⁵, e que faleceria em 1941.

Transformado em Hotel de Itália (de *José Maragliano* em 1862, com o n. 22 de 1852, e *Maria Maragliano* em 1873, com o n. 46 de 1865), esse imóvel passou a ser o famoso Hotel de França em 1884. Contudo certamente esse imóvel ainda pertencia à família Jordão, pois consta como proprietários, em 1886 (Imposto Predial), *Maria da Gloria Moura Jordão* e (*Ernesto*) *Henrique Pereira de Magalhaes* (esposo da neta de Jordão, *Maria da Penha Rodrigues Jordão*), conforme inventário de 1895 (Arquivo Aguirra, 1895), e como proprietária, em 1911, *Eleonor de Moura Jordão*, outra neta de Jordão⁹⁶ (Diagrama I).

⁹² Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado n° II*.

⁹³ Conforme seu inventário de 1866 (Brotero, p. 639 e 640), alguns dos imóveis que foram herdados são:

- n. 29 (n. 39 de 1865), vizinhos: Maria do Amaral e Convento do Carmo. Valor: 3:800\$000 réis.

- S/n. (n. 32 de 1829 e n. 35 de 1865), vizinhos: Convento do Carmo e outro da herança. Valor: 8:000\$000 réis. Herdeira: Ana Eufrosina de Araújo Ribeiro, que casou com José Augusto da Silva Sobral.

- S/n. (Rua São Bento, 77, esquina com a Rua Direita. Foi Rua Direita n. 36, em 1887). Vizinhos: Senhor Penteado e casas da herança. Valor: 11:000\$000 réis. Herdeira: Maria Aldina de Araújo Ribeiro, que casou com Antônio Martins de Oliveira Machado e residia na Rua Direita em 1880 (Brotero, p. 527).

⁹⁴ Brotero, op. cit. p. 628.

⁹⁵ Brotero, p. 539 e 549.

⁹⁶ AHSP, Série Obras Particulares (SOP), Caixas, Rua Direita, 1911.

Iniciando a quadra **D** (Diagrama IV) havia o imóvel de **n. 24** ao qual já nos referimos ao tratar do **n. 10**, do mesmo proprietário, o coronel *Joaquim José dos Santos* e, do **n. 2**, ao nos referirmos ao tio de sua esposa, *Antônia Joaquina Mendes da Silva*, o Reverendo *Bartolomeu Pereira Mendes*. De qualquer forma, este imóvel, em 1809, encontrava-se fechado, indicando que, provavelmente, o coronel estava morando em uma das suas outras inúmeras residências. Falecido como vimos em 1828, na Décima de 1829 o imóvel aparece como ‘herança de’ *Joaquim José dos Santos*. No Censo de 1836 aparece como inquilino dos ‘baixos’ *Inácio de Moraes*. Voltaria a ser desmembrado em dois lotes, com numeração **23** e **24**, na mudança de numeração realizada em 1852.

O **n. 25** uma casa térrea, na esquina com a Rua Nova de São José (atual Líbero Badaró), situava-se do lado direito da Igreja de Santo Antônio e seu proprietário era o filho do Cel. *Joaquim José dos Santos*, Reverendo *Antônio Rodrigues Villares*. Não sabemos se tal propriedade era oriunda do espólio de *Manoel Veloso* (seu tataravô paterno) ou do espólio de *Manoel Mendes de Almeida* (seu bisavô materno) ou ainda do espólio de *Gaspar de Matos*, já que *Antônio Rodrigues Villares* era sobrinho de *Francisco Xavier dos Santos* que doou sua fortuna ao *Barão de Itapetininga*. De qualquer forma esse trecho da cidade, que inclui o lote do famoso solar do *Barão de Itapetininga* e corresponde hoje à Ladeira Dr. Falcão, deve ter passado pelas mãos de *Ângela Vieira* (- /1780), que segundo *Nuto Sant’anna*, “*empreitava obras sem nenhuma licença prévia e era dona de diversos terrenos e sítios entre a Rua Direita e o Anhangabaú, chamado de ‘Caminho de Ângela Vieira’, hoje Ladeira Falcão*”. *Sant’anna* cita uma notificação de 18 de Agosto de 1785⁹⁷ na qual “[...] *todos os moradores que ficam na Rua Santo Antônio e desce pelas casas da defunta Ângela Vieira abaixo até a parte do rio Anhangabaú, estrada que segue para Pinheiros*”.

Passando ao outro lado da rua, na esquina com a Rua Nova de São José, situada na quadra **G**, havia o lote **n. 26**, sem informações sobre a tipologia do imóvel ali existente, e o **n. 27**, uma casa térrea (Diagrama IV). O **n. 26** estava alugado para *Maria Francisca de Jesus* e depois para *José Antônio de Camargo*, casado com *Ana Joaquina de Jesus* (Diagrama I). Já o **n. 27** estava alugado para o padre *Antônio M. Penna*, sendo ambos propriedade de *Francisco Xavier dos Santos* (-/1822). Irmão de *Joaquim José dos Santos* e filho de *Lopo dos Santos Serra* e *Inácia Maria Rodrigues*, *Francisco Xavier dos Santos* foi deputado e Tesoureiro Geral da Junta de Fazenda da Capitania de São Paulo. Brigadeiro reformado e rico proprietário,

⁹⁷ Sant’anna, op. cit. vol. 4, p. 79.

Francisco Xavier dos Santos foi também Cavaleiro da Ordem de Cristo⁹⁸. Sem descendentes, deixou sua fortuna ao sobrinho *Joaquim José dos Santos Silva* (o *Barão de Itapetininga*, que figura na Décima de 1829 já como seu proprietário). Em seu inventário de 1825 (Aguirra, 1825), o *Brigadeiro Francisco Xavier dos Santos* tinha três casas na Rua Direita, ao invés das duas alugadas, possivelmente herdadas da avó *Ângela Vieira*. Os dois imóveis passaram, por herança de *Antônia Joaquina dos Santos Silva*, ao *Conde Prates* (*Eduardo da Silva Prates*).

Prosseguindo havia o imóvel **n. 28**, uma casa térrea propriedade do Mosteiro de São Bento desalugada. Encontramos este imóvel, em 1765, alugado para o Dr. *Bernardo Rodrigues Solano do Valle* por 1\$000 réis mensais⁹⁹. No Censo de 1765, o Dr. *Bernardo* aparece como ‘vizinho de fogos’ (n. 192 e n. 193) de *Ângela Vieira*.

O lote **n. 29** era uma casa térrea, pertencente à *Feliciano Maria* tanto na Décima de 1809 como na de 1829. É um caso particularmente interessante, pois permite demonstrar que esse trecho da Rua Direita era denominado, nos Censos e inventários, como Rua ou Travessa de Santo Antônio. De fato encontra-se registrado no Censo de 1822 como “Travessa de Santo Antônio” e nele aparece o nome de *Feliciano Maria* como moradora neste imóvel (APESP 03616015) que foi parar nas mãos dos *Jordão* (inventário de *Ana Eufrosina* de 1866).

Em seguida havia a casa térrea **n. 30**, pertencente ao Convento do Carmo, que estava alugada a *Ângela Maria de Jesus*, em 1809, e a *Rosa Joaquina*, em 1822. Na Décima de 1829 aparece desmembrada em dois números (n. 30 e n. 31) e, em 1836, essa casa estava alugada para *Guilherme Lescura*. Esse imóvel vai pertencer a *José Antônio de Camargo* e foi usado pelo neto *Joaquim Augusto de Camargo*, conforme o Memorial Paulistano de 1862 (Diagrama IV).

Terminando a quadra **G** havia dois lotes não relacionados na Décima de 1809: o primeiro, na Décima de 1829, aparece como herança do *Brigadeiro Jordão*, com o **n. 32**. Vai figurar no inventário de sua filha, *Ana Eufrosina*, como herdado pela neta homônima. O segundo é um lote que geralmente está posicionado na Rua São Bento. Também constará no inventário de *Ana Eufrosina*, de 1866, com o endereço Rua São Bento n. 77, esquina com a Rua Direita, sendo herdado por *Maria Aldina de Araújo Ribeiro* (Diagrama I).

A quadra **G**, dedicada apenas a moradia nessa época, retratava a Rua Direita como uma rua pacata, justificando o nome de “Beco de Santo Antônio”, como pode ser visto na Figura 54.

⁹⁸ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques: *Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo até o ano de 1876*, V. 1, p. 292.

⁹⁹ Afonso de E. Taunay: *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, vol. I, 2ª parte, p. 99.

O quarteirão **H** (Diagrama V) tem como característica em 1809 a grande quantidade de sobrados mesclados a casas térreas e, inclusive, um imóvel com três pavimentos, o único da rua na época. Os lotes de **n. 31**, “*huma logea e hum andar*” (nos Quatro Cantos), e **n. 32**, uma casa “*terrea em que se acha vivendo de favor D. Escolástica de Macedo*”, pertenciam ao negociante *Jose Vaz de Carvalho*, casado com *Escolástica Joaquina de Macedo*, conforme já mencionado. *José Vaz de Carvalho* aparece na Décima de 1809 com três imóveis, além dos dois mencionados, sendo proprietário também do n. 35. Coronel de Cavalaria, *Jose Vaz de Carvalho* constava, no Censo de 1798, já casado com a filha de *Manoel Macedo*, *Escolástica Joaquina de Macedo* (Diagrama I). Naquela época, tinha 47 escravos e comprava bestas no Rio Grande do Sul e Curitiba, além de deter contratos régios. Aparece no Censo de 1817 com 41 escravos. Contudo, no seu inventário, consta uma dívida 2,5 vezes maior que seu montante bruto¹⁰⁰. Seus credores eram o Dr. *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro* e a sua própria filha, *Jacinta Cândida de Macedo e Carvalho*. Esta aparece como sua filha¹⁰¹ no jornal ‘Província de São Paulo’, porém não consta na genealogia de *Silva Leme*. Essas propriedades vão figurar, a partir da Décima de 1829, como pertencentes a *Antônio da Silva Prado*, o *Barão de Iguape*, filho do capitão *Antônio da Silva Prado e de Ana Vicência Rodrigues*, irmã do *Brigadeiro Jordão*. O *Barão de Iguape* começou cedo suas atividades comerciais. Já em 1805, com apenas 17 anos de idade, transferiu-se para Goiás e depois para a Bahia, de onde voltou em 1816 com abastada poupança¹⁰². Em 1825 foi promovido a Capitão-mor da cidade de São Paulo e, em 1841, Comendador da Ordem de Cristo; em 1848 recebeu o título de Barão; em 1854 recebeu as Honras de Grandeza e em 1850 tornou-se diretor presidente da filial do Banco do Brasil em São Paulo. Durante muitos anos foi Síndico do Recolhimento de Santa Tereza e Provedor da Santa Casa de Misericórdia. O famoso imóvel dos Quatro Cantos, onde residiu por muitos anos, teria sido comprado em 28 de Abril de 1825 por 3:500\$000 réis, com dinheiro emprestado pelo tio, o *Brigadeiro Jordão*¹⁰³. Esse prédio, que terá o n. 33 (numeração de 1865), foi doado em 1870 à neta *Ana Brandina da Silva Prado* por 6:000\$000 réis¹⁰⁴. No Arquivo Aguirra (Aguirra, 1870) consta que a doação incluiu também o prédio de n. 31 (**n. 32** de 1809, térrea de dois lanços), perfazendo um total de 68:000\$000 réis. Foi casado com *Maria Cândida de Moura Vaz* e deixou os filhos *Verissimo Antônio da Silva Prado*, casado com a prima *Ana Vicência da Silva Prado*, e *Veridiana Valéria da Silva Prado*,

¹⁰⁰ Araújo, op. cit. p. 124.

¹⁰¹ Marques, op. cit. Vol. 2, p. 65.

¹⁰² Marques, op. cit. Vol. 1, p. 82.

¹⁰³ Pedro Luiz Pereira de Sousa: *A Casa do Barão de Iguape*, p.12.

¹⁰⁴ Idem ibidem, p. 14.

casada com o tio, Dr. *Martinho da Silva Prado*¹⁰⁵. Estes eram os pais de *Ana Brandina da Silva Prado*, herdeira do prédio (Diagrama I)¹⁰⁶.

Prosseguindo no quarteirão **H** havia o **n. 33**, propriedade de *Gertrudes Maria do Rosário*, uma casa térrea, e o **n. 34**, propriedade do reverendo cônego *Manoel Lescura Banher*, um sobrado de um andar. *Gertrudes*, em 1804, vivia da jornada de seus quatro escravos. Apareceu nos Censos de 1814, 1817 e 1822 morando com *Mariana da Siqueira*, com *Francisca Maria* (costureira) e com *Ana Maria*. Esse endereço se tornou famoso por abrigar por muitos anos (com n. 34 de 1852 e n. 28 de 1887) a proprietária *Gertrudes Maria do Carmo*, que lá morou até sua morte em 1911, provavelmente uma das últimas moradoras em casa térrea na Rua Direita¹⁰⁷. Já o reverendo *Manoel Lescura Banher* deve ter vendido o sobrado para *Antônio Cardoso Nogueira*, casado com *Ana Felícia*, que figura como morador desde 1817 e proprietário em 1829. Esse lote, por ser vizinho do de *Gertrudes*, teria como proprietário, conforme o inventário¹⁰⁸ de *Bento Franco de Moraes* (pai de *Gertrudes*) em 1840, *Francisco Garcia Ferreira* (Aguirra, 1840) e o Conde *Eduardo Prates* (em 1911)¹⁰⁹. Seria esse imóvel o terceiro de propriedade do *Barão de Itapetininga*? É possível, uma vez que os *Prates* herdaram tudo o que possuía o *Barão de Itapetininga*, pois a filha deste, *Maria Hipólita dos Santos*, não teve descendentes, ficando sua herança para sua irmã consorte *Antônia Joaquina dos Santos Silva*, filha da segunda esposa do *Barão de Itapetininga*, *Cerina de Souza e Castro*.

O lote **n. 35** era uma morada de casas térreas de dois lanços, pertencente, conforme visto, a *José Vaz de Carvalho*, que o alugava para o Alferes *Vicente Francisco de Andrade*, passando, posteriormente, às mãos do reverendo cônego *Antônio Pires de Camargo*. Nesse endereço instalou-se em 1862 o advogado *Francisco Leandro de Toledo* e a ‘*Ambrotopia e Charutaria Muller*’ (no n. 36 de 1852). *Jesus Christo Muller* também ali vendeu fotos e álbuns de *Militão Augusto de Azevedo*, conforme os anúncios publicados no jornal “*Correio Paulistano*” de 1863¹¹⁰ (Figura 12).

¹⁰⁵ Marques, op. cit. Vol. 1, p. 83.

¹⁰⁶ Esse prédio foi demolido em 1909 para dar lugar ao edifício projetado por Ramos de Azevedo.

¹⁰⁷ Paulo César Garcez Marins, *Através da Rótula*, p. 253.

¹⁰⁸ Idem, ibidem, p. 251.

¹⁰⁹ Idem, ibidem, p. 253.

¹¹⁰ Pedro Corrêa do Lago: *Militão Augusto de Azevedo*, p. 19.

Figura 12. Anúncio do Jesus Christo Muller dos álbuns com vistas da Cidade de Sao Paulo. Correio Paulistano, 22/10/1863, p. 2.

O capitão *José Novaes Dias*, português, casado com *Ana Tereza de Jesus Camargo* (filha de *José Ortiz de Camargo*, irmão de *Maria Lima de Camargo*, Diagrama I)¹¹¹, consta como proprietário do **n. 36**, um sobrado de um andar. Alugava a casa, em 1814, para a rendeira *Gertrudes Maria* e, em 1817, para *Manoel José Rodrigues*, do 1º Tabelião, casado com *Rita Maximiana*. Em 1836 aparece como proprietária *Poliana Joaquina de Oliveira*.

O **n. 37** era um sobrado com uma loja pertencente ao Dr. *Manoel Eufrásio de Azevedo Marques* (- /1809) que residia no primeiro andar e alugava a loja para *Rafael da Horta*. Formado em Direito em Coimbra, veio para São Paulo em 1791, estabelecendo aqui seu escritório. Tinha apenas dois colegas advogados em São Paulo: *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro* e *José Arouche de Toledo Rendon*. Casado com *Ana Gertrudes de Jesus* (Diagrama I), *Marques* faleceu em 1809 (Aguirra, 1810), deixando nove filhos, entre os quais *Maria Cândida de Azevedo Marques*, casada com *Joaquim Roberto da Silva Marques*, pais de *Manoel Eufrásio de Azevedo Marques* [neto] (1825/1878), genealogista e autor de 'Província de São Paulo'. Um dos filhos, futuro morador da Rua Direita (Censo de 1836, lote n. 32), *Manoel Eufrásio de Azevedo Marques* [filho] (-/1870), era casado com a própria prima, *Maria*

¹¹¹ Agradecemos a colaboração do Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins que gentilmente nos enviou essas informações, acrescentando tratar-se do sobrado de sua família.

Cupertino Xavier de Azevedo. Outro filho, *Antônio Mariano de Azevedo Marques* casou-se com *Teresa Delfina Alvim*, neta do genealogista *Pedro Taques de Almeida Paes Leme*, que por sua vez era neto de *José Góes e Moraes*. *Antônio Mariano* (o Mestrinho) foi um dos fundadores do *Farol Paulistano*, antecessor do jornal *Correio Paulistano*. O sobrado seguiu em mãos da esposa, *Ana Gertrudes de Jesus*, pelo menos até 1836.

O Tenente Coronel *Francisco José de Sampaio Peixoto*, casado com *Jacinta Cândida de Macedo e Carvalho* (filha de *José Vaz de Carvalho*), era o detentor do **n. 38**, um sobrado com loja e um primeiro andar, alugado para *Joaquim Mariano*. No seu inventário, em 1811, apresentou lucro de 16:000\$000 réis em suas várias sociedades¹¹². Como curiosidade¹¹³, além de constar a sua esposa *Jacinta* num inventário (processo 493), consta também a esposa *Ana Pereira de Souza* em outro inventário (processo 1583). Segundo *Araújo*¹¹⁴, a esposa dele em Portugal, *Ana*, havia falecido e *Francisco* casou-se com *Jacinta*, 36 anos mais nova que ele.

O imóvel **n. 39** era um sobrado com loja, primeiro e segundo andares, o único de dois andares da rua e pertencia ao mineiro *Manoel de Araújo Ferraz* (conforme a Décima de 1809) ou *Manoel Ferraz de Araújo* (conforme a Décima de 1829 e outras fontes). Este era casado com *Ana Bernardina de Araújo*, conforme inventário de 1821¹¹⁵. O sobrado aparece alugado para *Maria Rosa*, casada com *Antônio José Fernandes*.

Seguia-lhe outro sobrado com loja e primeiro andar, **n. 40**, pertencente ao Capitão *João Gomes Guimarães*, que logo mudou de mãos, passando a ser propriedade de *Francisca de Paula Oliveira*, que teria, em 1814, 16 escravos de cujas jornadas vivia e ainda alugava seu imóvel a *Joaquim Ribeiro dos Santos* (lisboeta e negociante de fazenda seca). No Censo de 1822, aos 58 anos, aparece com apenas 10 escravos e alugando os ‘baixos’ desse imóvel a *José Lopes*, comerciante de ferragens. Finalmente no Censo de 1836, aos 64 anos, aparece com apenas oito escravos.

Em seguida aparece um lote pertencente à Santa Casa de Misericórdia. Não tinha número porque a Décima Urbana não contemplava os bens pertencentes às Santas Casas. De qualquer forma, em 1814, o prédio estava alugado para o capitão *Salvador Antônio de Moraes* (62), comerciante de ferragens, e para *Joaquim Lopes da Silva* (33), natural do Porto.

¹¹² Araújo, op. cit. p. 192.

¹¹³ Araújo, op. cit. p. 81

¹¹⁴ Araújo, op. cit. p. 194.

¹¹⁵ Araújo, op. cit. p. 82.

Já em 1817, o inquilino era *João Lopes* (26), comerciante de ferragens, natural do Porto. Em 1822, já com o n. 41, estava alugado para *José Joaquim Cerqueira Cezar* (39), casado com *Maria Josefa* (26), que ali ficou até pelo menos 1836. *José Joaquim* tinha três filhos e sete escravos e trabalhava no Cartório de Paz do Distrito Norte. Em 1829 recebeu nova numeração, então n. 42 (que prevalecerá até 1865), que encontramos na placa da “Bota (Depósito de Calçados)”, na foto de Militão de 1862 (Figura 22).

Encerrando a quadra **H** aparece a Igreja da Misericórdia, que em 1895 foi demolida, gerando três lotes, sendo que os imóveis ali construídos receberam nova numeração.

Encontramos, em seguida, o imóvel **n. 41**, iniciando o quarteirão **I** (Diagrama V). Casa térrea, pertencente ao Mosteiro de São Bento, estava alugada para *João Gracia da Fonseca*, casado com *Ana Clara*. Vivendo de suas economias e de negócios com fazenda seca, com três filhos e quatro escravos, *João* tinha 66 anos no Censo de 1817.

Vizinho a esse imóvel, está o **n. 42**, casa térrea de dois lanços, pertencente ao padre *Manoel Gonçalves dos Santos*, natural do Porto ou de Braga, negociante de fazenda seca do Rio de Janeiro. Nesse endereço veio se instalar *Antônio Teixeira de Carvalho* e nele foi construído, em 1913, o **Palacete Carvalho**.

O imóvel de **n. 43**, um sobrado com loja e primeiro andar, era propriedade de *Francisco Antônio de Souza* (casado com *Isabel Inácia da Conceição*), irmão do *Brigadeiro Luís Antônio de Souza* - o homem mais rico de São Paulo. *Francisco*, natural de Amarante, tinha negócios de fazenda seca e engenho de açúcar, 12 escravos e três filhos. Um deles era o Tenente – Coronel *Francisco Inácio de Souza Queiroz* (Figura 13), com quem ficaria a casa a partir de 1822. Casado com a própria prima, *Francisca Miquelina de Souza Queirós* (Diagrama I), filha do *Brigadeiro Luís Antônio de Souza*, teve duas filhas: *Isabel* e *Genebra*. Faleceu a dois de Novembro de 1830 na cidade do Porto¹¹⁶.

O imóvel de **n. 44**, casa térrea de dois lanços, era propriedade do padre *Joaquim José de Oliveira* e encontrava-se fechada, sem ‘alugador’ durante o ano e portanto sem valor atribuído. A partir de 1814 pertenceu ao alferes *Antônio José do Valle*, casado com *Gertrudes Teresa*.

¹¹⁶ Marques, op. cit. Vol. 1, p. 285.

Figura 13. Tenente-Coronel Francisco Inácio de Souza Queirós, óleo sobre tela. Acervo do Museu Paulista.

Fechando o quarteirão I, havia o n. 45, sobrado com um primeiro andar, de propriedade do falecido Coronel *José Manoel de Sá*. No Censo de 1804, com 44 anos, solteiro, 12 escravos, *José Manoel de Sá* aparece como negociante de açúcar e café e vivendo com seus irmãos *Gertrudes Maria* (34), solteira (que fica na propriedade após o seu falecimento), e *Antônio de Sá* (29), capitão, solteiro. Falecendo em 1805, seu inventário é uma mostra de quão difícil era o lançamento de impostos antes do advento da numeração da Décima de 1809:

Uma morada de casas de sobrado muito antiga cita no princípio ou fins da Rua Direita, fazendo canto com a casa que vai para a Rua do Rosário dos Pretos e portão em ambas as ruas, de dois lanços e um deles com armação de laje, contendo três caixilhos com 29 vidros e uns quebrados, parte de um lado com casas que foram do Guarda Mor Antônio Rodrigues Salgado e de outro pela mesma que vai para o Rosário e casa do cônego João Ferreira, cobertas de telhas, avaliada por 2:018\$000¹¹⁷.

¹¹⁷ Arquivo Aguirra, 1805

Em 1822 o imóvel passou às mãos de *Gertrudes Maria Jacinta* (44), que vivia da jornada de seus seis escravos e alugava os baixos ao vendedor *Francisco de Mendonça*. No ‘Almanak de 1857’ já aparece nas mãos de *José Manoel da Silva*, o *Barão de Tietê*. Nascido em Santo Amaro em 1793, filho do sargento-mor *José da Silva de Carvalho* e de *Ana Joaquina de Oliveira*, *José Manoel da Silva* talvez tenha sido um dos últimos capitalistas importantes a vir morar na Rua Direita. Era casado, desde 1820, com *Maria Reducinda da Cunha e Silva*, filha do Sargento-mor *Francisco Mariano da Cunha*¹¹⁸ e de *Joaquina Angélica de Barros*, descendente de *Henrique da Cunha*, amigo e contemporâneo de *Martim Afonso de Souza*. Foi agraciado com o título de *Barão do Tietê* pelo Decreto-Lei de 02/12/1854. Teve os seguintes filhos¹¹⁹ (Diagrama I):

- *Cândido Justiniano Silva*, casado com *Maria Ellis*, filha de *Alfredo Ellis*.
- *Rafaela da Silva Pereira*, casada com o Coronel *Claudio Pereira*.
- *Joaquina Angélica da Silva*, casada com *Luís José Ferreira de Araújo*.
- *Dr. Rodrigo Augusto da Silva*, senador, casado com *Catarina*, filha do Senador *Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara*.

José Manoel da Silva (Figura 14) era irmão de *Benedito Antônio da Silva* e foi por três vezes Presidente da Província de São Paulo: em 1852, 1868 e 1871. Seu casarão na esquina da Rua Direita com a Rua da Imperatriz data de 1839¹²⁰ e ficou famoso pela quantidade de janelas (doze para a Rua Direita) e por sua localização privilegiada. Faleceu em 1877. No local de sua residência foi construído, em 1907, o **Palacete Tietê**.

Figura 14. José Manoel da Silva, o barão do Tietê, quando moço (fonte: Wikipédia, página de 27/07/2014) **e já em idade avançada** (Fonte: Geni – Myheritage Company, página de 03/11/2024).

¹¹⁸ Marques, op. cit. Vol. VII, p. 62.

¹¹⁹ Silva Leme, op. cit. Vol. V, p 150.

¹²⁰ Eudes Campos: *São Paulo em 1860: o progresso da cidade visto através da fotografia*. 1º Trabalho Programado, FAUUSP, p. 73.

1.3 A Rua Direita nas fotos de Militão Augusto de Azevedo e nos Almanques.

Militão Augusto de Azevedo (1837/1905), filho de *Antônio Ignácio de Azevedo* e de *Lauriana Augusta de Azevedo*, fixou residência em São Paulo em 1862. A partir de então, passou a produzir a primeira grande coleção de fotos da cidade de São Paulo, uma importante documentação iconográfica que hoje permite ver e entender a evolução do núcleo urbano, através de comparações de ângulos de visão e detalhes que escapam à narração dos melhores cronistas que aqui viveram na época. São Paulo era então uma simplória cidadezinha, como relata¹²¹ *Rubens Fernandes Junior*: “*Militão soube transformar seus tímidos logradouros em referências obrigatórias para a compreensão do espaço urbano paulistano: o Largo da Memória, o Largo São Francisco, o Largo da Sé, a Rua Direita, o Pátio do Colégio, entre outros*”. Especialmente a Rua Direita, *Militão* conseguiu cobrir praticamente toda sua extensão. Se considerarmos que, segundo pudemos constatar em nossas pesquisas, pouco se modificou na arquitetura da primeira metade do século XIX, a coleção de fotos de *Militão*, de 1862, pode ser considerada como uma amostra real da São Paulo do início do século e, com poucas exceções, coincide com o perfil material revelado na Décima Urbana de 1809. Se fizermos um exercício de imaginação, comparando as fotos de 1862 com as informações, por exemplo, do ‘Memorial Paulistano’ (também de 1862 ou o de 1863), podemos revelar os nomes dos proprietários, das lojas e verificar o tipo de comércio ali existente e sua transformação¹²² em termos de usos e destinação de cada um dos prédios. Utilizaremos como referência a numeração da Décima Urbana de 1809, citando as numerações posteriores entre parêntesis quando necessário. Para visualização dos quarteirões e das quadras, usamos a Planta Cadastral de 1881 (Figura 15) e, em negrito, a numeração de **1809**. Aos dados do Memorial Paulistano de 1862 e 1863 foram acrescentadas informações dos Almanques de 1857, 1873, 1884, 1890 e 1895.

Começamos pela foto de *Militão* que mostra o trecho próximo do então Largo da Sé (Figura 16). Da esquerda para a direita, na quadra, que denominamos de **I**, tem-se, no n. **41**, de 1809 (43 de 1852), *Francisco José Dias Leite*,¹²³ grande comerciante de fazendas de seda, lã, algodão, modas e armarinhos que permanecerá nesse endereço por muitos anos, como mostram os Almanques de 1873 e 1884 (Diagrama V).

¹²¹ Rubens Fernandes Junior, In *Lago: Militão Augusto de Azevedo*, 2001, p. 8.

¹²² No Trabalho Programado n. 3 relacionamos, em perspectiva histórica, todos os proprietários, comerciantes e moradores de cada imóvel da rua.

¹²³ Diagrama V, coluna do Memorial Paulistano para 1862.

Figura 15. Trecho da Planta cadastral da Cidade de São Paulo, levantada pela Companhia Cantareira e Esgotos, em 1881, de autoria do Eng. Henry P. Joyner. Os quarteirões E e F só aparecerão após a abertura do Viaduto do Chá. Acervo AHSP/SMC/PMSP.

Em seguida, no imóvel do Mosteiro de São Bento, n. **41** (44 de 1852), aparece *José Manoel da Cruz*, com loja de ferragens.

O Sr. *Antônio Teixeira de Carvalho* ocupa o n. **42** (45), com comércio de fazendas, mas, em 1857, figura como, além de comerciante de fazendas, detentor de loja de ferragens e vidraçaria. Em 1873 aparece como proprietário do imóvel no Almanaque de 1873 (Diagrama V, Quadra I). Já como “*Carvalho & Filhos*” aparece com loja de ferragens e armarinhos, no Almanaque de 1884, e como ‘*Loja da Águia*’ (Figura 17), atacado e varejo, no de 1890. Nesse local seus descendentes construíram o **Palacete Carvalho**, que subsistiu até a década de 1970.

Já no n. **43** (46 de 1852), antiga propriedade do *Francisco Inácio de Souza Queiroz* e *Francisca Miquelina*, então morava o Dr. *Rodrigo Augusto da Silva*, deputado. Alugava os baixos, *Clemente da Costa e Silva* com loja de fazendas de seda, algodão e lã. Outro inquilino desse imóvel foi o médico e senador Dr. *Alfredo Ellis*¹²⁴, filho do Dr. *Guilherme Ellis* (Diagrama I).

¹²⁴ Martins, op. cit., p. 290.

O n. **44** (47) era outra loja de fazendas e estava nas mãos de “Soares & Irmãos”. Por aí passaram: o alfaiate *José Roberto de Carvalho*; “J. Aguiar & Cia” e “Anacleto Julião & Cia”, ambos vendendo fazendas, e “Nobre & Cia” vendendo roupas feitas, com a marca ‘Ao Zuavo’.

Figura 16. Foto de Militão, com a numeração de 1809. Do lado esquerdo (Quadra I) a numeração de 1852 está entre parêntesis. Na Quadra A as duas numerações coincidem. As inúmeras lojas de fazenda são mostradas. Lago, p. 80.

Finalmente, fechando a **quadra I**, na esquina com a Rua do Rosário (atual Rua Quinze de Novembro), temos a residência de *José Manoel da Silva*, o Barão do Tietê (n. **45**, correspondente ao n. 48 de 1852), já com a “Casa Lebre” no andar térreo, conforme o Memorial Paulistano de 1862. A “Casa Lebre”, tradicional loja de ferragens, ocupou por muitos anos esse endereço. Nesse local foi construído o **Palacete Tietê**, em 1907, que emoldurou os cartões postais da época. Outro ocupante do imóvel foi o Sr. *Henschel* com a *Photographia Imperial*, ainda no n. 01 de 1865, e seu sucessor, o Sr. *J. Vollsack*, com a *Photographia Henschel*, então no n. 02 de 1886 (Diagrama V e Figura 18).

Figura 17. Loja da Águia de Antônio Teixeira de Carvalho no n. 7 de 1865 (Correio Paulistano 20/01/1876, p. 4).

Figura 18. Photographia Henschel, no n. 02 de 1886. Almanaque de 1890, p. 70.

Passando ao outro lado da rua, quadra em frente, que denominamos de A, vamos encontrar, escondido atrás de cinco dos seis sobrados que constitui essa quadra, o imóvel n. 01, com a loja de fazendas de *Manoel Joaquim da Costa e Silva*, irmão do comerciante e capitalista *Clemente da Costa e Silva*¹²⁵. Escondido na Figura 16, um pequeno trecho foi revelado em outra foto de *Militão* (Figura 19). Essa numeração, que tradicionalmente foi o n. 1, assim se manteve em 1852, passando a n. 2, desde 1865 a 1887, e voltando a n.1 em 1887 (Diagrama II, Quadra A). Por muitos anos esse foi o endereço da “Baruel & Cia”, que aí construiu, em 1897, o prédio Baruel também conhecido como **Palacete Baruel**, outra importante referência da cidade.

¹²⁵ Martins, op. cit. p. 288.

01

Figura 19. Foto de Militão mostrando a antiga Catedral da Sé. À direita, trecho da propriedade de Antônio de Siqueira Moraes, que, falecido em 1891, morou por muitos anos nesse endereço. Na parte inferior tem-se a loja de Manoel Joaquim da Costa e Silva, que comercializava fazendas de seda, algodão, pelo menos desde 1857 a 1873. Os detalhes dessa propriedade, como os cachorros trabalhados do beiral e as peças de madeira torneada do peitoril do balcão, foram objetos de comentários de renomados arquitetos em inúmeras obras publicadas. Lago, p. 170.

No imóvel de **n. 2**, que já foi de *José Rodrigues Pereira Mendes*, vamos encontrar a loja de fazendas de *Jacinto de Souza Neves*, conforme o Memorial Paulistano de 1862. No de 1863, ele apareceu vendendo sortimento de papel pintado e vidros nos ns. 10 e 22. Em 1873, provavelmente, teve o 1º andar ocupado pelo Bacharel em Direito, o *Dr. Luiz de Oliveira Lins e Vasconcelos*. O proprietário então era o *Capitão João José de Camargo* (Diagrama I).

No sobrado de **n. 03** - antiga propriedade do lisboeta *Joaquim José de Oliveira*, tesoureiro, negociante e exportador de açúcar - encontramos como proprietário, em 1862, *Domingos José de Oliveira Guimarães*. Não conseguimos relacioná-lo genealogicamente ao primeiro. Em 1896 o imóvel foi demolido e um novo edifício (ainda existente) de três andares foi construído em seu lugar. Esse imóvel ficou marcado por estar relacionado à “Confeitaria Fasoli”, seu tradicional inquilino por longos anos.

Outro sobrado famoso, o de n. **04**, propriedade por muitas décadas do capitão *Gabriel Fernandes Cantinho* e de sua esposa *Rosa Maria Correa*, figura como moradia do capitão *José Elias Paiva*, tenente quartel mestre do 1º Batalhão. Nos Almanques de 1873 e 1884 vamos encontrar a loja de roupas e calçados de “Luís Manoel da Silva & Cia”. O prédio de três andares construído em 1894 não durou muito tempo: apenas 17 anos depois, nesse lugar, foi construído o Edifício Guinle.

Passando ao n. **05**, vamos encontrar, em 1862, o médico Dr. *Luís Lopes Baptista dos Anjos*. Endereço de calçados até os dias de hoje, figurou em 1873 (com o n. 10) com a loja de calçados “A Bota de Ouro” de *Cristiano Clausen* (Figura 20); em 1884, com “A Mascote” de “Barcellos & Cia” e, em 1890, com “Princeza do Norte” de “Mello & Cia”, estes últimos lojas de fazendas e modas. Ainda em 1890 veio ali se instalar a “Fotografia Renouveau” no n. 9, numeração de 1886 (Figura 21). *Jean Georges Renouveau* (1845/1909) era genro de *Jules Martin*, tipógrafo, projetista e construtor do Viaduto do Chá.

Figura 20. Anúncio de Cristiano Clausen dono de Bota de Ouro. Correio Paulistano 01/01/1876, p. 4.

Figura 21. Fotografia Renouveau ocupando o lote n. 05, que era, respectivamente, o de n. 10 (na numeração de 1865) e o de n. 9 (na numeração de 1886). Foto do acervo do autor.

Finalmente, fechando o quarteirão **A**, no imóvel n. **06**, estava estabelecida a loja de fazendas de “Manoel Antônio Coelho & Irmãos”. Sucede-a *Eduardo Ribeiro* com a loja de fazendas ‘Ao Único Mais Barateiro’ e *J. G. Marques Nogueira* com a loja de chá, cera e artigos para o carnaval, ‘A Flor Paulista’, e, finalmente, “Peixoto, Estella & Cia” com loja de ferragens. Nesse local foi construído, em 1891, o **Prédio de Torreão** que ficou famoso por abrigar a “Modas La Saison” e a Farmácia Amarante.

Outra foto de Militão (Figura 22) cobre o final da quadra **H**, a quadra **B** inteira e o início da quadra **C**.

Iniciando pelo imóvel de n. 42 (s/nº de 1809), lado esquerdo, quadra **H**, tem-se a propriedade centenária da Santa Casa de Misericórdia, alugada para Calçados *João Plandé* nos baixos (Diagrama V e conforme a placa: N° 42 DEPÓSITO DE CALÇADOS da Fábrica de “SIRE Irmãos” para HOMENS e SENHORAS). Em 1875, o andar superior estava alugado para o *Dr. Guilherme Ellis*. Provavelmente nesse espaço veio instalar-se o barbeiro *Manoel José Vieira Braga* (Almanaque de 1873) e, nos baixos, a loja de fazendas, modas e armarinhos de Oliveira & Alves, sucedida pela ‘Casa Arenberg’ de “Bacelar & Arenberg” (Almanaque de 1884).

Figura 22. Rua Direita, sentido Sé, tendo ao fundo a torre da Igreja da Sé. À esquerda, no n. 42, tem-se o “Depósito de calçados” e parte da lateral da Igreja da Misericórdia, quarteirão H. Ao fundo, o n. 06 do quarteirão A e os três imóveis do quarteirão B. Entre os lotes de números 09 e 10 surge acanhadíssima a Rua do Príncipe (atual Quintino Bocaiúva), antigo Beco da Ângela Vieira (Lemos, 2001, p. 92). Mais à direita, tem-se a propaganda da “Ambrotipia Müller” no terreno cujo proprietário não foi identificado na Décima Urbana de 1809. Lago, p. 76.

A seguir havia a própria Igreja da Misericórdia. Centro das atenções de Militão, essa igreja apareceu em outras fotos (Figuras 23 e 24). Demolida ainda em 1888¹²⁶, conforme “proposta e leilão de 1885”, e leiloadada por 40:000\$000 réis (Aguirra, 1885), essa igreja foi fotografada a partir da Rua do Príncipe (Quintino Bocaiúva) (Figura 23), com detalhes em outra foto mostrando parte da Rua Direita (Figura 24). A Igreja da Misericórdia localizava-se onde hoje está, ocupando um terço do antigo lote, o edifício Wadick Kyrillos (Largo da Misericórdia n. 15, esquina com a Rua Direita), junto do edifício ‘Ouro para o Bem de São Paulo’, local onde funcionou, por muitos anos, o Paço Municipal.

Figura 23. Rua do Príncipe (atual Quintino Bocaiúva), com a Igreja da Misericórdia vista ao fundo. As pilhas de pedras indicam que essa rua viria ser calçada em seguida. Pormenor de Lago, p. 118.

A Figura 22 revela também os ns. **07**, **08** e **09**, numeração de 1809 e de 1852, Quadra B (Diagrama II). O n. **07**, propriedade centenária do Convento do Carmo, estava alugado em 1873 para *José Francisco de Lima*, comerciante de fazendas de seda, lã e algodão, que ali permaneceu até 1884, sendo sucedido por Machado & Cia, com camisaria e roupas. Nesse local instalou-se o Bar Periquito, famoso por figurar nas fotos do começo do século seguinte.

¹²⁶ Conforme Antônio Egydio Martins, *São Paulo Antigo*, Cap. VII, p. 285, a Igreja da Misericórdia foi demolida em 1888 e o respectivo terreno teria sido vendido pela quantia de 90 contos de reis e não por 40 contos de reis como afirmou Aguirra.

Figura 24. Igreja da Misericórdia e Chafariz de Tebas em foto de Militão Augusto Azevedo de c. 1862. Do lado esquerdo, as três janelas longas e estreitas (porta-balcão) da lateral que fazia divisa com a Rua Direita (numeração em negrito, 1809 e entre parênteses, 1852). Lago, p. 167.

No sobrado de n. **08** morou nessa época o Sr. *Manoel Antônio Bittencourt*, secretário da Assembleia Municipal, e os baixos estavam alugados para *José Monteiro de Abreu* com loja de charutos (Diagrama II). Mas esse local teve a primazia da primeira construção em alvenaria de tijolos da Rua Direita: o edifício do Banco Real, de três pavimentos, construído em 1884. Esse edifício serviu de ‘miolo’ para a construção/ampliação do Edifício IRF Matarazzo.

Fechando o quarteirão encontramos o imóvel de n. **09** que foi por muitos anos a residência do *Manoel Joaquim de Vasconcelos* e de sua esposa *Ana Maria Inácia* e que pertencia à Santa Casa de Misericórdia¹²⁷. Nessa época se estabeleceram nesse local *Joaquim Lopes Carneiro*, com depósito de cal, molhados e gêneros do país (Almanaque de 1873), o “D. Calderaro & Cia” (joalheiros) e, no Almanaque de 1884, *Constanzo d’Antônio* com loja de chapéus de sol, que ali continuava (conforme o Almanaque de 1890) fazendo par com a ‘Casa do Couto’, loja de fazendas de “Fernando Couto & Lessa”. Esse lote sofreu forte redução de sua largura, com o alargamento da Rua Quintino Bocaiúva, e a parte que sobrou serviu para o aumento do edifício do Banco de Crédito Real, então nas mãos da IRF Matarazzo.

¹²⁷ Martins, op. cit. p. 28

Ainda na Figura 22, vemos no quarteirão **C** (Diagrama III) o prédio de n. **10** que foi de *Joaquim José dos Santos*, falecido em 1828. Conforme o Memorial Paulistano para 1863, era então residência do Dr. *Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva*, membro da Assembleia Provincial. Ainda nesse endereço, nos baixos, ali se instalou *Antônio Manoel Rodrigues*, negociante de tamancos e consertos de sapatos e “Alberto R. & Cia” com chapéus dividindo, ao lado, com “Esteves & Rocha”, alfaiate. Essa divisão continuará nos anos 1890, com *Francisco Lopes Velloso Braga* (com chapéus então no n. 23 de 1886) e “José Esteves & Cia” (com roupas então no n. 25 de 1886).

Já no sobrado ‘com duas lojas’ de n. **11** (conforme descrição em 1809) estabeleceu-se *Jacinto de Souza Neves*, com sortimento de papel pintado e vidros, nos baixos (vide placa ‘VIDRACEIRO’, Figura 22). Foi sucedido por *Antônio Alves Jr.* com gravuras e molduras douradas. Nesse local se estabeleceu depois “Moraes & Fonseca” com ‘O Rei dos Barateiros’, loja voltada para a venda de fazendas e armarinhos.

Outra foto de Militão (Figura 25) mostra do lado esquerdo o quarteirão **C** e do lado direito o quarteirão **H**. Dividimos essa imagem em duas, começando com o quarteirão **C** (Figura 26).

Não temos imagem próxima da casa térrea de n. **12**, propriedade e moradia por muitos anos do negociante de fazenda seca *Antônio Bernardo Bueno da Veiga*, que depois se agregou à de n. 13. O primeiro imóvel que se pode ver (Figura 26) é um pequeno trecho (apenas do telhado) do n. **13**, casa térrea, pertencente ao Convento do Carmo. Após ter sido tenda de seleiro por muitos anos, vamos encontrá-la como moradia, na ocasião da foto, do advogado *João da Silva Carrão*. Nesse endereço figurou nos Almanques, com o n. 26 de 1865 e n. 31 de 1886, *Domingos da Silva Moreira*, com joalheria e ourivesaria (Diagrama III).

Ao seu lado aparece o sobrado de n. **14** do Dr. *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro*. Falecido em 1859, *Nicolau* já não morava nesse local na ocasião da foto e o sobrado foi herdado pelo seu filho *Nicolau José de Campos Vergueiro*, o Visconde de Vergueiro. Nessa época, o térreo estava alugado para o negociante de fazendas *David Amigô* (com o n. 13 de 1852). Ainda figurou no local outro negociante de fazendas, “Lopes de Oliveira & Silva”, e o guarda-livros *Tibúrcio de Mello*. No Almanaque de 1890 ainda encontramos o atacadista de fazendas e armarinhos “Estevam Fay & Cia” (Figura 26)

Figura 25. Foto de Militão de 1862, apresentando os quarteirões que denominamos de C (em detalhes na Figura 26) e H (em detalhes na Figura 43), tendo ao fundo a Igreja de Santo Antônio. Lago, p. 86.

Figura 26. Detalhe do lado esquerdo (quadra C) da foto de Militão de 1862 (vista completa na Figura 25), mostrando, da esquerda para a direita, um pequeno detalhe do telhado da casa térrea de n. 13 (numeração de 1809), o sobrado famoso de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro de n. 14, a casa térrea de dois lanços (n. 15) de Amaral Gurgel, para onde virá o 'Banque Française' e o sobrado de n. 16, que consta 'em obras' na Décima de 1809. Chama a atenção no sobrado dos Vergueiros os balcões individuais com peitoril de ferro e as porta-balcão com bandeira e vergas arqueadas. Lago, p. 86.

A casa térrea de dois lanços de n° 15, pertencente em 1809 ao Reverendo *Joaquim Mariano do Amaral Gurgel*, passou para *José Francisco Lara de Moraes* em 1829. Foi ocupada pela loja de ferragens e gêneros de “M. P. da Silva Bruhns” (já com o n° 30, Figura 27), sucedida por “Ad. & Wm. Arbenz”, outro importador, que alterou o portfólio, incorporando também armas (Figura 28). *Bruhns* era agente do ‘Banco Commercial de Vianna’. Nessa época o prédio parece pertencer a *Ana Rita de Souza Pinto*, conforme o Arquivo Aguirra de 1889.

Figura 27. Lote n° 15 (de 1809), com a importadora “BRUHNS & Cia” (n° 30 de 1865). Almanaque de 1884.

Figura 28. “Ad & Wm ARBENZ” (n° 35 de 1886). Almanaque de 1890.

Mas o grande acontecimento desse lote ocorreu em 1892 quando o (novo proprietário), o “Banco União de São Paulo”, ali edificou sua sede de três pavimentos, com projeto assinado por *Francisco de Paula Ramos de Azevedo*. Com a falência do Banco União, esse prédio foi ocupado, em 1896, pelo ‘Banque Française du Bresil’ (com o n. 35A, Figura 29). Já no ano seguinte “José Merlini & Cia Empreiteiros de Obras” solicitou e recebeu autorização para construir um pequeno depósito no quintal do prédio do Banco Francês¹²⁸. Mas o Banco Francês teve problemas financeiros em meados da década de 1900 (Figura 30) e mudou-se para a Rua São Bento (Almanaque de 1915, p. 37).

¹²⁸ AHSP/OP, 155, p. 19.

Figura 29. O edifício n° 35A de *Ramos Azevedo*, foi sede do Banco União de São Paulo (1892) e depois do 'Banque Française du Brésil' (1896). Ao lado esquerdo um pequeno trecho do sobrado dos Vergueiros com a porta-balcão com bandeira e vergas arqueadas. Foto obtida do quadro abaixo, do acervo do autor, assinado por *Jules Martin* (conforme visto no detalhe abaixo, à direita), que o publicaria na sua 'REVISTA INDUSTRIAL' para a exposição de 1900, em Paris.

EDITAES

Protesto

O doutor João Thomaz de Mello Alves, juiz de direito da primeira vara commercial desta capital de S. Paulo, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem ou delle noticia tiverem, que por parte de Paul, Aron & Comp., foi dirigida a este juizo a petição do teor seguinte: Exmo. sr.dr. juiz da primeira vara. Paul, Aron & Comp., commerciantes em Pariz, tendo uma acção em juizo contra a *Banque Française du Brésil*, acção em que já foi proferida sentença contra o mesmo Banco, sendo a importancia da condemnação superior a 1.600 contos de

réis, requerem a v. exa. se digne mandar tomar por termo, intimar a administração do Banco nesta cidade e publicar pela imprensa, por meio de editaes, que serão affixados no logar do costume, o protesto que pela presente fazem contra qualquer alienação dos bens do Banco. Nestes termos E. deferimento. S. Paulo, 31 de março de 1903. Por procuração dr. Manoel Pedro Villaboim. Estava devidamente sellado. «Despacho: A. D. Comorequer. S. Paulo, 1 de abril de 1903. Alves. Ao 1.º officio. S. Paulo, 2 de abril de 1903. Pelopidas de T. Ramos. Termo de protesto: Aos 2 de abril de 1903, em meu cartorio, compareceu o

Figura 30. O Banque Française du Brésil e suas peripécias com a justiça. O Estado de S. Paulo, 3/04/1903, p. 3.

Propriedade de Ana Francisca de Oliveira (em 1884), conforme o almanaque desse ano, o imóvel n. 16 (Figura 32) estava alugado a G. Th. Hoffmann dono da Farmácia Ipiranga. Outro que apareceu no Almanaque de 1884 é Balthazar Teixeira Leite, com a “Alfaiataria da Águia de Ouro” (Figura 31), depois “Teixeira, Leite & Cia”, com camisarias. Nessa época o imóvel pertencia a Maria Leopoldina Ferraz Mendes, conforme dados do Arquivo Aguirra de 1889.

ALFAITARIA DA AGUIA DE OURO

Balthazar Teixeira Leite

TEM SEMPRE GRANDE SORTIMENTO

DE

Camizas, Colarinhos, Seroulas, Meias, Abotoaduras, Gravatas, chapéos de sol, etc. etc.

GRANDES NOVIDADES

EM

Cazemiras de cor e pretas, Panos pretos, Elasticotinas preta e azul, diagonaes e tudo quanto pertence ao mesmo ramo de negocio.

RUA DIREITA N. 32

S. PAULO

Figura 31. Alfaiataria da Águia de Ouro. Almanaque de 1884.

14 15 16 17 18 19 20 (19 de 1852, residência do Barão da Silva Gameiro)

Figura 32. Detalhe da foto de Militão de 1862 (vista completa na Figura 46), mostrando os lotes com a numeração de 1809. O lote 16, que será o de nº 37 de 1886, é seguido pelos de ns. 17 e 18, duas casas térreas. No n. 20 vemos o sobrado do Barão da Silva Gameiro. Lago, p. 84.

Os imóveis ns. 17 e 18, duas casas térreas, foram fundidos em um único lote, em 1884. O n. 17, de propriedade do Recolhimento Santa Tereza, foi alugado para o joalheiro *Alexandre José Worms* (com o n. 16 de 1852) e depois mudou para o n. 37 (Quadra H). Em 1863, voltou para a Quadra C no n. 19 (Figura 33), n. 40 de 1865, e finalmente tornou-se o n. 25 (em 1865). O de n. 18, de *Luíza Francisca*, foi fotografado por *Militão* em 1862, e nele estavam instalados os comerciantes de chapéus “*Adolpho Kuker e Fisher*”. Ambos foram sucedidos pelos também comerciantes de chapéus “*Eugenio Leifer & Auerbach*” (Figura 34) e pela fábrica de chapéus de “*Alves, Porto & Cia*”. Conforme dados do Arquivo Aguirra (Aguirra, 1884), *Eugenio Leifer* e *Guilherme Auerbach* compraram esse imóvel, em 1884, por 50:000\$000 réis.

Mudança
da rua Direita n. 37
para a mesma rua n. 19
defronte.

Alexandre & José Wormes tem a honra de participar ao respeitavel publico que acabão de receber um lindo sortimento de brilhantes, obras de ouro, joias e prata, bem como brilhantes soltos para serem encravados e occupados em obras, etc, podendo o comprador escolher a seu gosto e contento, sendo os preços os mais moderados possiveis. 3—10

Figura 33. José Worms muda em 1863 para a Quadra C n. 19 (que depois seria n. 40). Correio Paulistano, 22/10/1863, p. 4.
Figura 34. Almanaque de 1884. "Eugenio Leifer & Auerbach", com os ns. 34 e 36 da numeração de 1865.

Figura 35. "Theodoro Cordes & Cia" com o n. 41, numeração de 1886. Almanaque de 1890.

Em seguida temos o imóvel n. **19** de *José Rodrigues Pereira Mendes*, um sobrado com as sacadas ainda dotadas de rótulas (Figura 32). No Almanaque de 1873 ali encontramos *Martinho Antônio*, com arreios e *Borges Nogueira* com calçados. Mas ainda alojou *Jacob Friedrichs*, com confeitaria e depósito de cervejas (conforme o Almanaque de 1884) e “Theodoro Cordes & Cia”, com confeitarias (conforme o Almanaque de 1890) (Figura 35).

O imóvel de n. **20** (Figura 32), propriedade em 1829 do Presidente da Província de São Paulo, *Vicente Pires da Mota*, teve como proprietário e morador (conforme o Memorial Paulistano para 1862, com o n. 19) o *Barão da Silva Gameiro*, *Ayres Coelho da Silva Gameiro* (-/1876). Sua casa era diferenciada e muito valorizada, sobretudo nas procissões, como na de 25 de Março de 1876 (cerca de três meses antes de sua morte), descrita por *Martins*¹²⁹:

Nas ruas por onde tinha de passar a solene procissão, ergueram-se bonitos arcos de murta e flores, iluminando-se, à noite, as frentes de quase todas as casas da Cidade, especialmente as do Triângulo, que foram belamente enfeitadas, sendo que a casa de sobrado da Rua Direita n° 43 [numeração de 1886], onde, com sua estimada e distinta família, residia o Barão da Silva Gameiro, era, por ocasião de festas populares ou religiosas, a que mais se sobressaía, pois a frente da mesma era toda forrada com damasco, assim como a sacada, que era também adornada com ricas toalhas de linho franjadas com rendas de bilro ou de crivo e sendo colocadas no peitoril de cada um das janelas vasos com flores naturais.

O *Barão da Silva Gameiro* morava nos ‘altos’, já que os ‘baixos’ estavam alugados a *Joaquim José de Souza Bastos*, comerciante de fazendas de seda, lã, algodão, etc. (conforme os Almanaques de 1873 e 1884). Em 1890 ali se estabeleceu a empresa “Camargo & Irmãos”, com a ‘A La Capitale’, loja de fazendas, modas e armarinhos.

O imóvel de n. **21**, que consta em 1829 como propriedade de *Francisco Antônio Baruel*, estava alugado, em 1873, para *Madame Pruvot*, modista, e seu marido *José Pruvot*, barbeiro. Em 1890 aí estava o atacadista de armarinhos, “Conceição & Cunha” e, no Almanaque de 1895, o negociante ‘Silva Peixoto & Cia’, com a loja de fazendas ***Ao Trocadero*** (Figura 38). Ainda nesse lote se instalou a loja “La Ville de Paris”, conforme pode ser visto na Figura 39.

O imóvel de n. **22**, uma casa térrea em 1809 que pertencia à neta de *Manoel Veloso*, *Gertrudes Maria Veloso*, aparece, como vimos, no Memorial Paulistano de 1862, como propriedade do major *Manoel Rodrigues Jordão*, o filho do *Brigadeiro Jordão*. Esse prédio abrigou o Banco Mauá & Cia, cuja falência causou pânico na Bolsa de São Paulo, aquecendo

¹²⁹ Antônio Egydio Martins, op. cit. p. 382.

o mercado imobiliário¹³⁰. Junto com o n. 23 - o famoso prédio de nove janelas, que foi do *Brigadeiro Jordão* e abrigou o Hotel de Itália – formou o Grande Hotel de França (Figura 41), nas mãos de *Guilherme Lebeis*. Não há imagens de Militão tiradas em 1862 mostrando esse trecho, mas dispomos da famosa foto de Militão de 1887 (Figura 40). Nessa foto o prédio n. 22 aparece como sobrado, provavelmente já de alvenaria, pois prescindia dos beirais largos, tão necessários às construções em taipa. Além do Banco Mauá, esses imóveis abrigaram a loja de modas ‘Casa Tallon’ de *Aquilles Oppenheim* e “Bloch, Frères & Cia” com a casa de roupas (Figura 36) para crianças “Au Bon Diable” (n. 46 de 1865 e 47-49 de 1886, Diagrama III). Outro comerciante que se instalou no local, em 1895, foi ‘Campos Costa & Cia’, com aparelhos para gás (Figura 37).

Figura 36. Au Bon Diable ficava nos baixos do Hotel de França. Almanaque de 1884.

¹³⁰ Antônio Egydio Martins, op. cit. p. 337.

Figura 37. "Campos, Costa & Cia". Almanaque de 1895.

Figura 38. A loja de fazendas "Ao Trocadero" no n. 21. Pormenor de foto de autoria desconhecida, c. 1898. Fonte Martin, 1905.

Figura 39. Nesse mesmo lote instalou-se "La Ville de Paris". Foto de Vincenzo Pastore, c. 1905, fonte: Lemos, 2001, p. 122.

Figura 40. Nessa foto de Militão de 1887, tem-se, à direita e com a numeração de 1809, o sobrado de nove janelas onde morou o Brigadeiro Jordão (n. 23); o de n. 22, o de três janelas com beiral estreito, onde funcionou o Banco Mauá & Cia; e o de n. 21, também de três janelas com vergas retas. Do lado esquerdo, no n. 31, a casa do Barão de Iguape. Rubens Fernandes, p. 124.

Figura 41. Nesta imagem vemos (no lote n. 16) a placa do jornal "*Il Pensiero Italiano*". Nos últimos sobrados (n. 20, 21, 22 e 23) podemos ler: GRANDE HOTEL DE FRANÇA. O prédio com os dois toldos listrados (n. 17 e 18) é o único cuja parte superior da fachada sobreviveu até hoje e abriga atualmente, em conjunto com o lote de n. 19 (Rua Direita n. 203), as "Lojas Torra". Foto de Paulo Kowalsky, c. 1892, apud Koenigswald, p. 69.

Retornando ao quarteirão **H**, do qual já descrevemos o lote **s/n.** (n. 42 de 1809), tem-se o imóvel n. **40** (n. 14 de 1886), propriedade de *Francisca de Paula Oliveira* (Diagrama V). No ano da foto (Figura 43) encontramos *Antônio José de Oliveira* com uma botica. Como *Francisca* não teve filhos, não encontramos relação entre os dois. Nesse endereço instalou-se, em 1863, a famosa papelaria de *Jorge Seckler*. Fundada em 1850 pelo alemão *K. Knösel*, essa gráfica foi importante por possuir máquinas modernas, passando a pertencer desde 1862 a *Jorge Seckler*, antigo aprendiz. Era famoso (e útil) seu Almanaque Seckler: “Almanach do Estado de São Paulo”, editado desde 1883, que possuía calendário e informações para os comerciantes e particulares¹³¹. *Jorge Seckler* manteve a gráfica até 1890. Em 1902 esse estabelecimento passou a pertencer a *Raimundo da Silva Duprat*, antigo guarda-livros da gráfica (depois *Barão Duprat* e, de 1911 a 1913, Prefeito de São Paulo), mudando o nome para “Duprat & Cia” (Figura 42). Em 1909 esse estabelecimento mudou-se para a Rua Direita n. 26¹³².

Figura 42. A papelaria Duprat & Cia” sucederia a “Jorge Seckler”. Revista Arara (SP), 1907, fonte: 100 Anos de Propaganda, p. 23.

¹³¹ Martins, Op. Cit., p.336

¹³² Idem, p. 337.

Figura 43. Detalhe do lado direito (quadra H) da foto de Militão de 1862 (vista completa na Figura 25), mostrando, da direita para a esquerda, um trecho do telhado e sacada do imóvel n. 40, de Francisca de Paula Oliveira, bem como o prédio de três pavimentos e sacada larga, n. 39, de Manoel Ferraz de Araújo, e o n. 38, de Francisco José de Sampaio Peixoto.

O prédio de três pavimentos, n. 39, propriedade de *Manoel Ferraz de Araújo*, era o único de três pavimentos da rua e parece ter alojado um comerciante de fazendas bem ativo em 1862, pois embora não tenhamos encontrado nenhum comerciante nos Memoriais de 1862 e 1863, a foto de Militão (Figura 43) representa enorme quantidade de fazendas defronte à sua porta. Nesse local se instalou, em 1873 (com o n. 17), *Manoel Correa Guedes*, com roupas feitas, e *Guedes Barroso*, alfaiate; em 1884, *Antônio Baptista Teixeira*, com papeis pintados e vidraçaria (Figura 44) e, finalmente, em 1890, com o n. 16, a viúva de *Teixeira*, *Carolina Bühner*, que permaneceu no ramo com a “Teixeira, Silva & Cia”, a “Casa da Rapoza” (Figura 45).

Chegamos ao n. 38, propriedade de *Francisco José de Sampaio Peixoto*, que agora pertencia a sua esposa, a filha de *José Vaz de Carvalho*, *Jacinta Cândida de Macedo e Carvalho*. Trata-se, na foto, de um sobrado de quatro sacadas individuais, com aparência de boa conservação.

Figura 44. O lote n. 39 abrigava a vidraçaria de Antônio Baptista Teixeira. Almanaque de 1884.

Figura 45. O mesmo lote com a 'Casa da Rapoza'. Almanaque de 1890.

Esse sobrado abrigou nos altos o Dr. *Luiz Lopes Baptista [dos Anjos]* (Almanaques de 1873 e 1884) e teve nos baixos a loja de calçados de *Antônio D'Andrea* e a “Livraria Azevedo”. Dr. *Luiz* figurou no ‘Lançamento de Impostos [Municipais] para o exercício de 1882-1883’, pagando, como médico, 40\$000 réis, para o letreiro 3\$000 réis e para o ‘Carro Particular’ 10\$000 réis (exclusividade apenas desse médico, na rua).

O sobrado n. 37 era propriedade da viúva de *Manoel Eufrásio de Azevedo Marques, Ana Gertrudes de Jesus*, que provavelmente ali residia, na época. Em 1873, o local abrigou o escritório do advogado *João da Silva Carrão* e figurou por alguns anos nas mãos *Júlio de Abreu*, com a loteria “Chalé do Pavão”, e com “Calderaro & Irmão”, dono da loja de modas “Sympathia das Moças” (Almanaques de 1884 e 1890).

O sobrado de *José Dias Novaes*, n. 36, já um pouco distante na foto de *Militão* (Figura 43), pode ser visto por outro ângulo em outra foto também de *Militão* (Figura 46), e bem próximo na foto que acreditamos seja também de *Militão* (Figura 47¹³³). Nesse imóvel veio a instalar-se, conforme o Almanaque de 1873, o relojoeiro, *Henrique Snell* (Figura 49), visto em primeiro plano na foto (Figura 47). No Almanaque de 1884 aparece ali *Antônio Sálvia*, com salão de barbeiro (Figura 48), e no de 1895, os armarinhos de “Anenberg & Cia.”

¹³³ Essa foto, obtida no site da Biblioteca Mario de Andrade e disponível também na Casa da Imagem, deve ter sido tirada após 1872, quando os trilhos foram colocados na Rua Direita. O que nos leva a crer que essa foto seja do Militão, além da época que foi batida, é o fato do centro do lado direito da foto ser o prédio de n. 35 (36 de 1852), local onde estava estabelecida a Ambrotopia Müller, que vendia as fotos de Militão.

Figura 46. Foto de Militão de 1862, mostrando a Rua Direita no sentido do Largo da Sé. As flechas coloridas são repetidas na Figura 47, vista no sentido oposto. Em amarelo a residência do Barão da Silva Gameiro. Lago, p. 84.

Figura 47. Foto de autoria desconhecida pós 1872, pois já mostra os trilhos de bondes, comparada, com a ajuda das flechas coloridas, com a Figura 46. BMA/TSP.

Figura 48. Antônio Salvia, no nº 36 (23 de 1865). Almanaque de 1884.

Figura 49. Henrique Snell no nº 36 (23 de 1865). 100 Anos de propaganda, p. 6.

O lote n. **35** era uma casa térrea de dois lanços pertencente a *José Vaz de Carvalho*, na Décima de 1809, rico comerciante envolvido no comércio de muares e com tropas conforme o Censo de 1798. Encontramos agora um sobrado que, com exceção das vergas retas, parece ter sido construído há muito tempo e de taipa, devido aos seus largos beirais e sua adaptação aos prédios vizinhos (figuras 46 e 47). Nesse local estava instalado o capitão e advogado *Francisco Leandro de Toledo* (1862 e 1873) e a “Charutaria e Ambrotepia Müller”, de *Jesus Christo Müller* (n. 36 de 1852) que, como vimos, vendia álbuns de fotografias de Militão aos estudantes da Faculdade de Direito. A placa que é vista, tanto na Figura 46 como na Figura 47, provavelmente se referindo a esse negócio. Também veio a se instalar neste local o ourives *José Worms* (n. 25 de 1865, Figura 50) (em 1884), o fotógrafo “Ohrstrom & Neuhaus”, o dentista *J. Aguiar* e a empresa de comissões “Chaves & Cia.”

Figura 50. Casa de José Worms. 100 anos de Propaganda, p. 6.

O imóvel n. 34, que em 1829 era propriedade de *Antônio Cardoso Nogueira*, não tinha morador em 1836 e nada constou nos Memoriais e Almanques de 1862 e 1873, aparecendo, com o n. 27 (de 1865), alojando o cirurgião dentista Dr. *Mesquita* (em 1884 e 1890) e *Manoel Antônio Teixeira* vendendo chapéus de sol (figuras 51 e 52).

Figura 51. Anúncio da Fábrica de Chapéus de Sol na Rua Direita 27, 'perto dos quatro cantos'. Almanaque de 1884, p. 593.
Figura 52. Dr. Mesquita, Cirurgião Dentista da Casa Imperial. Almanaque de 1884, páginas de anúncios.

Em seguida encontramos a casa térrea n. 33 (34 de 1852), que foi de *Gertrudes Maria do Rosário*, e ainda se conserva térrea nas fotos de *Militão* (figuras 46 e 47). Possivelmente estava nela habitando *Jesuíno Franco de Oliveira*, sitiante e proprietário na Freguesia do Ó. Segundo *Paulo Garcez*, ele e sua família mantinham essa casa na cidade para realizar os serviços civis e religiosos¹³⁴ exclusivos dos centros urbanos. *Jesuíno* era filho de *Feliciano José Cavaleiro* e de *Maria Francisca do Ó* (irmã de *Gertrudes Maria do Carmo*) e neto materno de *Bento Franco de Moraes* e de *Ana Joaquina de Oliveira* (Diagrama I). Este por sua vez era filho de *Bento Paes de Moraes* e de *Úrsula Franco da Rocha*¹³⁵. Encontramos *Bento Franco de Moraes* no Arquivo Aguirra em 1840, quando no seu inventário a casa da Rua Direita n. 34 foi avaliada em 8:000\$000 réis (Arquivo Aguirra, 1840). A casa pode ter sido herdada por *Bento Franco de Moraes* via *Ana Joaquina de Oliveira*, descendente de *Amador Bueno*, ou via *Úrsula Franco da Rocha*, já que pertencia, em 1829, a *José Ramos da Rocha*, cuja ligação genealógica com esta não conseguimos relacionar.

A casa foi, em 1840, herdada pela tia de *Jesuíno*, *Gertrudes Maria do Carmo*. Vamos encontrá-la em 1886 (Imposto Predial) pagando um dos valores mais baixos de impostos (apenas 50\$400 réis) e em 1906 (AHSP, caixas de 1906) solicitando licença para retirar o

¹³⁴ O professor Dr. Paulo César Garcez Marins estudou com profundidade esse lote - por ter possuído, no passado, quatro rótulas as quais *Jesuíno* foi intimado a retirar - e chegou, inclusive a entrevistar descendentes da família. Vide sua tese de doutorado "Através da Rótula", p. 249 a 255.

¹³⁵ Silva Leme, op. cit. p. 535/536

ladrilho da calçada para desentupir o duto de água proveniente do telhado. *Gertrudes* faleceu em 1911, sendo uma das últimas moradoras¹³⁶ da rua.

Encerrando o quarteirão **H**, chegamos às propriedades do *Barão de Iguape* (ns. **32** e **31**) nos Quatro Cantos (então com o n. 33 de 1852). Nos Memoriais de 1862 e 1863 consta como propriedade do *Barão de Iguape*, presidente da agência do Banco do Brasil. Da mesma forma que, no caso do seu tio já falecido, o *Brigadeiro Jordão*, não dispomos de fotos de Militão de 1862 cobrindo essa área, o que nos obrigou novamente utilizar foto de 1887 (Figura 40). Nessa época, o *Barão de Iguape* não mais se encontrava ali, tendo doado o sobradão à sua sobrinha *Ana Brandina Prado*, a *Condessa Pereira Pinto*, desde 1870. Além disso, o *Barão* faleceu em 1875. De qualquer forma esse prédio era muito requisitado pelos comerciantes e nele vamos localizar (Almanaque de 1873): *Adolpho Jose Branco*, com fazendas; “*Peixoto & Braga*”, com ferragens; e a *Rosália Naret*, modista. Já no Almanaque de 1884 encontramos: *Frederico Rosencranz*, com abridores; *Pedro Bombardo*, com horticultura; *Luijo Mulinaro*, barbeiro; e *Joao Suplicy*, com jóias e ourivesarias. Conforme o Almanaque de 1890, “*Silva & Braga & Cia*” ali aparece com secos e molhados e *Joaquim de Mattos* com a loteria X.P.T.O. Ainda localizamos ali sediado o joalheiro e ourives *Manoel Borges de Carvalho* e a empresa de óptica e engenharia de “*Duffles & Cia*”, “*Ao Termômetro*”. Mas nesse Almanaque já consta também o Grande Hotel de França, já com o n. 34 de 1886, que atravessou a rua para sua expansão (Figura 53).

Figura 53. Envelope e papel de carta do Hotel de França, com o n. 34 de 1886. Sediado na antiga mansão dos Jordão, o hotel era locador também da propriedade em frente, da Condessa Pereira Pinto, sobrinha do Barão de Iguape. Acervo do autor.

¹³⁶ Segundo Carlos Lemos, o último morador da Rua Direita foi o pintor Hugo Adami, filho de Leonetto Adami.

24 Igreja de Santo Antônio 25 Solar do Barão de Itapetininga 26 27 28 29 30

Figura 54. Rua Direita junto à Rua Nova de São José (Líbano Badaró) tendo a Igreja de Santo Antônio e duas casas térreas à esquerda (Quarteirão D) e algumas casas térreas à direita (Quarteirão G). Aos fundos, o sobrado do barão de Itapetininga, que obstruía a rua no sentido da Vale do Anhangabaú. Foto de Militão de 1862. Rubens Fernandes, p. 121.

Outra foto de *Militão* de 1862, a única a retratar essas quadras (Figura 54), vemos um trecho da quadra **D**, com o Solar do Barão de Itapetininga, e um trecho do quarteirão **G**. Parece que *Militão* evitou retratar os Quatro Cantos, nessa época, talvez porque seus sobrados estivessem em reforma. De fato no n. **24**, do qual não tínhamos informações sobre a tipologia em 1809, constou um sobrado famoso em fotos posteriores, tal como revela a imagem da Figura 56. Deve ter sido construído por volta de 1820, mas só em 1873 comerciantes ali se instalaram tais como “Rohde, Santos & Cia” (com secos) e *Jacob Friedrichs* (com conservas e molhados). Também vieram o alfaiate *Antônio Marques da Silva* com “Ao Leão de Ouro” (Figura 55) e *Domingos da Silva Fraga* com o “Chá do Morumby”. Mas os nomes famosos vieram a partir de 1895: *L. Scaramella*, com a loja A Luva Paulistana; o fotógrafo *Michelle Rizzo* (1869-1939) com a loja “Rizzo Photographia” e ainda “Ao Gosto Artístico”, “Loteria Federal” e “L’Union de la Mode”. Nesse local foi construído, em 1909, o primeiro edifício de concreto armado de São Paulo, o edifício projetado pelo *Engenheiro Francisco Notaroberto*, como será visto no Capítulo II.

Figura 55. Ao Leão de Ouro (n. 48 de 1865). Almanaque de 1884.

Figura 56. O n. 24 de 1809 se transformará, em 1886, nos ns. 53, 55 e 57. Após abrigar o dentista Oscar da Veiga, que ocupa o pavimento superior, é ocupado pela loja “A Luva Paulistana” (n. 53) de L. Scaramella e depois disso “Rizzo Photographia” (n. 55) do fotógrafo Michelle Rizzo (1869-1939), “Ao Gosto Artístico”, “Loteria Federal” e L’Union de la Mode”. Nesse local foi construído, em 1909, o primeiro edifício de concreto armado, projetado pelo Engenheiro Francisco Notaroberto. Afonso de Freitas, c. 1908, apud Becherini, p. 109.

No n. 25, do lado esquerdo da Igreja de Santo Antônio, havia uma casa térrea, cujo proprietário era, em 1829, o reverendo *Antônio Rodriguez Villares*. Em 1884 o imóvel aparece alugado para *Domingos da Silva Fraga*, com depósito de vinhos. Mas ainda tivemos “Francisco Maggy & Cia”, com confecções, e no Almanaque de 1895, “Ao Paulista”, com roupas feitas (Figura 57) e *Simas Pimenta*, com o “Chá do Morumby”.

Figura 57. Ao Paulista, no ‘Canto do Viaducto’. Almanaque de 1895.

Passando ao lado direito da rua, quarteirão G (que foi todo demolido no século seguinte para a construção da Praça do Patriarca), encontramos a casa térrea, n. 26, situada na esquina com a Rua Nova de São José (atual Rua Líbero Badaró), propriedade do *Barão de Itapetininga*. Se *Militão* foi, em 1862, “econômico” ao ilustrar os Quatro Cantos, não economizou negativos de vidro desse imóvel, pois aparece também em outra foto conhecida sua (Figura 58). Nesse local instalou-se o ferreiro *Adolpho Sydow* (Almanaque de 1873) e *Antônio Fernando Henrique* com gêneros do país e molhados. Como as outras propriedades do *Barão de Itapetininga*, herdadas primeiramente pela sua segunda esposa, *Cerina de Souza e Castro*, e o segundo marido desta, o Barão de Tatuí (Diagrama I), este imóvel foi parar nas mãos do *Conde Prates*, como vimos, através da filha de *Cerina*, *Antônia dos Santos Silva*, com quem se casou.

Figura 58. Rua Nova de São José (Líbero Badaró) na esquina da Rua Direita. O Solar do Barão de Itapetininga, à esquerda, e as outras propriedades do Barão, à direita, incluem o imóvel de n. 26, aqui visto com uma janela de falsa. Lago, p. 88.

No n. **27**, em outra propriedade do *Barão de Itapetininga* e em outra herança posterior do Conde Prates, se instalou a “Farmácia Ipiranga”, de *G. Th. Hoffmann* (Almanaque de 1884), e a camisaria “Teixeira, Leite & Cia” (Almanaque de 1890).

O n. **28**, propriedade secular do Mosteiro de São Bento, assim como os anteriores imóveis desse quarteirão provavelmente esteve alugado para moradia, já que não constam estabelecimentos comerciais nos Memoriais ou Almanques e percebe-se claramente um clima de ‘local de residência’ na foto de *Militão* (Figura 54).

Isso ocorre também no imóvel vizinho, n. **29**, um imóvel dotado de porão com respiros, provavelmente assoalhado no térreo, piso adequado à moradia de qualidade. Esse imóvel pertencia à filha do *Brigadeiro Jordão*, *Ana Eufrozina de Araújo Ribeiro*, conforme consta no seu inventário de 1866.

Chegamos então ao n. 30, propriedade do Convento do Carmo, imóvel no qual encontramos o advogado *Joaquim Augusto de Camargo* (Memorial Paulistano para 1862, com n. 30, e Almanaque de 1873, com n. 37). Esse imóvel, de propriedade do seu pai, *João José de Camargo* (Aguirra, 1876), comerciante, capitão da 2º Cia e Tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia, morador da Rua Direita n. 04 (Almanaque de 1873), havia sido de seu avô, *José Antônio de Camargo* (-/1871), todos descendentes¹³⁷ de *José Ortiz de Camargo* (o irmão do 'Tigre'). Estava alugado para *Joaquim*, como escritório, uma vez que este consta no Memorial Paulistano para 1863, como morador da Rua Direita n. 19. Esse lote, conforme *Paulo Garcez*¹³⁸, foi dividido ao meio, quando do inventário em 1876, o que teria resultado nos ns. 37 e 37A de 1865 e 40 e 40A de 1886. No n. 37, instalou-se o barbeiro *Anibal Grecco* e *Jacob Friedrichs* com confeitaria e depósito de cervejas e, no n. 37A, o alfaiate *Januário Damasco*.

O imóvel s/n. de 1809 (n. 35 de 1865 e n. 38A de 1886) pertenceu ao *Brigadeiro Jordão*, à sua filha *Ana Eufrozina Rodrigues Jordão* e, por herança desta, à sua neta *Ana Eufrozina de Araújo Ribeiro*, casada com *José Augusto da Silva Sobral*, com o qual ali residiu por muitos anos. Em 1895, no endereço instalou-se a Casa "AUX 600 MIL PALETOTS" (Figura 59).

Figura 59. "AUX 600 MIL PALETOTS".
Almanaque de 1895.

Fechando a quadra, aparece o imóvel de esquina com a Rua São Bento (n. 77) de propriedade de *Ana Eufrozina Rodrigues Jordão*, depois herdado, em 1866, pela sua filha (Diagrama I) *Maria Aldina de Araújo Ribeiro* (1842/1926), que ali morou até 1880 (Brotero, p. 527). Esse

¹³⁷ Vide Marins, op. cit., p. 195 a 198.

¹³⁸ Idem, ibidem.

foi apenas um dos imóveis deixados de herança por *Ana Eufrozina*, que era proprietária também do imóvel da Rua São Bento n. 79¹³⁹, onde funcionava a filial do Banco do Brasil.

Como se pode verificar no exposto no Capítulo I, a Rua Direita de pacata que era até 1809 (com muitos moradores, morando com seus filhos, agregados e escravos), marcada pela presença de negociantes e comerciantes, transformou-se aos poucos em centro de comércio, diminuindo a função de moradia e aumentando a de negócio. Algumas poucas famílias, como a de *Gertrudes Maria do Rosário* (proprietária de casa térrea), ainda resistiram à modernidade. Os palacetes dos moradores mais famosos, como os do *Brigadeiro Jordão*, *Barão de Iguape*, *Barão do Tietê* e *Barão da Silva Gameiro* se transformaram em negócios como hotéis, lojas, pequenas manufaturas e depósitos. Os velhos sobrados com lojas no térreo foram ocupados com, às vezes, mais de um estabelecimento, na maioria dos casos de roupas e fazendas, e frequentemente o primeiro andar abrigou outros serviços como os de barbeiro, modista, alfaiate e escritórios. A renda de aluguel sobreveio mais importante do que o status de morar na principal rua da cidade e a produção edilícia passou a ser regulada pela maximização daquela. Reformas nos frontispícios, como alargamento de portas e a introdução de vitrines, foram feitas sempre na busca de melhorias nas condições de exposição das mercadorias. Mas a Rua Direita, embora central e conectada com o Largo da Sé, carecia de uma maior movimentação de pedestres, devido à obstrução de sua comunicação à região nascente alcunhada de Cidade Nova. Com abertura do Viaduto do Chá, em 1892, a rua ganhou nova dimensão e progresso. No Capítulo II verificaremos que essa tendência se acentua, culminando com a total transformação da rua em termos sociais e materiais, acompanhando o formidável desenvolvimento da Metrópole e de seu Centro no final do século XIX e início do século XX, decorrente da expansão econômica oriunda das exportações de café e assumindo assim papel de liderança no Centro Velho, por cerca de trinta anos. Dos 46 imóveis da rua, permaneceram nas mãos dos herdeiros, nesse período, apenas os das grandes famílias, como a dos *Jordão* (três imóveis, um deles, o Canto do Jordão, atravessando cinco gerações), dos *Santos Silva/Ângela Vieira* (três imóveis, um deles, o Canto do Chafariz, abarcando quatro gerações), dos *Silva Prado* (dois imóveis, cruzando três gerações) dos *Camargo* (dois imóveis) e o da família de *Gertrudes Maria do Rosário*, totalizando pelo menos 11 imóveis.

¹³⁹ Além desses imóveis, Ana Eufrozina deixou os imóveis na Rua São Bento n. 50, Rua São Bento n. 31, Rua da Imperatriz n. 35, Rua São José n. 28, Rua São José n. 30, Rua Jogo da Bola (Benjamin Constant) s/nº, Rua do Carmo n. 34, Pátio do colégio n. 2 e outros quatro na Santa Efigênia, Largo do Tanque (Paissandu), chácara no Braz, fazenda na Freguesia do Ó e um quarto da Fazenda Natal (Campos do Jordão). O total do Monte-mor foi de 268 contos de réis. Brotero, p. 634 a 643.

Capítulo 11

CAPÍTULO II. A RUA DIREITA NO CENTRO DA METRÓPOLE DO CAFÉ, COM BASE NA SÉRIE OBRAS PARTICULARES (1870-1921).

No Capítulo I, procuramos primeiramente situar a Rua Direita na geografia regional, analisando as motivações que condicionaram sua formação e inserção urbana. Observamos sua vinculação com antigas trilhas indígenas, com uma das portas de acesso ao interior dos muros da vila e com algumas das suas primeiras ermidas, como as de Santo Antônio, Misericórdia e a Sé, que orientaram seu traçado quase retilíneo. Em seguida, com base na Décima Urbana de 1809, lote a lote, analisamos as tipologias dos imóveis e o perfil social dos seus proprietários, relacionando-os com famílias do século XVIII, constatando que muitas das residências permaneceram em mãos de descendentes dos grandes comerciantes e negociantes setecentistas (Diagrama I). Observamos também a concentração de mais de um imóvel da rua nas mãos de alguns proprietários, como o Cel. *Joaquim José dos Santos*, o Cel. *Francisco Xavier dos Santos*, o Cel. *Jose Vaz de Carvalho* e o *Brigadeiro Jordão* e seus descendentes. Constatamos também que a rua guardou a mesma feição até 1862, com alterações de maquiagem (de fachada), mas com os mesmos edifícios identificados no início do século XIX, na sua maioria. Espacializamos os dados nas fotos de Militão, e vimos as mudanças ocorridas na numeração indicada, especialmente em termos dos proprietários, inquilinos e usos dos imóveis, tal como constam nos Almanques e Memoriais da época. Observamos o predomínio de lojas de comércio de fazendas secas na Rua Direita, no térreo dos sobrados, com suas mercadorias expostas especialmente na parte frontal das lojas, em meio a novos usos, tais como fábricas de chapéus, calçados, algumas casas bancárias, etc.

Neste Capítulo, com base na Série Obras Particulares¹⁴⁰, analisaremos as transformações materiais e sociais ocorridas nos fins do Século XIX e primeiras décadas do XX, cotejando as informações com a ampla iconografia disponível da época. Espacializaremos os dados de forma a visualizar as mudanças sucedidas na rua em paralelo às do próprio centro de São Paulo e da Metrópole do Café como um todo. Com a ferrovia e a chegada de expressiva leva de imigrantes, o comércio fino estabeleceu-se no centro de São Paulo, especialmente nas ruas do Triângulo. A arquitetura nova seguiu padrões europeus e a estética do Ecletismo imperou

¹⁴⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP), Série Obras Particulares (SOP), que é dividido por logradouros (por exemplo: Rua Direita) em duas partes: Documentos Encadernados, dividido em volumes com numeração de páginas (período de 1870 a 1906), e CAIXAS com documentos soltos divididos em ruas por ordem alfabética e com numeração dos imóveis em ordem crescente (período de 1906 a 1922). A partir de 1924 os documentos estão no Arquivo da Prefeitura do Piquerí (Divisão de Arquivo Municipal de Processos – DAF – 4).

no lugar dos velhos casarões de taipa de pilão. A construção do Viaduto do Chá¹⁴¹ implicou no prolongamento de duas novas quadras da rua, com o seccionamento do palacete da Baronesa de Tatuí e sua reconstrução. A ligação do Centro Velho com a ‘Cidade Nova’ tornou-se realidade e o vale do Anhangabaú converteu-se em Parque do Anhangabaú, um cenário para os transeuntes do viaduto. A Rua Líbero Badaró foi alargada para se tornar um *belvedere* ao vale, eliminando o palacete da Baronesa de Tatuí. Desapropriações foram feitas que culminaram com a construção da Praça do Patriarca, encurtando a rua em quatro quadras.

À exemplo do que foi feito por Heloisa Barbuy, porém não nos limitando ao período de 1860 a 1914, levantamos e sequenciamos todos os imóveis registrados na Série Obras Particulares do AHSP, reconstituindo o perfil da rua por meio das elevações, bem como o nome do solicitante, construtor, obra, data, nome do proprietário (Diagramas II a V, no Apêndice). Especial atenção foi dada aos imóveis que, construídos nesse período, permaneceram até a época do tombamento (1988/1991). Com base nos almanaques verificamos os usuários e os usos dos imóveis. A construção de sobrados e prédios de três pavimentos com finalidade de residência nos andares superiores foi vista com alguma frequência até o final da década de 1890, desaparecendo depois e sendo substituída por salas de escritórios. A incorporação de sanitários (W.C.) – em paralelo com as ligações de água e esgoto envolvendo a abertura das calçadas - foi notada e anotada em inúmeros imóveis no final da década de 1900. O alargamento das portas das lojas do andar térreo foi unanimidade até o final da década de 1910. A numeração a ser adotada, neste capítulo, será a de **1886**, com as modificações de 1911, quando existentes. Para melhor compreensão do assunto, avançaremos em outros períodos, além daquele indicado no título e será utilizada também a designação oficial da prefeitura para Cadastro de Imóveis Setor/Quadra/Lote (S/Q/L), sempre que necessário.

2.1 O quarteirão/quadra A (Setor 005, Quadra 012 – Diagrama II).

A quadra A - que se tornará famosa por abrigar o primeiro arranha-céu de São Paulo construído em concreto armado, o Edifício Guinle - é o que se mostrou mais coerente na tipologia, formada por edifícios com lojas comerciais no térreo e atividades comerciais nos andares superiores, nesse período.

Começando pelo **número 01**, outrora pertencente ao Guarda - Mor *Vicente Ferreira de Oliveira* (1809), e que teve por muitos anos a loja de fazendas de *Manoel Joaquim da Costa e*

¹⁴¹ Obra de Jules Martin e Joaquim Eugênio de Lima.

Silva (1862 – 1873) encontramos o Edifício Baruel, construído em 1897. A atividade mais comum desse endereço desde então foi a de farmácia. A drogaria “Silveira & Cia”, de Antônio de Souza Silveira e Manoel Lopes de Oliveira¹⁴² também comercializava utensílios importados. Contudo essa esquina ficou famosa pelo edifício construído, para a maior drogaria de São Paulo, a empresa “Baruel e Cia”, de Francisco Nicolau Baruel e José Fortunato Cuba de Souza, projeto e construção de “Rossi & Brenni”: o **Edifício Baruel** (Figura 60). A “Drogaria Baruel” (Figura 61) - escola que foi para gente como Bráulio Ludgero da Silva, fundador da rede Drogasil¹⁴³ e conhecida pelo seu endereço telegráfico peculiar: ‘Cocaína’ - desapareceu em 1966, junto com o edifício destruído por incêndio¹⁴⁴ em 28/07/1966, que foi substituído pelo Edifício Petrella, com entrada principal pela, já então, Praça da Sé, como será visto adiante. Como registro no AHSP, Série ‘Obras Particulares’, temos o pedido de licença¹⁴⁵ da empresa Rossi & Brenni para a construção do prédio (1897), com o detalhe no despacho da Câmara: “O canto deverá ser arredondado em arco de círculo cuja corda medirá 3m”. Em 1907 houve pedido para transformação¹⁴⁶ de porta em janela e, em 1914, de duas janelas em portas¹⁴⁷, com a construção de W.C. e retirada de parede.

Figura 60. Em estilo eclético, característico da época, o Edifício Baruel que abrigou a Farmácia Baruel brilhou no Largo da Sé (frente: 23,50m), esquina com a Rua Direita (frente: 13,75m), com cúpula e ornamentação, até 1966, quando foi demolido, após ser destruído por incêndio. Pormenor de foto de Gaensly & Linderman (c. 1900), apud Kossoy, 1984, p. 49. Figura 61. Propaganda da Baruel & Cia na Revista Industrial, álbum de pranchas que Jules Martin utilizou para colocar São Paulo na Exposição Universal de Paris, em 1900. Revista Industrial, Biblioteca do Museu Paulista.

¹⁴² Jorge Seckler, *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*, p. 275.

¹⁴³ Pedro Luiz Pereira de Sousa, *A Casa Barão de Iguape*, p. 38.

¹⁴⁴ Jornal O Estado de S. Paulo (OESP), 30/07/1966, p. 9.

¹⁴⁵ AHSP/SOP, Rua Direita, Documentos Encadernados, V. 155, p. 3 (1897).

¹⁴⁶ AHSP/SOP, Rua Direita, CAIXA de 1907.

¹⁴⁷ AHSP/SOP, Idem, CAIXA de 1914.

No **número 03** (02 de 1809), que pertencia em 1829 a *José Rodrigues Pereira Mendes*, foi morador ilustre, em 1822, o irmão do Barão de Iguape, *Francisco da Silva Prado*. Outros moradores e inquilinos podem ser encontrados no Diagrama II, mas somente em 1889 aparece um pedido de alinhamento¹⁴⁸ para execução de obras, feito por *Joaquim Ferreira Bento*. Em 1896, a proprietária, Sociedade Beneficente Portuguesa, constrói o atual prédio¹⁴⁹ de três pavimentos, tendo como empreiteiro a Rossi & Brenni (Figura 62). Os pavimentos superiores eram usados como residência e o térreo como comércio. Esse era um programa comum na Rua Direita até o final do século XIX. Outro pedido acontece em 1915, quando a empresa “Braga & Pinto” solicita licença¹⁵⁰ para reformar os banheiros e trocar o assoalho. Remanescente dessa época, foi tombado pela resolução ‘Tombamento *Ex-officio*’ 5/91 (1991).

Figura 62. Espremido pelo Edifício Baruel e pelo vizinho, que ficará famoso por abrigar a Confeitaria Fasoli, este prédio (nº 03 de 1886) de apenas 7,3m de frente abrigou a Casa da Época e a Casa Italiana antes de ser tombado. Envolvia comércio no térreo e habitação nos andares superiores (atual n. 25, Lojas Marisa). Planta do AHSP/SOP, V. 112, p. 28. Fonte *O Centro de São Paulo há 100 anos*, DPH.

No **número 05**, vamos encontrar como proprietário, em 1896, a Santa Casa de Misericórdia e como interessado principal o Sr. *André Fasolli*, que detinha um importante negócio na época: a Confeitaria Fasoli. A situação descrita a seguir ilustra o ocorrido¹⁵¹, em 1896, entre os Senhores *André Fasolli* (Rua Direita nº 05) e *Domingos Loureiro da Cruz* (Rua Direita nº 03, prédio de propriedade da Sociedade Portuguesa de Beneficência):

¹⁴⁸ AHSP/SOP, v. 31, p. s/nº (1889).

¹⁴⁹ AHSP/SOP, v. 112, p. 28 (1896).

¹⁵⁰ AHSP, CAIXA de 1915.

¹⁵¹ AHSP/SOP, v. 26, 1887.

Página 24: Em 1º de Janeiro de 1896, diz Rossi e Brenni, empreiteiros de obras, que tendo que construir um prédio de três andares, na Rua Direita nº 5, com frente de 7,30m, pede alinhamento e licença. Em carta de 28 de Julho de 1896, p. 37, o Sr. André Fasolli escreve carta que não se responsabiliza por danos ao nº 3.

Página 32: Em 12 de Agosto de 1896, consta a resposta dada pela Intendência de Obras: 'A demolição do prédio nº 5 prejudicará a segurança do nº 3. Intimam-se os proprietários a reconstruí-lo'.

Página 34: Em 06 de Agosto de 1896, consta a instrução para uma intimação a ser feita ao cidadão Domingos Loureiro da Cruz com prazo de 48 h para demolir o prédio nº 3.

Página 35: Em 14 de Agosto de 1896 consta a intimação baseada no artigo 1º da Lei 220.

Página 38 e 39: Em 06 de Agosto de 1896, vistoria no nº 3; Em 18 de Agosto de 1896, vistoria no nº 5.

Páginas 40 a 45: De 21 a 25 de agosto de 1896: novas vistorias, comentários sobre a solidez do nº 3, busca de alternativas e resumo dos acontecimentos.

Página 46: Em 31 de Agosto de 1896, finalmente intima-se o Sr. Domingos Loureiro da Cruz a proceder à demolição.

Ambos os prédios foram demolidos e reconstruídos pela empresa "Rossi e Brenni". O de **número 05**, de três pavimentos e também com 7,3 m de frente, teve planta aprovada através de requerimento¹⁵² de 1º de Agosto de 1896 (Figura 63) e foi relacionado em 1991, com nível de preservação da envoltória de imóvel tombado. Em 1900, ocupado pela Confeitaria Fasoli então de *Alfredo Pellegrini*, recebe autorização¹⁵³ para modificações internas em 1919 e renova a ligação¹⁵⁴ de água. Em 1921, promove uma grande reforma¹⁵⁵, que inclui palco para orquestra e uma grande clarabóia. Os dois edifícios existem ainda, embora com as fachadas originais desfiguradas (Figuras 64 e 65). O edifício de nº 03, após acolher a Casa da Época, abrigou a Casa Italiana (fazendas), e o de nº 05, após acolher a Confeitaria Fasoli, abrigou a loja de óculos Lutz Ferrando. Ambos aparecem na foto de *Hildegard Rosenthal*, de 1940 (Figura 67).

Números 07 e 7A. Após um desabamento ocorrido¹⁵⁶ em 1894, foi reconstruído¹⁵⁷ em 1895 o prédio de três pavimentos, por *José Fernandes Pinto*, já que havia perigo de desabamento do sobrado de taipa existente anteriormente.

¹⁵² AHSP/SOP, V. 112, p. 24 (1896).

¹⁵³ AHSP/SOP, V. 267, 1900, p. 42.

¹⁵⁴ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

¹⁵⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1921. Interessado: Manoel Asson, construtor. Arquiteto: Giacomo Carberi.

¹⁵⁶ AHSP/SOP, V. 61, p. 49 e 58 (1894).

¹⁵⁷ AHSP/SOP, V. 82, p. 1 e 1A. (1895). O pedido é para a construção dos prédios nº 07 e 09.

Figura 63. Neste projeto (n° 05 de 1886), o andar térreo era destinado ao comércio (Confeitaria Fasoli) e os dois pavimentos superiores para moradia. Por muitos anos abrigou a Óptica Lutz Ferrando (atual n. 33, Mc Donald's). AHSP, V. 112, p. 24. Fonte: *O Centro de São Paulo há 100 anos*, DPH.

Figura 64. Os frontispícios dos prédios n° 03 e n° 05 foram ligeiramente modificados já na construção e hoje nem se parecem com os originais. AHSP/SOP, V. 112, p. 24 a 29. Fonte: *O Centro de São Paulo há 100 anos*, DPH.

Nesse prédio, cuja frente media 13,4m, funcionou o escritório da “Light” (The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd.), que tinha no andar térreo, a firma “James Mitchell & Cia”, agentes da GE no Brasil que vendiam materiais elétricos (Figura 66). Nessa época, a *Light* iniciava suas operações com o bonde elétrico¹⁵⁸. As Figuras 65 e 66 ilustram esse prédio.

Mas esse endereço não sossegaria com a construção desse prédio. Menos de 17 anos após a sua construção, a “Guinle & Cia” entraria com pedido¹⁵⁹ para demolição e construção de um novo prédio, o Edifício Guinle, assinado pelos arquitetos *Pujol Jr.* e *Augusto de Toledo*.

Figura 65. Os edifícios Baruel (n° 01), da Sociedade de Beneficência Portuguesa (n° 03) e da Confeitaria Fasoli (n° 05), todos construídos por Rossi e Brenni, constituíram um conjunto harmônico na entrada da Rua Direita, a partir da Sé. Com exceção dos prédios ns. 01 e 07, todos permanecem ainda na rua. A numeração é a de 1886. *Eletropaulo, A Cidade da Light*, 1899-1930, V. 1.

¹⁵⁸ A primeira linha ligava o centro (Largo São Bento) à Barra Funda, local onde morava o então prefeito *Antônio da Silva Prado*, na Chácara do Carvalho. A segunda linha ligaria o centro ao Bom Retiro. A terceira, inaugurada 20 dias depois da primeira, era a de Vila Buarque, onde morava a mãe do prefeito, *Dona Veridiana da Silva Prado*¹⁵⁸. Barros Ferreira, *Meio Século de São Paulo*, p. 19.

¹⁵⁹ AHSP/SOP, Caixa de 1912. Processo n° 56712/12, pedido de 28/08/1912.

Escritório da Light na rua Direita, já com a denominação The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd., 1900

Figura 66. Escritório central da Light de 1900 a 1907 nos dois pavimentos superiores do prédio n. 07 da Rua Direita (atual ns. 37/49, Edifício Guinle). Nessa foto notam-se as aranhas, puxadas a burro, os lampiões a gás e as entradas de “FORÇA E LUZ” de onde entravam e saíam os fios amparados por isoladores de porcelana. No térreo, a firma “James Mitchell & Cia”.

À esquerda, no nº 05, a Confeitaria Fasoli.

À direita, no nº 09, ‘Arens Irmãos, Fabricantes de Machinas’. Foto de Gaensly, de 1900. Fonte: Souza, p. 46.

O Edifício Guinle.

No início do século XX, pela força da economia do café, São Paulo havia se transformado num imenso e agitado canteiro de obras, em razão dos alargamentos e retificações viárias que vinham sendo feitas desde o início da gestão (1899/1911) do prefeito *Antônio da Silva Prado*.

Os imóveis atingidos pelas expropriações situavam-se basicamente dentro do Triângulo. Nessa época, as autoridades municipais preocupavam-se em fazer desaparecer os traços da velha arquitetura luso-brasileira que resistia nas ruas mais importantes da cidade que se tornara a Metrópole do Café. As autoridades andavam fazendo acordos com os proprietários das construções para garantir que os edifícios reconstruídos nos novos alinhamentos apresentassem fachadas condizentes com a paisagem urbana que a elite paulistana europeizada desejava. Isso vinha sendo feito na Rua 15 de Novembro desde 1904 a 1913, por exemplo. A Câmara Municipal aplicava-se em aprovar leis que promovessem a renovação dos edifícios da cidade com um nível aceitável de qualidade estética. No mês de setembro de 1912, o *Eng. Sá Rocha* analisava o projeto de um edifício de “cimento armado”, com oito pavimentos, a ser construído na Rua Direita, nº 07. A obra teria 32 m de altura e isso significava o dobro da altura dos prédios próximos e fronteiros – na maioria, construções de tijolos, com três pavimentos, erguidas a partir dos anos 1890. Contra o projeto em si o engenheiro nada tinha a alegar. Mas a altura que o prédio deveria atingir saía dos padrões até então observados em construções no centro da cidade. Naquele tempo, a construção mais recente era o Prédio Barão de Iguape (1909 - 1912), na esquina da Rua Direita com a Rua São Bento, e sua altura correspondia a cinco pavimentos. A altura de 32 metros e o contraste visual incomodava o pessoal da prefeitura. Enviada a questão à Câmara Municipal, a Comissão de Obras admitiu a conveniência de limitar a altura máxima da construção a ser erguida na Rua Direita. Não deveria exceder duas vezes e meia a largura da via no ponto em que seria levantada. Isso redundava em 28,60m de altura, por ter aí a via pública 11,45m de largura média. A solução proposta, no entanto, não foi aceita pela Comissão de Justiça. Após idas e vindas, finalmente por meio da Resolução nº 32, de 23 de novembro de 1912, a Prefeitura autorizou a construção do prédio, com a altura prevista de 32 m (Figura 68). Com o acréscimo de duas edículas na cobertura, a altura total subiu para cerca de 36m. Consta que foi decisiva para a aprovação do projeto de *Hippolyto Pujol Jr.* e *Augusto de Toledo* a visita que fez o eminente engenheiro *Antônio Francisco de Paula Souza*, então diretor da Escola Politécnica (sucedido por *Ramos de Azevedo* em 1917), ao então prefeito *Barão de Duprat*,

convencendo-o da estabilidade da futura construção¹⁶⁰. Em Janeiro de 1913, o eng. *Hyppolyto* recebeu licença¹⁶¹ para fechar toda a largura do passeio (Figura 69). Em 1915, obteve licença para ligação¹⁶² de água e esgoto e, em 1921, autorização¹⁶³ para construção de caixa forte. O Edifício Guinle possuía dois elevadores e em 2004 ainda podiam-se ver as marcas de seu acesso frontal. Talvez tenham sido um dos primeiros elevadores da Rua Direita, perdendo apenas para o Prédio Barão de Iguape. Elevadores já não eram tão raros em São Paulo, nessa época. O primeiro¹⁶⁴ elevador de São Paulo foi construído em 1895 pelo Cel. *Antônio Proost Rodovalho* no alto da ladeira da Penha para acessar sua residência, o “Palácio da Penha”. Já o primeiro elevador com sistema de segurança¹⁶⁵, com portas independentes, foi instalado, em 1906, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

Figura 67. Detalhe da foto (c. 1940) de Hildegard Rosenthal. Casa Italiana (fazendas), Lutz Ferrando (óculos) e o Edifício Guinle compõem o lado esquerdo da primeira quadra da Rua Direita, vindo do Largo da Sé. IMS, *Cenas Urbanas*, p. 36.

¹⁶⁰ Informativo do AHSP, Ano 2, N° 11, Março/Abril 2007.

¹⁶¹ AHSP/SOP, caixa de 1913.

¹⁶² AHSP/SOP, caixa de 1915.

¹⁶³ AHSP/SOP, caixa de 1921. O pedido é feito por Arthur Krug, Maya & Cia.

¹⁶⁴ OESP, 03/07/1952, p. 5.

¹⁶⁵ OESP, 20/06/2004, p. 8.

O Edifício Guinle, existente até hoje na Rua Direita nº 37/49, foi ocupado pela 'Eletrotécnica Paulista', de "Martins & Sant'Anna", e depois pela "Casa B. Santana & Cia" e pela "Cia Seguradora Brasileira". Desde 1997, é propriedade da "Mundial Calçados" que o restaurou, como veremos adiante. Foi tombado pela resolução 'Tombamento *Ex-officio*' 5/91 (1991).

No lote de **número 09**, a construção do atual prédio (Figura 70) ocorreu em 1895, a cargo de *José Fernandes Pinto*, e foi simultânea¹⁶⁶ à do número 07, depois demolido. A princípio seguiu a arquitetura de fachada do prédio de nº 11, construído anteriormente, confundindo-se com este. No final do século XIX, o andar térreo veio a ser ocupado pela empresa *Arens Irmãos*, fabricantes de 'machinas' (Figura 66). Em 1912, tendo como interessado *José Rossi*, há um pedido de licença para melhoria das condições de higiene¹⁶⁷ no interior do andares superiores e, em 1919, tendo como interessado *Aderlado Soares Caiuby*, há pedidos¹⁶⁸ para construção de W. C., entrada de cimento armado e construção de galeria de madeira. Outro remanescente século XIX, foi relacionado em 1991, com nível de preservação de envoltória.

Figura 68. Fachada do Palacete Guinle, tal como foi aprovada em 1912: com oito pavimentos e ainda sem as edículas da cobertura. DPH/PMSP.

Figura 69. Detalhe da fase de acabamento do edifício em 1914. BMA/TSP (álbuns de fotografias virtuais).

¹⁶⁶ AHSP/SOP, v. 82, 1895, p. 1 e 1A. O pedido é para a construção dos prédios nº 07 e 09.

¹⁶⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1910.

¹⁶⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

Figura 70. Número 09: planta do primeiro e do segundo andar e elevação dos três pavimentos. No térreo, loja, e nos andares superiores moradia. AHSP/SOP 1912.001561-PR001.

O lote de **número 11** (06 de 1809) - esquina com a Rua do Ouvidor (atual José Bonifácio) propriedade do Mosteiro de São Bento (conforme as Décimas) - pertenceria em 1891 a *José Estanislau do Amaral*, que recebeu uma intimação¹⁶⁹ em 1893 para demolição da parede divisória com o prédio vizinho (do mesmo proprietário) e confiou a *Oscar Vileinschmidt* a construção¹⁷⁰ do atual e conhecido **Prédio de Torreão** (1897). Reformado¹⁷¹ que foi, em

¹⁶⁹ AHSP, SOP 054, p. s/nº (1893).

¹⁷⁰ AHSP, SOP 008, p. s/nº (1897).

¹⁷¹ AHSP, SOP, CAIXA DE 1906 e de 1907.

1906/1907, conforme planta da Figura 71 e tendo como proprietário *Manoel Ferreira*, viria ser ocupado pela loja de modas (Casa de Costura) 'La Saison', que colocou sua marca no torreão (Figura 72). Em 1915, há uma solicitação da "Cia Iniciadora Predial" de transformação¹⁷² de duas portas em uma, com a supressão de um pilar. Mas, sem dúvida nenhuma, esse prédio ficou conhecido como o prédio da 'Drogaria Amarante', de *João Baptista Amarante* e depois "Lima, Amarante e Cia", que possuía um laboratório para aviamento de receitas¹⁷³. Esse prédio também foi ocupado pela Drogasil, que absorveu a Amarante (Figura 73) e está lá até hoje, compondo uma das quadras mais preservadas da Rua Direita, Teve seu tombamento de fachada e volumetria em 1991. Em 1908, esse prédio foi vendido¹⁷⁴ por *Cândido Ferreira da Silva* para *José de Paula Leite Barros* por 220 contos de reis. Os altos desse edifício abrigaram o 'Clube dos Tenentes do Diabo' e o 'Salão dos Tenentes' e, na década de 1950, o edifício abrigou o decantado Hotel Triângulo (Figura 74).

Figura 71. Em 14/12/1906, carta do Sr. Manoel Ferreira (na qualidade de interessado), informando que pretendia reformar internamente o 1º e o 2º andar do prédio da Rua direita nº 11 (esquina com José Bonifácio), anexa a planta desse edifício construído em 1897, em escala (original) 1:100. A obra é confiada a Cia Iniciadora Predial. O trecho inferior do frontispício tem cerca de 10 m e está alinhado com a Rua direita e os dois trechos do lado direito estão na Rua José Bonifácio. Os andares superiores foram projetados para abrigar residência e viraram hotel. AHSP/SOP 1906.000513 PR01.

¹⁷² AHSP/SOP, CAIXA de 1915.

¹⁷³ Pedro Luiz Pereira de Sousa, *A Casa do Barão de Iguape*, p. 18.

¹⁷⁴ Arquivo Aguirra In Nelson L. Braghittoni, *Trabalho Programado IV*, p. 8 (1908).

Figura 72. À direita, o Prédio de Torreão, com a loja 'La Saison', no começo do século XX. Reformado que foi nessa época, destaca-se do de número 09, mais escuro, construído em 1895. Os trilhos são para os bondes a burros. À esquerda, na esquina com o Largo da Misericórdia, o globo iluminado a gás do charuteiro Nunes. BMA/TSP.

Figura 73. O mesmo Prédio de Torreão em c. 1918, já tendo ao fundo o Edifício Guinle e abrigando a Drogaria *Amarante*. Tanto a iluminação como a tração dos bondes já são elétricas. À esquerda, o Palacete Carvalho e, à direita, o edifício I. R. F. Matarazzo. BMA/TSP.

Nas palavras de *Barros Ferreira*:

Na entrada do Jornal do Comércio, na Rua Direita, reuniam-se os intelectuais jovens do tempo para verem as elegantes desfilar. Compareciam¹⁷⁵ os automóveis dos últimos modelos. A 'Baratinha' tinha ali a consagração. Os bondes passavam tilintando, pedindo passagem. Gente entrava e saía do Hotel Triângulo, com entrada pela Rua Direita.

Hotel Triângulo

Figura 74. Detalhe da foto do final da década de 1920. Aspecto da entrada do Hotel Triângulo, no Prédio de Torreão. Musa, p. 131.

Figura 75. Vista interna da Drogaria Amarante. Álbum Drogasil, 1954.

A Drogaria Amarante (Figura 75) faria sucesso, com bem montada loja na esquina da Rua Direita com a Rua José Bonifácio. Na descrição de *Pedro Luiz Pereira de Sousa*¹⁷⁶:

Drogaria Amarante - Na Rua Direita e começo da José Bonifácio (antiga Ouvidor), com enorme e variado sortimento de drogas e medicamentos especiais, possuindo um excelente laboratório para aviamento das receitas. Era seu proprietário o Sr. João Baptista Amarante, nome respeitado e muito acatado no comércio e na nossa sociedade.

Na Figura 76, desenhamos um esboço do quarteirão com as medidas das frentes, conforme as plantas obtidas. A soma das medidas coincide com a medida total encontrada nas informações

¹⁷⁵ Barros Ferreira, *O Nobre e Antigo Bairro da Sé*, p. 127.

¹⁷⁶ Pedro Luiz Pereira de Sousa, *A Casa do Barão de Iguape*, p. 37.

de emplacamento¹⁷⁷ do AHSP. Antes da construção do Edifício Guinle, o prédio de Torreão era o mais caro da quadra, tendo a proprietária *Joaquina Angelina da Silva Araújo* pago, em 1886, 302\$400 réis (trezentos e dois mil e quatrocentos réis) de Imposto Predial¹⁷⁸.

Concluimos que nesse período a Quadra A, onde, em meados do Século XIX, predominavam os negócios de fazenda seca, teve seu perfil alterado pelas instalações das drogarias nas suas extremidades (nº 01 e 11) e a construção do Edifício Guinle (nº 7 e 7A), com a empresa “Guinle & Cia”, substituindo empresas também do ramo de eletricidade, como a “Light” e “James Mitchell & Cia”, ladeados pela comerciante de máquinas “Arens Irmãos” (Figura 76). No nº 05 se estabeleceu a “Confeitaria Fasoli” (onde hoje é o “McDonald’s”, Rua Direita nº 33) e no nº 03 a loja de fazendas “Casa Italiana” (onde hoje está “Lojas Marisa”, Rua Direita nº 25). Portanto nesse período a Rua Direita afastou-se nessa quadra da sua vocação mercantil têxtil, para a qual voltou alguns anos depois.

Figura 76. Esboço do Quarteirão/Quadra A, com as dimensões das frentes em metros, conforme as plantas individuais.

¹⁷⁷ AHSP, Rua Direita, Emplacamento, livro 14, p. 205 (1938).

¹⁷⁸ Imposto Predial lançado em 26/08/1886, publicado no Correio Paulistano de 08/10/1886, p. 2.

2.2 O quarteirão/quadra B (Setor 005, Quadra 005 – Diagrama II).

Esse quarteirão, que ficará imortalizado por abrigar na atualidade o Edifício Triângulo, de *Oscar Niemeyer*, e que no passado abrigou o edifício Matarazzo, constava inicialmente de três lotes que mais tarde se fundiriam em uma única propriedade. Iniciando pelo de **número 13**, esse imóvel, pertencente por mais de cem anos ao Convento do Carmo, era uma pequena casa térrea com loja na frente alugada para atividades comerciais (Figura 77), principalmente de fazenda seca. Mas teve vida relativamente curta e em 1885 esse local começou a ter problemas na tentativa de reforma ou reconstrução, pois, conforme parecer da Comissão de Obras, esse prédio tinha sido considerado de utilidade pública¹⁷⁹. As autoridades pretendiam, já nessa época, alargar as ruas próximas ao Largo da Misericórdia, como a do Ouvidor (José Bonifácio) e a do Príncipe (Quintino Bocaiúva). Em 1906, nova tentativa de melhoria do imóvel com construção de platibanda e pintura foi rejeitada, com a menção da desapropriação em curso e do fato da construção ser de taipa¹⁸⁰. Outra tentativa ocorreu em 1910 com o pedido impetrado pela “Cia Construtora de Crédito Popular”¹⁸¹ e *A. P. Taimerão* para a construção, no local, de um prédio de três andares (Figura 79). Desta feita o Eng. *José Sá Rocha* baseou-se no plano urbanístico do arquiteto francês *Joseph Antoine Bouvard* para negar a aprovação. *Bouvard*, da escola de *Haussmann* - remodelador de Paris -, foi o autor do Plano Bouvard, que, entre outras obras, criou a Praça do Patriarca e urbanizou o Vale do Anhangabaú, implicando também no alargamento da Rua Líbero Badaró. Finalmente, em 1911, o procurador do Convento do Carmo vendeu a propriedade por 250 contos de reis¹⁸². Como veremos adiante, o empresário *Francisco Matarazzo* utilizou parte desse lote para ampliação do prédio que levou futuramente o seu nome.

Na foto de *Gaensly* de 1900 (Figura 77) aparece a alfaiataria M. Carvalho e nas figuras 78 e 80 o Café Periquito que ocuparam esse imóvel (cuja demolição é vista na Figura 81).

¹⁷⁹ AHSP/SOP 23 (22/09/1885).

¹⁸⁰ AHSP/SOP, CAIXA de 1906.

¹⁸¹ AHSP/SOP, CAIXA de 1910.

¹⁸² AHSP/SOP, CAIXA de 1911.

Figura 77. A partir da Rua José Bonifácio (canto esquerdo inferior): a Alfaiataria M. Carvalho (N° 13), o Banco de Crédito Real (N° 15) e a propriedade da Santa Casa de Misericórdia (N° 17), na esquina da Rua Quintino Bocaiúva. Pormenor da foto de G. Gaensly de 1900. Acervo FPH Eletropaulo, nº 036.

Figura 78. Pormenor da foto de Dezembro de 1909, com o arco montado em homenagem a Ruy Barbosa. O Café Periquito ocupava então o pequeno lote (n. 13) colado ao prédio do Banco de Crédito Real. Lemos, 2001, p. 117.

Figura 79. Prédio de três pavimentos que não pode ser construído, devido ao plano Bouvard. AHSP/SOP 1910.000873 - PR001.

Figura 80. O prédio do Café Periquito visto em c. 1905. Pontes, 2003 (CD), 18 D.

Figura 81. O prédio após sua demolição (c. 1915). Pontes, 2003 (CD), 30 D.

Deixando o lote **número 15**, já que foi o único sobrevivente inteiro, destacamos nesse quarteirão o **número 17** (depois desmembrado em três: **17, 19 e 21**), outra casa térrea com lojas de comércio (Figura 83). Em 1845 há uma menção no Arquivo Aguirra¹⁸³ que cita como proprietária a Santa Casa de Misericórdia e informa o valor da propriedade: 125:000\$000 réis. Em 1903, o Sr. *Salvador Caruso*, representando a Santa Casa da Misericórdia, solicita à Câmara Municipal licença para proceder reforma do prédio então ocupado pelo Café Java¹⁸⁴ (figuras 82 e 83) e, em seguida, teve um pedido¹⁸⁵ indeferido de ligação de esgoto: “*no encanamento da Rua Direita, porque o da Rua José Bonifácio está num nível superior ao solo e, além disso, teria que atravessar o prédio existente*”. O Café Java ocupava parte do prédio, nos números 17 e 19, e a Charutaria Fluminense a parte da esquina, no número 21 (figuras 83 e 84), depois ocupada pela Agência Geral do Jornal do Brasil.

Mas já com o novo proprietário, o empresário *Francisco Matarazzo*, a parte que sobrou desse lote, demolido que foi (em 1908) para o alargamento da Rua Quintino Bocaiúva, foi anexada ao lote central para ampliação do prédio de nº 15, como será visto em seguida.

¹⁸³ Arquivo Aguirra In Nelson Braghittoni, Trabalho Programado IV, p. 4. (1845).

¹⁸⁴ AHSP/SOP, 351, p. 35 (1903).

¹⁸⁵ AHSP/SOP, 351, p. 38 (1903).

Figura 82. Planta anexada para reforma do Café Java em 1903. AHSP/OP 351, p. 36 (1903).

Figura 83. Pormenor de foto que apresenta o Café Java e a Charutaria Fluminense. Pontes, 2003, p. 67.

No Quarteirão B destacamos finalmente o **número 15**. Conforme Martins, em 1884 já pertenceria ao Banco de Credito Real¹⁸⁶, que pagou, em 1886, de Imposto Predial¹⁸⁷ 302\$400 (trezentos e dois mil e quatrocentos réis). Essa construção, das primeiras em alvenaria, destoou do contexto por possuir três pavimentos contra um único de seus vizinhos (figuras 77 e 80). Em 1905, quando da demolição do palacete do *Barão do Tietê*, a Casa Lebre mudou-se provisoriamente para esse edifício ‘nos baixos do Banco de Credito Real’ (Figura 85). O ‘miolo’ do futuro edifício F. Matarazzo sofreu três grandes obras: A primeira solicitação de intervenção ocorreu em 22/03/1910, pelo proprietário, o empresário *Francisco Matarazzo*, que se valeu, como já visto, da desapropriação e demolição dos lotes de números 17, 19 e 21 (devido ao alargamento da Rua Quintino Bocaiúva). Além de aumentar a parte voltada para a Rua Direita, construiu portas e janelas para o lado da Rua Quintino Bocaiúva¹⁸⁸. Na Figura 86 pode-se ver o edifício pronto, voltado para a Rua Quintino Bocaiúva, (parte em amarelo da Figura 91).

¹⁸⁶ Antônio Egydio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 28.

¹⁸⁷ Imposto Predial lançado em 26/08/1886, publicado no *Correio Paulistano* de 08/10/1886, p. 2.

¹⁸⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1910.

Figura 84. Rua Direita nº 21: Charutaria Fluminense, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva. Conforme nos informa o autor da foto, Afonso de Freitas, o prédio seria demolido para o alargamento da Rua Quintino Bocaiúva em 6 de Maio de 1908. À direita, já no quarteirão C, vemos a Fábrica de Flores de José Loureiro da Cruz. Lemos, 2001, p. 93.

Figura 85. Pormenor da foto de 1905 (mostrada por inteiro na Figura 156), no início da demolição do Palacete do Barão do Tietê: “MUDA-SE DURANTE A ‘RECONSTRUÇÃO’ PARA A RUA DIREITA Nº 15, BAIXOS DO BANCO DE CRÉDITO REAL. Lebre, Mello & Cia, Brinquedos, Armarinhos”. Portela, 2004, p. 125.

Figura 86. As I. R. F. Matarazzo se valeram da demolição do pequeno edifício situado entre o primitivo prédio do Banco de Credito Real e a Rua Quintino Bocaiúva para aumentar e embelezar o prédio. DPH, Pauliceias Perdidas, 1991, p. 40.

A segunda grande intervenção foi feita do lado oposto ao da primeira, incorporando o trecho adquirido do Convento do Carmo, o que permitiu ocupar todo o quarteirão (Figura 91, ciano). O pedido tem data de 19/04/1915. Contudo, seis meses depois, uma nova demanda (o quarto pavimento, em cor magenta na Figura 91) chegou à Câmara Municipal: “*Interessado I R F Matarazzo*”:

Exmo. Senhor Prefeito da Câmara Municipal de São Paulo, em 30/10/1915: Os abaixo assinados pedem a V. Ex. aprovação do aumento de mais um andar na casa de nossa propriedade, sita a Rua Direita esquina da Rua Quintino Bocaiúva, conforme planta anexa. Ajuntamos também a planta das modificações e aumentos já aprovados por V. Ex. os quais estão em vias de construção.

A obra¹⁸⁹ estava a cargo de “A. Pozzo & G. Bianchi”, com escritório à Rua Direita n. 08, e o prédio tornou-se o quartel general da “I. R. F. Matarazzo” por muitos anos (figuras 87 a 90) até que, em 1939, foi construído¹⁹⁰ o Prédio “Conde Francisco Matarazzo” (Prédio da Prefeitura atual, em 2015). Com a saída dos Matarazzo, este passa a não ter mais função e foi demolido para a construção do Edifício Triângulo, como será visto adiante.

Concluindo a Quadra B, nesse período houve total transformação desse trecho, saindo do perfil de pequenos negócios e um banco, para o grande prédio exclusivo de escritórios da I. R. F. Matarazzo e somente voltou a dispor de lojas para comerciantes com a construção do Edifício Triângulo na década de 1950.

¹⁸⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1915. Nessa caixa está também um pedido para transformar uma porta em janela.

¹⁹⁰ Matarazzo 100 Anos, p. 78.

Figura 87. A segunda intervenção ocorre simultaneamente com a terceira: um andar a mais é incorporado ao prédio. Guilherme Gaensly, FPHL, n° 0557.

Figura 88. O prédio visto pronto pelo mesmo ângulo. Guilherme Gaensly, FPHL, n° 0607.

Figura 89. O antigo prédio do Banco de Crédito Real ao ganhar mais um andar rivaliza com o Palacete Lara, recém-construído do outro lado da Quintino Bocaiúva. Pontes, 2003 (CD), 28 D.

Figura 90. O quarto pavimento do edifício, com linhas mais sóbrias, imprime uma nova dimensão ao edifício e à área. O conjunto abrigou os escritórios das I. R. F. Matarazzo por longos anos. Matarazzo 100 Anos, p. 33.

Figura 91. Ilustração das intervenções ocorridas no primitivo prédio do Banco de Credito Real.

2.3 O quarteirão C (Setor 005, Quadra 004 – Diagrama III).

O quarteirão C – onde moraram paulistanos ilustres como o *Brigadeiro Jordão*, *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro* e *Joaquim José dos Santos* – se inicia (**número 23/25**, o n. 10 de 1809) no Canto do Chafariz, que já foi residência de *Ângela Vieira*, *Joaquim José dos Santos*, e sua sobrinha *Francisca Victória Mendes da Silva*¹⁹¹, a irmã do *Cadete Santos*. Diz *Antônio Egydio Martins*¹⁹² que nesse local foi estabelecida a ‘Loja do Chan-Chan’, do Ten.-Cel. *Antônio Joaquim da Costa Guimaraes*, com comércio de fazendas e armarinhos. Também foi o local onde *José Loureiro da Cruz* escolheu para instalar sua Fábrica de Flores (Figura 84) e pediu licença para construir um barracão¹⁹³ provisório nos fundos (Figura 92), em 1903.

Figura 92. Planta do prédio da esquina da Rua Direita com a Rua Quintino Bocaiúva onde a flecha mostra o local da construção do barracão. AHSP/PA 351, p. 29 (1903)

Figura 93. Elevação do prédio mostrando as portas com bandeiras de ferro para ventilação. AHSP/SOP 351, p. 33 (1903).

Em 1903, o imóvel é alvo do seguinte pedido¹⁹⁴ do construtor *Antônio Alves de Castro*: “O abaixo assinado tendo precisão de rebaixar as três portas da loja à Rua Direita n° 23, sendo que somente preciso cortar as soleiras de pedra que existe, na altura de 10 centímetros [sic] para ser substituídos por outras de mármore. Requer por isso que V. Exa. mande conceder a competente licença.” Em seguida, junta planta e pede que seja concedida licença para colocação de bandeiras de ferro¹⁹⁵ nas portas para passagem de ar (Figura 93).

¹⁹¹ Antônio Egydio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 289.

¹⁹² Idem, *Ibidem*, p. 289.

¹⁹³ AHSP/SOP, 351, p. 32 (1903).

¹⁹⁴ AHSP/SOP, 351, p. 26 (1903).

¹⁹⁵ AHSP/SOP, 351, p. 28 (1903).

Em 1901, o número 25 teve um pedido¹⁹⁶ aprovado de *Sophia Eugênia da Silva Marques*, viúva do Dr. *José Candido de Azevedo Marques*, “*proprietária, atualmente residente na Capital Federal, que necessitando proceder a consertos no puxado do prédio que é usufrutuária vitalícia e que após sua morte passará em propriedade plena a sua única filha Ana Francisca da Silva Marques, sito a Rua Direita 25, Canto da Rua Bocaiúva*” (Diagrama I). Nesse mesmo ano, o engenheiro *Santos Rodrigues* intima¹⁹⁷ a proprietária para demolição de parte ameaçada de ruína em dez dias.

Em 1908 esse prédio foi demolido para a construção do Palacete Lara (Figura 94).

Figura 94. Palacete Lara. Piratininga.org.

O Palacete Lara

Em 1908 aparece como proprietário desse lote, *Antônio de Toledo Lara*, que contrata o construtor *Augusto Fried* e entra com o processo de aprovação¹⁹⁸ do projeto do **Palacete Lara**. Esse prédio, que possui também saídas para a Rua José Bonifácio (n. 30) e para a Rua Quintino Bocaiúva (n. 25, hoje n. 18, endereço oficial) recebe, na Rua Direita, a numeração (de 1911, Figura 95) n. 17 a 25, em sequência ao n° 15 do edifício Matarazzo. Construído

¹⁹⁶ AHSP/SOP, 297, p. 24 (1901).

¹⁹⁷ AHSP/SOP, 297, p. 25 (1901).

¹⁹⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1908.

para renda de aluguel como os demais, apresentava loja no térreo e salas para escritórios nos andares superiores. O edifício ficou conhecido como edifício da 'Radio Record', por abrigar esta por muitos anos, a partir dos anos 1930. Era também onde ficava o painel do 'Repórter Esso' que, em 07 de Maio de 1945, anunciou a rendição da Alemanha. (Figura 229, Capítulo III). Esse prédio ainda existe na atualidade e, ano a ano, é cada vez mais desfigurado. Também foi palco por muitos anos da "Casa Bevilacqua Musical Ltda". Foi tombado pelo Condephaat (Z8.200-042) como 'Bem nº 125' e consta no catálogo da Emplasa¹⁹⁹ com o seguinte texto:

Número de pavimentos: três mais o porão. Técnica construtiva: alvenaria de tijolos. Uso atual: comercial. Estado de conservação: o edifício encontra-se em razoável estado mantendo todos os seus aspectos originais²⁰⁰ tanto externa quanto internamente. Foram feitas somente algumas alterações nas divisórias internas do primeiro pavimento. O poço de iluminação encontra-se em estado precário de conservação. Histórico/Descrição/Ambiência: Edifício de escritórios com comércio no térreo. Projeto do arquiteto Augusto Fried, datado de 1910. Edifício de composição elaborada e complexa, mas com feliz solução de modenatura. Há sobrecarga ornamental, com presença de carrancas e figuras alegóricas que dão grande interesse visual ao prédio. O edifício é arrematado superiormente por platibanda vazada, encimada por pináculos e medalhões.

Na Figura 95 apresentamos um trecho da planta cadastral de 1911, com a numeração então vigente que sucedeu a de 1886, e demonstrando a demolição da Igreja da Misericórdia e a construção dos edifícios I. R. F. Matarazzo e do Palacete Lara. Na planta de 1911 estão representadas as linhas de bondes do centro²⁰¹.

¹⁹⁹ Emplasa/Sempla: Bens culturais arquitetônicos no município e na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, 1984.

²⁰⁰ Nota do autor: na atualidade isso não é mais verdadeiro, principalmente no andar térreo onde houve inúmeras modificações, como retirada de ornamentos e pinturas com cores não apropriadas. Contudo está em andamento um processo para grande restauração.

²⁰¹ A Rua Direita permitia a ligação direta entre o Centro Velho e a Cidade Nova através do remodelado Viaduto do Chá (Figura 147). Os bondes (de "bonds" ou seja, ações na Bolsa de Valores) nessa época eram abertos, às vezes carregando outro a reboque: o 'Cara Dura'. Este custava só um tostão (100 réis) contra dois tostões do bonde principal, do qual vinha a reboque. Contam nossos avós que era comum o pessoal descer do bonde antes da chegada do cobrador, tomando outro em seguida, para não pagar o tostão. O bonde fechado só chegou em 1927 e ganhou o apelido de 'Camarão' pela sua cor vermelha.

O **número 27** tinha duas lojas alugadas no térreo. O inquilino dos anos de 1884 e 1890 era “Moraes & Fonseca” com o ‘Ao Rei dos Barateiros’ (Figura 96).

Figura 96. Imóvel n. 27 pertencente ao Conde Alvares Penteado. A partir da sétima janela vê-se o magazine ‘Ao Rei dos Barateiros’. Pormenor de BMA/TSP.

Em 1910, o proprietário *Conde Alvares Penteado* entra com pedido de aprovação de plantas, assinadas por *A. Caiuby* para a construção de um prédio²⁰² de quatro pavimentos (Figura 97). Em 1912 ocupava o imóvel a Cia Melhoramentos de São Paulo, que entrou com um pedido de colocação de uma divisória²⁰³ de madeira. Assinava o requerimento *J. Amarante*. Acreditamos que a obra de 1910 não teve prosseguimento, pois, não muito tempo depois, em 1918, foi feito outro pedido então pela “Cia Predial Alvares Penteado”, assinado por *José Rossi*, para a construção²⁰⁴ de um prédio (Figura 98) de três pavimentos, existente até hoje (atual Rua Direita n. 137).

²⁰² AHSP/OP, CAIXA DE 1910.

²⁰³ AHSP/OP, CAIXA DE 1912.

²⁰⁴ AHSP/OP, CAIXA DE 1918.

Figura 97. Planta e Elevação do projeto de quatro pavimentos, assinado por A. Caiuby, de 1910, que provavelmente não chegou a ser construído haja vista o projeto de três pavimentos que acabou vingando nesse lote. AHSP/SOP 1910.876 – PR.001.

Trata-se de uma construção dotada de um enorme salão no térreo, medindo cerca de 10m de frente por cerca de 35m de fundo²⁰⁵. Em 1920 os proprietários do Bar Viaducto, *Justo Fontana* e *Cesare Caselli*, entraram com pedido de aprovação de planta para a construção de um forno nos fundos do salão. Obtido o alvará em 22 de novembro de 1920, os suplicantes desistiram do forno e solicitaram então a aprovação²⁰⁶ de uma ‘cascata artística’, assinada por *Francisco Di Pace*, no mesmo local, que foi aprovada (Figura 99). O Bar Viaducto era uma tradicional confeitaria e um badalado local dos anos dourados da Rua Direita, frequentado por famílias tradicionais até os anos 1950 (Figura 100). Era no Bar Viaducto onde a prima do autor, *Carolina M. Cardoso* (Figura 101), comia quindim, enquanto o pai conversava com os radialistas da Radio Record.

²⁰⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

²⁰⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1921.

Figura 98. Planta do andar térreo (grande salão) e do 1º e 2º andares, assinada por José Rossi em 1918. AHSP/SOP, CAIXA de 1918.

Figura 99. Planta do *Di Pace* com o detalhe da cascata. AHSP/SOP, CAIXA de 1921.

Figura 100. Pormenor da imagem (canto esquerdo inferior), mostrando o BAR VIADUCTO. Jardim, p. 86.

Figura 101. A pequena Carolina Maria Cardoso em foto de 1947 com sua tia Esmeralda Cardoso. Ao fundo, Lojas Americanas, Casas Scaff e Lyonfabril compõem o cenário da época. Acervo de Carolina Maria Cardoso.

O **número 29** (número dado ao antigo terreno desocupado) e os n. **29A, 31 e 33** serão analisados em paralelo, já que culminam num conjunto de quatro prédios, em 1905. Com data de 1902, encontramos a carta de *Pedro Antônio Trípoli*, que alugou o terreno com fundos para a Rua José Bonifácio, pedindo autorização para construção²⁰⁷ de prédio.

A casa térrea de **número 29A** aparece em 1904 com uma das paredes laterais²⁰⁸ ameaçando ruína. O Dr. *Alberto Caldas*, construtor, preferiu reconstruir todo o prédio. Finalmente, em 06/06/1905, é dada a entrada de pedido para construção²⁰⁹ de um prédio abrangendo os números 29, 29A, 31 e 33. São quatro prédios independentes com uma fachada única. Em escala 1:25, foram incluídas plantas, detalhes da armação de ferro (Figura 102) e elevação e, desta última, fizemos uma cópia do trabalho de *Heloisa Barbuy* na Figura 103 (por não termos encontrado os originais).

Figura 102. Projeto de armação em ferro para reconstrução da fachada dos prédios da Rua Direita. AHSP/SOP 409, p. 21 (1905).

²⁰⁷ AHSP/SOP, 325, p. 32.

²⁰⁸ AHSP/SOP, 409, p. 15 (1905).

²⁰⁹ AHSP/SOP, 409, p. 18 (1905).

Figura 103. Elevação da obra que abrange os lotes n° 29, 29A, 31 e 33. Barbuy, 2006, Anexo 3.

O **número 29**, ocupado pela CASA BONILHA (Pedro Bonilha & Cia), de modas femininas, entra com pedido de mudança²¹⁰ de pilares na fachada, em 1915, modificação²¹¹ de soleira, em 1916, e nesse mesmo ano é depositada uma planta com modificações²¹² pelo eng. *Júlio Micheli*. O proprietário do prédio era *Antônio Alfredo Vaz Cerquinho*. Em 1918, há um pedido de *Pedro Bonilha* de modificação²¹³ interna do prédio. O empreiteiro era *Francisco de Boni*. Quanto a outra pequena²¹⁴ casa térrea de **número 31**, após a obra de 1905 - que teria sido feita, a mando da proprietária *Baronesa do Rio Bonito* (dona também do lote 29A²¹⁵), pelo construtor *Alberto Caldas* -, surge, em 1916, a solicitação de “Carvalho & Filho” para mudança²¹⁶ de duas vitrines no n. 22 e, em 1917, o pedido de *Nelson de Oliveira* para a construção de duas portas de comunicação entre os prédios de **número 29A** (AO PREÇO FIXO, de roupas masculinas) e **número 31** (AO MUNDO ELEGANTE, de modas femininas), ambas as lojas de propriedade deste último (Figura 104)²¹⁷. Assina a planta o Eng. *Júlio Micheli*.

²¹⁰ AHSP/SOP, CAIXA de 1915.

²¹¹ AHSP/SOP, CAIXA de 1916.

²¹² AHSP/SOP, CAIXA de 1916.

²¹³ AHSP/SOP, CAIXA de 1918.

²¹⁴ Tão pequena era a casa de menor valor da Rua Direita, que pagou, em 1886, nas mãos do Visconde de Vergueiro, apenas 35\$000 (Trinta e cinco mil reis) de Imposto Predial, lançado em 26/08/1886 e publicado no Correio Paulistano de 08/10/1886, p. 2.

²¹⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1909. Nesse processo, há um pedido de reconstrução do prédio que foi queimado.

²¹⁶ AHSP/SOP, CAIXA de 1916.

²¹⁷ AHSP/SOP, CAIXA de 1917.

Figura 104. Pormenor de imagem (c. 1920), demonstrando a manutenção de casas de comércio de artigos destinados à moda, venda de tecidos e vestuário na Rua Direita, no período. Do lado esquerdo: Sedas Brasitânia (nº 29A), AO MUNDO ELEGANTE (nº 31), Au Bon Diable (então no nº 33), e o prédio de Ramos de Azevedo (no 35ª) (Diagrama III). Do lado direito, Casa Stolze (KODAKS) (no nº 14) na frente da placa do Creme Rugol e Casa Três Irmãos, (no nº 20A, Diagrama V). Portela, p. 169 (embora lá conste como Rua São Bento).

O lote de **número 33** tinha, nessa época, um proprietário ilustre: o *Visconde de Vergueiro*, filho do Dr. *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro*. Em 1902 esse endereço é objeto de uma reclamação dos moradores da Rua Direita:

Ilmo, Exmo, Sr. Dr. Antônio Prado, Mui digníssimo Prefeito Municipal. Os moradores da Rua Direita, confiados no critério com que V. Exa. sempre soube desempenhar-se do cargo que lhe foi confiado, vem por meio deste respeitosamente pedir a V. Exa. que mandeis por um dos engenheiros dessa prefeitura examinar o prédio nº 33 dessa rua que ameaça ruína. O prédio da Rua Direita nº 33 é de construção antiquíssima, estando, devido a sua idade, com o madeiramento todo estragado e tendo os alicerces minados pela umidade, ameaçando, a todo o momento, os vizinhos e transeuntes. Reforça nosso pedido a essa prefeitura o fato de ter sido esse prédio ultimamente alugado a uma Sociedade Carnavalesca, tendo o diretor, da mesma sociedade, mandado demolir diversas paredes essenciais ao edifício. Isso para a construção de um salão para contra danças, salão esse que deverá comportar de duzentas a trezentas pessoas em dias de baile, aumentando desse modo o perigo já eminente do prédio. Ainda está no domínio público a terrível catástrofe de que foi teatro, há poucos dias, a capital da República e não queremos que São Paulo com um prefeito zeloso como tem sido V. Exa, tenha que registrar um fato dessa natureza. Confiados no critério com que V. Exa. tem sabido sempre agir em tais casos, penhorados agradecemos. Ass. Alguns moradores da Rua Direita.

Mas o despacho de 12 de Dezembro de 1902 (p. 11) dos engenheiros *Américo Villela* e *Luiz Bianchi Belaldo*, é contrário aos missivistas:

Senhor Diretor: Procedemos a vistoria no prédio n 33 da Rua Direita, que se compõem de um sobrado na frente e de um puxado assobradado nos fundos. No sobrado, observamos duas pequenas fendas n'um dos oitões, que não comprometem a segurança. O madeiramento acha-se em boas condições. No puxado chamou-nos atenção o vigamento do assoalho. Pareceu-nos um tanto fraco para salão de baile. Recomendamos a colocação de uma viga de reforço e o proprietário aceitou.

Posição do Diretor, em 15 de Dezembro de 1902: “*Arquive-se*”²¹⁸.

Nos anos 1950 esse endereço será ocupado pelas Lojas Brasileiras, WELSONS (Figura 108), Lojas Chiks e Econômica (Diagrama III).

Voltando à obra dos quatro prédios, o primeiro pedido consta de 19 de Novembro de 1904²¹⁹ assinado por *Alberto Caldas* e abrange os **números 29, 31 e 33**. A obra mede pelo lado da Rua Direita 34,4m e pela Rua José Bonifácio 9,8m. Contudo, menos e um mês depois²²⁰, *Alberto Caldas* é intimado a reconstruir uma parede no 29A, mas prefere despejar os inquilinos e incluir esse lote na obra maior (Figura 105). Um grande salão é assim obtido com os lotes **29, 29A e 31**, com saída para a Rua José Bonifácio, e passará a ser monopólio das LOJAS AMERICANAS S.A. (Figura 101). O lote de **número 33** sobreviverá isolado.

O imóvel térreo de dois lanços de **números 35 e 35A** que, em 1892, teve como proprietário, Banco União de São Paulo, e mereceu construção de um novo prédio²²¹ de três pavimentos assinado por *Francisco de Paula Ramos de Azevedo*, foi depois ocupado em 1896 pelo ‘Banque Française du Brésil’ como vimos no capítulo anterior. Já no ano seguinte, “José Merlini & Cia Empreiteiros de Obras” solicita e recebe autorização para construir um pequeno depósito no quintal do prédio do Banco Francês²²². Em 1913, em carta escrita em papel timbrado, “Cardozo Filho & Cia” pedem licença para abrir²²³ o calçamento e reparar os encanamentos e, em 1917, esse prédio em mãos de *Germaine Lucie Burchard*, através do procurador *Manoel Pereira Guimaraes*, voltou a solicitar reformas para mudança de fachada, ligação de água, remoção de vitrines, etc. As solicitações abrangeram os n° 35, 35A (Farmácia Borges) e 35B. As obras²²⁴ estavam a cargo do construtor *Sante Bertolazzi*. Em

²¹⁸ AHSP/SOP 325, p. 10 a 12.

²¹⁹ AHSP/SOP 382, p. 4

²²⁰ AHSP/SOP 409, p.15 e 16.

²²¹ AHSP/SOP 48, p. 110.

²²² AHSP/SOP 155, p. 19.

²²³ AHSP/SOP, CAIXA DE 1913.

²²⁴ AHSP/OP, CAIXA DE 1917.

1920, o Sr. *Armando L. dos Passos* pede autorização para demolir duas paredes divisórias internas²²⁵. Esse edifício foi demolido e em seu lugar veio o Edifício Direita (ainda existente) de 12 pavimentos, com habite-se em junho de 1950, como veremos adiante.

Em 1884 ocupava os baixos do edifício de **número 37** *G. Th. Hoffmann* com a Farmácia Ipiranga e em 1889 consta, no Arquivo Aguirra, o inventário de *Maria Leopoldina Ferraz Mendes* deixando como herdeiro *José Antônio Oliveira Mendes*²²⁶. Em 1892 apareceu na foto de *Kowalsky* mostrando na fachada do térreo o jornal *Il Pensiero Italiano* (Figura 41). Em 1896, o construtor *Souza Rocha* entra com planta na prefeitura para demolição de paredes divisórias e aumento da área da loja²²⁷ (Figura 105). Em 1901 *Manoel de Souza Brandão* recebe intimação²²⁸ do Serviço Sanitário para substituição de latrinas, da pia da cozinha e pintura geral. Em 1904, *José Antônio* vende²²⁹ a propriedade para *Luiz Henrique Levy* que constrói, em 1907, o prédio²³⁰ de três pavimentos, ainda existente (Figura 106). O prédio foi reformado²³¹ em 1919 pelo construtor *Antônio Stefani* a pedido de *Armando Alvares*.

Figura 105. Modificação no térreo do edifício de n. 37. AHSP/SOP 112, p. 47 (1896).

Figura 106. O novo edifício de três pavimentos (n. 37) de 6,3m de frente foi construído em 1907. AHSP/SOP 1907.000.530.

²²⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

²²⁶ O Capitão José Antônio de Oliveira Mendes é citado como vizinho do n° 35 no AHSP/SOP, 48, p. 110.

²²⁷ AHSP/SOP 112, p. 47.

²²⁸ AHSP/SOP 325, p. 26 (1901).

²²⁹ Arquivo Aguirra, 1904.

²³⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1907.

²³¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

O prédio de **número 39** (e **39A**), resultante da fusão dos lotes n. 17 e 18 de 1809 (duas casas térreas), já existente em 1892 conforme foto de *Paulo Kowalsky* desse ano (Figura 41, Capítulo I), e cuja fachada (parte superior) é ainda existente (figuras 108 e 114), transformou-se em um grande armazém de dois pavimentos, com 11,3m de frente. Com projeto de *Carlos Ekman*, passou por reforma de vitrine²³², em Março de 1909 e, tendo como interessado o Sr. *Joaquim Belleza*, fundiu-se em um único armazém²³³, em Janeiro de 1913. Uma grande reforma²³⁴ foi efetuada em 1920, para a proprietária Sra. *Germaine Lucie Burchard*²³⁵, tendo como construtor *Vicente Branco*. Logo em seguida foi pedida a ligação de água. Em novembro desse ano, a proprietária solicitou licença para construir um salão no andar superior. A Figura 107 mostra a planta e a elevação desse prédio, cuja foto pode ser vista na Figura 108. Junto com o lote de **número 41**, foi tombado, em nível de fachada e volumetria, em 1991. Trata-se do prédio mais antigo da rua.

Figura 107. Planta baixa e elevação do prédio nº 39, de 'quatro janelas', para aprovação de reforma. Uma característica desse prédio é a sacada limitada aos três cômodos à direita, mantendo, contudo, a quarta janela (à esquerda) que servia de iluminação para a escada e harmonização da fachada. O ornamento da platibanda foi alterado, mas ainda constou dessa fachada em 1968, porém desapareceu em 2004, junto com outros ornamentos. AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

²³² AHSP/SOP, CAIXA DE 1909.

²³³ AHSP/SOP, CAIXA DE 1913.

²³⁴ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

²³⁵ Condessa Gontrant Byron, esposa do príncipe polonês Roman Sanguzko.

Figura 108. Anos 1960. O Edifício Direita, tendo substituído o do Banco Francês, aparece bem no centro. À sua direita vê-se o estreito prédio de nº 37 e mais à direita o prédio de nº 39, o mais antigo da rua, com quatro janelas e sacada larga, limitada às três janelas da direita, da Condessa Byron. Casas Regente (tecidos), Welsons (bolsas) e Buri (confeções) compunham o cenário da época (c. 1968). PMSP, s/d.

O **número 41** (e o 41A) pertencia a *Maria da Gloria Pereira Munhoz*, que confiaria ao engenheiro civil *J. F. Washington de Aguiar* a construção do prédio (Figura 109) em 1904²³⁶. O prédio subsiste até hoje (Figura 114). Trata-se de uma construção de dois pavimentos, com 9,25m de frente, seis janelas no pavimento superior, dotado de extensa sacada de ferro, e duas lojas no pavimento inferior. Em 1904 havia uma preocupação com a parede²³⁷ que o dividia com o prédio n. 43 do Conde de São Joaquim, que era de taipa até o 1º pavimento e de pau a pique até o oitão do telhado. Em 1905, o Sr. *Isidoro Nardelli* entrou com pedido de reforma para transformação desse local em Casa de Banhos (Figura 110)²³⁸; em 1908, solicitou licença para aumentar (Figura 111)²³⁹ o laboratório (oficina de pianos); e, em 1909, entrou com pedido de reforma (Figura 112)²⁴⁰ e construção de cozinha. Esse prédio foi vendido²⁴¹ por *Maria da Gloria Pereira Munhoz* para *Germaine Lucie Burchard*, em 1911, por 350:000\$000 réis, que ficou então com os dois lotes (nº 39 e 41) que então se fundiram em um.

Figura 109. Planta e elevação do prédio de número 41. Pela elevação pode-se notar que não houve grande alteração no frontispício se compararmos com a foto de 2004 (Figura 114). AHSP/SOP. 382, p. 18, 1904.

²³⁶ AHSP/SOP, 382, p. 15 (1904).

²³⁷ AHSP/SOP, 382, p. 19 (1904).

²³⁸ AHSP/SOP, 409, p. 21 (1905).

²³⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1908.

²⁴⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1909.

²⁴¹ Arquivo Aguirra, 1911.

Figura 110. Casa de banhos do Sr. Isidoro Nardelli de 1905. Na parte superior da planta, 2º classe, havia 'Quartinhos revestidos de cimento' e na inferior, 1º classe, eram 'revestidos de azulejo' com sala de espera. AHSP/SOP 409, p. 24 (1905).

Figura 111. Casa do Nardelli, em 1908, com o pedido de construção do laboratório AHSP/SOP 1908.000.684-PR01

Figura 112. Casa do Nardelli em 1909, com o pedido para construção de cozinha. AHSP/SOP 1909.000.912-PR01

Em 1914 esse prédio aparece com o **número 41A** como propriedade de *Manoel Pereira Guimaraes*, que contrata o arquiteto *Carlos Ekman* para uma modificação²⁴² na fachada (Figura 113). A reforma parece não ter sido feita, mas em 1915 é feita a ligação da água e, em 1918, há uma solicitação da “Cia Iniciadora Predial” para aumento²⁴³ do prédio. Nessa solicitação consta como usuária do prédio a “Loja de Ceylão” (fogos, lança perfume, etc.) e a “Casa Fozte”. Ambos os prédios (nº 39 e 41) foram tombados pelo Conpresp, com nível de preservação de fachada e volumetria, pela Resolução ‘Tombamento *Ex-officio*’ 05/91. Sobraram apenas as fachadas (parte superior).

Figura 113. O arquiteto Carlos Ekman é contratado para modificar a parte 41A (quatro das seis janelas) do lote 41, em 1914. Contudo a reforma parece não ter sido executada especialmente na parte das janelas que receberiam sobrevergas arqueadas, pois nas fotos de 1968 (Figura 108) e 2004 (Figura 114) as janelas estão com vergas retas. AHSP/SOP, CAIXA DE 1918.

²⁴² AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

²⁴³ AHSP/SOP, CAIXA DE 1918.

Figura 114. O prédio de nº 37, atual 193, aparece espremido entre o Edifício Direita e as lojas Torra-Torra, esta ocupando os prédios de n. 39 (quatro janelas) e 41 (seis janelas). Todo o miolo desses dois últimos foi demolido em 2013, restando apenas as fachadas. Foto de 2004, do autor.

O **número 43** (e 43A), famoso por abrigar no passado o *Barão da Silva Gameiro* (Ayres Coelho da Silva Gameiro), estava nas mãos do *Conde de São Joaquim* em 1904. Com a construção do prédio vizinho, de número 41, havia uma preocupação²⁴⁴ dos fiscais da prefeitura com a parede divisória que era de taipa de pilão até o primeiro pavimento e de pau a pique até o oitão do telhado. Contudo, o problema parece ter sido resolvido e, em 1908, foi solicitada licença para construção de um barracão de tijolos para fábrica de doces²⁴⁵, tendo como interessada, *J. Faulhamuner*. Em 1911 esse prédio era propriedade de *Manoel Pereira Guimarães*, que substituiu o asoalho e colocou vigas de ferro²⁴⁶ para reforço do mesmo. Esse prédio, pelo seu porte e talvez pela fama que adquiriu em função de seu famoso morador, foi reformado várias vezes, tanto que, em 1914, o Dr. *Manoel Pereira Guimaraes*, por intermédio de *Antônio Franco da Rocha de Andrade*, pediu licença para substituir²⁴⁷ duas paredes de ‘taipa antiga’ [sic], no 43A (Figura 115). O pedido (com a competente aquiescência) de ligação de água e esgoto²⁴⁸ já havia sido encaminhado no ano anterior.

²⁴⁴ AHSP/SOP, Vol. 382, p. 19 (1904).

²⁴⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1908.

²⁴⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1911.

²⁴⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

²⁴⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1913.

Figura 115. O proprietário do prédio de número 43A solicitou licença para substituir duas partes de paredes de taipa em 1914. AHSP/SOP 1914.01600-PR001.

Em 1915, após receber uma intimação por problemas de ventilação e higiene, o proprietário *Manoel Pereira Guimarães* apresentou uma planta (Figura 116) de construção de um prédio²⁴⁹ de um pavimento, com frente para lojas de 14,7m e residência nos fundos. O construtor escolhido foi *Sante Bertolazzi*. Em 1918 foi construído um pequeno corredor²⁵⁰ que levava a novos W.C. e, em 1920, um atelier fotográfico²⁵¹ foi agregado aos fundos, juntamente com ‘uma parede de tijolos que servirá para proteger um coqueiro’. Finalmente, em Novembro de 1921, foi solicitado o alvará para demolição e, em Dezembro de 1921, o Sr. *Adelardo Soares Caiuby* ingressou com nova planta para reconstrução do prédio.

Figura 116. Lote 43. O construtor *Sante Bertolazzi* i apresentou a planta acima, em 1915, que constava de salas comerciais na frente e residência nos fundos. Um corredor foi implantado entre as lojas e o fundo do terreno, em 1918, para acesso aos novos W. C. Em 1921, novo projeto foi apresentado. AHSP/SOP, CAIXA DE 1915.

²⁴⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1915.

²⁵⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1918.

²⁵¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

Em 1928, esse prédio estava nas mãos do Cine Alhambra (Figura 117), famoso pelo seu estilo neomourisco, com o interior decorado com arabescos, lembrando uma mesquita. Foi tombado pelo Conpresp em 1991, com nível de preservação de fachada e volumetria pela resolução ‘Tombamento *Ex-officio*’ 5/91 (1991), como será visto adiante.

Figura 117. Rua Direita n. 43 (n. 33 de 1928, atualmente é o n. 231) - Cine Alhambra, apresentando o filme: ‘Elles e Elas’. No canto superior direito, propaganda do filme: “A Mulher Divina”, da MGM, com Greta Garbo, que seria apresentado a partir de 22/10/1928. Do lado esquerdo, no n° 31, a Casa Carnicelli, de fazendas e ternos. Simões, 1990, p. 29 e 30.

O **número 45**, que abrigou na virada do século XIX²⁵² a loja de fazendas de “Silva Peixoto & Cia”, “Ao Trocadero” (Figura 38, Capítulo I), teve o pedido de alinhamento²⁵³ encaminhado por *José Francisco Jorge* para construção de um prédio aprovado em Agosto de 1892. Em 1910 os proprietários *Armando e Friendenberg* contrataram o construtor *Fernando Simões* para a construção de um barracão (Figura 118)²⁵⁴. Em 1916, então propriedade do Sr. *Francisco Armando*, foi dada a entrada no pedido de reforma²⁵⁵ do prédio, com modificação da fachada (Figura 119), sob os cuidados do engenheiro civil *Antônio de Oliveira Coutinho*. O prédio, cuja frente media 8,8m, tinha no segundo pavimento uma alfaiataria. Pela Figura 41, Capítulo I, pode-se ver que o Grande Hotel de França ocupava o andar superior em 1892.

Figura 118. Em 1910 foi construído um barracão nos fundos. AHSP/SOP 1910.000.877.

Figura 119. As portas com bandeiras em arcos ('Frente Actual') podem ser vistas na Figura 38 do Capítulo I. Em 1916, o Sr. Francisco Armando entra com pedido de licença para modificação da fachada ('Frente Projectada'). AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

O **número 47**, onde esteve o “Banco Mauá” e o “Au Bon Diable”, bem como também foi uma extensão do “Hotel de France”, teve seu primeiro registro de obra em 04/08/1897. Tratava-se de uma demanda do Sr. *Block*, que depois formaria a empresa “Block & Freres & Cia” (fazendas) para transformação²⁵⁶ ‘de uma porta pequena em uma porta grande’. O projeto é de autoria do construtor *Francisco de Souza Ramos* (Figura 120) que, após idas e vindas escreveu que ‘a obra está de acordo com o padrão municipal’. O pedido assim foi deferido. Em 1911, a empresa “Block Freres & Cia” solicitou autorização para substituir²⁵⁷

²⁵² Além da presença no Almanaque de 1890, “Ao Trocadero” também aparece nas Listas Telefônicas de 1902.

²⁵³ AHSP/SOP, Vol. 48, p. 111 (1892).

²⁵⁴ AHSP/SOP, CAIXA DE 1910.

²⁵⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

²⁵⁶ AHSP/SOP, Vol. 155, p. 10 a 15 (1897).

²⁵⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1911.

paredes de taipa por vigas de ferro sendo prontamente atendida. Em 1914, a mesma empresa entrou com planta para construção de um barracão (Figura 121)²⁵⁸ para depósito de fazendas e em 1919, tendo como interessado “Isaac Tabacow & Cia” encaminhou um pedido de mudança de soleiras²⁵⁹ por mármore. Por fim, em 1921 (16/05), ocorre uma reforma²⁶⁰ tendo como interessados os locatários “Int. Compassi & Camin”, em 30/06 foi encaminhado à prefeitura outro pedido de abertura de calçamento para ligação de água (pedido por *José Buonsanti*) e, em 12/07, um pedido para substituição²⁶¹ de paredes.

Figura 120. Transformação de uma porta, em 1897. AHSP/SOP, Vol. 155, p. 15 (1897).

Figura 121 Construção de um barracão nos fundos, em 1914. AHSP/SOP 1914.01602.

Finalmente chegamos no **número 49**. Nos últimos 17 anos do século XIX, o “Hotel de França” estava estabelecido no famoso prédio dos herdeiros do *Brigadeiro Jordão*, nas mãos do locatário *Guilherme Lebeis Jr.* Em 1886, a proprietária do prédio, *Maria da Glória Moura Jordão*, pagaria o maior valor de Imposto Predial da quadra: 504\$000 réis (Diagramas I e III).

²⁵⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

²⁵⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

²⁶⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1921.

²⁶¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1921.

[illegible]

262 AHSP/SOP, 297, p. 14 (1901).
263 AHSP/SOP, 325, p. 20 e 22 (1902).
264 AHSP/SOP, 382, p. 9 e 10 (1904).
265 AHSP/SOP, CAIXA DE 1906.
266 AHSP/SOP, CAIXA DE 1907.
267 AHSP/SOP, CAIXA DE 1908.
268 AHSP/SOP, CAIXA DE 1912.

Figura 123. O palacete do Brigadeiro Jordão (nº 49), que abrigou o Hotel de França e o Café Triângulo, na época de sua demolição. Pontes, 2003 (CD), 41 D.

Já havia uma solicitação em Outubro de 1911 para a construção de um prédio de três pavimentos²⁶⁹ que, contudo não deve ter sido considerada (Figura 124). Em ambos, o arquiteto contratado para a reconstrução foi o *José Rossi*. O prédio, então de quatro pavimentos²⁷⁰, teve novo alinhamento na Rua São Bento, medindo nesta 37,27m, e canto arredondado de 3m de corda. Media 26,15m na Rua Direita (Figura 125). Interessante memorando aparece no AHSP com data de 19/08/1912²⁷¹:

Sr. Diretor. O Dr. Rossi que está construindo a casa da Rua Direita e Rua São Bento encontrou nesta rua a diferença de nível de 0,75m [cota de nível em relação a Rua Direita]. Questiona se o nível do pé direito da Rua Direita fica com 5,3m e na Rua São Bento com 4,6m ou qual nível deverá ter. Resposta do Diretor (em 20/08/1912): Parece-me mais razoável, dada a importância da Rua Direita, não exceder nesta a altura apresentada. De certa forma, o edifício salientar-se-á muito sobre os pilares.

Em 1913 encontramos o pedido para ligação²⁷² de água.

²⁶⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1911.

²⁷⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1912. Rua Direita, 49, 49A e 51, Rua São Bento 14, 14A e 14B. Papel de carta de Martin Francisco Sobrinho e Raphael A. Gurgel (Rua Direita, 09), documentos de Março, Junho e Outubro de 1912.

²⁷¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1912.

²⁷² AHSP/SOP, CAIXA DE 1913.

Esse edifício (Figura 126) ficou conhecido como **Palacete Jordão** e foi destruído por um violento incêndio em 22/07/1966, apenas seis dias antes de outro incêndio²⁷³ que destruiu o **Palacete Baruel**, interditando a Rua Direita.

Figura 124. O edifício de três andares não foi construído. Em seu lugar foi erguido outro de quatro pavimentos, seguindo novo alinhamento. AHSP/SOP 1911.001.280

Figura 125. Um novo alinhamento foi designado para a Rua São Bento, com 0,9m de recuo. AHSP/SOP, CAIXA DE 1912.

²⁷³ O Estado de S. Paulo, 30/07/1966, p. 9.

Figura 126. Vista da Rua Direita no sentido da Praça da Sé, na altura dos Quatro Cantos. No segundo plano, à direita, o edifício de quatro pavimentos que foi construído no local onde estava o sobrado do Brigadeiro Jordão (n. 49). No primeiro plano, à direita, nota-se o edifício de concreto armado do eng. Notaroberto, com a Casa Fachada no térreo (Rua Direita n. 55). O edifício novo de cinco pavimentos, ao fundo, à esquerda, era a Casa Barão de Iguape (n. 34), construída por Ramos de Azevedo, que abrigou o “Mappin Stores” e ficou fronteira à Praça do Patriarca. Rosenhain e Meyer, c. 1913.

Fechando o quarteirão/quadra C, espacializamos este trecho (Figura 127) na planta do Gegrán, na qual medimos em AutoCad as frentes dos lotes, comparando-os com as dimensões (entre parêntises) relatadas no texto.

Os catorze imóveis dessa quadra que, até meados do século XIX, eram quase todos destinados a moradia de ilustres cidadãos²⁷⁴ como vimos no início da análise, aparecem nos Almanques de 1873 a 1895 (Diagrama III) ocupados por quatro lojas de fazendas e armarinhos (Ao Rei dos Barateiros, precedido de loja de molduras, Ao Trocadero, Estevam Fay & Cia e A la Capitale), dois bancos (Banco Mauá e Banco Comercial de Viana e, em 1896, pelo Banco Francês), duas alfaiatarias (“Esteves & Rocha” e “Águia de Ouro” de *Balthazar Teixeira Leite*, sucedido por uma camisaria), duas chapelarias (*Francisco Lopes Velloso Braga* e *Francisco Fischer*, depois “Eugênio Leifer & Auerbach”), duas joalheria/ourivesaria

²⁷⁴ Entre eles: Cel. Joaquim José dos Santos, Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Rodrigues Pereira Mendes, José Francisco de Sales, Vicente Pires da Mota, Barão da Silva Gameiro e Brigadeiro Jordão.

(*Domingos da Silva Moreira e Alexandre José Worms*), um barbeiro (*José Pruvot* sucedido por *Paschoal Criscuelo*), um hotel (Hotel de Itália, depois Hotel de França) onde ficavam famosas casas de modas (Casa Tallon e Au Bon Diable). No início do Século XX aparece alguma variedade no perfil da quadra e surgem novas lojas de roupas feitas: “Casa Bonilha” (modas femininas), “Ao Preço Fixo” (roupas masculinas), “Ao Mundo Elegante” (modas femininas), Loja de Ceylão (material carnavalesco e festas juninas) e Casa Fozte (vestuário). Mas a quadra ainda recebeu o Bar Viaducto e a Casa de Banhos do *Isidoro Nardelli*.

Como grandes proprietários dessa quadra, aparece primeiramente *Germaine Lucie Burchard*, com três propriedades (o edifício de n. 35 e 35A de *Ramos de Azevedo* que demoliu para construção do Edifício Direita, o prédio n. 39, o mais antigo da rua, e o n. 41, que depois foi agregado ao anterior). Outro proprietário, *Manuel Pereira Guimarães*, tinha dois imóveis (n. 43, Cine Alhambra, e o n. 41, que passou posteriormente a *Germaine Lucie Burchard* de quem era procurador).

Uma constatação importante que podemos fazer foi que nesse período houve a total mudança da técnica de construção, desaparecendo as casas de taipa, sendo substituídas pela alvenaria de tijolos.

Figura 127. Adaptação da Planta do Gegrão de 1974 (FAUUSP-BIBLIOTECA) mostrando os lotes da quadra 004, que batizamos de Quarteirão C. A numeração é a de 1886 e as dimensões estão em metros.

2.4 O quarteirão D (Setor 005, Quadra 003 – Diagrama IV).

O quarteirão D abrigava um casarão, (Figura 56, Capítulo I), que abrangia os números 53 e 55. Diversos comerciantes o utilizaram nessa época. No **número 53** ficava a loja “A Luva Paulistana” de *L. Scaramella*, onde se aprontavam encomendas em apenas uma hora (Figura 128). No **número 55** ficava a “Rizzo Photographia”, de *Michelle Rizzo*. Sua filha *Gioconda Rizzo* se tornou a primeira²⁷⁵ fotógrafa da cidade com o estúdio “Photo Femina”. Ao seu lado havia uma loja de vendas de cartões postais e loteria chamada AO GOSTO ARTÍSTICO e, em seguida, a loja “L’Union de la Mode”.

Figura 128. Propaganda de A Luva Paulistana. Jules Martin, Revista Industrial (1900). Museu Paulista, biblioteca.

Esse casarão foi demolido em 1908. A primeira manifestação que encontramos na Série Obras Particulares do AHSP a respeito dos números **53** e **55** foi, em 20/01/1900, quando as proprietárias, *Ana Francisca da Silva Marques* e *Sofia Eugênia da Silva Marques* (mãe daquela) comunicaram²⁷⁶ à Câmara sobre o incêndio que destruiu grande parte do seu madeiramento interno e parte da loja de **número 55C**. A necessidade de reforma era urgente e teve de ser rapidamente aprovada, tendo em vista que os inquilinos estavam reclamando dos

²⁷⁵ Veja São Paulo, 10/12/2001.

²⁷⁶ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 9 (1900).

prejuízos. A reforma foi feita, mas oito anos depois, em 01/04/1908, o engenheiro *Francisco Notaroberto* entrou com novo pedido de alvará para a construção²⁷⁷ do famoso prédio de concreto armado – o primeiro de São Paulo, que existe até hoje. Coube a esse engenheiro a primazia da introdução da nova técnica de concreto armado na capital paulistana. *Notaroberto* foi um engenheiro atuante no início do século XX, que tinha um escritório de engenharia na Rua Direita n. 38. O prédio de três pavimentos dotado de terraço na cobertura era de arquitetura eclética (Figura 130) e foi construído com alvenaria de tijolos nas paredes (externas e internas) e concreto armado nas lajes de piso. Plantas e elevações foram anexadas (figuras 130 e 131) e a obra mediu 26,4m do lado da Rua Direita e 12,25m do lado da Rua São Bento. O alvará foi concedido pelo engenheiro *José Sá Rocha*. Em 1914, o proprietário do Café Acadêmico, *Bernardino José Borges*, que ocupava a parte de esquina (13,2m x 9,5m) desse prédio, entrou com pedido de reforma²⁷⁸ que incluiu a construção de três novos W. C^s. (Figura 129).

Figura 129. O Café Acadêmico, que ocupava parte do prédio de número 53, entrou com pedido de reforma para incluir três W. C^s. além de leitaria e depósito de carvão. AHSP/SOP 1914.001.604.

²⁷⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1908.

²⁷⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

Figura 130. Planta do térreo e elevação do prédio do eng. Notaroberto. Acima está escrito: “Projecto de 4 casas sendo 3 da Exma Sra. Dona Anna Francisca da Silva Marques e do lado da Igreja de S. Antonio da Exma Sra. Dona Sophia Eugenia da Silva Marques”. O edifício abrigava loja no térreo e moradia nos andares superiores. AHSP/SOP 1908.682-PR002.

Figura 131. Planta do primeiro e segundo andares do mesmo prédio. AHSP/SOP 1908.682-PR001.

Figura 132. O prédio construído pelo engenheiro Notaroberto já com a arquitetura Art Déco, fruto de reforma posterior (1927). A Exposição (roupas masculinas) ocupava a esquina e, entre esta e a Igreja de Santo Antônio estava a Casa Fachada (perfumaria), já na parte de quatro pavimentos. Foto de Alice Brill de 1952. Fonte: IMS, 2004, p. 209.

Em 1920 houve a separação dos últimos sete metros do prédio, transformando-os em dois²⁷⁹ prédios distintos (tendo o segundo incorporado mais um andar em 1941). Em 1927, ambos ainda estavam nas mãos das mesmas proprietárias, que realizaram reforma da fachada da esquina em estilo *Art Déco* (Figura 132). *Ana Francisca da Silva Marques* era proprietária também da “Casa Fachada” (perfumaria) (Figura 133). A parte de esquina (SQL: 5/3/5) foi tombada (tombamento *ex-offício*) pelo Conpresp em 1991. A loja mais famosa que ocuparia esse prédio foi “A Exposição” nos anos 1950 (Figura 132). Mas nessa época o endereço já não era Rua Direita e sim Praça do Patriarca (n. 09).

²⁷⁹ Clara Correia d’Alambert. *Início do concreto armado em São Paulo – o palacete do engenheiro Francisco Notaroberto* (trabalho programado II FAUUSP/2001, Janeiro). Nesse trabalho d’Alambert informa que o prédio foi ocupado sucessivamente por: ‘A Capital’; ‘A Exposição’; ‘Caderneta de Poupança Delfin’; ‘Banco Safra’; ‘Hora 25’ e o proprietário em 2001 era ‘Delfin S. A. Crédito Imobiliário’.

Figura 133. Em 1914, anúncio da Casa Fachada por ocasião da mudança para a Rua Direita. OESP 16/10/1914, p. 10

A Igreja de Santo Antônio, sem número (SQL: 5/3/4), aparece em seguida e não há registro, evidentemente, na Série Obras Particulares. Tombada pelo Condephaat (Z8.200-040), em 1970, como ‘Bem nº 009’, figura junto do Palacete Lara como os dois únicos bens da rua tombados até 1984. Consta também no catálogo da Emplasa²⁸⁰ com o seguinte texto:

Número de pavimentos: três. Técnica construtiva: taipa de pilão e provavelmente concreto armado no acréscimo. Uso atual: igreja. Estado de conservação: o edifício sofreu alterações substanciais, interna e externamente. Seu estado geral de conservação é precário. Teve sua fachada repintada em 1981. Histórico/Descrição/Ambiência: segundo consta, a mais antiga menção à então ‘ermida de Santo Antônio’ é encontrada no testamento de Afonso Sardinha, datado de 1592. Outro testamento, de 1603, confirma uma antiga tradição de que teria ela servido durante certo tempo de matriz da Vila de São Paulo. Nela disseram missa os primeiros ‘frades de Santo Antônio’ (franciscanos) que se estabeleceram na povoação em 1639. No decorrer do século XVII, a capela foi habitada por diversos eremitas, até que, em 1717, foi erigida no templo em reformas uma Irmandade de Santo Antônio. Sete anos mais tarde, outra irmandade, a do Santíssimo Rosário da Virgem Maria, para brancos, era constituída no mesmo templo, com o fito de zelar por sua manutenção. Os trabalhos de renovação da igreja arrastaram-se até o tempo do primeiro bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira (1746/1748), que se encarregou de fazê-los prosseguir. Em 1891, o edifício e atingido pelas chamas de um incêndio irrompido nas vizinhanças, sendo assim executado reparos em 1894. A Ata da Mesa, datada de 8 de Dezembro de 1899, atesta que, por determinação da Prefeitura municipal, a irmandade foi intimada a proceder à demolição da torre, supostamente ameaçando ruína, e a reconstruir a fachada, obedecendo ao novo alinhamento da Rua Direita. As obras, iniciadas a 28 de março daquele ano, foram custeadas pela então Irmã Provedora, a Baronesa de Tatuí, pelo que recebeu voto de agradecimento naquela mesma ata. O frontispício atual da igreja, construído de tijolos, vem dessa intervenção obedecendo à influência do ecletismo classicista na época. Acréscimo de um terceiro pavimento, com varias dependências, assim como substituição da cobertura foram detectados em 1977. Interiormente, apesar das inúmeras intervenções a que foi submetida através dos anos, a igreja conserva talhas antigas, entre elas, o retábulo principal do qual disse ser G. Bazin, datando-o de cerca de 1780, o mais belo exemplo de talha rococó de São Paulo. A ambientação da igreja encontra-se bastante prejudicada pela massa gigantesca dos edifícios vizinhos, assim como pela presença, nas imediações, de escandalosa propaganda publicitaria e de chamativos revestimentos de fachadas.

²⁸⁰ Emplasa/Sempla: Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, 1984, p. 177.

Desde 1942 é mantida pela Confraria de N. S. do Rosário dos Homens Brancos²⁸¹.

O **número 57** refere-se a um lote que estava atrelado à Igreja de Santo Antônio, invadindo a parte de traz do lote daquela e aparece na Série Obras Particulares, em 1896, nas mãos de *Antônio Simas Pimenta*, num pedido de ampliação²⁸². O proprietário em 1903 era *João Adolfo Schritzmeyer*, que o permuta²⁸³ com *Maximiliano E. Hehl*, numa transação de 17:500\$000 reis. Em 1901 este solicitou licença para alterações²⁸⁴ nas paredes divisórias internas. Era um estreito edifício de dois pavimentos (figuras 134 e 138) com moradia na parte superior e negócio no térreo, com cerca de 7m de frente. Em 1913, o proprietário era a Confraria de N. S. do Rosário dos Homens Brancos, alocada na Igreja de Santo Antônio, que solicitou aprovação para reconstrução²⁸⁵ da fachada (Figura 135) da “Au Bonheur des Dames”. Finalmente, em 1914, o arquiteto *Samuel das Neves*, solicitou licença²⁸⁶ para construção de um prédio de três pavimentos (aproveitando os dois já existentes) de 52m² cada, em ‘cimento armado’, para o qual anexa a planta e elevação (Figura 136). Em 1915, seu filho *Cristiano das Neves* solicitou licença para abertura do calçamento²⁸⁷ para ligação de água. Esse pequeno prédio desapareceu em 1952, juntamente com o de número 59, ambos para a construção do edifício de 26 andares para o Othon Palace Hotel, inaugurado em 1954 (e fechado em 2008). Construído pela família *Bezerra de Mello*, esse hotel de 250 apartamentos possuía cinema e boate, além do famoso restaurante “The four Seasons”.

O **número 59** era propriedade e moradia de *João Adolfo Schritzmeyer*, construída em 1889²⁸⁸. O prédio principal desse endereço (figuras 138 e 139) ficou famoso por ostentar a propaganda²⁸⁹ do “Gabinete Dentário de Fernando Worms”, então nas mãos de *Constantino Giardino*. Deve ter sido construído por volta de 1894, na mesma época do Baruel e do Banque Française, que também foram expostos em Paris, pois está citado²⁹⁰ por ter abrigado a Casa Alemã até 1895, devido ao incêndio do prédio de nº 10B. Era um prédio já dedicado a lojas e escritórios.

²⁸¹ Nestor Goulart dos Reis Filho, *Guia dos Bens Tombados*, São Paulo, p. 39.

²⁸² AHSP/SOP, Vol. 112, p. 13 e 15 (1896).

²⁸³ Arquivo Aguirra In Nelson Braghittoni, *Trabalho Programado nº 04*, p. 08.

²⁸⁴ AHSP/SOP, Vol. 297, p. 20 (1901).

²⁸⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1913. Solicitação dos Drs. José Piedade e Alencar Piedade.

²⁸⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

²⁸⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1915.

²⁸⁸ AHSP/SOP, Vol. 31, p. s/nº (1889).

²⁸⁹ Jules Martin, *Revista Industrial*, Exposição Universal de Paris, 1900.

²⁹⁰ Heloisa Barbuy, *A Cidade Exposição*, página 211 e Pedro Luís Pereira de Sousa, *Casa Barão de Iguape*, p. 77.

Figura 134. Pedido do Simas Pimenta, em 1896, para ampliação do lote n. 57. A fachada esboçada acima pode ser vista na foto de 1900 (Figura 138). AHSP/SOP, Vol. 112, p. 15 (1896).

Figura 135. Reconstrução da fachada de "Au Bonheur des Dames". AHSP/SOP 1913.001.882.

Figura 136. Elevação e planta do prédio de três pavimentos (nº 57) projetado por Samuel das Neves. AHSP/SOP 1914.0001.603

O Almanaque de 1895 trazia a loja AO PAULISTA de roupas masculinas no 59B (Figura 140). Já em 1908 há uma intimação para que esse prédio fosse reformado²⁹¹, com colocação de ladrilhos nas lojas, mudança de duas latrinas e pintura geral. Os serviços foram executados pelo arquiteto *Maximiliano E. Hehl*, que anexou as plantas do prédio ao pedido encaminhado à prefeitura (Figura 137). Em 1911, sob o número 59 B, houve um pedido da 'Casa Tolle Cia de Indústria e Comércio' para alteração de vitrines²⁹² no local.

Figura 137. Planta e elevação do número 59. O piso térreo (Rez de Chão) tinha, para o lado da Rua Direita (vertical), uma porta para subir aos andares superiores, duas para a loja central e duas para a loja de esquina (59B) e havia uma porta no canto chanfrado e outra na Rua Libero Badaró, que tinha também acesso para o piso superior. AHSP/SOP 1908.000.687.

²⁹¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1908.

²⁹² AHSP/SOP, CAIXA DE 1911.

Figura 138. A estreita fachada do número 57 (prédio de dois pavimentos e duas janelas) aparece espremida entre a Igreja de Santo Antônio e o prédio de número 59, consultório do dentista F. Worms, por volta de 1900. No térreo virá e ficará por muitos anos a Casa Tolle. Detalhe da prancha de Jules Martin na Revista Industrial (1900). Museu Paulista, biblioteca.

Figura 139. Neste pormenor vemos mais afastado o prédio n° 59 onde havia o consultório do Sr. Worms. Do mesmo lado direito, após a Rua Líbero Badaró, já aparece o edifício de dois pavimentos do Quarteirão E, com inúmeras portas para a Rua Direita, onde ficava o “Bar Viaducto” (c. 1902). BMA/TSP.

Figura 140. A casa AO PAULISTA ficava no nº 59B, 'Canto do Viaducto'. Almanaque de 1895, p. 25 (anúncios).

Figura 141. Adaptação da Planta do Gegrão de 1974 (FAUUSP-BIBLIOTECA) mostrando os lotes do setor 005, quadra 003, que batizamos de Quarteirão D. A numeração é a de 1886 e as dimensões estão em metros.

Fechando a quadra D, apresentamos na Figura 141 o trecho da planta do Gegrão, na qual espacializamos a numeração da época e os desdobramentos dos lotes. Como foi visto anteriormente, o número 53, propriedade de *Ana Francisca da Silva Marques*, se separou do número 55, propriedade de *Sofia Eugênia da Silva Marques*, mãe desta (Diagrama I), enquanto o número 57 foi anexado ao número 59, para a construção do “Othon Palace Hotel”.

Dominada que sempre foi pela Igreja de Santo Antônio, essa quadra angariou comerciantes famosos como “A Luva Paulistana” de *L. Scaramella*, a “Rizzo Photographia” e o “Chá do Morumby”. Teve também o primeiro prédio a utilizar técnicas de concreto armado, o edifício do engenheiro *Notaroberto*, que também foi posteriormente o primeiro a usar o *Art Déco*. E teve a primazia de abrigar um dos melhores hotéis de São Paulo, o “Othon Palace Hotel”. Hoje toda a quadra pertence à Praça do Patriarca.

2.5 Os bairros E e F (Diagrama IV).

Os bairros E e F surgiram após as demolições ocorridas em 1889 (Figura 143) que permitiram a construção do primitivo Viaduto do Chá, em 1892. A ligação articulou a chamada ‘Cidade Velha’, protagonizada pelo Triângulo, com a chamada ‘Cidade Nova’ (Morro do Chá), na qual surgiram novos polos comerciais importantes como a Rua do Chá (atual Rua Barão de Itapetininga), Rua da Palha (atual Rua Sete de Abril) e o Largo dos Curros (atual Praça da República). O Viaduto era desejado por *Jules Martin* desde 1877, quando colocou uma litogravura na vitrine de sua loja mostrando um primeiro projeto, conforme registrou²⁹³ no jornal A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (Figura 142).

Figura 142. ‘Projecto de viaducto’. Jornal A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO de 05/10/1877, p. 2.

Em 1880, *Jules Martin* apresentou o projeto de um *boulevard* que envolveria um enorme aterro entre as duas ‘cidades’. Em 1888, o projeto de ligação foi aprovado optando-se por um viaduto de estrutura metálica. Havia, porém, um detalhe: a necessidade de demolir grande parte do palacete do *Barão de Tatuí* (*Brasílio Machado de Oliveira*), que havia se casado com a viúva do *Barão de Itapetininga*, amedalhando a fortuna deste.

O primitivo Viaduto do Chá.

A antiga casa do *Barão de Itapetininga*, então nas mãos da viúva *Baronesa de Tatuí*, foi um entrave ao prolongamento da Rua Direita e gerou muita discussão antes de ser demolida. Tanto a *Baronesa*, como o *Barão de Tatuí*, eram firmes opositores à desapropriação de parte de seu casarão para a construção do viaduto e tudo fizeram para impedi-lo. Mas a pressão da comunidade foi mais forte e a questão foi transformada em demanda judicial.

²⁹³ Benedito Lima de Toledo, *Anhangabahu*, p. 40.

Figura 143. Planta da demolição das casas da Baronesa de Tatuí e pequena parte da casa de Eduardo Prates. IHG SP, apud Hugo Segawa, 2004, p. 14.

Figura 144.
Reprodução da
litografia de Jules
Martin retrando a
demolição do
palacete. IHG SP,
apud Hugo Segawa,
2004, p. 22.

Finalmente a prefeitura ganhou a causa e o mandado de desapropriação foi expedido pelo juiz *Melo Alves*. O término da demolição ocorreu em 06 de Maio de 1889. O prédio foi desfigurado e o viaduto construído, apesar de todos os apelos dos proprietários. O evento aparece retratado na litografia ‘As Formigas Tanajuras’ de *Jules Martin* (Figura 144). Com sua inauguração, em 06 de Novembro de 1892, o Viaduto do Chá encurtou em muito o trajeto entre a Cidade Velha e a Cidade Nova, articulando a Rua Direita à Barão de Itapetininga, aumentando o movimento daquela. A imagem a seguir (Figura 145) mostra o trabalho de reconstrução do sobrado da *Baronesa de Tatuí*.

Figura 145. Viaduto do chá, com portões e guarita do lado da Rua Barão de Itapetininga, tendo ao fundo a casa da baronesa em reconstrução. Detalhe da foto de G. Gaensly, c. 1892. Fonte: G. Koenigswald, p. 85.

O viaduto foi um empreendimento privado e envolvia o pagamento de pedágio. Pagava-se 60 réis (três vinténs) para atravessar o Viaduto do Chá. A alternativa, para quem não tinha dinheiro, era atravessar pelo mato, na parte desapropriada da chácara da *Baronesa*. O Viaduto do Chá foi, como vimos, um empreendimento projetado e construído pelo francês *Victor André Jules Martin*²⁹⁴ (1832/1906), em parceria com *Joaquim Eugênio de Lima*. *Martin* era sogro de *Jean Georges Renouveau* (1845/1909), fotógrafo radicado em São Paulo em 1875, que foi o organizador da primeira sessão de cinema na cidade, em 1896. *Renouveau* tinha um estúdio fotográfico no n° 9 da Rua Direita. *Jules Martin* cobrou pedágio para utilização do viaduto até 1896.

O primitivo Viaduto do Chá tinha 240m de comprimento e 14m de largura e sua estrutura de ferro foi importada da Alemanha, da fábrica²⁹⁵ *Hankert de Duisburg*. Em cada extremo do viaduto existiam guaritas com guardas e grandes portões (Figura 146) que eram fechados à

²⁹⁴ Jules Martin era dono da Litografia Francesa.

²⁹⁵ Benedito Lima de Toledo, *Anhangabahú*, p. 44.

noite. As carruagens também pagavam. Para os pedestres que desejassem admirar as chácaras e os pomares havia bancos para descanso. Em 1896, o viaduto foi adquirido (encampado) pela prefeitura²⁹⁶ por 750:000\$000 réis e a passagem tornou-se gratuita. Em 1902, teve que ser reforçado em sua estrutura e piso, para a introdução dos pesados bondes elétricos (Figura 147), que atravessavam toda a Rua Direita ou vinham, por um pequeno trecho desta, da Rua São Bento (Figura 95). Na década de 1930 tornou-se já o símbolo do congestionamento (Figura 148) em São Paulo. O primeiro viaduto de estrutura metálica durou até 1938, quando foi demolido e substituído pelo atual, construído ao lado, em concreto armado e projeto de *Eliziário Bahiana*.

Figura 146. Viaduto do chá, com portões e guarita do lado da Rua Direita. À esquerda, vemos o sobrado da Baronesa de Tatuí (reconstrução terminada com primoroso acabamento). À direita, quase invisível, a torre da Igreja de Santo Antônio. No centro, os portões e a guarita da outra extremidade. Foto atribuída a Militão Augusto de Azevedo (c. 1895). BMA/TSP.

²⁹⁶ Benedito Lima de Toledo, *Anhangabahú*, p. 47.

Figura 147. Viaduto do Chá com seu piso sendo reformado para suportar o peso dos bondes elétricos. Guilherme Gaensly, 1902, FPH Eletropaulo, nº 229.

Figura 148. Viaduto do Chá no auge de sua utilização, c. 1930. Autoria desconhecida. Coleção particular do autor.

Voltando à Rua Direita, como vimos, uma das consequências da construção do viaduto e da demolição parcial do palacete foi o prolongamento desta e o surgimento dos Quarteirões ou Quadras **E** e **F**.

No **Quarteirão E**, o lote (único) de propriedade do *Conde Prates* abrigou primeiramente um edifício de dois pavimentos, com diversas portas comerciais abertas para a Rua Direita (Figura 149).

Figura 149. Com a abertura do Viaduto do Chá, surge no Quarteirão E (à direita), entre o viaduto e a Rua Líbero Badaró, um prédio de dois pavimentos com inúmeras portas para a Rua Direita. Em 1908, data da foto, ali estava instalado o jornal *Diário de São Paulo*. O arco era uma homenagem ao Presidente *Afonso Pena*. Afonso de Freitas, apud Carlos Lemos, 2001, p. 114.

A numeração se iniciava com o **número 61**, da Confeitaria e Bar Viaducto (figuras 150 e 151) e terminava no **71**, onde havia a Casa Selecta (Figura 149). No **número 63**, aparece (Almanaque de 1890) *Antônio Marques da Silva* com a alfaiataria 'Ao Leão de Ouro'. Também era o local onde estava instalado o Laboratório de Análises Clínicas do Dr. *Alex Pedroso*, em 1910 (Figura 152). O **número 65A** era o endereço do oculista Dr. *Edmundo de Carvalho* (Figura 153). No **número 71**, em 1916 ficava²⁹⁷ o Jornal do Comércio.

No **Quarteirão F**, o lote (único) de propriedade da *Baronesa de Tatuí* consistia na residência da própria, que foi demolida em 1913, com o alargamento da Rua Líbero Badaró.

²⁹⁷ Conforme carta de D. Joaquina do Rego Freitas, informando que reformou o passeio. AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

Figura 150. O Bar Viaducto ocupava o trecho de esquina do prédio de dois pavimentos antes de se mudar para o número 27. Aurélio Becherini, c. 1912, apud Pontes, p. 48.

Figura 151. OESP, 29/07/1910, p. 10.

Figura 152. OESP, 02/02/1910, p. 07.

Figura 153. OESP, 10/04/1914, p. 07.

Voltando ao **Quarteirão E**, em 1916, o Conde Prates contratou o Eng. *Samuel das Neves* para a construção de um novo edifício, de primoroso acabamento (Figura 154), projetado para ser sua residência. Foi ocupado pelo Hotel Sportsman, que deixou o Prédio Barão de Iguaape (então ocupado pelo Mappin Stores), considerado um dos melhores hotéis da época. Esse prédio durou até 1937 quando foi construído no local o Edifício Matarazzo, projeto do arquiteto italiano *Marcello Piacentini*, executado pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares, para uso do grupo empresarial I. R. F. Matarazzo. Terminado em 1940, com acabamento em mármore travertino, esse prédio possui 14 andares e 20.000 m² de área construída, heliporto e jardim suspenso, e pertenceu a Audi, Banespa e hoje é sede da prefeitura.

Concluímos que o **Quarteirão E**, moradia que foi da família *Prates*, teve um período comercial com lojas, consultórios e o “Bar Viaducto” por cerca de 20 anos, duração do primeiro edifício de dois pavimentos (Figura 149), transformou-se em hotel de luxo por mais 20 anos, duração do segundo edifício de três pavimentos (Figura 154) e hoje abriga o Edifício Matarazzo de 15 pavimentos.

Figura 154. À esquerda, o vazio provocado pela demolição do reconstruído prédio da Baronesa de Tatuí e a já alargada Rua Libero Badaró. Ao fundo, o prédio de número 59 com a Casa Tolle e a Igreja de Santo Antônio. À direita, o novo edifício do Conde Prates (c. 1916). BMA/TSP.

2.6 O quarteirão I (Setor 086, Quadra 001 – Diagrama V).

O quarteirão I começava na esquina com a Rua Quinze de Novembro, no **número 02**, local famoso por ter abrigado, no século XIX, o sobrado de *José Manoel da Silva*, o Barão de Tietê, que envolvia também o **número 04**: nas palavras de *Eudes Campos*²⁹⁸, “um belo e amplo sobrado de 12 janelas”. Segundo o autor, baseado nas Atas da Câmara²⁹⁹, “o solar do Barão do Tietê foi construído a partir de 1839 e sua reconstrução foi embargada em 1860”. Em 1886, o proprietário *Rodrigo Augusto da Silva* pagou o maior valor de Imposto Predial da quadra: 483\$000 réis. Na Figura 155 tem-se uma visão detalhada desse prédio, no carnaval de 1905, já nos estertores de sua existência. A primeira ocorrência encontrada no AHSP/SOP, em 1896, é um pedido de alargamento³⁰⁰ de portas. Em 1900, o empreiteiro *Manoel dos Reis Pinto da Rocha* pediu licença para alargar³⁰¹ as portas (então duas) do **número 2A**.

Figura 155. Carnaval de 1905 na Rua Direita (c. 1905). Fonte: Pontes p. 82.

²⁹⁸ Arquiteto Eudes Campos: São Paulo em 1860, *Trabalho Programado* n° 1. (Novembro de 1991), p. 73. Biblioteca da FAUUSP – Maranhão.

²⁹⁹ Atas da Câmara da Cidade de São Paulo, 1839, v. XXXII. P.98, 106 E 113; 1860. V. XLVI. P. 128.

³⁰⁰ AHSP/SOP, Vol. 112, p. 53 (1896). O pedido é feito por Lebre & Mello & Cia.

³⁰¹ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 31 (1900).

Logo em seguida, ainda em 1900, há um pedido³⁰² de vistoria da parede dos fundos, por parte do Sr. *Henrique Bacha*, com a seguinte informação no verso: “Com o incêndio do prédio, as paredes de tabique dos fundos ficaram muito danificadas”. É solicitada ao empreiteiro a substituição das paredes de tabique por tijolos, e o pedido foi aceito. O mesmo incêndio danificou as paredes do **número 04** (também propriedade de *Rodrigo Augusto da Silva*, em 1886), que foram também reconstruídas³⁰³. O **número 4A** aparece no AHSP/SOP, em 1896, no pedido de *Viriato Vizem* para alargamento³⁰⁴ de portas. Na Figura 156, vê-se o prédio em 1907, já no início da demolição. No seu lugar foi construído o **Palacete Tietê**.

Figura 156. Sobrado do Barão do Tietê, no início da demolição, para a construção do Palacete Tietê. Nessa imagem nota-se que a parte do imóvel cujo número é 02 já está com as placas de demolição típicas da época, o que não ocorre com a parte do imóvel cujo número é 04 que também será demolida. O lote número 06 sobrevive até hoje. Autor desconhecido, c. 1907. Pontes, 2003 (CD), 20Q.

Em carta de 09/04/1907, o proprietário, *Dr. Joaquim de Queiroz Carneiro Mattos*, apresentou o eng. *Eduardo M. Gonçalves* que projetou³⁰⁵ o edifício de três pavimentos (Figura 157) por muitos anos o cartão postal dessa parte da cidade: o **Palacete Tietê**. Consta que obteve

³⁰² AHSP/SOP, Vol. 267, p. 33 e 34 (1900).

³⁰³ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 36 (1900).

³⁰⁴ AHSP/SOP, Vol. 112, p. 50 (1896).

³⁰⁵ Embora esse prédio pertença a Rua Direita, está arquivado no AHSP/SOP na Caixa de 1907 da Rua Quinze de Novembro.

empréstimo³⁰⁶ de 20 contos de reis do *Conde de São Joaquim* para esta construção. Com frente de 36m para a Rua Direita e 33m para a Rua Quinze de Novembro, a área construída era de 781m² e edifício foi projetado para abrigar a Casa Lebre³⁰⁷, que já era inquilina do anterior, além de outras lojas no térreo e escritórios nos andares superiores, cujo acesso se dava pela Rua Direita. Ocupava os lotes de números **02** e **04**. Construído em estilo eclético, característico dos edifícios da época, esse prédio compunha com o edifício Baruel a entrada da Rua Direita a partir da Praça da Sé (Figura 159).

Figura 157. Plantas baixas do Palacete Tietê. AHSP/SOP, Caixa de 1907 da Rua Quinze de Novembro.

O **número 2**, já no novo prédio, tem um pedido de *João Lemmo* para reforma de vidraça e atelier fotográfico no 3º andar. O **número 4B**, também no novo prédio, aparece em 1916 no AHSP/SOP com pedido de “Martins Pontes & Cia”, para construir³⁰⁸ uma parede interna. Em 1919, os interessados pedem (e recebem) licença para construir um passeio em mármore para a ‘Casa Pery’.

³⁰⁶ Arquivo Aguirra In Nelson Braghittoni, *Trabalho Programado IV*, p. 8.

³⁰⁷ Conforme Heloisa Barbuy em ‘A Cidade Exposição’, página 156, a Casa Lebre foi fundada em 1858 por João Lopes Lebre e vendia ferragens, couros, drogas, chá, cera, perfumes e brinquedos.

³⁰⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

Figura 158. A Casa Pery localizava-se no n. 02 em 1919. Detalhe de Jardim, p. 55.

Figura 159. O palacete Tietê em foto de *Gaensly*. FPH Eletropaulo, foto 137.

Era também nesse edifício que o pai do autor, *Guerino Braghittoni* (1915/1995), tinha a loja de gravações e fábrica de rádios 'Brasil Radio' (Figura 160).

Figura 160. A loja Brasil Rádio no Palacete Tietê, 2º andar, sala 03, c. 1947. Coleção particular do autor.

Mas o Palacete Tietê teve seu fim em 1960. Foi demolido e em seu lugar foi construído o Edifício Condomínio Piratininga (Figura 161), tombado em 1988. A parte dotada de pilotis, que serviria de passeio abrigado, foi posteriormente fechada e transformada em lojas.

Figura 161. O edifício Condomínio Piratininga (à direita), inicialmente dotado de pilotis, veio substituir o Palacete Tietê. Caderno “São Paulo – 71”, Prefeitura do Município de São Paulo, p. 2.

O **número 06** é citado em setembro de 1898 nos documentos do AHSP/SOP, quando *Antônio Leonardo Teixeira* teve seu pedido deferido para abrir uma vitrine³⁰⁹ entre as duas portas existentes. Em abril de 1900, “Passos da Silva & Cia”, proprietário da Casa Eclética, solicitou estender³¹⁰ uma parede divisória num local que está ameaçado de ruína por se tratar de taipa de 0,60m apoiada sobre viga de madeira, sustentada por um oitão de 2,80m. Em 1901, *Bento Soares de Queiroz* solicitou licença para construir um novo prédio³¹¹ (frente; 11,6m), juntando planta. Na planta inferior consta ‘Armazém cimentado’ (Figura 162) e a informação: “As paredes do pavimento superior serão suportadas por vigas metálicas”. Na planta superior verifica-se tratar-se de uma residência com três dormitórios, duas salas, sala de jantar, cozinha e banheiro. Há também a inscrição: “Área para dar luz ao prédio vizinho”. No Código Sanitário de 1894, segundo *Lemos*, “a prefeitura passou a exigir as plantas das novas construções, antes de fornecer o necessário alinhamento do lote, e passou a exigir indiscriminadamente ar e luz para os dormitórios...” (Lemos, 1999, p. 29). A fachada (Figura 163), na parte superior, permaneceu inalterada até hoje (Figura 165). Em 1918/9, o proprietário *Guanymedes Villaça* modifica a fachada³¹² de sua loja (Figura 164), na parte inferior, trocando as portas por outras de aço. Esse prédio foi tombado em 1988.

³⁰⁹ AHSP/SOP, Vol. 198, p. 26 (1898).

³¹⁰ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 37 (1900).

³¹¹ AHSP/SOP, Vol. 297, p. 6, 12 e 16 (1901).

³¹² AHSP/SOP, CAIXAS DE 1918 e 1919: pedido da Papelaria Pocal, Gordinho, Braune & Cia para ligar a água.

Figura 162. Armazém e armazém cimentado na planta baixa do número 06. AHSP/SOP, Vol. 297, p. 8 (1901).

Figura 163. Fachada do mesmo prédio (de 1901), conservada até hoje. AHSP/SOP, Vol. 297, p. 17 (1901).

Figura 164. Loja de sapatos A BOTA IDEAL de Guanymedes Villaça. Almanaque de 1915, do OESP, p. 48.

Figura 165. O prédio em 2004. Foto do autor.

O **número 08**, antiga propriedade dos *Carvalho*, é o documento mais antigo referente à Rua Direita localizado na Série Obras Particulares do AHSP, com data de: 20/01/1870. A numeração indicada é a de 1852: “Diz o Sr. Antônio Teixeira de Carvalho, que tendo precisão [sic] de levantar um sobrado³¹³ na Rua Direita sobre a casa térrea de n. 07 [08 de 1886] e não podendo fazer sem proceder ao alinhamento por caso esperar que a Meritíssima Câmara lhe mande dar, na conformidade estabelecida, o deferimento”. Em 1891, já nas mãos de “Carvalho & Filhos”, há outra solicitação de autorização para colocar andaime³¹⁴ para reformar a vitrine de sua loja de ferragens. Em 1911, era propriedade de *Francisca Leopoldina Rosa de Carvalho* que apresentou como construtor *Raphael M. Giorgi*³¹⁵ e deu início aos trâmites da construção do **Palacete Carvalho**, com 21,20m de frente (Figura 166) e cinco pavimentos. Devido ao novo alinhamento, houve uma perda grande de terreno, que foi objeto de pedido³¹⁶ de indenização do filho de *Francisca*, *João Francisco de Carvalho*.

Figura 166. Conjunto de plantas do Palacete Carvalho. Na ordem: subterrâneo, plano térreo, sobre loja, 1º e 2º andares (em princípio para residência, já que estão assinalados quartos, salas e W. C.). Vê-se também o corte, com altura do pé direito, mostrando que em princípio o prédio teria quatro pavimentos, ao invés dos cinco que claramente são vistos na Figura 167. AHSP/SOP 1911.001.274.

³¹³ AHSP/SOP, Vol. 17, papeis avulsos (1870).

³¹⁴ AHSP/SOP, Vol. 35, p. 54 (1891).

³¹⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1911.

³¹⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1911.

Em 1913, com o prédio ainda em construção, é solicitada autorização³¹⁷ para ligação de água. No mesmo ano, *Armando Alvares*, proprietário do negócio de fazendas *Au Sport*, no 8B, também efetuou a ligação³¹⁸ de água. Em 1916, o construtor *Antônio Stefani* entrou com pedido de reforma nos fundos da confeitaria de *Miguel Pirroni* para a construção de um forno³¹⁹ e o Srs. *Bianchini e Pasquinelli* pediram autorização para instalar duas vitrines no Palacete Carvalho.

Figura 167. O Palacete Carvalho de cinco pavimentos é visto à direita em foto de 1916, com o Edifício I. R. F. Matarazzo, à esquerda. G. Gainsly, 1916, acervo FPH, nº 607.

O Palacete Carvalho, visto na Figura 167 no esplendor dos bondes elétricos e das ‘baratinhas’, foi demolido em 1972, junto do lote de número 10, sendo construído em seu lugar, em 1977, o edifício Tácito de Toledo Lara, com entrada pela Largo da Misericórdia nº 20. Foi o último grande prédio que sobreviveu da era eclética.

³¹⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1913.

³¹⁸ Idem, Ibidem

³¹⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

Figura 168. Loterias de São Paulo de Dolivaes Nunes. Almanaque Laemmert para 1901.

O **número 10** era um sobrado que abrigava a Charutaria e Casa Lotérica Nunes, em 1898 (figuras 72 e 168), com apenas 6 metros de frente voltada para a Rua Direita (e 16m para o Largo da Misericórdia). Esse prédio, vizinho do Palacete Carvalho (Figura 169), que foi reconstruído³²⁰ em 1903 com três pavimentos (figuras 170 e 171), registra entrada de pedido de construção do 4º pavimento³²¹ em 20/05/1920, tendo como construtor *Antônio Fernandes Pinto*. Esse endereço, esquina com o Largo da Misericórdia, foi objeto de atenção de *Antônio Egydio Martins*³²² que escreveu:

No andar térreo do antigo prédio de sobrado com sacadas de ferro, da Rua Direita, esquina do Largo da Misericórdia, demolido há quatro anos [~1903] e construído o que ora se vê e tem o n° 10 e está atualmente a agência de loterias pertencente a J. Azevedo & Cia.- foi estabelecido com loja de fazendas Francisco José Dias Leite, falecido a 26/09/1890... No andar térreo do mesmo antigo prédio, do lado do Largo da Misericórdia, foi estabelecido, com loja de roupas feitas e alfaiataria, denominada Ao Barateiro, o Comendador Bernardino Monteiro de Abreu, que por muitos anos desempenhou o elevado cargo de Consul de Portugal e faleceu a 10/03/1908, na idade de 70 anos.

Foi demolido junto com o Palacete Carvalho e no lugar de ambos foi construído o edifício Tácito de Toledo Lara.

³²⁰ AHSP/SOP, 382, p. 12 (1903).

³²¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

³²² Antônio Egydio Martins: *São Paulo Antigo*, p. 288.

Figura 169. O número 10 ainda com as sacadas de ferro descritas por Antônio Egydio Martins e o Palacete Carvalho à direita, em c. 1971. DPH, 1973, p. 15A.

Figura 170. Planta do térreo, 1º e 2º andares do número 10, em 1903. AHSP/SOP, 382, p. 13 (1903).

Figura 171. Corte AB da planta do térreo. AHSP/SOP, v. 382, p. 14 (1903).

Fechando o quarteirão/quadra I apresentamos na planta do Gegrar de 1974 a espacialização dos dados supracitados. Colocamos o Palacete Tietê (números 02 e 04), demolido em c. 1960, e o Palacete Carvalho, (número 08) que foi demolido na época do levantamento, pois aparece como um terreno vazio. O velho prédio de número 06, construído em 1901, permanece no local (Figura 165), tombado que foi, e o número 10 se agregará ao número 08 no novo prédio.

Concluindo essa quadra, local de moradores ilustres no início do Século XIX, como *Francisco Antônio de Souza*, *Francisco Inácio da Silva Queiroz* (filho do primeiro), e o Barão de Tietê, *José Manoel da Silva*, constatamos que teve como perfil principal dos comerciantes na segunda metade daquele século a venda de fazendas. Entre 1862 e 1895, período coberto pelos Almanques e Memoriais, cinco dos cinco imóveis foram ocupados por comerciantes de fazendas e armazéns, como “Carvalho & Filho”, *Francisco José Dias Leite*, “Clemente Pinto & Cia” e “J. Aguiar & Cia”. A “Casa Lebre”, uma grande loja de variedades, ocupou a esquina com a Rua 15 de Novembro por muitos anos e os dois palacetes (Tietê e Carvalho) figuraram nos cartões postais da cidade por um longo período.

Figura 172. Adaptação da Planta do Gegrar de 1974 (FAUUSP-BIBLIOTECA) mostrando os lotes da que batizamos de Quarteirão I. A numeração é de 1886 e as dimensões estão em metros.

2.6 O quarteirão H (Setor 001, Quadra 084 – Diagrama V).

Esse quarteirão se notabilizou por abrigar, no século XIX, a Igreja da Misericórdia. Conforme *Antônio Egydio Martins*³²³, com licença concedida pelo Bispo Diocesano D. *Lino Deodato Rodrigues de Carvalho*, essa igreja foi demolida em 1888 e o lote, que tinha cerca de 30m pelo lado da Rua Direita, foi vendido pela quantia de 90 contos de réis, pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. No seu lugar surgiram três lotes de cerca de 10m cada, onde foram construídos os prédios de três pavimentos, n° 10A, 10B e 10C/D. Em nossa opinião, a demolição se deu antes, em c. de 1886, e três terrenos limpos foram disponibilizados.

O **número 10A** aparece em requerimento de 23/11/1887 no AHSP com a solicitação de *Joaquim Ferreira Bento* para construção de prédio³²⁴ ‘no terreno situado no canto da Rua Direita e Largo da Misericórdia’ para o qual pediu alinhamento. No Deferimento:

Frente para a Rua Direita e para o Largo da Misericórdia. A primeira mede 10,40m e fica alinhada pelas guias das quais devem afastar-se 1,43m. A segunda mede 15,95m e fica alinhada pelas guias das quais devem afastar-se 2,04m. Divide por um lado com terrenos da [Igreja] Misericórdia e por outro com o Largo. São Paulo 24 de Novembro de 1887. Ass. Gama.

Em 1889, “Ferreira & Azevedo” entraram com o seguinte requerimento³²⁵, encaminhado ao Major *Domingos Sertório*:

Os Srs. abaixo assinado pedem autorização para fazerem uma calçada sobre a que fica ao nível das guias atuais em frente ao prédio situado a Rua Direita, Canto do Comércio, pertencente ao Barão de Piracicaba [II], por haver ali grande diferença de nível. Pedem diferimento. ERM. São Paulo, 29 de Março de 1889, Ferreira & Azevedo.

Esse prédio aparece na foto de *Guilherme Gaensly* de 01/01/1900 (Figura 173).

Em 1912, tendo como proprietário o Banco Alemão Transatlântico São Paulo, foi ali construído³²⁶ pelo arquiteto *Antônio Rapp* um novo prédio de 10,25m pelo lado da Rua Direita e 16,25m pelo lado do Largo da Misericórdia (Figura 174).

³²³ Antônio Egydio Martins: *São Paulo Antigo*, p. 285. Contudo, no Arquivo Aguirra (*Trabalho Programado IV*, p. 6), há uma informação que foi proposto e efetuado o leilão por 40 contos de reis, em 1885. É provável que tenha sido demolido em 1886, pois o edifício do Barão de Piracicaba teve sua construção iniciada em 1887.

³²⁴ AHSP/SOP, Vol. 26, p. 5 (1887).

³²⁵ AHSP/SOP, Vol. 31, p. s/n° (1889).

³²⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1912.

Figura 173. Pormenor da foto de *Gaensly* de 1900, da qual já mostramos o lado esquerdo na Figura 77. Por detrás do prédio n. 08, aparece o prédio de três pavimentos (construído em 1887) de número 10A onde estava a Igreja da Misericórdia. Notar o de n° 10, de telhado mais baixo, entre os dois. G. Gainsly, 1900, acervo FPH Eletropaulo, n° 036.

Figura 174. O Canto do Comércio, como era chamada essa esquina, na reconstrução pedida pelo Banco Alemão Transatlântico São Paulo, em 1912. O 1º andar foi modificado em 1914 e o térreo transformado em loja de calçados MELILLO, em 1919. AHSP/SOP, CAIXAS DE 1912, 1914 e 1919.

Em 1914 o mesmo arquiteto solicitou licença para modificar³²⁷ o 1º andar, que foi deferida. Em 1919, foi solicitada nova licença para reformar o andar térreo³²⁸, com colocação de porta de 4m de largura (Figura 175). O interessado era o construtor *Júlio Micheli* e o usuário a “Cia de Calçados Melillo” de *C. de Guglielino*. A aprovação foi dada pelo Eng. *Arthur Saboya*. Em 1921, tendo como proprietário *Antônio Leone* e interessado *Adelino Leone*, há um pedido de reforma³²⁹ geral. Esse lote é o ocupado atualmente pelo edifício *Wadick Kyrillos* de 19 pavimentos, com acesso aos andares superiores pelo Largo da Misericórdia nº 15. Na Figura 169, este prédio já aparece em 1971, construído que foi em 1950. No Largo da Misericórdia, ele é vizinho do edifício ‘Ouro Para o Bem de São Paulo’.

Figura 175. Reforma da porta da Cia de Calçados Melillo. AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

O **número 10B** abrigou no final do século XIX a Casa Alemã³³⁰, de 1895 a 1903, conforme informação publicada no seu catálogo (Figura 176), e já a teria abrigado³³¹ antes do incêndio de 06/01/1894. Em 1916, no AHSP/SOP há o pedido do construtor *Alexandre de Battisti* para reformar o prédio de três pavimentos, cuja frente mede 10m, transformando quatro portas³³² em seis vitrines. A empresa interessada é a “Henrique Montmmann & Cia.” e a data é

³²⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

³²⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

³²⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1921.

³³⁰ Heloisa Barbuy em ‘A Cidade Exposição’, página 211.

³³¹ Pedro Luís Pereira de Sousa: Casa Barão de Iguape, p. 77.

³³² AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

19/01/1916. Pouco mais de dois anos depois, em 02/07/1918, tendo como interessado a “Int. Cia L’Union de Seguros”, houve o pedido para reconstrução do prédio de três pavimentos que tinha se incendiado³³³. Não teria sido a primeira vez que esse prédio havia sido tomado por fogo³³⁴. O interessado então era *Pierre Ferdinanel* e o andar térreo, cuja frente tinha 10,4m, estava dividido em duas partes ocupadas, à esquerda, pela “Casa Lourdes” e, à direita, pelas “Modas Reunidas”.

Figura 176. Casa Alemã – 1895 a 1903. Cinquentenário, 1933, p. 4, apud Barbuy, p. 211.

No **número 10D**, em 1919, tendo como interessado “Genin & Filho” e como construtor *Alexandre de Battisti* há um pedido para a construção (Figura 177) do prédio³³⁵ de três pavimentos que abrigaria a Casa Genin. Em 1920 encontramos outra solicitação de licença para instalação de um elevador³³⁶, com a finalidade de atender a casa comercial.

Os três lotes que se abriram com a demolição da Igreja da Misericórdia não receberam construções muito homogêneas. O lote n. 10A ficou com 19 pavimentos enquanto os outros dois ficaram com apenas três pavimentos cada um (Figura 178).

³³³ AHSP/SOP, CAIXA DE 1918.

³³⁴ Heloisa Barbuy, *A Cidade Exposição*, página 211.

³³⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

³³⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

Figura 177. Planta da construção do prédio da Casa Genin. AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

Figura 178. Da direita para esquerda: os números 10A, 10B e 10C/D. Foto de 2014 do autor.

O **número 12**, antiga propriedade da Santa Casa de Misericórdia, é o lote onde dia morou o Dr. *Guilherme Ellis* (-/1872). Em 1901, *José Farina*, morador e proprietário de um armazém de guarda chuvas, solicitou autorização para transferir para o quintal a latrina³³⁷ que estava dentro do armazém, além de abrir uma janela, uma porta e construir uma parede divisória para a latrina. Em 1902, ainda propriedade da Santa Casa de Misericórdia, o construtor *Ambrósio d'Aléssio* solicitou licença para construção³³⁸ de uma casinha no terreno do fundo. Em 1907, por conta de *João José Espíndola* e com planta assinada por *Júlio Micheli*, encontramos o pedido de construção³³⁹ do prédio de três pavimentos com frente de 13m (figuras 179 e 180). Em 1920, tendo como interessado³⁴⁰ a Casa Kosmos e o construtor *Otto Nilsson*, houve o pedido para abertura de porta para a ligação com o número 14 e ampliação da oficina da Casa Kosmos, que ocupou por muitos anos esse endereço (sob o número 14 de 1928) (Figura 181).

³³⁷ AHSP/SOP, Vol. 297, p. 19 (1901).

³³⁸ AHSP/SOP, Vol. 351, p. 24 (1902).

³³⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1907.

³⁴⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

Figura 179. Plantas do prédio nº 12 de três pavimentos. AHSP/SOP 1907.000527-PR001

Figura 180. Elevação do prédio nº 12. AHSP/SOP 1907.000527-PR001.

Figura 181. A Casa Kosmos ocupou por muitos anos esse endereço. Cartão da coleção particular do autor.

O **número 14**, local por muitos anos da Tipografia³⁴¹ do Livro Verde, de *Jorge Seckler*, fundada em 1850 por *K. Knösel*, teve seu prédio de três pavimentos³⁴² construído em alvenaria de tijolos em 1909. O pedido foi encaminhado por *Maximiliano Hehl* destinado a comércio e moradia. No entanto as plantas mostram que além dos armazéns do terreiro, só havia salas nos andares superiores (Figura 182). Em 1917, aparece um pedido de construção³⁴³ de câmara escura (que parece ter sido indeferido³⁴⁴) pela "Casa Stolze", de fotografia (Figura 104), e, em 1920, há outro³⁴⁵ de obras gerais, tendo como interessado, o dono da Casa Stolze, *Gastão Jordão*. O proprietário do imóvel era a "Irmandade da Ordem Terceira do Carmo" e o construtor contratado o "Escriptorio Technico Augusto de Toledo, Engenheiros, Arquitetos". O projeto previu a abertura de uma porta deste prédio para o vizinho (12B – Casa Kosmos), conforme já visto. Em 1921, o mesmo interessado solicitou permissão para construção³⁴⁶ de W. C. e Câmara Escura. O imóvel foi tombado (fachada e volumetria) em 1991.

Figura 182. Planta e elevação do prédio que consistia de Rez do Chão, com armazéns, 1º andar, com nove salas e 2º andar, com cinco salas. AHSP/SOP 1909.000907.-

³⁴¹ Antônio Egydio Martins: *São Paulo Antigo*, p. 336.

³⁴² AHSP/SOP, CAIXA DE 1909.

³⁴³ AHSP/SOP, CAIXA DE 1917.

³⁴⁴ AHSP/SOP, CAIXA DE 1918.

³⁴⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

³⁴⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1921.

O **número 16** tem um registro no AHSP, em 1894, quando a empresa Pinto & Irmão³⁴⁷ pediu aprovação de planta (não anexada) informando estar a casa muito estragada. Em 1896, *José Fernandes Pinto* pediu licença para reformar a frente³⁴⁸ da casa e, em 1909, *Maximiliano Hehl* encaminhou novo pedido para aprovação de reforma de porta e janela³⁴⁹, trocando-as por duas vitrines largas. Junto com o **número 18**, formará o prédio que abrigou a Casa Alemã entre 1904 e 1909 (Figura 184). O **número 18** teve, em 1897, um pedido de licença aprovado que foi solicitado por *José Cândido Pereira* para construir um depósito³⁵⁰ de mercadoria ‘especial’, no fundo de sua loja de ferragens (Figura 183). Em 1900, *Bento dos Reis Pereira* entrou em atrito com os vizinhos do número 20 devido a uma parede³⁵¹ divisória ‘de terra’ em desagregação e danificada. O **número 18B** havia sido palco de um pedido de construção³⁵² de cozinha em 1902, por parte de “CAHEN & IRMÃOS”. Com a numeração **16, 18A e 18B**, tem-se o pedido, em 29/02/1904, de construção³⁵³ de prédio pelos senhores *J. Heidenreich e José Vollsach*. A frente media 22m (figuras 184, 185 e 186).

Figura 183. Depósito de mercadorias especiais no fundo do terreno. AHSP/SOP, Vol. 155, p. 18 (1897).

Figura 184. Casa Alemã – 1904 a 1909. Cinquentenário, 1933, p. 5, apud Barbuy, p. 211.

³⁴⁷ AHSP/SOP, Vol. 061, p. 65 (1894).

³⁴⁸ AHSP/SOP, Vol. 026, p. 16 (1896).

³⁴⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1909.

³⁵⁰ AHSP/SOP, Vol. 155, p. 17 (1897).

³⁵¹ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 18 (1900).

³⁵² AHSP/SOP, Vol. 325, p. 17 (1902).

³⁵³ AHSP/SOP, Vol. 382, p. 20 (1904).

Figura 185. Elevação do prédio que abrigou a Casa Alemã entre 1904 e 1909. AHSP/SOP, Vol. 382, p. 21 (1904).

Figura 186. Planta do mesmo prédio. AHSP/SOP, Vol. 382, p. 21 (1904).

Em 23/11/1909, novo incêndio destruiu o prédio. Este foi reconstruído em 1910³⁵⁴, ocupado novamente pela “Casa Alemã” (Figura 187) e mais tarde pela “Galeria Paulista de Modas” (Diagrama V), novo nome da Casa Alemã, que não podia mais usar o antigo em função da II Guerra³⁵⁵ Mundial. Como o incêndio afetou o imóvel do lote **número 20**, este também foi agregado à Casa Alemã com um prédio totalmente independente, porém com características similares (Figura 190) ao prédio principal. A reconstrução do edificio da Casa Alemã, então com os números **16-18-20**, ficou a cargo de *Carlos Ekman*³⁵⁶. Com esses três números encontramos em 1920 outro pedido de ‘modificação’³⁵⁷ do prédio da Casa Alemã’ assinado por “Brune & Hutzmann”, que teve dificuldade de aprovação. O prédio existe até hoje (Figura 188) e foi tombado com preservação de fachada e volumetria, em 1991.

³⁵⁴ Segundo Heloisa Barbuy, *A Cidade Exposição*, p. 214, a construção do novo prédio de n. 16 e 18 abrangueu também o n. 20, contudo só encontramos este no AHSP.

³⁵⁵ Pedro Luís Pereira de Sousa, *Casa Barão de Iguape*, p. 79.

³⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 78. Vide também Heloisa Barbuy, *op cit*, p. 224.

³⁵⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

Figura 187. Maquete do atual prédio da Casa alemã, de 1910 (n° 16 e 18). Cinquentenário, 1933, p. 5, apud Barbuy, p. 213.
 Figura 188. O mesmo prédio em 1914 com o estreito adendo do n° 20. Foto do autor.

Os números 20 e 20B, propriedades de *Arthur Archanjo* e *Joaquina do Rego Freitas*, tiveram o pedido para construção de prédio aprovado em Julho de 1900. Seus proprietários foram incitados pelo responsável do número 18 e preferiram a total reconstrução ao conserto. A Figura 189 revela a planta³⁵⁸ e a elevação do novo imóvel. Interessante é o fato que ao demolir o prédio, D. *Joaquina* passou a reclamar do vizinho do outro lado (n. 22), que tinha uma pequena saliência na parede divisória com o outro lote em que era coproprietária [20A], pedindo vistoria da prefeitura. Esta informou que a obra do número 22 estava de acordo com os requisitos, juntando inclusive a folha de cálculo³⁵⁹ das fundações. Em 1906, os novos proprietários do **lote 20**, “*Heydenreich Irmãos*” pedem aprovação³⁶⁰ de planta (frente: 3,6m). Com o incêndio do prédio da Casa Alemã, em 1909, o imóvel de **número 20** teve de ser reconstruído³⁶¹, incorporando-se àquela, como vimos. Tendo como interessados os Irmãos *Heydenreich* e como construtor *Jorge Krug*, foi mantida a entrada independente em relação ao prédio do 16/18 (Figura 190). Em 1915, tendo como interessado o engenheiro arquiteto *Luiz de Anhaia Mello*, encontramos o pedido de abertura de janela³⁶² em parede interna.

³⁵⁸ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 22 (1900).

³⁵⁹ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 25 (1900).

³⁶⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1906.

³⁶¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1910. A planta indica ter a frente 3,93m.

³⁶² AHSP/SOP, CAIXA DE 1915.

Figura 190. O estreito lote de número 20 foi desagregado do 20B e do 20A e se juntou ao prédio 16/18, mantendo porém total independência. A fachada, mais simples, procurou seguir a do edifício maior. Foto do autor de 2014.

Figura 191. Elevação e planta do número 20A de 4,25m de frente. AHSP/SOP, Vol. 325, p. 15 (1902).

O **número 20A**, também de propriedade de *Arthur Archanjo* e *Joaquina do Rego Freitas*, tem sua primeira solicitação anotada em 1902. Trata-se de pedido de alinhamento para edificação (Figura 191)³⁶³ de prédio. No despacho, lê-se: “*Sr. Diretor. Alinha pelo prédio à esquerda, mede frente 4,25m, andaime 5m. Está fora do perímetro das cocheiras. SP 23/04/1902.*” Ass. *F. Lacage*. Em 1916, a proprietária *Joaquina do Rego Freitas* entrou com pedido para construção³⁶⁴ do passeio e, em 1920, o ‘*Jornal do Comércio*’³⁶⁵ de São Paulo solicitou licença para limpeza da cantaria da fachada e empapelamento interno. Junto com o **número 20B** foi incorporado ao **número 22** na década de 1970 (figuras 192 e 193).

Figura 192. Nesse pormenor da foto, os lotes de números 20A/B estão separados do de número 22. Detalhe de foto da Revista Manchete, n. 521, 14/04/1962, p. 53.

Figura 193. Nesta foto os lotes 20A/B e 22 foram reunidos em um único prédio, de dois pavimentos, espremido entre o número 20 (o ‘puxadinho’ agregado ao 18/16) e o lote de n. 24, aqui já com as Casas Pernambucanas. Foto do autor de 2011.

³⁶³ AHSP/SOP, Vol. 325, p. 14 (1902).

³⁶⁴ AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

³⁶⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1920.

O prédio de **número 22** aparece nos registros do AHSP em 01/03/1900, quando a Seção da 'Polícia e Hygiene' da Prefeitura encaminhou intimação para que, no prazo de 48 horas, fosse procedida sua demolição³⁶⁶ por ameaçar ruína. Em abril desse mesmo ano o proprietário, *Manoel Joaquim Pinto da Rocha*, mandou construir um novo prédio de dois pavimentos, sendo no térreo um armazém e no andar superior, destinado à residência, quatro quartos, cozinha, sala e gabinete (Figura 194), com frente de 7,73m. Em 1915, *Júlio Micheli* entrou com pedido de mudança de fachada³⁶⁷, suprimindo dois pilares de alvenaria, fazendo com que a loja ficasse com uma só porta. O novo imóvel incluiu os lotes 20A e B (Figura 193).

Figura 194. Planta e elevação do n. 22 apresentada em 1900. Em 1915 foi feito o pedido para supressão dos dois pilares centrais, transformando a fachada que ficou com uma porta só. AHSP/SOP, Vol. 267, p. 07 e 27 (1900).

O lote de **número 24**, que um dia foi a “Ambrotopia Muller” e que foi vendido³⁶⁸ em 1894 pela “Cia. União do Comércio de São Paulo” ao *Conde de São Joaquim*, teve um pedido³⁶⁹ deste último, encaminhado à prefeitura em 1896 para refazer a frente do prédio de 10,37m, para o qual anexou planta e elevação (Figura 194). O requerente era *Manoel dos Reis Pinto da Rocha*. Em 1907, o proprietário *Antônio Augusto de Assis A. Dias* pediu licença para levantar o calçamento³⁷⁰ da rua para ligar água. O Sr. *Thomé de Oliveira* autorizou a obra e colocou como ‘Informação relevante’: “O calçamento da Rua Direita data do anno de 1903”. Em

³⁶⁶ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 07 e 27 (1900).

³⁶⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1915.

³⁶⁸ Arquivo Aguirra In Nelson Braghittoni, *Trabalho Programado IV*, p. 7.

³⁶⁹ AHSP/SOP, Vol. 112, p. 22 (1896).

³⁷⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1907.

1914, há um pedido, por parte de *Ferreira Vasconcellos*, para modificação³⁷¹ da fachada: “Quer transformar quatro portas em três maiores (Figura 196), não ‘bulindo’ nada no restante da fachada”. A loja era a “Casa Sloper Roupas Feitas e Confecções”. O pedido foi aprovado pelo Sr. José Sá Rocha.

Figura 195 Elevação do lote nº 24. AHSP/SOP, Vol. 112, p. 22 (1896), apud *O Centro de São Paulo há 100 anos*, DPH.

Figura 196. Elevação do lote de número 24, em 1914. As quatro portas da direita são transformadas em três de aço. AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

³⁷¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

O **número 26** tinha como proprietário, em 1909, *Claro Liberato de Macedo*, quando foi pedida a licença para a construção do novo prédio³⁷² de quatro pavimentos, com projeto de *Samuel das Neves*. Após a reprovação devido à insuficiência do ‘entre sol’ que deveria ter mínimo de 3,5m, novo projeto de fachada foi apresentado (Figura 197) e aprovada pelo Eng. *José Sá Rocha* da Prefeitura Municipal de São Paulo. Os lotes de números 24 e 26 se fundiram, mais tarde, num único prédio, depois ocupado pelas “Casas Pernambucanas” (Figura 193).

Figura 197. Rua Direita n. 26. O projeto de Samuel das Neves apresenta a elevação com frente de 12m, o pavimento térreo com dois armazéns separados e dois W. C.^s. a sobrelaja com seis lojas e dois W. C.^s. e o 1º e 2º andares também com seis lojas e dois W. C.^s. cada. AHSP/SOP 1909.000.909.

³⁷² AHSP/SOP, CAIXA DE 1909.

O **número 28** tinha como proprietária, em 1886, *Gertrudes Maria do Carmo*, que pagou de Imposto Predial apenas 50\$400 réis, o menor valor da quadra (Diagrama V). Em 1906, solicitou a retirada³⁷³ do ladrilho do passeio para desentupir o cano de água do telhado. *Gertrudes Maria do Carmo* faleceu em 1911, conforme vimos³⁷⁴ no Capítulo I, e nesse mesmo ano há um pedido de abertura de portas para a mudança³⁷⁵ provisória da “Camisaria Especial”, então na Rua Quinze de Novembro, por parte de *Alberto Oliveira Coutinho*. Em 1912, a “Cia Previdência Caixa Paulista de Pensões” entrou com pedido de construção³⁷⁶ do prédio, ainda existente, de cinco pavimentos, projetado por *Júlio Micheli* (Figura 198).

Figura 198. Elevação, planta do pavimento no nível da rua e do 1º andar. O 2º, 3º e 4º andares eram originalmente projetados para dormitórios. AHSP/SOP 1912.001.564.

É o seguinte o parecer do Sr. *José Sá Rocha*, de 15 de Janeiro de 1912:

Senhor Diretor. Entendo que será um prolongamento da Casa Barão de Iguape. Observo, entretanto, que os banheiros e W. C. tem entrada direta com os dormitórios, o que me parece vai contra as regras sanitárias, como as disposições do código de higiene. Concordo que os banheiros e W. C. fiquem à pequena distância dos dormitórios, por causa da comodidade, mas é óbvio que ter a sua entrada dependente do próprio dormitório vai longe...

Mas a resposta do Diretor de Obras, *Mello Freire*, em 16 de Janeiro de 1912, foi conclusiva: “Ao Eng. *Sá Rocha*: Pode ser aprovado assim mesmo”.

³⁷³ AHSP/SOP, CAIXA DE 1906.

³⁷⁴ Capítulo I: n. 33 de 1809.

³⁷⁵ AHSP/SOP, CAIXA DE 1911.

³⁷⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1912.

Em 1918, a “Cia Previdência Caixa Paulista de Pensões” entrou com pedido de modificação³⁷⁷ de fachada e, em 1919, solicitou licença para levantar³⁷⁸ o calçamento e ligação de água. Esse prédio foi depois ocupado pelas Casas Mousseline, que o nomeou ‘Edifício Mousseline’, e mais tarde, por muitos anos, pela Loja Ducal (Figura 199).

Figura 199. Show promocional de Natal da Ducal, na década de 1970, nas marquises do edifício Mousseline, ao lado das Casas Pernambucanas. Malim, p. 77.

O **número 30** aparece em 1903 com uma intimação³⁷⁹ da Junta de Hygiene para que fosse feita uma parede divisória cerceando a latrina. Junto com os números **32 e 34** formou o **Prédio Barão de Iguape**.

O **número 32**, onde estava estabelecido *Manoel Borges de Carvalho*, com joias e relógios, (Figura 200), em 1890, fez parte do Prédio Barão de Iguape, construído³⁸⁰ em 1910.

³⁷⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1918.

³⁷⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

³⁷⁹ AHSP/SOP, Vol. 351, p. 22 (1903).

³⁸⁰ AHSP/SOP, Vol. 351, p. 22 (1903).

Figura 200. Manoel Borges de Carvalho, relojoeiro, com loja de número 32, “EM FRENTE AO HOTEL FRANÇA”. Almanaque de 1890.

O **número 34** era a velha casa do *Barão de Iguape* ainda de taipa, que era considerada uma das melhores de São Paulo, pagando o maior valor de Imposto Predial da quadra e da rua: 600\$000 reis (Diagrama V), em 1886. Em 1907, houve um pedido de A. *Andrade* para alargamento³⁸¹ de porta que só foi concedido com o comprometimento deste de não aumentar a duração das paredes de taipa.

O **Prédio Barão de Iguape** foi construído por ordem da neta do Barão de Iguape *Ana Brandina Prado Pereira Pinto*, a *Condessa Pereira Pinto*. O pedido de construção³⁸² deu entrada na Prefeitura em 20/02/1910, tendo como solicitante *Francisco de Paula Ramos de Azevedo*. O prédio de cinco pavimentos (lojas, sobre lojas e mais três andares) media 28,6m do lado da Rua Direita, 28,3m do lado da Rua São Bento e 25,3m do lado da Rua da Quitanda. Assim que ficou pronto, esse prédio teve seus dois andares superiores alugados para o hoteleiro *Daniel Souquières* que nele instalou seu ‘Grand Hôtel de la Rotisserie Sportsman’ (Figura 251, Capítulo IV) . No térreo ficou estabelecida a ‘Casa Enxoval’, de vestuário feminino (Figura 201). Com o crescimento da loja de departamentos “Mappin Stores”, então localizado na Rua Quinze de Novembro, houve necessidade de um local maior e este se dispôs alugar³⁸³ todo o prédio. Em 1919, desalojaram a ‘Rotisserie Sportsman’ e a ‘Casa Enxoval’, sendo que, no acordo com esta última, tiveram que adquirir todo o estoque e em seguida liquidá-lo (Figura 202).

³⁸⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1910.

³⁸¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1907.

³⁸² AHSP/SOP, CAIXA DE 1910, embora tenhamos encontrado na caixa de 1914!

³⁸³ Zuleika Alvim; *Mappin, Setenta Anos*, p. 60. Conforme o texto, o contrato foi de 20 anos e o aluguel seria de 10 contos de reis por mês nos dez primeiros anos e de 15 contos de reis nos outros dez.

Figura 201. O Prédio Barão de Iguape, ainda com a 'Rotisserie Sportsman' e a 'Casa Enxoval'. Acervo da Casa Fretin, apud Barbuy, p. 109.

Figura 202. O Mappin liquidando o estoque da Casa Enxoval. Mappin, Setenta anos, p. 58.

Em 1919, tendo como interessado *Francisco de Paula Ramos de Azevedo*, encontramos um pedido de colocação de tapumes³⁸⁴ para a instalação da Casa Mappin. Esse prédio que era conhecido também como 'Segunda Casa Barão de Iguape', foi ocupado pelo Mappin até 1939. Foi demolido em 1956 e no seu lugar foi construído o atual Edifício Barão de Iguape³⁸⁵.

Fechando o quarteirão/quadra H, apresentamos na Figura 121 o trecho da planta do Gegran, onde adaptamos a numeração e os desdobramentos dos lotes, colocando acima um trecho da foto aérea do *Google Earth* do mesmo quarteirão. Como vimos, a demolição da Igreja da Misericórdia permitiu a estruturação de três lotes novos, que foram denominados de 10A, 10B e 10C/D. O lote de n. 20 praticamente desaparece, tendo o estreito trecho com a numeração original (20) colada ao 16/18 e o trecho maior (20A e 20B) se fundido ao lote 22.

Concluindo a quadra **H**, berço que foi de moradores ilustres como o *Barão de Iguape* e *Manoel Eufrásio de Azevedo Marques*, teve em seus 11 lotes (não contando os gerados pela demolição da Igreja da misericórdia), nesse período, uma importante loja de departamentos (Mappin Stores), uma grande papelaria (Jorge Seckler & Cia), duas lojas de fazendas e armarinhos (Casa Arenberg, depois sucedida pela Casa Kosmos, e Chalé do Pavão), dois barbeiros (*Manoel José Vieira Braga* e *Antônio Salvia*), uma vidraçaria (Casa da Raposa, precedido por *Antônio Baptista Teixeira*), os relojoeiros e joalheiros *Henrique Snell* e *João Suplicy*, o dentista *Dr. Mesquita*, um banco (Banco Alemão Transatlântico) e uma moradora

³⁸⁴ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

³⁸⁵ Pedro Luís Pereira de Sousa, *Casa Barão de Iguape*, p. 175.

perseverante, *Gertrudes Maria do Carmo*. Embora tenha tido uma expansão, com a demolição da Igreja da Misericórdia, essa quadra teve também quatro fusões (os lotes n. 30, n. 32 e n. 34, hoje Edifício Barão de Iguape, os lotes n. 24 e n. 26, hoje o prédio das Casas Pernambucanas, os lotes n. 20A, n. 20B e n. 22 e os lotes n. 16 e n. 18, Casa Alemã). Foi também a quadra de maior número de tombamentos (totalizando quatro: o Edifício Barão de Iguape, no n. 250, o da antiga Galeria Paulista de Modas, no n. 176/190, o anexo da mesma, no n. 196, e o prédio do atual n. 162, Figura 182).

Figura 203. Adaptação da Planta do Gegrar de 1974 (FAUUSP-BIBLIOTECA) mostrando os lotes da quadra 084, que batizamos de Quarteirão H. A numeração é a de 1886 e as dimensões estão em metros. Acima a imagem do Google Earth de 2008. Nota-se que o lote de número 20 ainda é mostrado como uma unidade, embora o n. 20A e o 20B tenham se agregado ao n. 22 e o 20 aos lotes 18 e 16. Montagem do autor.

2.7 O quarteirão G (atual Praça do Patriarca).

O quarteirão G, palco que foi das propriedades do *Brigadeiro Jordão* e de seus descendentes (lotes de números 36, 38 e 42), do *Barão de Itapetininga* e seus herdeiros, como o *Conde Prates* (lotes números 46 e 48) e ainda Convento do Carmo (n. 40 e n. 40A) e Mosteiro de São Bento (n. 44), teve algum progresso até o ano de 1911. Nesse ano foi promulgada a lei nº 1473 (10/11/1911) que declarava de utilidade pública todos os imóveis dessa quadra, para posterior demolição e construção da futura **Praça do Patriarca**, cujo término ocorreu somente em 1924. Após 1911, os pedidos de licença para reformas estruturais foram negados, sendo aprovados somente aqueles que contribuía para melhorar a higiene, como construção ou reforma de W. C, e aqueles relacionados com fachadas, como portas de aço, vitrines, etc.

O **número 36** foi conferido ao lote que, por suas dimensões relativas (maior pelo lado da Rua São Bento), quase nunca apareceu como pertencente à Rua Direita. No Almanaque de 1890³⁸⁶, revela a loja de chapéu de *João Adolpho Schritzmeyer* (Figura 204). Foi o único que teve reestruturação no período que antecedeu 1911 (Figura 208).

Figura 204. Colocação de trilhos de bondes na Rua Direita, cruzamento com a Rua São Bento, nos Quatros Cantos em 12 de Abril de 1902. À direita, o prédio do Barão de Iguape. Ao fundo o Largo São Bento. À esquerda, onde está Meyer e Cia, estava a loja de chapéus de João Adolpho Schritzmeyer. Acervo FPH Eletropaulo, nº 0239.

³⁸⁶ Almanach do Estado de São Paulo para 1890 por Jorge Seckler, p. 171: Rua Direita, Quatro Cantos.

O QUARTEIRÃO G* ONDE HOJE ESTÁ A PRAÇA DO PATRIARCA

Figura 205. Detalhe da Figura 212. Geraldo Sesso, p. 142

Figura 206. Duprat & Cia, apud Heloisa Barbuy, p. 191.

c. 1911

Figura 207. Fotografia desconhecida. Fonte: Jules Martin, p. 95.

Figura 208. Aurélio Becherini. Fonte: Pontes, 2003, p. 47.

***Evolução do Quarteirão/Quadra G em detalhes de fotos nos primeiros anos do século XX. A partir de 1911 nenhuma grande alteração nesses imóveis foi permitida, com exceção de mudança de portas, portanto podemos inferir que a imagem da Figura 208 tenha sido o cenário mais próximo daquele anterior à demolição que ocorreu nos anos 1920.**

O **número 38**, onde esteve a ‘Casa Aux 600.000 Paletots’, era um lote de dois lanços (Figura 206) que envolveu pedido de aprovação para construção de um prédio de quatro pavimentos, projetado por *Augusto Fried* (arquiteto, morador na Rua Brigadeiro Luís Antônio, 245), para instalação da ‘Nova Pharmacia Ipiranga’. Para tanto o arquiteto juntou plantas³⁸⁷ e elevação (Figura 209). A frente media 13,3m. O pedido tem data de 11/03/1912 e o despacho do Sr. *José da Rocha* (11/07/1912) informou que não podia construir em função da desapropriação em andamento. Em 1916, tendo como interessado *Manoel Teixeira*, e estando o prédio já propriedade da Câmara Municipal, foi concedida³⁸⁸ uma licença para alargar porta e trocá-la por folhas de aço. Em 1917, foi concedida licença³⁸⁹ para abertura de vala. Nesse mesmo ano há um pedido aceito para mudança de fachada no número **38A**. O contratado é o “Benvenuto Siviero & Filho” e o interessado era o “Salomão Bumaruf & Irmão”. Em 1918, outro pedido para mudança para porta de aço³⁹⁰ foi solicitado para o número 38, por “Ercole Laurenzano & Irmãos” e, em 1919, há pedidos³⁹¹ para construção de escada e conserto de passeio. O interessado em ambos os pedidos foi *Boris Wainberg*.

Figura 209. A ‘Nova Pharmacia Ipiranga’ no projeto que não pôde ser executado. AHSP/SOP 1911.000.1283-PR001.

³⁸⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1912.

³⁸⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1916

³⁸⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1917.

³⁹⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1918.

³⁹¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

O lote de **número 40** teve um pedido de aprovação³⁹² de planta em 1894, solicitado por *Renato de Queiroz*. Outro pedido de construção de prédio foi aprovado em 1900 (Figura 210). O proprietário era *Adolpho Gad* que contratou a empresa “Fried & Ekman” para o projeto³⁹³ e construção. O prédio se destacou dos envoltórios pelo seu estilo arrojado, com ‘frontão à flamenga’ (figuras 206, 207 e 208) e se manteve soberano na quadra G devido à proibição de novas construções, em função da Lei 1473. Era usado pela “Casa de Modas”³⁹⁴ Hubmayer”.

Figura 210. Prédio de Adolpho Gad, no número 40. AHSP/SOP 233, p. 100 (1900), apud ‘O Centro de São Paulo há 100 anos’, DPH, 2005.

³⁹² AHSP/SOP, 061, p. s/nº (1894),

³⁹³ AHSP/SOP, 233, p. 100 (1900), apud O Centro de São Paulo há 100 anos, DPH, 2005.

³⁹⁴ Heloisa Barbuy, 2006, p. 191.

Em 1900, o Sr. *Miguel Marzo* pede para construir³⁹⁵ dois cômodos na Rua Direita **número 40A** para uso como dormitório de dois filhos do locatário *Vicente Costabile*, dono da ‘Casa Costabile’, tradicional negócio de calçados, contando com oficina própria de consertos e depósito. A entrada para a parte residencial era feita através da loja de calçados. Um jardim separava as duas áreas e o único W. C. disponível servia para as duas funções. A planta foi aprovada pela prefeitura (Figura 211). Em 1919, Costabile solicitou alvará para reduzir³⁹⁶ de três para duas portas de aço e parece ter conseguido aprovação.

Figura 211. Rua Direita n. 40A. O Sr. Vicente Costabile tinha o negócio de calçados na frente do imóvel e mantinha sua residência nos fundos, após o jardim, com sala, um quarto, cozinha e W. C. Em 1900 foi autorizado a construir mais dois quartos (que aparecem à esquerda, em cinza) para moradia de seus filhos. (AHSP/SOP 267, p. 40).

Um ponto curioso é que a planta apresenta quatro portas, mas a Casa Costabile tinha apenas três portas (Figura 212). Em 1919, Costabile solicitou alvará para reduzir de três para duas portas de aço. Nessa época raramente eram concedidos os alvarás, pois já havia a lei para a construção da Praça do Patriarca. AHSP/SOP, Vol. 267, p. 40 (1900).

³⁹⁵ AHSP/SOP, Vol. 267, p. 39 e 40 (1900).

³⁹⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

O **número 42** aparece em 1896 com um pedido de *Manoel da Motta* para mudança de portas³⁹⁷ e divisórias. A frente mede 10,0m. Os números **40A, 42 e 42A** são, em 1912, propriedades da esposa do advogado *Joaquim Augusto de Camargo*, *Maria Guilhermina Rocha Camargo* e seu filho *João Antônio da Rocha Camargo* (Diagrama I), que entraram com pedido de demolição para construção de um prédio de cinco pavimentos em 22/03/1912. As plantas e elevação (Figura 213) estão assinadas pelo engenheiro civil *P. de Siqueira Campos* e a frente media 17,4m. A resposta negativa já era esperada e veio acompanhada de algumas assertivas³⁹⁸ em 19/04/1912:

Trata-se de prédio que deve ser demolido para a criação da praça onde deve desembocar o novo viaduto. Para a formação da praça já foram desapropriados três prédios: o de número 38, o de número 44, da Rua Líbero Badaró, e o de 46/48 da Rua Direita, esquina com a Rua Líbero Badaró, 40 e 42... Pela portaria 47 de 18/12/1913, foi mandado desapropriar o prédio do Conde Prates e, em 10/03/1913, o prefeito Raymundo Duprat restabeleceu a lei 1573, de 10/11/1911, de desapropriação dos prédios envolvidos na construção da praça, que deverá ser alinhada com a Rua da Quitanda.

Figura 212. As Quadras D e G nas proximidades do Viaduto do Chá (c. 1900) com o ambiente bucólico da região na época. Foto de autoria desconhecida, BMA/TSP (publicada em Geraldo Sesso, p. 142, embora como Rua São Bento). Original em DIM/DPH/PMSP.

³⁹⁷ AHSP/SOP 112, p. 19 (1896).

³⁹⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1912.

Vale lembrar também que durante a gestão do Prefeito *Washington Luís* (1914/1919) nenhuma desapropriação foi feita. O Prefeito *Firmino Pinto* (1920/1922) desapropriou³⁹⁹ os prédios restantes e formou a Praça do Patriarca. Portanto o prédio não foi construído, embora tenha havido uma nova⁴⁰⁰ tentativa, em 1914, para sua construção e um pedido aceito para colocação de vitrines⁴⁰¹ e de W. C., em 1917, bem como para construção⁴⁰² de passeio, em 1918. Neste, o interessado era *David D. Ferreira*. Já o pedido de modificação⁴⁰³ do barracão e construção do W. C. de *Quintino Moreira* foi barrado, devido à lei supracitada.

Figura 213. N° 42: Elevação e planta de outro projeto não executado em função da Lei 1473. AHSP/SOP, CAIXA DE 1912.

O **número 44** aparece nos arquivos do AHSP em 1890 quando *Antônio Leal* pediu alinhamento⁴⁰⁴ e licença para instalação de andaime. Em 1891, a proprietária⁴⁰⁵ era *Genoveva do Amaral*. Em 1901, “Conrado Sorgenicht & Cia”, proprietário da ‘Casa Conrado’, quis

³⁹⁹ Pedro Luís Pereira de Sousa: Casa Barão de Iguape, p. 21.

⁴⁰⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

⁴⁰¹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1917.

⁴⁰² AHSP/SOP, CAIXA DE 1918.

⁴⁰³ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

⁴⁰⁴ AHSP/SOP, Vol. 35, p. 17 (1890).

⁴⁰⁵ AHSP/SOP, Vol. 35, p. 56 (1890).

proceder a mudanças, aumentando⁴⁰⁶ o tamanho do prédio, e para tanto juntou planta e elevação (frente de 7,2m), que foram aprovadas (Figura 214). Em 1906, *Magalhães dos Reis* pediu licença para colocar uma vitrine⁴⁰⁷ no seu estabelecimento comercial. O pedido foi aprovado em 29/05. Em 1914 - tendo como interessado *Antônio Francisco Vieira de Andrade*, que foi intimado a abrir área para ventilar⁴⁰⁸ o W. C. existente – foi despachada a aprovação para a obra, a despeito da abertura da praça, pela necessidade e premência do problema. Ainda foram autorizadas duas pequenas obras⁴⁰⁹, em 1916: uma parede divisória, pedida por *Manoel Alves*, e a colocação de portas de aço, pedida por “*Luiz Pinatel & Cia*”. Finalmente, em 1921, *Amadeu Rodrigues* entrou com pedido⁴¹⁰ para transformar o café em armazém.

Figura 214. Ampliação do imóvel de número 44 em 1901, a pedido de Conrado Sorgenicht & Cia. AHSP/SOP, Vol. 297, p. 12 e 12A (1901).

⁴⁰⁶ AHSP/SOP, Vol. 297, p. 12 e 12A (1901).

⁴⁰⁷ AHSP/SOP, CAIXA DE 1906.

⁴⁰⁸ AHSP/SOP, CAIXA DE 1914.

⁴⁰⁹ AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

⁴¹⁰ AHSP/SOP, CAIXA DE 1921.

O **numero 46**, que junto com o **número 48** era propriedade do *Conde Eduardo Prates* até 1914, foi desapropriado pela Câmara Municipal de São Paulo. Em 1891, no AHSP/SOP encontramos um pedido de alinhamento para construção⁴¹¹ de prédio, assinado por *Rudolfo Muller*. A frente para a Rua Direita media 15,4m e para a Rua Líbero Badaró 10,9m. Em 1916, tendo como interessado o *Caetano Saposite*, há o pedido para construir⁴¹² cozinha, mictório e latrina. Em 1919, a viúva *Madeira* pediu e recebeu aprovação para reforma da parede divisória⁴¹³ irregular, pela qual foi multada.

Quanto ao **número 48**, em 1917 *Chahim Maluf* entrou com pedido para colocação de duas vitrines⁴¹⁴ na esquina da Rua Líbero Badaró e para trocar as portas comuns por portas de aço. O construtor era *Narciso Frediaci*. A imagem nessa esquina é apresentada na Figura 216, que une esse lote ao do Palacete da Baronesa, através da Rua Líbero Badaró, fechando o anel. Na Figura 215 espacializamos o quarteirão, utilizando as medidas encontradas nas plantas e elevações.

Figura 215. Esboço construído para esse quarteirão, utilizando as medidas das plantas.

⁴¹¹ AHSP/SOP, Vol. 35, p. 56 (1890).

⁴¹² AHSP/SOP, CAIXA DE 1916.

⁴¹³ AHSP/SOP, CAIXA DE 1919.

⁴¹⁴ AHSP/SOP, CAIXA DE 1917.

Concluindo essa quadra, que teve vida mais curta pela construção da Praça do Patriarca, foi propriedade de ilustres paulistanos (como *Barão de Itapetininga* e o *Conde Prates*) e local bucólico de moradia (Figura 54, Capítulo I), vimos que foi também palco de algumas empresas de relevo da época, como a Farmácia Ipiranga, a “Casa Conrado” de calçados, a “Casa Costábili” de ferragens (Figura 212) e a “Casa de Modas Hubmayer”, vizinha da “Casa Aux 600.000 Paletots” (Figura 206). Porém sem dúvida a mais famosa veio ser a loja de chapéus de *João Adolpho Schritzmeyer*, que ocupava um dos Quatro Cantos da movimentada região do Centro Velho (Figura 204).

O alargamento da Rua Líbero Badaró.

O alargamento da Rua Líbero Badaró afetou a Rua Direita no Quarteirão F, com a demolição do Palacete da Baronesa de Tatuí, então nas mãos do *Conde Prates*. Ao assumir a Prefeitura Municipal, em 1911, *Raymundo Duprat* encontrou diversas propostas de intervenção na área central e convidou o arquiteto *Bouvard*, já mencionado quando tratamos do Quarteirão B, para auxiliá-lo nas decisões difíceis que teria de tomar pela frente. No que tange à Rua Líbero Badaró, *Bouvard* era de opinião que todo o lado ímpar fosse demolido para a construção de um *belvedere* voltado para o Vale do Anhangabaú. Porém alguns poderosos proprietários desses lotes preferiam construir edifícios de grande porte, com fachadas tanto para a rua como para o Vale. Sem dúvida, o mais poderoso deles era o *Conde Prates*, dono⁴¹⁵ de 17 propriedades na Rua Líbero Badaró e de quase todo o Vale do Anhangabaú. Uma solução de compromisso foi então adotada com a construção de dois grandes edifícios, com um grande espaço entre eles, formando um terraço. Foi mantida a ideia da desapropriação do lado ímpar da rua, porém apenas para o alargamento desta (figuras 217 e 219), que ocorreu entre as ruas Direita e São João, sacrificando o Palacete da *Baronesa de Tatuí*, em 1913. Mas algumas consequências desse alargamento foram notadas por alguns autores anos depois. No Arquivo Histórico de São Paulo, Rua Direita, caixa de 1915, encontramos a seguinte correspondência:

Carta à Diretoria de Obras em 09/06/1915.

Os diários ‘A Nação’ e ‘O Combate’: Título: Querem fazer consertos no calçamento da Rua Direita: Cidadãos resolveram se cotizar e fazer, à sua custa, os reparos⁴¹⁶ urgentes e inadiáveis numa das principais e mais movimentadas vias públicas desta cidade. Assinado pelo ‘O Combate’ Nereu Rangel Pestana, 08 de Junho de 1915. Resposta: o Sr. Prefeito está aguardando o término dos serviços na Líbero Badaró para iniciar as obras da Rua Direita.

⁴¹⁵ Beatriz Bueno, ‘Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica’, p. 115.

⁴¹⁶ AHSP/SOP, CAIXA DE 1915.

De qualquer forma, o resultado final foi a construção de edifícios harmônicos, verdadeiros palácios, projetados por *Samuel das Neves*, com acabamento primoroso tanto do lado do Anhangabaú como da Rua Líbero Badaró (Figura 218), que se tornaram por muitos anos cartões postais da cidade.

Figura 216. Rua Líbero Badaró vista da Rua Direita. À esquerda o Palacete da Baronesa de Tatuí e à direita o imóvel de n. 48. Aurelio Becherini, apud Toledo, 1989, p. 73.

Figura 217. Demolição de o lado ímpar da Rua Líbero Badaró, tendo ao fundo o Palacete da Baronesa de Tatuí. Aurélio Becherini, apud Pontes, 2003(CD), 23L.

Figura 218. A Rua Líbero Badaró, em c. 1922, com os blocos do Conde Prates. Autoria desconhecida, coleção particular do autor.

Figura 219. Pequeno trecho do Morro do Chá, futuro Anhangabaú, mapa elaborado por Joao B. de Campos Aguirra (1917). Toledo, 1989, p. 54.

A conclusão da Praça do Patriarca.

Iniciada em 1911, como vimos, com a promulgação da Lei 1473, que desapropriou diversas casas das ruas Direita e Líbero Badaró, a Praça do Patriarca só foi concluída 15 anos depois, em 1926⁴¹⁷. O nome foi dado em homenagem a *José Bonifácio de Andrada e Silva*, Patriarca da Independência. No final da década de 1920, a ligação da Cidade Velha com a Cidade Nova, através do Viaduto do Chá, estava congestionada (Figura 148) e a construção do Viaduto Santa Efigênia (inaugurado em 1913) não amenizou o problema. Houve a necessidade de um novo viaduto. *Siqueira Campos* já revelava, em 1912, ao indeferir o pedido para construção de prédio no nº 42: “*Trata-se de prédio que deve ser demolido para a criação da praça onde deve desembocar o novo viaduto*”. O novo Viaduto do Chá, tornado realidade só em 1938, teve que ser construído sem a demolição do anterior, para não provocar um gargalo sem precedentes na região.

Arquivo/AE

Praça do Patriarca em 1925, recém-inaugurada.

Figura 220. A Praça do Patriarca foi alinhada com a Rua da Quitanda. O acesso vindo do vale permitia que os veículos atravessassem o Viaduto do Chá. Arquivo/AE.

⁴¹⁷ Carlos A. C. Lemos, In ‘São Paulo, 450 anos’, p. 347.

No final do século XIX e começo do século XX, São Paulo acusava um crescimento impar, devido a economia proporcionada pelas exportações de café. A cidade se transformava e se irradiava para fora do Velho Centro, buscando transpor os obstáculos naturais, como os vales e as várzeas. Nas palavras de *Hugo Segawa*:⁴¹⁸

Transformar a cidade não era apenas substituir a vetusta taipa pelo tijolo, trocar o beiral aparente pela platibanda ornada. A metamorfose pressupunha romper os limites do sítio de fundação da urbe, transpor as várzeas que cercavam o Triângulo e irradiar a cidade sulcando as periferias com ruas, avenidas e construções, multiplicando a riqueza que circulava com a pujança proporcionada pela preciosa rubiácea.

A conclusão do Viaduto do Chá, o alargamento da Rua Líbero Badaró e a remodelação do Vale do Anhangabaú alteraram as formas de se visualizar a cidade (Figura 220), tirando o centro das atenções do velho Triângulo, Direita, São Bento e 15 de Novembro, para um novo cenário descortinado pelas construções que se sucederam no Vale do Anhangabaú. Mas a cidade se desenvolvia e novo viaduto foi construído em 1938, como veremos no Capítulo III.

Fechando esse período que foi o de maior desenvolvimento da Rua Direita concluímos que, no balanço geral das quadras, houve a total extinção das construções em taipa, a primazia das duas primeiras edificações em concreto armado (o prédio do engenheiro *Francisco Notaroberto* e o primeiro arranha-céu de São Paulo, o Edifício Guinle), o primeiro viaduto da cidade, a primeira praça construída a partir da demolição total de uma área totalmente edificada e as obras dos palacetes Baruel, Tietê, Lara, Jordão e Carvalho, além do Prédio Barão de Iguape. Desses sobreviveu apenas o Palacete Lara. Embora não tenha sido o período mais concentrado em comércio de fazendas secas, contabilizamos ainda assim 16 imóveis, dos cerca de 40 lotes da rua, com esse tipo de negócio. Se for considerado todo o setor de vestuário (incluindo chapéus, sapatos, bolsas, etc.) e incluirmos as lojas de departamentos (Mappin Stores, Casa Alemã) esse número vai à cerca de 30, significando mais de 70% dos imóveis. Podemos também concluir que a grande maioria dos novos prédios foram projetados para abrigar lojas no andar térreo e salas para escritórios e consultórios nos andares superiores. Alguns poucos projetos que inicialmente abrigaram residências, foram rapidamente convertidos para salas, mais fáceis de alugar nessa área movimentada.

⁴¹⁸ Segawa, 2000, p. 15.

Capítulo III

CAPÍTULO III. A RUA DIREITA EM MEIO ÀS NOVAS CENTRALIDADES, COM BASE NO ARQUIVO MUNICIPAL DE PROCESSOS⁴¹⁹ (1924 – 1950).

No Capítulo II analisamos as mutações materiais e sociais ocorridas no período onde se desenrolou a grande transformação plástica da rua: praticamente foi nessa ocasião que se estabeleceram as formas e as imagens que se tem da rua nos dias de hoje. Devido a sua importância e centralidade, embora predominante a vocação de polo do comércio de vestuário, a rua serviu de espaço também para ‘novos negócios’. As grandes drogarias, como a Baruel e a Amarante; os negócios de eletricidade e os de seguros, como os instalados no Edifício Guinle; os grandes escritórios de empresas - como as de *Francisco Matarazzo*; instrumentos ópticos e musicais e emissores de rádio, no Palacete Lara; bares como a Confeitaria Fasoli e o Bar Viaducto; cinema e bancos – paulatinamente dominariam o espaço *a priori* e *a posteriori* ocupados por negócios de roupas, tecidos e calçados.

O novo período, agora analisado, se inicia no final do apogeu da Rua Direita, quando os negócios importantes ali centralizados (Mappin, Matarazzo, Banco Francês) iniciam sua transferência gradativa e durante todo o decorrer desse tempo, para áreas um pouco mais distantes da Sé, transformando o perfil de negócios da rua. É a primeira migração de negócios do centro. A rua se encurta, com a abertura da Praça do Patriarca, ganhando em movimento. Aos poucos as lojas de vestuário voltam a ocupar seus antigos rincões e a rua retorna à sua sina de comércio de fazendas, roupas feitas e vestuário, então de baixo preço. Os novos edifícios vão se adaptando às características das novas lojas (grandes magazines populares, obtidos a partir da junção de antigas lojas térreas em prédios tombados ou não) ou da verticalização necessária para a comercialização de conjuntos de salas nos pavimentos mais altos.

A pesquisa realizada no Piquerí é diferente da feita no AHSP, pois os arquivos não estão dispostos por rua e há a necessidade de saber o endereço completo, a periodização para localização dos processos e, principalmente, os nomes dos proprietários. Algumas vezes é necessário fornecer o SQL (Setor/Quadra/Lote) para essa localização. Portanto optamos por analisar apenas os prédios que não foram finalizados no período anterior ou que tenham sofrido mudanças radicais de fachada e as grandes construções. Ao invés de analisa-los por

⁴¹⁹ Divisão de Arquivo Municipal de Processos DAF.4, localizado na Rua da Balsa, 331, Freguesia do Ó, conhecido também como Arquivo Piquerí.

quadra, como feito nos capítulos anteriores, optamos por tratá-los cronologicamente para entender também a transformação plástica par e passo com os acontecimentos relevantes ocorridos na cidade, principalmente no Centro Velho, em função da evolução da economia e do desenvolvimento urbano. Duas novas e grandes alterações na numeração dos lotes da rua, registradas nos arquivos do AHSP, contribuem para enriquecer a análise: uma em 1928⁴²⁰ e outra em 1938⁴²¹, sendo esta última já pelo sistema em distância, que vigora até hoje (modificações posteriores também foram anotadas num livro específico⁴²² para isso). O início do período pesquisado no Piquerí se confunde com o da inauguração da Praça do Patriarca (1924) e se encerra com a construção do último grande edifício na rua (1977), então já sem motivação para a novidade e sem muitos recursos para a já não tão nobre missão da venda de vestimentas baratas.

3.1 A década de 1920.

Os primeiros vinte anos do século XX foram fundamentais para o desenvolvimento do centro de São Paulo e para as ruas do chamado ‘Triângulo’. As deficiências nos sistemas de transporte e de iluminação pública foram sanadas com o uso da eletricidade, principalmente nos transportes de massa, com a introdução dos bondes elétricos pela *Light*⁴²³. O centro de São Paulo transformou-se num imenso canteiro de obras, em razão dos alargamentos e retificações viárias que foram sendo feitas desde o início da gestão do prefeito *Antônio Prado* (1899/1911), o neto do *Barão de Iguape* (Diagrama I, Apêndice). Tudo financiado com a economia auferida com as exportações do café e outros investimentos delas decorrentes. No Capítulo II verificamos, lote a lote, essas mudanças na Rua Direita. Tecnologias novas como a do concreto armado e a instalação de elevadores permitiram o aumento do número de pavimentos das construções. A cidade crescia e se modificava parecendo-se cada vez mais com as dos grandes centros europeus.

A descrição de *Paul Latteux*, cientista francês, em sua visita⁴²⁴ a São Paulo, em 1910, dá a medida do processo:

⁴²⁰ AHSP, Serviço de Emplacamento, Rua Direita, AR-SÉ, Livro 13, p. 112, realizado em 13 de Março de 1928.

⁴²¹ AHSP, Serviço de Emplacamento, Rua Direita, AR-SÉ, Livro 24, p. 205 e 206, realizado em 05 de Fevereiro de 1938, e seus aditamentos de 1938 a 1960.

⁴²² AHSP, Serviço de Emplacamento, Rua Direita, AR-SÉ, Livro 19C, p. 208, com o título: ‘Emplacamento’, realizado de 1960 a 1982.

⁴²³ “*The São Paulo Railway, Light & Power Limited*”, cujos escritórios estavam localizados na Rua Direita, n° 7 (Figura 66, Capítulo II).

⁴²⁴ Paul Latteux, ‘*A travers le Brésil*’ In: Ernani Silva Bruno, *Memória da Cidade de São Paulo*, p. 160.

Em seu centro, São Paulo apresenta feição das mais animadas. Chegando-se ao Viaduto tem-se uma soberba perspectiva da cidade, à direita e à esquerda, o que permite avaliar sua grandeza. Mais adiante fica a Rua Direita, a mais bela e a mais comercial, orlada de lojas onde se encontram todos os gêneros de comércio. Depois ainda, as ruas 15 de Novembro, de São Bento, Marquês de Itu, etc., e a Avenida Paulista.

Mas esse período teria suas agruras e desatinos. A primeira Guerra Mundial (1914/1918) trouxe profundas alterações na cidade, uma vez que obrigou cortar temporariamente os elos com a Europa. Os navios de interligação que levavam café e traziam matéria prima começaram a rarear. A guerra paralisou o ritmo das construções. Voltou-se a usar materiais locais e velhas fábricas foram reativadas. Terminada a guerra, a Europa juntava os cacos e a alternativa então foi importar os produtos no mercado dos Estados Unidos. Começaram a aparecer novos artigos, como relógios de parede americanos, cadeiras de balanço, etc. A arquitetura passou a inspirar-se em padrões norte-americanos. Conforme costuma ressaltar o professor Carlos Lemos⁴²⁵, o pós-guerra de 1918 marca o verdadeiro início do século XX. Nessa época nascem os movimentos modernos de literatura, cultura, música e pintura. Os profissionais de São Paulo eram quase todos estrangeiros: agrimensores eram alemães; poetas eram franceses; a música era italiana (óperas); os boticários (farmacêuticos) eram raros e requisitadíssimos. Mestres de obra só os letrados, já que tinham que consultar livros e revistas, às vezes, em outro idioma. Todos esses elementos eram encontrados na década de 1920 com a pujança de uma cidade moderna. Estávamos no apogeu do Triângulo. Novas construções decorriam de novos negócios, como cinemas, por exemplo.

1927. O prédio do Cine Alhambra.

Como vimos no Capítulo II, o lote de número 43 - que um dia abrigou o sobradão do *Barão da Silva Gameiro* e pertencia a *Antônio Bernardo Quartim*, em 1886 - era propriedade, já em 1911, de *Manoel Pereira Guimarães*. Em 1927, *Manoel* entrou com pedido para construção do prédio do Cine Alhambra⁴²⁶, que começou a funcionar em 1928 (Figura 117, Capítulo II). Tratava-se de um prédio construído especificamente para a atividade cinematográfica, com estilo neo-mourisco, dotado de cerca de 700 lugares e saída de emergência para a rua de trás, a Rua José Bonifácio. Esta saída foi eliminada em 1933. O Cine Alhambra se tornaria um

⁴²⁵ As informações deste parágrafo são anotações de aula da disciplina do Prof. Dr. Carlos Lemos: A arquitetura do Café.

⁴²⁶ Arquivo Piquerí, processo 42770/1927.

ponto de interesse da sociedade paulistana, durante as décadas de trinta e quarenta, principalmente pela qualidade dos filmes ali exibidos, já que fazia parte, desde 1930, do ‘Circuito Serrador’ da Cia Cinematográfica Serrador. Contudo, a vocação da rua para o comércio de roupas falou mais alto e, em 1947, a Cia Cinematográfica Serrador entrou com pedido de licença para exploração do comércio simultâneo de roupas no local pelas Organizações Ribeiro de Roupas Ltda. (Lojas Garbo). O pedido foi indeferido pela prefeitura, alegando que o local não se prestava ao comércio de roupas devido ao baixo pé direito (3m contra 4m necessários para esse tipo de atividade). Mas em 17/10/1947 as Lojas Garbo/Serrador pediram reconsideração⁴²⁷ do despacho, alegando que licenças haviam sido concedidas, como, por exemplo, para a Casa São Nicolau (pé direito de 3,20m) e a Casa de Meias (pé direito de 3,00m), ambas na Praça do Patriarca. Além disso, alegaram que “*no salão, que é de estilo mourisco, foi instalado e funcionou durante muitos meses o ‘mais elegante salão de chá’ até hoje existente nesta capital*”. Em vista das alegações, a licença foi concedida e as Lojas Garbo se instalaram no saguão do prédio, fazendo com que as pessoas tivessem que por ela passar para acessar ou sair da sala de cinema. Contudo, em 19/05/1948 o vereador *Jânio Quadros* solicitou⁴²⁸ ao presidente da Câmara dos Vereadores que revogasse a autorização dada à Cia Serrador. Inúmeros pareceres fundamentam o longo processo (inclusive que alegavam o perigo que a população estava correndo em caso de incêndio, já que não havia mais a saída de emergência para a Rua José Bonifácio e a saída pela Rua Direita estava obstruída pela loja). *Jânio* não se calou e, em 1950, num novo pedido de informação sobre a situação do cinema, a prefeitura ordenou a redução da lotação para 565 lugares. Em 1951 há uma advertência da prefeitura para reduzi-lo a 285 lugares⁴²⁹, se não houvesse a franca passagem do público pelo interior das Lojas Garbo (Figura 221). O resultado em 19/10/1951 foi que se constatou que a passagem estava boa. Aproveitando-se disso, em 1952, o cinema aumentou para 732 lugares (lotação máxima), depois reduzida para 705 em 1953. Nessa época, o prédio do Cine Alhambra estava nas mãos de *Ana Pereira Guimarães*, esposa de *Manoel Pereira Guimarães*, que falecera em 1948.

⁴²⁷ Arquivo Piquerí, processos 79656 /1947 e 86397/1947

⁴²⁸ Arquivo Piquerí, processo 58864/1948.

⁴²⁹ Idem, ibidem

Figura 221. As LOJAS GARBO, de roupas para homens, se instalaram no saguão do Cine Alhambra, convivendo com este um espaço disputadíssimo pela multidão que diariamente passava pelo local. Detalhe da foto do jornal Última Hora (c. 1953), publicado em Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p.1321.

Em 19/08/1952, *Ana Pereira Guimarães* entrou com pedido de reforma da fachada (Figura 222), que seria realizada em 1957. Em 1954 há uma intimação para *Ana* atender o disposto no artigo 14/3 (Código de Obras) com o consequente pedido do cancelamento da intimação. Finalmente em 25/02/1955 há a ordem de fechamento das Lojas Garbo e estabelecimento de multa de Cr\$ 1000,00. No entanto, constata-se novo pedido de reconsideração datado de 25/03/1955. Em 20/09/1955 foi deferido o pedido de licenciamento, a título precário. Nessa época a loja já era mais importante que o cinema, rivalizando com outros estabelecimentos desse tipo situados do outro lado do Viaduto do Chá (R. Monteiro, Mesbla), para onde a própria Lojas Garbo se mudaria⁴³⁰. Em 1957 a proprietária entra com pedido⁴³¹ para reforma do prédio, já sem o cinema, contemplando três lojas térreas com paredes divisórias e duas na sobreloja (Figura 224). As obras ficaram a cargo da Construtora Debelian. Em 1958 é solicitado⁴³² o habite-se para as lojas (então com nova numeração): números 223, 227 e 231 e o Auto de Vistoria é assinado em 22/10/1958. As paredes divisórias foram retiradas no final do Século XX. O prédio do Cine Alhambra é tombado (fachada e volumetria) pelo Compresp, conforme resoluções 5/91 de 1991 (*Ex-officio*), ratificadas pelas resoluções 11/2 (2002) e 17/7 (2007), que tratam da área do Centro Velho (Tabela 4.2).

⁴³⁰ Beatriz Bueno, 2012, p. 72 e 73.

⁴³¹ Arquivo Piquerí, processo 205.011/57.

⁴³² Arquivo Piquerí, processo 152.236/58. O proprietário então é Ana Lebre Guimaraes (conhecida como 'Nicota', falecida em 1964).

Figura 222. A fachada do Cine Alhambra passou por diversas alterações ao longo dos anos. Em 1957 perdeu suas janelas tipo porta-balcão e passou para janelas retangulares, com exceção da do centro que, na realidade não foi modificada (vide Figura 223). Arquivo Piquerí, processo 205.011/57.

Figura 223. O prédio do Cine Alhambra não teve sua janela central alterada, conforme processo 205.011/57. Foto do autor, de 2011.

Figura 224. O andar térreo do prédio do Cine Alhambra foi dividido em três lojas e mais duas foram projetadas para a sobreloja. Arquivo Piquerí, processo 205.011/57.

Voltemos ao final da década de 1920. A Rua Direita nessa época combinava os locais de maior procura pelos intelectuais, políticos e artistas, com as lojas mais badaladas de São Paulo. Além disso, possuía o então famoso Cine Alhambra e o Bar Viaduto ("local de encontro das famílias da alta sociedade e da *'jeunesse dorée'* paulistana", no dizer de *José Castellani*⁴³³). A quantidade dos edifícios de arquitetura eclética situados na Praça da Sé e no Triângulo já era grande a ponto dos estrangeiros comentarem que havia uma sensação de se estar em Paris ou Nova York. Mas nem tudo eram rosas. Em Outubro de 1929 aconteceu a maior crise já vivida pelo capitalismo internacional. A bolsa de valores de Nova York entrou em bancarrota. As cotações das ações caíram vertiginosamente. O mundo assistiu a uma catástrofe e vivenciou-se o total descrédito das instituições financeiras. Os efeitos da crise trouxeram miséria e pânico para os Estados Unidos e a Europa. O nível de desemprego atingiu cifras alarmantes. No Brasil, os efeitos foram sentidos de maneira drástica na economia. O café, que representava 70% das exportações durante a década de 1920, perdeu em expressão. São Paulo, capital econômica do país e centro da aristocracia cafeeira foi atingido fortemente e necessitou de empréstimos externos para evitar a falência do setor cafeeiro. As construções paulistanas praticamente pararam em meio à paralisação da economia de São Paulo.

⁴³³ Jose Castellani, *São Paulo na Década de 30*, p. 23 e 138.

3.2 A década de 1930.

As consequências da depressão foram sentidas no centro de São Paulo. Para piorar a situação ocorrem mais dois golpes: a queda do Partido Republicano Paulista, com o impedimento de posse do paulista *Júlio Prestes*, e a Revolução Constitucionalista de 1932. Esgotavam-se as reservas econômicas, já abaladas pelo café, atingindo com violência a construção civil (Figura 225). Nenhuma grande construção foi realizada na década de 1930 na Rua Direita. Porém como a propaganda sempre foi a alma dos negócios, muitas fachadas foram reformadas, principalmente aquelas das propriedades de *Germaine Lucie Burchard*⁴³⁴, dona de diversos imóveis em São Paulo.

Figura 225. De 6900 casas construídas em 1928, na cidade de São Paulo, apenas 1600 foram construídas em 1932, atingindo o mais baixo nível da década. José Castellani, *São Paulo na Década de 30*, p. 94.

⁴³⁴ Germaine Lucie Burchard, Condessa Armand de Gontrant Byron, era filha de Martinho Burchard, imigrante alsaciano (natural de Alsácia, uma região entre a Alemanha e a França, atualmente nas mãos desta) que chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX e foi sócio de Victor Nothman nos negócios imobiliários, e casada com Roman Sanguszko, príncipe polonês refugiado, ligado ao grupo da família Spitzman, família Guinle e os irmãos Mendes Caldeira na CBI – Cia Brasileira de Investimentos (CBI – Esplanada, histórico. Celso E. Ohno, DPH – SMC – PMSP).

Lote número 25 de 1928 (35 de 1911 e atual 191, Edifício Direita).

Em 1933 ingressa na prefeitura o pedido de *Germaine Lucie Burchard* para reforma da fachada⁴³⁵ do edifício construído por *Ramos de Azevedo*: o edifício do Banque Française du Brésil. O andar térreo tem sua fachada remodelada, com a retirada das portas originais e a colocação das portas de aço, além de ser subdividido em duas lojas, uma para Casa Beethoven (instrumentos musicais) e a outra para livraria/papelaria Casa Espíndola (Figura 226). O processo se arrasta até 1935, quando foi concluído, e já em 1938 encontramos um novo pedido para reforma⁴³⁶ do prédio. Nesse mesmo ano, *Germaine Lucie Burchard* pede licença para demolir uma parede divisória⁴³⁷. Mas esse edifício não resistiria ao progresso e no final da década de 1940 cedeu lugar a um novo prédio construído nesse lote: o Edifício Direita (Figura 108). Com 12 pavimentos e após sofrer inúmeras alterações de projeto e alterações no dimensionamento dos elevadores em 1949, mereceu o Auto de Vistoria e habite-se (pedidos em 25/05/1950) concedidos⁴³⁸ em 16/06/1950.

Figura 226. O prédio de Ramos de Azevedo, como os demais prédios da rua, tem suas portas alargadas conforme mostrado nesta figura.

Arquivo Piquerí, processo 25216/30

⁴³⁵ Arquivo Piquerí, processo 25216/30

⁴³⁶ Arquivo Piquerí, processo 30138/38

⁴³⁷ Arquivo Piquerí, processo 16481/38

⁴³⁸ Arquivo Piquerí, processos 104336/50 e 63815/50

Lote número 29 de 1928 (39 de 1911 e atual 203).

O edifício mais antigo da Rua Direita, também propriedade na época de *Germaine Lucie Burchard*, teve o arquiteto *Sá Moreira* contratado em 1934 para reforma⁴³⁹. Em 03/04/1935 a proprietária solicitou licença para modificação da fachada e alvará para tapume.

Lote número 31 de 1928 (41 de 1911 e atual 213).

O prédio vizinho do número 29, da mesma proprietária, *Germaine Lucie Burchard*, e que posteriormente foi unido a este, teve o pedido de substituição⁴⁴⁰ da fachada em 1931, para ocupação das Lojas Reunidas (Figura 227). Em 31/08/1935, a proprietária entrou com pedido de reforma⁴⁴¹ para o número 31.

Figura 227. O prédio de seis janelas, cuja fachada (parte superior) subsiste até hoje, tombado que foi, incorporou duas novas portas e três vitrinas em 1931. Arquivo Piquerí, processo 052144/31.

⁴³⁹ Arquivo Piquerí, processo 69055/34

⁴⁴⁰ Arquivo Piquerí, processo 052144/31

⁴⁴¹ Arquivo Piquerí, processo 065484/35

A década de 1930 estava perdida. A retomada foi lenta, mas em ascensão. No processo de recuperação, uma constatação: iniciava-se o uso intenso do concreto armado, até então empregado⁴⁴² timidamente. O concreto armado passou desde então a ser usado nas edificações das camadas médias e um novo estilo de arquitetura surgiu dele decorrendo: o *Art Déco*. Abriu-se assim uma nova era da arquitetura paulistana, antecedendo ao advento do modernismo⁴⁴³. Na Rua Direita, o primeiro prédio a usar essa linguagem estética (em 1927) foi aquele que também fora o primeiro a utilizar o concreto armado (em 1908): o edifício do *Notaroberto* (Figura 132). Como prêmio dessa década, o Centro Velho e a Rua Direita ganharam uma nova ligação com o Centro Novo: o novo Viaduto do Chá (Figura 228), construído em concreto armado e em linguagem Art Déco. No final década de 30, o movimento no eixo da Rua Direita voltou a aumentar. Até os anos 1950, o aumento é lento, mas contínuo.

Figura 228. O novo Viaduto do Chá foi construído ao lado do antigo. A construção terminou em 1938 e aparece nesta imagem, junto ao outro, numa rara foto onde subsistem ambos ao mesmo tempo. Ao fundo o Prédio Barão de Iguape, de onde o Mappin se mudou para a Praça Ramos de Azevedo. Detalhe de foto de 'Memória', DPH, Eletropaulo, Out/Nov/Dez de 1992, p. 21.

⁴⁴² Carlos Lemos, *Alvenaria Burguesa*, p. 190.

⁴⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 190.

3.3 A década de 1940.

Em 1939 explodiu a Segunda Grande Guerra Mundial, que durou até 1945. O Brasil que se encontrava novamente em expansão sofreu outra vez com as fortes perdas de exportações de matérias primas. Por outro lado, a dificuldade de importar insumos básicos (petróleo, ferro) fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) decrescesse de uma média de 5%, vigente entre 1933 a 1939, para 3,6%, entre⁴⁴⁴ 1940 e 1945.

Figura 229. Multidão no Largo da Misericórdia lendo e comentando a notícia da rendição da Alemanha no painel do Palacete Lara. No térreo a Casa Bevilacqua, Pianos, Músicas e Instrumentos.
Arquivo Multimeios, Centro Cultural São Paulo, SMC/PMSP, Apud Malta Campos, p. 121.

Contudo o preço do café duplicou nesse período e o aumento das exportações de café e algodão para os Estados Unidos aliviou a balança de pagamentos. O Brasil acumulou divisas e manteve estável a taxa de câmbio. Mas a partir de 1943 (e principalmente em 1944), o Brasil entrou na guerra. Gente de todas as partes da nação, com a criação da FEB, juntou-se aos aliados no combate europeu. A apreensão das famílias brasileiras era compreensível e constrangedora. Com alívio receberam a notícia da rendição da Alemanha, em Maio de 1945. O painel do Repórter Esso, na esquina da Rua Direita com a Rua Quintino Bocaiúva (Palacete Lara), juntou grande multidão no Largo da Misericórdia, no anúncio do evento (Figura 229).

⁴⁴⁴ Hélio Bastos Jr. *Associação Comercial de São Paulo, 90 anos*, p. 63.

Algumas reformas ocorreram neste período, juntamente com o início de algumas construções, como a do Edifício Direita⁴⁴⁵. Neste período também ícones como o Edifício Guinle, Rua Direita n. 49, mudaram de mãos, este sendo adquirido pela Companhia Seguradora Brasileira, que o manteve até os anos 1970 (figuras 230 e 231).

COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA

FUNDADA EM 1921

SEDE: RUA DIREITA, 49 — SÃO PAULO

Edifício próprio

★

Capital integralmente realizado	Cr.\$ 10.000.000,00
Reservas mais de	Cr.\$ 38.000.000,00
Sinistros pagos desde a sua fundação em 1921, mais de	Cr.\$ 75.000.000,00

★

DIRETORIA:

Dr. Edgardo de Azevedo Soares	— Presidente
Dr. Alfredo Egydio de Souza Aranha	— Vice-Presidente
Prof. Dr. Antônio de Almeida Prado	— Diretor Secretário
Dr. José da Silva Gordo	— Diretor Tesoureiro
Dr. José Ermírio de Moraes	— Diretor Comercial

★

SEGUROS DE VIDA, FOGO, TRANSPORTES, AERONÁUTICOS, ACIDENTES PESSOAIS, TIQUETES, RESPONSABILIDADE CIVIL, FIDELIDADE E DOENÇAS

★

FILIAIS E AGÊNCIAS EM TODO O BRASIL

★

TELEFONES:

3-4592, 3-4593, 3-4594, 3-4595, 3-4596 e 3-4597

★

Endereço telegráfico "COSEBRAS" — Caixa Postal, 1798

★

Composto e impresso na Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda. — S. Paulo

AGORA QUE O SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL É OBRIGATÓRIO, VOCÊ PRECISA SABER QUEM É CAPAZ DE PROTEGÊ-LO BEM CONTRA TUDO E CONTRA TODOS.

ATÉ CONTRA VOCÊ MESMO.

Para dirigir seu carro, você precisa ter um bilhete ou uma apólice de seguro. A Companhia Seguradora Brasileira pode assumir todas as responsabilidades cobertas por ele. E sabe em que condições? Liquidando tudo imediata e integralmente e ainda deixando você escolher a oficina. Como o seguro de Responsabilidade Civil não protege o seu veículo, faça também o Seguro de Automóvel. Com os dois, você fica absolutamente resguardado. Contra terceiros, contra você mesmo, contra tudo. Na hora de consultar seu corretor, pergunte-lhe o que é ter a cobertura da Companhia Seguradora Brasileira. Patrimônio forte. Reservas fortes.

COMPANHIA
SEGURADORA
BRASILEIRA

Rua Direita, 49
Telefone 35-1121
São Paulo

Figura 230. A Companhia Seguradora Brasileira era constituída por diretores de elite da sociedade paulistana. Revistas dos Tribunais, 1947, contracapa.

Figura 231. 'Patrimônio forte, Reservas fortes', o lema da empresa. OESP, 07/01/1968, p. 2.

O edifício Guinle, que foi símbolo da Cidade Limpa, em 2007 (Figura 233), foi adquirido pela 'Mundial Calçados', em 1997, abrigando inicialmente a loja de calçados no piso térreo. Restaurado em 2010, voltou a ocupar alguns andares superiores, agora servidos por um elevador, e distribui um cartão postal comemorativo da restauração recente com o seguinte texto:

⁴⁴⁵ Vide página 211.

SÃO PAULO – EDIFÍCIO GUINLE & CIA. – RUA DIREITA, 49. O valor histórico deste prédio, construído entre 1913 e 1916, deve-se a dois fatores: foi o primeiro arranha-céu de São Paulo e o primeiro edifício de concreto armado do Brasil, precursor do processo de verticalização da cidade. Para a aprovação do projeto do arquiteto Pujol Júnior, de 8 pavimentos, totalizando 36 metros, foi preciso que Antônio Francisco de Paula Souza, diretor da Escola Politécnica, convencesse o prefeito Barão de Duprat da estabilidade da futura construção. O ecletismo da obra tem influência maior do estilo Art Nouveau austríaco. Os motivos florais e os caixilhos idênticos e simétricos conferem leveza e sobriedade ao edifício. Originalmente o prédio sediou o escritório paulista da família Guinle, concessionária do Porto de Santos. Em 1997 foi adquirido e restaurado pela Mundial Calçados.

O Edifício Guinle, por ter sido o primeiro prédio desse porte construído em concreto armado, foi objeto de estudos visando avaliar o estado das vigas de concreto, situação das ferragens, etc. Sem dúvida nenhuma, o Guinle se tornou um dos cartões postais de São Paulo. No cartão postal da Mundial (Figura 234), pode-se perceber como sua arquitetura se destaca dos prédios de três pavimentos construídos ao seu redor. Na entrada da loja, uma placa informa as características do prédio (Figura 232).

Figura 232. Placa afixada na entrada da loja da empresa Mundial Calçados. Foto do autor em 2014.

Figura 233. Revista Veja de 25/04/2007 escolheu o Edifício Guinle como modelo da Cidade Limpa.

Figura 234. Cartão Postal da Mundial Calçados. Coleção do autor.

Lote número 20A de 1928 (e de 1911, atual 200).

O proprietário nessa época era *Arthur René do Rego Freitas Ascagne* que pediu⁴⁴⁶ licença para reformar o prédio (reforma de fachada e alargamento de porta) em 1938. Em 1948 a empresa *Teca Ltda.* foi contratada⁴⁴⁷ para reformar a fachada do prédio. A interessada era *Apolônia Edith do Rego Freitas Ascagne* que recebeu o imóvel do espólio de *Joaquina Leocádia do Rego Freitas*. O inquilino era a *Casa dos Três Irmãos*, negócio de sedas (Figura 235). Ainda em 1948, *Apolônia Edith do Rego Freitas Ascagne* pediu revalidação⁴⁴⁸ da licença para aluguel de tapumes e voltou a pedir licença para reformar⁴⁴⁹ a fachada do edifício (atual n. 200) em 1953, desta feita devido à proximidade dos festejos do IV Centenário de São Paulo.

⁴⁴⁶ Arquivo Piquerí, processo 72815/38.

⁴⁴⁷ Arquivo Piquerí, processo 31449/48.

⁴⁴⁸ Arquivo Piquerí, processo 98699/48.

⁴⁴⁹ Arquivo Piquerí, processo 41131/53.

Figura 235. Antes de se agregar ao lote 22, junto com o 20B, o lote 20A passou por reforma na fachada em 1938. Arquivo Piquerí, processo 72815/38.

Lote número 22 (atual 200).

A proprietária do lote de número 22, *Amélia Pinto de Souza*, pediu licença para reformar⁴⁵⁰ o prédio em 1947 e construir marquise⁴⁵¹ para a ‘Teceragem Franceza’ (de sedas), em 1950 (figuras 236 e 237). A vistoria⁴⁵² para liberação da marquise foi feita em 1951. A ‘Teceragem Franceza’ comercializava cortes de tecidos, demonstrando a permanência desse ramo de negócios na Rua Direita, e era bastante procurada pelo pessoal mais abastado do interior. O Sr. *Horácio Caetano Jr.* (hoje com 78 anos), que ali trabalhava na década de 1950, nos contou que:

A tecelagem era francesa, mas o dono era português. Eu me lembro que os ricos fazendeiros, vindos do interior de São Paulo, compravam grandes quantidades de cortes de tecidos, para a confecção de ternos e vestidos, e sobrava para eu, com meus 16 anos, carregar enormes embrulhos até onde estava estacionado o carro deles, geralmente distante da loja, no Anhangabaú ou perto do Teatro Municipal.

⁴⁵⁰ Arquivo Piquerí, processo 23288/47.

⁴⁵¹ Arquivo Piquerí, processo 66749/50.

⁴⁵² Arquivo Piquerí, processo 71381/51

Figura 236. As figuras acima mostram a 'fachada existente' e a 'fachada a ser executada', apresentando as vitrines a serem colocadas no número 22. Arquivo Piquerí, processo 66749/50.

Figura 237. A planta apresenta as vitrines que foram colocadas no número 22. Arquivo Piquerí, processo 66749/50.

Terminava o período de ouro do Triângulo. Devido à sua centralidade, nesta época a Rua Direita foi a protagonista de negócios novos como a Óptica Lutz Ferrando, lojas de música (Casa Beethoven, Irmãos Vitale, Casa Bevilacqua) e grandes escritórios, como os das I. R. F. Matarazzo. Mas os melhores negócios migraram para o outro lado do então novo Viaduto do Chá. Para lá foram o Teatro Municipal, o Mappin Stores e a Biblioteca Municipal. Conforme Villaça⁴⁵³ “*O reinado da Rua Direita ocupou aproximadamente as três primeiras décadas do século XX. Já na década de 1940, as ruas que concentravam o comércio e os serviços da burguesia paulistana eram, em primeiro lugar, a Barão de Itapetininga e depois suas transversais e a Rua do Arouche*”. E emenda com o vaticínio⁴⁵⁴:

Teve início, então, o processo de bipartição do centro da cidade, o qual se concluiria na década de 1950; a parte do centro voltada para o sudoeste (além Anhangabaú) começou a abrigar as lojas, os profissionais liberais, os serviços de diversão, pessoais, etc. voltados para o atendimento às camadas de alta renda. Surgiu assim o ‘Centro Novo’ da cidade. Na Rua Barão de Itapetininga – o prolongamento além Anhangabaú da Rua Direita – passaram a se concentrar o comércio, os serviços e os profissionais orientados para o atendimento às camadas de mais alta renda. A área do Triângulo, abandonado pelas burguesias, ficou para as camadas populares.

Começava então os novos tempos da Rua Direita, os anos 1950, com amplo processo de verticalização para melhor aproveitamento dos lotes, já que, de qualquer forma, para se chegar do Centro Velho ao Centro Novo, era obrigatório passar pela Rua Direita.

⁴⁵³ Villaça, 2001, p. 264.

⁴⁵⁴ Idem, Ibidem.

Capítulo IV

CAPÍTULO IV. A RUA DIREITA NAS DÉCADAS DE 1950 A 1970 E O QUE DELA SOBROU NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA.

Neste capítulo tratamos do período no qual foram construídos os edifícios mais altos da Rua Direita. Analisamos também as consequências da propalada tentativa de revitalização com a abertura da sonhada 'Rua Direita Shopping Center', junto das possíveis razões para seu embrionário fracasso, e procedemos ao levantamento dos tombamentos ocorridos no período de 1988 a 1991.

4.1 A Década de 1950.

Essa década mostra-se extremamente mais efervescente que às anteriores pós 1920 em matéria de desenvolvimento: reformas e construções são retomadas, ocorrendo algo semelhante ao que vimos no início do século XX. Algumas fachadas foram refeitas em função do IV Centenário de São Paulo. Com exceção do Edifício Guinle, cujo 'Habite-se' foi dado em 1915, todos os edifícios de grande porte da Rua Direita foram construídos ou tiveram o 'Habite-se' a partir do ano de 1950, começando com o Edifício Direita do qual já tratamos na página 209. Era a retomada das grandes obras, então com um programa bem definido de lojas no andar térreo, sobrelojas e diversos andares para serem ocupados por escritórios e negócios em geral. A Tabela 4.1 ilustra esse fenômeno: as construções ocorreram entre 1950 e 1977.

TABELA 4.1 OS MAIORES EDIFÍCIOS DA RUA DIREITA

EDIFÍCIO	Nº DE PAVIMENTOS	ANO DO HABITE-SE
Guinle	8	1915
Direita	12	1950
Wadick Kyrillos	19	1950
Triângulo	20	1955
Santa Casa de Itu	12	1956
Barão de Iguape	37	1959
Petrela	7	1967
Condomínio Piratininga	18	1968
Tácito de Toledo Lara	10	1977

Lote número 10 de 1928 (120 de 1938, atual 114), esquina com o Largo da Misericórdia: o Edifício Wadick Kyrillos.

Desde 1931, o proprietário do lote número 10, parte do terreno que um dia acolheu a Igreja da Misericórdia, era *Álvaro de Souza Queiroz*, que então reclamou a área perdida para o município devido ao chanfro⁴⁵⁵ que lhe foi imposto na esquina. Em 1937 o inquilino do prédio, Sr. *Assad Reestom*, quis reformar a fachada⁴⁵⁶, mas não foi autorizado. Contudo, em 1938 conseguiu alvará para a supressão de uma coluna da fachada voltada para a Rua Direita. Em 1942 obteve alvará para construção de uma marquise⁴⁵⁷ voltada para o Largo da Misericórdia. Nesse mesmo ano ingressou com pedido de licença para reforma do prédio, contudo, não executada. Finalmente, em 1947, o novo proprietário *Américo P. Sammarone* entrou com pedido de construção de um novo prédio⁴⁵⁸. Documentos foram trocados ainda sobre o canto chanfrado, solicitando que fossem dispensados nos andares superiores. O projeto e construção ficaram a cargo do engenheiro civil *Abel Bighetti*. No Memorial Descritivo⁴⁵⁹ consta: prédio com subsolo, 19 pavimentos e ático, duas lojas, 17 salas e habitação para zelador (área construída: 3258m²). Em 1948 deu-se entrada ao Projeto de Modificação, em 1950 substituído por outro⁴⁶⁰ (Figura 238) sem alteração de área construída. Localizamos diversas trocas de correspondências a respeito das alterações no passeio, nas soleiras, etc. Finalmente, em 24/11/1950, foi feito o auto de vistoria⁴⁶¹ e expedido o habite-se (Alvará 24590, datado de 01/06/1950). Estava finalmente pronto o Edifício Wadick Kyrillos (Figura 239), um dos maiores edifícios da rua (Tabela 4.1), para onde vieram lojas de tecidos como a Casa Henrique (Diagrama V) e a Loja ERON (Figura 263), conhecida como ERONTEX. Neste estabelecimento, nos anos 1970 o Professor *Rafael Gamez Gamez* da Universidade Presbiteriana Mackenzie, aos sete anos de idade, ia com sua mãe pagar o Carnê da ERONTEX, que quitado tinha seu valor usado na aquisição de cortes de tecidos:

Quase sempre pela manhã levantava e, logo após o café, íamos para o ponto de ônibus pegar o de número 14 que saía da Vila Monumento e fazia o ponto final na antiga Praça da Sé, de frente para a Catedral. Como garoto esperto que eu era, sempre gostava de acompanhá-la, pois ao final dos afazeres ela comprava um pastel com caldo de cana na pastelaria que havia nas imediações da Rua Direita com a Quintino Bocaiúva.

⁴⁵⁵ Arquivo Piquerí, processo 021864/31

⁴⁵⁶ Arquivo Piquerí, processo 053765/37

⁴⁵⁷ Arquivo Piquerí, processo 048650/42

⁴⁵⁸ Arquivo Piquerí, processo 061125/47

⁴⁵⁹ Arquivo Piquerí, processo, capa 0.061.125/1947

⁴⁶⁰ Arquivo Piquerí, processo 008.045/50

⁴⁶¹ Arquivo Piquerí, processo 19598/50.

Figura 238. Planta baixa do Edifício Wadick Kyrillos. Arquivo Piquerí, processo 008.045/50

Figura 239. O edifício *Wadick Kyrillos* na *Rua Direita*, esquina do *Largo da Misericórdia*. Foto do autor, 2014.

O Edifício Triângulo.

O Edifício Triângulo teve seu processo iniciado nos primórdios de 1950. Já em 1951, *Oscar Niemeyer* autorizou o engenheiro *João Domingos de Toledo Piza* a movimentar o processo em andamento na prefeitura para a construção do referido prédio (Figura 240). O primeiro memorial descritivo, de 20/02/1952, assinado pelo Banco Nacional Imobiliário S/A e a Sociedade Civil Construtora Harding, mostrava as ‘dimensões’: (Frentes: Rua Direita, 17,25m; Rua José Bonifácio, 31,35m e Rua Quintino Bocaiúva, 21,85m). Área construída: 8200m² (cai para 7524m² no segundo memorial).

Figura 240. O arquiteto Oscar Niemeyer autoriza o engenheiro João Domingos Toledo Piza a movimentar o processo. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.023.686/53.

Figura 241. Carimbo da planta final. Idem ibidem.

Detalhes construtivos⁴⁶²: 21 pavimentos (cai para 20 no segundo memorial), com 21 salões e 11 lojas. Estrutura de concreto armado com mínimo de 300kg de cimento/m³ de concreto. Alvenaria de tijolos. Revestimento interno: duas demões de emboço e reboco. Externo: mosaicos. Pisos: tacos de peroba nas salas, mosaicos nos banheiros e mármore nos corredores e escadas. Esquadrias: madeira. Ferragens: fechaduras La Fonte. Cobertura: Eternit. Vidros transparentes ou martelados. Elevadores: Três, da marca Otis ou Atlas, para 15 pessoas, de 150m/min. com motor DC (corrente contínua). Hidráulica: caixa subterrânea com grande capacidade e sistema para proteção de incêndio. Elétrica: com previsão para instalação de aparelhos de raios-X. No Projeto Modificativo de 28/01/1953, então assinado por LUZ-AR Ltda. e *Oscar Niemeyer Filho*, além do Banco Nacional Imobiliário S/A (Figura 241), foi incluída a seguinte justificativa: “Constatou-se que a forma plástica do prédio ficará totalmente prejudicada com o recuo perimetral dos três últimos andares do edifício. Não foi encontrada nenhuma objeção no Código de Obras que justifique tal recuo”.

⁴⁶² Arquivo Piquerí, processo, capa 0.023.686/53.

Figura 242. Pedido de vistoria final do Edifício Triângulo. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.023.686/53.

Figura 243. Aprovação de vistoria final do Edifício Triângulo. Idem, ibidem.

Aprovada a obra, iniciou-se a construção que teve seu Auto de Conclusão/Habite-se liberado em 28/07/1955 (figuras 242 e 243), assinado pelo liquidante do Banco Nacional Interamericano, Sr. *Petrônio de Medeiros Guimarães*. Na Figura 244 é apresentada a planta baixa do edifício, cujas faces estão alinhadas com as três ruas que o ladeiam (face inferior: Rua Direita; face esquerda e superior: Rua José Bonifácio e face direita: Rua Quintino Bocaiuva). O Edifício Triângulo foi considerado o primeiro em Arquitetura Moderna (Figura 245) e recebeu um painel de pastilhas assinado por *Di Cavalcante* na entrada principal (Rua José Bonifácio, 24). Projetado estilo “*Manhatan*” em volume prismático e envolto por três tipos de vidro⁴⁶³, era dotado de “*brises*” que o protegeriam do sol. Contudo os “*brises*” não resistiram nem à inauguração⁴⁶⁴ e a consequência foi um prédio com enormes problemas de calor e manutenção. Na rua destaca-se em altura em relação aos outros prédios (Figura 255).

⁴⁶³ Jornal da Unicamp, 23 a 29 de 2003, p.5.

⁴⁶⁴ Informação prestada pessoalmente pelo Prof. Carlos Lemos, na época chefe do escritório de Niemeyer em São Paulo.

Figura 244. Planta baixa do pavimento térreo do Edifício Triângulo. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.023.686/53.

Figura 245. Detalhe de foto do Edifício Triângulo tomada a partir do Largo da Misericórdia. Eli K. Hayasaka, Laboratório de Temas, 08/05/2011 (baixada em 12/12/2013).

O prédio da Santa Casa de Itu (Rua Direita 235).

Com data de 14 de Agosto de 1950, tendo como interessado a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, localizamos o pedido⁴⁶⁵ de licença para iniciar a construção de prédio, assinado pelo provedor desta, *Joaquim Luís Bispo*. As plantas haviam sido entregues há algum tempo. A construção em concreto armado, cuja área total media 3586 m², ficou a cargo da “Sociedade Construtora Celbe Ltda”, nas mãos do engenheiro *Celso Pereira Mendes*, e teve seu início retardado devido a problemas para desalojar o inquilino Modas ETAM S.A. O pedido foi indeferido por prescrição, pois havia passado o prazo para o início das obras conforme a legislação em vigor. Nova apelação⁴⁶⁶ foi feita, então juntando ao pedido anterior o final do processo jurídico contra o inquilino mencionado. À vista do longo período demandado pelo processo, a autorização foi concedida. A demolição do prédio velho foi iniciada em 1/12/1950.

⁴⁶⁵ Arquivo Piquerí, processo 095896/1950.

⁴⁶⁶ Arquivo Piquerí, processo 106876.

Figura 246. Em 1955 foi dada entrada ao projeto substitutivo do prédio da Santa Casa.

Figura 247. A planta baixa do porão, da loja ao nível térreo e da 1ª sobreloja aqui são mostradas. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.063.338/55.

Novamente a construção se arrastou lentamente. Em 21/03/1955 foi dada entrada do pedido de Projeto Substitutivo, com inclusão de novas plantas (figuras 246 e 247), cortes e elevação (figuras 248 e 249). O prédio de 12 pavimentos, destinado a lojas e escritórios teve de obedecer à legislação da época que obrigava proceder ao recuo frontal dos pavimentos superiores, conforme a largura da rua, que nesse caso era de 9,7m. Conforme o Artigo 4º do Decreto-Lei 92 de 1941⁴⁶⁷, que alterava o Código de Obras, a altura da fachada deveria ser de no máximo $2,5 \times 9,7 = 24,25\text{m}$ (o fator 2,5 era válido para largura de rua de 9 a 12m). Em 24/09/1956, tendo concluído as obras do prédio, foi requerido o ‘habite-se’, concedido⁴⁶⁸ em 12/12/1956. Em 2004, estando em estado precário de manutenção (Figura 255), foi vendido e reformado.

⁴⁶⁷ José Eduardo de Assis Lefèvre: *De Beco a Avenida*, p. 214.

⁴⁶⁸ Arquivo Piquerí, processo, capa 0.156.176/56.

Figura 248. Corte longitudinal do prédio. A partir do quinto pavimento o recuo frontal segue a linha do ângulo de $68,2^\circ$, cuja tangente é 2,5. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.063.338/55.

Figura 249. Esboço da fachada do prédio. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.063.338/55.

O edifício Barão de Iguape.

No final da década de 1950 foi construído o edifício Barão de Iguape, de 37 pavimentos, o mais alto da rua (Tabela 4.1). Edifício Barão de Iguape, seu Memorial Descritivo revela o seguinte: Memorial Descritivo da Terceira Casa Barão de Iguape⁴⁶⁹:

Proprietário: Banco Moreira Salles S. A.

1. Projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 14/12/1956 – alvará nº 124.149.
2. As obras foram iniciadas em Abril de 1957 (Figura 250).
3. Edifício projetado de acordo com a mais moderna arquitetura pelos arquitetos *Skidmore, Owings & Merrill* de NY em colaboração com o arquiteto *Jacques Pilon*.
4. Destina-se o prédio em parte às instalações do Banco Moreira Salles, que ocupará 14 dos 37 pavimentos.
5. Os 37 pavimentos serão distribuídos: três subsolos; um pavimento de lojas; um de sobrelojas, 30 pavimentos padrão e dois do ático.
6. Sua altura ultrapassará o nível de do passeio na Praça do Patriarca em 114m e a área total é de 25.300,00 m².
7. Disporá o prédio de duas escadas rolantes e sete elevadores Atlas de comando e controle eletrônico, com a velocidade de 240m/minuto.
8. As esquadrias de suas fachadas serão em liga especial de alumínio anodizado, pesando c. 200 toneladas e vidros de cristal *Solar Gray*, absorvente dos raios infravermelhos.
9. Usinas de refrigeração e aquecimento serão instaladas em um dos subsolos para condicionamento do ar ambiente.
10. A estrutura de concreto armado executada pela Sociedade Comercial e Construtora S. A. emprega 700 toneladas de aço e um volume de 3000 m³ de concreto, apoiando-se sobre 28 tubos com 1,5 m de diâmetro que vão à cota de 24 m abaixo do nível da rua.
11. O revestimento das suas fachadas será totalmente em mármore branco e alumínio.
12. Os andares de uso do Banco disporão de sistemas automáticos para transporte de papeis e documentos, constituído de correios pneumáticos e esteiras transportadoras.

Esse edifício foi absorvido pelo Unibanco, junto com o Banco Moreira Salles, e hoje pertence ao Itaú-Unibanco.

⁴⁶⁹ Pedro Luís Pereira de Sousa, *Casa Barão de Iguape*, p. 175.

Figura 250. O Edifício Barão de Iguape em construção em c. 1958. Lembrança de São Paulo, 1959, p. s/n°.

Figura 251. Propaganda do 'Grand Hôtel de la Rotisserie Sportsman'. Almanaque de 1915 do OESP, p. 36.

4.2 A década de 1960.

A década de 1960 marcou a segunda migração das lojas do comércio fino da colina central. Bares e lojas chiques que inicialmente eram privilégio das ruas do Triângulo se transferiram para a região da Rua Barão de Itapetininga, atravessando o Viaduto do Chá. Nesse período surgiu uma terceira nova centralidade, a Rua Augusta, e a Confeitaria Fasano, por exemplo, com a matriz no Triângulo e filial na Vieira de Carvalho se mudou para o Conjunto Nacional, na Avenida Paulista. Junto com a Confeitaria Fasano migrou o comércio de luxo⁴⁷⁰, rumo à Barão e aos bairros-jardim. Os proprietários dos ricos lotes da Rua Direita já não mais os alugavam a lojistas de grande poder financeiro (Figura 252) e o jeito foi usar os lotes para, além das lojas do pavimento térreo, arrecadar mais com aluguel com salões para escritórios e consultórios nos andares superiores. Desde 1950 já surgiam grandes edifícios desarmonizando ainda mais a já não tão uniforme Rua Direita.

⁴⁷⁰ Nestor Goulart Reis, São Paulo, Vila, Cidade, Metrópole, p. 207.

Figura 252. Final da década de 1950. Lojas mais conceituadas como Marcel Modas⁴⁷¹, de Marcel Klasko, aos poucos vão deixando a rua. Gerodetti e Conejo, *Lembranças de São Paulo*, p. 51.

Figura 253. O edifício Condomínio Piratininga. Foto do autor, Abril de 2004.

Edifício Condomínio Piratininga, Rua Direita, 22, esquina com a Rua Quinze de Novembro.

O Palacete Tietê, construído em 1907, teve vida útil até 1960. Nesse ano o proprietário *Henrique de Toledo Lara* entrou com pedido de Alvará para a construção de um prédio de 18 pavimentos, com frente de 31,7m para a Rua Direita e 26,2m para a Rua Quinze de Novembro. O responsável técnico⁴⁷² pela obra foi o engenheiro civil *Diogo de Toledo Lara Filho*. A construção se arrastou por alguns anos e em 30/05/1968 o proprietário solicitou a emissão de ‘habite-se parcial’, então concedido (Figura 253).

⁴⁷¹ A Marcel Modas promovia no único canal de TV de São Paulo (PRF-3 TV TUPI-DIFUSORA) o clipe ‘A tentação do dia’, com Rosa Maria (Miss Objetiva) apresentando um produto da loja em oferta (agradecemos a colaboração do engenheiro Lisê Monteiro).

⁴⁷² Arquivo Piquerí, processo 136089/68

Edifício Petrela, Rua Direita, 11 e Praça da Sé, 20, 24 e 28.

Como vimos no Capítulo II, o famoso edifício Baruel, um dos cartões postais da cidade, construído em 1897, foi destruído por um incêndio⁴⁷³ em 28/07/1966. Conforme os arquivos do Piqueri⁴⁷⁴, em 04/08/1966 o Sr. *Afonso Guido Petrela* recebeu uma Intimação (nº 101421) que o notifica para demolir o remanescente do prédio incendiado, nos termos do Artigo 76 do Código de Obras de 1919 (OS 291-66). Em seu lugar foi construído o Edifício Petrela, de sete pavimentos (Figura 254). Não localizamos o processo dessa obra nos arquivos do Piqueri.

Figura 254. O edifício Petrela. Fotos do autor, Abril de 2004.

O substituto do Palacete Jordão (Rua Direita, 263).

O Palacete Jordão foi destruído por outro violento incêndio em 22/07/1966, conforme vimos no Capítulo II, seis dias antes do incêndio⁴⁷⁵ que destruiu o Edifício Baruel na mesma rua. No famoso lote do *Brigadeiro Jordão* foi construído um edifício de três pavimentos, ocupado atualmente pelas Lojas Marisa (Figura 255). Não localizamos o processo dessa obra nos arquivos do Piqueri.

⁴⁷³ Jornal O estado de São Paulo (OESP), 30/07/1966, p. 9.

⁴⁷⁴ Arquivo Piqueri, processo 143350/66

⁴⁷⁵ Jornal O Estado de São Paulo (OESP), 30/07/1966, p. 9.

Figura 255. Os três prédios construídos na década de 1950 (Triângulo, com 20 pavimentos, Direita, com 12 pavimentos e Santa Casa de Itu, com 12 pavimentos) dominavam o lado esquerdo da Rua Direita, enquanto apenas um prédio de três pavimentos substituiu o Palacete Jordão, no final da década de 1960. Foto do autor de Maio de 2004.

4.3 A década de 1970.

Na década de 1970 foi construído o último grande edifício da Rua Direita, o Edifício Tácito de Toledo Lara. Trata-se de um divisor de águas: a região, que já não era há muito o centro das atenções das autoridades, passou a ter pouca atenção também dos clientes. Algumas tentativas foram feitas para revitalizar a região (como a fracassada Rua Direita Shopping Center), sendo a ‘Ruas de Pedestres’ o único resultado prático obtido, como veremos.

Edifício Tácito de Toledo Lara, Rua Direita n. 66, esquina com Largo da Misericórdia n. 20.

Antes de analisarmos a construção do novo edifício, é interessante verificar os processos que antecederam a obra, começando pelo do ano de 1942. Nesse ano, a proprietária *Francisca de Toledo Lara* recebeu notificação⁴⁷⁶ de infração, em 10/03/1942, referente à marquise metálica da fachada (artigo 49 do Ato 663/34). Contudo, em 27/04/1942, foi tolerada⁴⁷⁷ a marquise. Com as grandes construções no entorno dessa quadra, na década de 1960 (Edifício Condomínio Piratininga e Edifício Petrela), o Palacete Carvalho, um prédio de cinco

⁴⁷⁶ Arquivo Piquerí, processo 3078/42

⁴⁷⁷ Arquivo Piquerí, processo 27171/42

pavimentos de arquitetura eclética, ficou desatualizado e algumas tentativas foram feitas para nova construção. Em Junho de 1964, a proprietária *Odila Oliveira de Toledo Lara* pediu licença para construção de prédio comercial⁴⁷⁸ com três lojas, sete andares, 13 salas/andar e apartamento para zelador. O engenheiro responsável foi *William Fortunato* (Figura 256). O prédio não foi construído provavelmente em função da conjuntura política da época.

Figura 256. Carimbo da planta apresentada em 1964. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.103.544/64.

Figura 257. Carimbo da planta apresentada em 1969. Arquivo Piquerí, processo 167500/69.

Em 1969 inicia-se um novo processo⁴⁷⁹ de construção. As novas características são: área 3935,7 m², 16 pavimentos com três lojas cada, três conjuntos no mezanino; dois conjuntos por andar (do 1° ao 11° andar), um conjunto por andar (do 12° ao 14° andar) e a casa do zelador no 15° andar, totalizado 32 salões. A responsabilidade do projeto foi então do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares (Figura 257). Há uma menção interessante no rodapé do processo, datado de 17/09/1969: “*Sr. José Baptista Gonçalves: A largura da Rua Direita é 12m, a Largura do Largo da Misericórdia 20m, da Rua do Tesouro; 8m, da Rua Quinze de Novembro: 15m, da José Bonifácio, 12m, da Rua Anchieta, 12m, conforme levantamento Aero Fotográfico da Vasp P2F13-20*”. Porém, na resposta do José Baptista: “*Há infração ao artigo 32 do Código de Obras, à Lei 6877/66 e à Lei 5114/57*”. As exigências foram atendidas em 11/12/1969. Em 22/12/1969 foi expedido o Alvará nº 246058:

⁴⁷⁸ Arquivo Piquerí, processo, capa: 0.103.544/64.

⁴⁷⁹ Arquivo Piquerí, processo 167500/69.

“Construir um prédio de 16 pavimentos e ático para três lojas, 11 escritórios, 22 conjuntos a apartamento para zelador, na Rua Direita n° 70 (25,5m), esquina com o Largo da Misericórdia (15,6m), com canto cortado de 3,5m, área de 3940m²”. Em 1972, Odila Oliveira de Toledo Lara entrou com pedido de demolição⁴⁸⁰ do Palacete Carvalho. O pedido foi assinado por Antônio de Toledo Lara Neto, em 29/02/1972. Com carta de 18/09/1973, os proprietários entraram com ‘Projeto Modificativo’, sem aumento de área (Figura 258). A prefeitura solicitou novo projeto de elevadores e cortes, obedecendo as plantas apresentadas em 12/11/1973. Em 03/01/1974 foi expedido o novo alvará, e a construção teve finalmente início. No entanto, a obra se arrastou por anos e só em 11/03/1976 a proprietária requereu o ‘habite-se parcial’, para que as três lojas do pavimento térreo pudessem funcionar, expedido em 24/03/1976. Finalmente em 11/07/1977 é solicitado o ‘Auto de Conclusão/Habite-se’⁴⁸¹, expedido em 15/09/1977 após a Vistoria (Figura 259), que demonstrou a redução da altura do prédio de 16 para apenas 10 pavimentos. O Edifício Tácito de Toledo Lara, cuja planta baixa apresentamos na Figura 260, acabou ficando com nove andares⁴⁸² (mais o térreo), disponíveis para locação em área total de 2376 m³, divididos em 18 conjuntos de 132 m². O prédio com entrada pelo Largo da Misericórdia n. 20 (Figura 261) consta na imagem da Figura 262.

Figura 258. Carimbo da planta apresentada em 1973. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.326.622/77.

Figura 259. Auto de Vistoria expedido em 1977. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.326.622/77.

⁴⁸⁰ Arquivo Piquerí, processo 81703/72

⁴⁸¹ Arquivo Piquerí, processo, capa 0.326.622/77.

⁴⁸² www.buildings.com.br, pesquisa imobiliária inteligente: 2571/Tácito Toledo Lara, acesso em 01/06/2014.

Figura 260. Planta baixa do Edifício Tácito de Toledo Lara. Arquivo Piquerí, processo, capa 0.326.622/77.

Figura 261. O edifício Tácito de Toledo Lara, com entrada pela Largo da Misericórdia n. 20. Foto do autor, 2004.

Figura 262. Edifício Tácito de Toledo Lara, em 2014. Foto do autor.

4.4 A Rua Direita Shopping Center.

Os anos setenta marcaram talvez o apogeu da decadência da Rua Direita. Investimentos de grande monta já não mais seriam aportados ao local, congelando novas construções. As camadas de maior poder aquisitivo há muito tempo já haviam deixado de frequentar o local para compras. Até 1940, a Rua Direita havia sido o mais importante centro comercial de São Paulo, ponto que ditava a moda⁴⁸³ e as tendências de então. Além disso, era o ponto mais importante de São Paulo na venda de tecidos finos que alimentavam os, ainda fortes, alfaiates e costureiras da época. Mas com a invasão dos comerciantes ambulantes, os chamados “marreteiros”, combinada com o afastamento das lojas de produtos finos (que se mudaram para outros locais, como a Barão de Itapetininga, Rua Augusta, Shopping Centers, etc.), foi-se também a população mais abastada, deixando a rua para os menos favorecidos buscarem mercadorias de baixo preço e qualidade duvidosa. Em 1973, a Rua Augusta se tornou o ‘Bulevar Augusta’ e os lojistas da Rua Direita se juntaram para reagir. A ideia era transformar a rua num bulevar, com calçadão ao invés de asfalto, e colocar vasos que a deixassem parecida com a Av. São Luís de então e que impedissem ou reduzissem o espaço dos “marreteiros”. Outra ideia era implantar um chafariz no Largo da Misericórdia, para fomentar a nostalgia dos velhos tempos, lembrando o chafariz do século XVIII. A proximidade da implantação do Metrô na Sé, pelo qual se esperava a adição de mais de um milhão de novos usuários para a área central, atçou os comerciantes que viram ali uma oportunidade de negócios e renascimento do comércio na rua. Uma comissão de trabalhos foi criada, constituída pelos seguintes⁴⁸⁴ lojistas de expressão: *Flavio José Soares* – Lojas Eron; *Romeu Lozi* – Lojas Buri; *Fabio Azambuja Filho* – Lojas Americanas; *Antônio Almeida* – Lojas Ducal; *Laercio Barbosa Pedroso* – Óptica Lutz Ferrando e *André Ronoy* – Modélia Modas. Segundo *Flavio José Soares*, que já havia conseguido Cr\$ 100.000,00 para investimentos na decoração da Rua Direita no Natal de 1973, a ideia foi torná-la novamente uma rua sofisticada⁴⁸⁵, uma espécie de *Carnaby Street* (rua famosa de modas em Londres). Nessa época, 12 das 16 grandes lojas sofreram reformas em suas fachadas e anúncios foram pintados com tinta vermelha, propagandeando fantásticas liquidações, mais tarde substituídos por painéis de neon.

⁴⁸³ Folha de São Paulo, 13/12/1973.

⁴⁸⁴ Folha da Tarde, 21/01/1974.

⁴⁸⁵ Folha de São Paulo, 13/12/1973.

O assunto prosperou e em Março de 1974 os lojistas encomendaram um projeto à Norton Publicidade: A ‘Rua Direita Shopping Center’. Conforme relatou⁴⁸⁶ o diretor de criação da Norton, Sr. *Hans Haudeschild*:

As mudanças não serão exageradas, mas inclui a retirada dos vendedores ambulantes, a transformação do leito da rua numa grande calçada com lajotões ‘São Paulo’ [um mapa do Estado estilizado], instalação de faixas de lona perpendiculares ao solo uniformizando o ‘teto’ da rua [sic], colocação de pórticos modernos nas cinco entradas da ‘Rua Direita Shopping Center’: na Praça da Sé, do Patriarca, Rua Quintino Bocaiúva, Largo da Misericórdia e Rua José Bonifácio, e instalação de um sistema de som que transmitirá música para toda a Rua Direita... Tudo isso vai ser reforçado com desfiles de moda em plena calçada, bandas de música, palhaços, mágicos e competições (essas últimas atrações são, naturalmente, para crianças), sempre obedecendo ao tema geral da mudança, definido pela Norton: Surge no coração de São Paulo o primeiro Shopping Center que merece esse nome: Rua Direita Shopping Center. Uma homenagem a quem gosta de comprar melhor, pelo menor preço.

Um ano depois, nada ainda havia sido feito⁴⁸⁷. A inauguração do Metrô foi adiada para 1976 e já não se acreditava nos novos ‘um milhão de usuários’. Alguns comerciantes achavam até que, com a aparente sofisticação da rua, inclusive a população de baixa renda seria afastada, não sobrando nenhuma camada social para consumo das ofertas de baixo preço. E o projeto fracassou... De qualquer forma, a rua ganhou um calçadão com placas de granito e piso de mosaico português (Figura 263), que não foi só privilégio seu, mas também de outras ruas e largos vizinhos no Centro Velho⁴⁸⁸. O início do funcionamento do Metrô e a determinação de valorizar o centro da cidade fez com que a administração do Prefeito *Olavo Setubal* se preocupasse com os pedestres, criando⁴⁸⁹ as chamadas ‘Ruas de Pedestres’, eliminando o leito carroçável e beneficiando primeiramente as ruas Direita e São Bento. Na época foram implantadas 1210 floreiras, 600 luminárias e postes, 220 bancos, 15 caixas de correio e 65 orelhões⁴⁹⁰. Em 1988 iniciou-se o tombamento de diversos prédios pelo Departamento de Patrimônio Histórico e, em 2004, o projeto ‘Cidade Limpa’ mostrou novamente as fachadas que, depois de recuperadas, resgataram as feições da arquitetura do início do século XX.

⁴⁸⁶ Jornal da Tarde, 14/03/1974.

⁴⁸⁷ Última Hora, 24/05/1975.

⁴⁸⁸ Ruas José Bonifácio, Quintino Bocaiúva, Miguel Couto, Senador Paulo Egydio, Tesouro, Álvares Penteado, Quitanda, Comércio e os Largos da Misericórdia, do Café e do Ouvidor e algumas ruas do Centro Novo.

⁴⁸⁹ Emurb – Ruas de Pedestres, Cidade de São Paulo, Janeiro de 1979, p. 6.

⁴⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 6 e 7.

Figura 263. Casa Turf, Casas Buri, Bevilacqua, Regência, Riachuelo, Seleção, Magazine Direita, ERON são lojas que aparecem nessa foto de Janeiro de 1979, que representa o calçadão, único resultado da iniciativa dos lojistas em promover ‘A Rua Direita Shopping Center’. Emurb – Ruas de pedestres, Cidade de São Paulo, Janeiro de 1979, p. 6 e 7.

4.5 Os tombamentos da Rua Direita.

Em 1968, através do artigo 128 da Constituição do Estado de São Paulo, regulamentado pela Lei nº 10.247, de 22/10/1968, foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT⁴⁹¹. Na época todos os exemplares arquitetônicos inscritos no Livro do Tombo Federal foram tombados “*ex-offício*” e novos bens de expressão cultural foram sendo incorporados ao universo tombado. A nível municipal, como não havia um órgão específico para esse fim, surgiu, em 1974, a iniciativa de se proceder ao inventário dos bens de interesse cultural e ambiental localizados na área central

⁴⁹¹ Emplasa/Sempla: Bens Culturais, Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo, p. 12.

da cidade. Deste inventário resultou a delimitação de áreas especiais denominadas Z8-200, incluídas na legislação de uso e ocupação do solo municipal, Lei 8328/75.

Dentro dessa área, dois prédios foram tombados pelo CONDEPHAAT, conforme já vimos no Capítulo II: a Igreja Santo Antônio, que já não faz mais parte da Rua Direita, e o Palacete Lara, cujo endereço oficial é Rua Quintino Bocaiúva n. 18.

Criado em 1985 e instalado em 1988, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP⁴⁹², pelas leis que o criaram, determinava, entre suas atribuições:

1. Deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis;
2. Definir a área envoltória desses bens e promover a preservação da paisagem, ambientes e espaços ecológicos importantes para a cidade, instituindo áreas de proteção ambiental.

Ainda em 1988, o prefeito *Jânio Quadros* (de novo ele, 40 anos depois!) promulgava o Decreto n° 26818 (09/09/1988):

Considerando ser um dever público a preservação de locais de valor histórico; Considerando a necessidade de pronta defesa do patrimônio histórico e cultural da comunidade paulistana com a adoção de medidas que evitem atos atentatórios aos interesses históricos; Considerando todo o potencial ambiental do Pátio do Colégio, o seu riquíssimo patrimônio edificado e ao amplo panorama que de lá se descortina; Considerando os notáveis aspectos histórico, paisagístico e simbólico daquele sítio tradicional; Considerando o patrimônio edificado de grande significação arquitetônica, edificado ao longo dos logradouros e vias de interesse e na circunvizinhança imediata, representado por edificações de variada tipologia formal e funcional, erguida no decorrer de quase um século; Considerando o mobiliário urbano as obras de arte instaladas nos logradouros a serem protegidos, e a sua dimensão simbólica de marco inicial do assentamento paulistano; Considerando que por sua especificidade e tradição, o local já é objeto de tratamento urbanístico diferenciado sob a rubrica de Z8-200, o que não obsta se erigido à bem tombado; Considerando que, à luz do artigo 180 da Constituição Federal, a disciplina do ato de tombamento pode ser feita por atos administrativos gerais e concretos, decreta:

Artigo 1º - Ficam **tombados, em caráter provisório**, os imóveis situados no perímetro que começa na confluência da Rua Vinte e Cinco de Março com a Rua Basílio Jafet [...] Pátio do Colégio, Praça da Sé, Rua Direita, Rua Álvares Penteado, Rua da Quitanda, [...]

Parágrafo único - Fica registrado que, no perímetro supra descrito, se encontra incluída a colina histórica onde se verificou a fundação de São Paulo. [...]

Artigo 3º - Não havendo impugnações ou sendo consideradas improcedentes as que houver, o tombamento provisório será convertido em definitivo.

⁴⁹² Informações disponíveis no site da Prefeitura: Conpresp, CIT – Cadastro de Imóveis Tombados, Coordenação Municipal de Cultura, prefeitura.sp.gov.br, em 14/10/2014.

TABELA 4.2 OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DA RUA DIREITA

LADO DIREITO					LADO ESQUERDO				
Nº*	SQL Denom.	Nível de preservação	Resoluções	OBS. QUADRA	Nº*	SQL Denom.	Nível de preservação	Resoluções	OBS. QUADRA
Rua Quinze de Novembro					Praça da Sé				
22 30 32 36, 46	1/86/38 Cond. Piratinunga	TOMB	TEO 5/91 Decreto 26818 (9/9/1988)	Esq. Rua 15 de Nov. 27, 33, 35	11	2/12/71 Edifício Petrela	AE	TEO 5/91	Esq. Praça da Sé 20, 24, 28
52, 60	1/86/11	TOMB	TEO 5/91 Decreto 26818	I	25	5/12/8	TOMB	11/2, 17/7 TEO 5/91	A
					33	5/12/7	AE	TEO 5/91	
66, 70, 78	1/86/113 Tácito de Toledo Lara	TOMB	TEO 5/91 Decreto 26818	Esq. Rua Álvares Penteado 14, 20	37 47 49	5/12/6 Guinle	TOMB FACH/VOL	11/2 17/7 TEO 5/91	
					53	5/12/5	AE	TEO 5/91	
					61 65	5/12/4 Torreão	TOMB FACH/VOL	11/2 17/7 TEO 5/91	Esq. Rua J. Bonif.
					Rua José Bonifácio (J B)				
Rua Álvares Penteado Largo da Misericórdia (B) →					73	5/5/19 Triângulo	TOMB FACH/VOL	17/7; 4/4; 7/90 TEO 5/91	Esq. Rua J B 8, 16, 24, 32 Q B 11 a 23
					79 85 89				
					Rua Quintino Bocaiúva (Q B)				
114	1/84/17 Wadick Kyrillos	AE	TEO 5/91	Esq. nº 15, do Largo da Misericór dia	115 119 123 133	5/4/13 Palacete Lara	PROC de TOMB	44/92 TEO 5/91	Esq. Rua Q B 16, 18 a 30 e JB 50 a 62
132	1/84/18	AE	TEO 5/91	H	137 141	5/4/12	AE	TEO 5/91	C
140 144	1/84/19	AE	TEO 5/91		151 159 167	5/4/81	AE	TEO 5/91	
150 158	1/84/20	AE	TEO 5/91		181	5/4/8	AE	TEO 5/91	
162	1/84/21	TOMB FACH/VOL	17/7; 11/2 TEO 5/91		189 191	5/4/7 Direita	AE	TEO 5/91	
176 190	1/84/22 Casa Alemã	TOMB FACH/VOL	17/7; 11/2 TEO 5/91		193	5/4/6	TOMB FACH/VOL	11/2; 17/7 TEO 5/91	
196	1/84/23 Anexo	TOMB FACH/VOL	11/2 17/7 TEO 5/91		203 207 213	5/4/80	TOMB FACH/VOL	11/2; 17/7 TEO 5/91	
200 210	1/84/71	AE	TEO 5/91		223 231	5/4/3 Alhambra	TOMB FACH/VOL	11/2; 17/7 TEO 5/91	
226	1/84/26	AE	TEO 5/91		235 239	5/4/2 S. C. Itu	AE	TEO 5/91	
240 246	1/84/27	AE	TEO 5/91		247	5/4/1	AE	TEO 5/91	
250 256	1/84/... Barão de Iguape	TOMB	37/92 TEO 5/91	Praça do Patriarca, 30 Rua da Quitanda 157	255 259 263 265 271	5/4/79 (140) (Jordão)	AE	TEO 5/91 SC 27/84 SC 29/86 SC 16/82	Esq. Rua São Bento, 92 96,100 104, 116
Praça do Patriarca					Rua São Bento				

ABREVIATURAS: **SQL**: SETOR/QUADRA/LOTE; **AE**: Área envoltória de imóvel tombado. **TOMB**: Imóvel tombado. **TEO**: Tombamento 'Ex-officio', ou seja, imóvel previamente tombado pelo Condephaat, ou usando as diretrizes deste. **TOMB FACH/VOL**: Tombamento com preservação de fachada e volumetria. **Principais resoluções**: 5/91 (1991): Ex-officio; 37/92 (1992): Vale do Anhangabaú; 11/2 (2002) e 17/7 (2007): Área do Centro Velho (Triângulo Histórico) e o Decreto Lei 26818 de 09/09/1988.

* Em negrito o endereço oficial.

Esse Decreto foi incorporado pelo CONPRESP como Resolução⁴⁹³, tendo sido objeto de alterações em outras resoluções.

Outra Resolução abrangente foi a 5/91 de 05/04/1991 que tombou “*ex-officio*” todos os imóveis anteriormente tombados pelo CONDEPHAAT. Já a Resolução 37/92 de 1992, focalizou os imóveis do Vale do Anhangabaú e as resoluções 11/02 de 2002 e 17/7 de 2007 focalizaram a área do Centro Velho. A Resolução 11/02 de 2002, ratificada pela de 2007, destacava:

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 10.032/85, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 10.236/86, conforme decisão da maioria dos Conselheiros presentes à 268ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de julho de 2002, e Considerando o valor histórico, social e urbanístico representado pelos vários modos de organização do espaço urbano que compõem a área central da cidade de São Paulo, destacando-se o Centro Velho; Considerando o significado paisagístico e ambiental assumido pelo Centro Velho ao longo da história da Cidade de São Paulo; e Considerando o valor histórico–arquitetônico, ambiental e afetivo de diversos imóveis localizados na área do Centro Velho e vizinhança, RESOLVE:

Artigo 1º - Abrir processo de tombamento, na área do **CENTRO VELHO**, dos seguintes elementos constitutivos do espaço urbano:

- a) Edificações identificadas no Anexo I;
- b) Praças e parques identificados no Anexo II;
- c) Obras de arte em logradouros públicos identificadas no Anexo III; e
- d) Viadutos identificados no Anexo IV.

A situação hoje pode ser vista na Tabela⁴⁹⁴ 3.2, que mostra que dos 32 lotes remanescentes da Rua Direita somente 14 estão tombados, e um em processo de tombamento, justamente o Palacete Lara, tombado anteriormente pelo CONDEPHAAT!

⁴⁹³ Ibidem, item: Resoluções.

⁴⁹⁴ Construída com base nas informações disponíveis no site da Prefeitura: Conpresp, CIT – Cadastro de Imóveis Tombados, Coordenação Municipal de Cultura, prefeitura.sp.gov.br, em 14/10/2014.

Conclusão

No século XVIII a Rua Direita foi palco e moradia de grandes negociantes detentores de impressionantes cabedais, conseguidos com as minas de ouro dos sertões, com o comércio de animais e tropas de muares, então único meio de transporte, e principalmente com o comércio de fazendas secas, nome dado na época aos tecidos vendidos a granel que permitiam aos alfaiates e costureiras a confecção de roupas e vestuário em geral. Já na primeira metade do século XIX os censos⁴⁹⁵ mostraram a predominância dos negócios de fazenda seca. As fotos de Militão de 1862, combinadas com os almanaques e memoriais da época, mostram a profusão de lojas de fazendas na rua, sempre junto de algum relojoeiro ou vidraceiro. No início do século XX a rua manteve sua vocação para o comércio de vestuário, mas devido a sua visibilidade, abrigou outros negócios novos (como cinemas, fotos e música) e empreendimentos de ponta (como escritórios de grandes empresas, por exemplo, as IRF Matarrazzo e Cia Docas de Santos dos Guinle). Com o surgimento de novas centralidades. Os melhores negócios foram migrando primeiro para a 'Barão' (Rua Barão de Itapetininga e imediações), depois para a Av. Paulista, em seguida para a Av. Faria Lima e Av. Berrini, numa constante mudança. Mesmo assim, até os anos 1940, a Rua Direita ainda era procurada pela 'classe A' para compra de tecidos finos, inclusive importados. Um interessante episódio ocorreu no imóvel do Cine Alhambra que ilustra tais mudanças. Construído para ser um cinema, acabou sucumbindo à loja de roupas Garbo, com a qual dividiu espaço de 1947 a 1956. Aos poucos os edifícios também foram tendo suas lojas se transformando em negócios de vestuário barato e hoje a rua contempla apenas estes e uns poucos bancos, em meio a introdução de *megastores* de eletrodomésticos como o Magazine Luiza, no prédio do antigo Cine Alhambra. Entre os anos 1970, construíam-se prédios de grande porte, geralmente propriedade de famílias, como os *Petrela* e os *Toledo Lara*, com grandes lojas no térreo e inúmeros salões e conjuntos para escritórios e consultórios para aluguel nos andares superiores. Mas o interesse pelas Avenidas Faria Lima e Paulista paulatinamente fez com que esses últimos investidores migrassem. Nos anos 1970 houve ainda uma tentativa de recuperar a rua, que não vingou com a exclusividade pretendida, mas propiciou a implantação das 'Ruas de Pedestres' do prefeito *Olavo Setubal*, que beneficiaram até hoje a região. Depois, em 1988, começou o processo de tombamento dos principais edifícios. Mas a decadência continuou. Até mesmo a conhecida confeitaria sucumbiu: *Aloha* (Figura 264), que foi objeto de artigo na revista *Veja SP* de 28/09/2005:

⁴⁹⁵ Nelson Leopoldo Braghittoni, Trabalho Programado n° 1, censo de 1814, p. 20; censo de 1817, p. 25; censo de 1822, p. 28, etc.

Aloha – Coffee & Bakery – a vitrine chama a atenção de quem passa pela agitada Rua Direita. De bandeja na mão, a clientela titubeia diante da variedade de pães. A massa, leve e úmida, ganha recheios doces e salgados. Fazem sucesso o pão de chá verde com gotas de chocolate e os deliciosos pãezinhos enformados, de palmito ou goiabada, cuja receita é guardada como segredo pelo padeiro taiwanês Yih Te. À preços entre R\$ 2,00 e R\$ 2,80 cada um, eles podem ser levados para casa ou provados ali mesmo, em parceria com um expresso (R\$ 1,50), numa das mesinhas do salão climatizado. **Rua Direita, 240, centro, tel. 31018708, Metrô Sé...**

Figura 264. A Confeitaria Aloha, no número 240, e seu interior. Fotos do autor de 27/12/2005.

Em 2013, cedeu lugar a uma loja de roupas populares (Figura 265), de nome ‘Manilha’⁴⁹⁶, no local que um dia foi a residência de dona *Gertrudes Maria do Carmo* e de seu sobrinho *Jesuíno Franco de Oliveira*, e que foi também sede das Casas Mousseline, da Ducal (“**duas calças** e um paletó”) e da Riachuelo. Da mesma forma um dia o “*mais elegante salão de chá da capital*” pouco durou no saguão do Cine Alhambra.

A inexorável vocação mercantilista de vestuário imperou, só que nas mãos dos marreteiros que passaram a se aglomerar no local. As lojas, por sua vez, passaram a rivalizar com eles espaço, avançando na rua com seus tabuleiros, disputando corpo a corpo com os clandestinos. Enfim, em pleno século XXI, predomina a vocação mercantilista da rua, mas agora de vestuário de baixo preço e qualidade, ceifando todo o charme de outrora, época que havia a Radio Record, o Bar Viaducto, o Mappin, o Banco Francês, os escritórios das IRF Matarazzo, a Marcel Modas, a Casa Alemã e outros tantos negócios de qualidade.

⁴⁹⁶ Conforme o Dicionário da Arquitetura Brasileira de Corona & Lemos, p. 311, “Tubo de barro usado nas canalizações subterrâneas, geralmente vidrado, servindo para desvios dos líquidos residuais... efluentes das fossas sépticas ou de poços negros”.

Figura 265. A Confeitaria Aloha já não faz mais parte do calçadão da Rua Direita. Em seu lugar veio a loja de vestimentas Manilha. Foto do autor, Janeiro de 2014.

Figura 266. Do prédio mais antigo da rua que, junto com o de seis janelas, forma o lote SQL 5/4/80 só sobrou a parte superior da fachada. Foto do autor, Janeiro de 2014.

No centro das atenções, a Rua Direita atraiu memoráveis obras como o Edifício Triângulo de *Oscar Niemeyer*, duas obras do escritório de *Ramos de Azevedo* (Banco Francês e Barão de Iguape), cinco palacetes que se tornaram cartões postais da cidade (Tietê, Lara, Carvalho, Baruel e Jordão) e as duas obras pioneiras em concreto, o prédio do eng. *Notaroberto* e o primeiro arranha-céu de São Paulo, o Edifício Guinle. Se considerarmos este último, podemos afirmar que, se São Paulo teve ‘Três cidades em um século’, como *Benedito Lima de Toledo* a batizou, a Rua Direita as teve em apenas 17 anos, pois o imóvel do atual endereço do Edifício Guinle, Rua Direita n. 37, teve a transformação de taipa para alvenaria de tijolos em 1895 e a de alvenaria de tijolos para concreto armado em 1912!

De qualquer forma a produção material na Rua Direita (e no Centro Velho) continuou sendo um bom negócio para os proprietários dos imóveis, caso contrário não teriam construído oito arranha-céu entre os anos 1950 a 1977 e não estariam promovendo verdadeiras ginásticas de engenharia para, preservando a fachada quando necessário, reformar grandes edifícios como o próprio Edifício Guinle (Figura 234), ou refazendo grandes áreas, transformando-as em magazines de vestuário de grande porte, como ocorreu no imóvel da Rua Direita n. 203 (SQL 5/4/80) (figuras 267, 268 e 269), demolido para reconstrução sem alteração de fachada (Figura 266).

Figura 267. Foto do Google Earth de 15/07/2011 mostrando a demolição realizada nos prédios SQL 5/4/80.

Figura 268. Em reconstrução em 23/08/2012 (Rua Direita n. 203).

Figura 269. Pronto em 09/03/2013. Atualmente abriga as lojas Torra.

FONTES CONSULTADAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP):

Censos de 1765, 1767, 1776 (APESP 030 012 001), 1798 (032 020 007), 1802 (033 003 012), 1804 (033 010 001), 1813 (035 001 001), 1814 (035 002 001), 1815 (035 008 001), 1816 (035 012 001), 1817 (035 019 001), 1822 (036 015 010), 1836 (037 011 001); Décimas Urbanas de 1809 e de 1829 (LATA CO9877); Inventário: Inventários e Testamentos não publicados, APESP CO532, caixa 55: Manoel Mendes de Almeida (1756).

Arquivo Histórico São Paulo (AHSP), antigo Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMWL):

Serie Obras Particulares (OP), Documentos Encadernados (1889 a 1906) e Caixas (1906 a 1921).

Listas de Emplacamento da Rua Direita: livro 13, p. 112, 13/03/1928; livro 24, p. 205/206, 05/02/1938 e livro 19C, p. 208, 1960 a 1982.

Arquivo Aguirra (Coleção João Baptista de Campos Aguirra) – Museu Paulista da USP, Fichas manuscritas da Série Inventários, Rua Direita de 1676 a 1943.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

Actas da Câmara Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, diversos volumes.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1937 (Vol. LXII, Recenseamentos 1765 e 1767).

Almanaques e Memoriais:

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de S. Paulo para o Anno de 1857. Organizado e redigido por Marques & Irmão. São Paulo, Typografia Imparcial, 1856. Edição fac-similar.

Memorial Paulistano para o anno de 1862. Typografia Imparcial de J. R. de A. Marques. São Paulo.

Memorial paulistano para o anno de 1863. Typografia Imparcial de J. R. de A. Marques. São Paulo.

Almanak da Província de São Paulo para 1873. Organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Edição fac-similar.

Almanach Administrativo, Commercial e Industrial, Província de São Paulo para o Anno de Bissexto 1884. Organizado por Francisco Ignácio Xavier de Assis Moura. São Paulo, Jorge Seckler, 1883.

Almanach do Estado de São Paulo para 1890 por JORGE SECKLER. São Paulo, 1890, Editores-Proprietários Jorge Seckler & Comp.

Completo Almanak Administrativo, Commercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895. Contendo todos os municípios e Distritos de Paz. Reorganizado segundo Decreto por Canuto Thorman. São Paulo, Cia Industrial de São Paulo, 1895.

Almanach d' O Estado de São Paulo para 1915. OESP, 1915.

GENEALOGIA

Marques, Manuel Eufrásio de Azevedo, *Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo até o ano de 1876.* Edição Itatiaia, 1980.

Paes Leme, Pedro Taques de Almeida, *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp: 1980.

Silva Leme, Luís Gonzaga, *Genealogia paulistana* (Online e DVD). São Paulo: Macromedia, 2002.

Brotero, Frederico de Barros, *A Família Jordão e seus afins: Aditamentos a Silva Leme*, São Paulo: Bentivegna, 1948.

MUSEU DO TELEFONE

Listas Telefônicas de Endereços de 1950, 1961, 1970/71, 1982/84, 1990/91 e 1996/98.

JORNAIS E REVISTAS:

ACERVO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

CORREIO PAULISTANO

JORNAL DA TARDE

JORNAL ÚLTIMA HORA

REVISTA VEJA

FONTES CARTOGRÁFICAS:

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - RJ

Bresser, C. A. Mappa da cidade de São Paulo: oferecido a sua Magestade pelo Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva [S/ data, provavelmente 1844]

Objeto digital: cart. 225740 HD-066 DVD-1095 06/2009.

Hemeroteca Digital Brasileira

MUSEU PAULISTA -USP

Planta cadastral e Commercial da Cidade de São Paulo 1910/1 (MAPA DOS BONDS). Editores Thomas & Cia. Coleção Aguirra (IC6114)

AHSP

Cidade de São Paulo 1881/2 (Cia Cantareira) IC5509

FAUUSP

Planta de São Paulo – Huet de Bacellar, 1893

Voo Vasp, 1945.

Planta Gegrán, 1974

FONTES SECUNDÁRIAS

ALAMBERT, Clara Correia d'. *Um novo modo de construção no limiar do século 20 – Concreto armado; experiências técnicas, especulações estéticas*. Revista SINOPSES, n° 39, Abril 2003, FAUUSP, São Paulo.

_____. *O palacete do engenheiro Francisco Notaroberto*. Trabalho Programado II, FAUUSP, Janeiro de 2001.

Americano, Jorge. *São Paulo naquele tempo*. Editora Saraiva. São Paulo.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2006.

AHMWL. *INFORMATIVO*, Ano 2, nº 11, Março/Abril 2007.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. São Paulo. José Olympio, 1954.

BANCA Commerciale Italiana. *São Paulo 1984*. Raízes Artes Gráficas. 1984.

BASTOS Jr, Hélio. *Associação Comercial de São Paulo, 90 anos*. São Paulo. 1984.

BARBUY, Heloisa. *A Cidade Exposição: Comercio e Cosmopolitanismo em São Paulo*. Editora USP, 2006.

_____. *SEGUINDO MILITÃO PELAS RUAS DA CIDADE*, In: Militão Augusto de Azevedo, São Paulo, Cosacnaify, 2012.

BECHERINI, Aurélio. *Aurélio Becherini*, São Paulo, Cosac Naify, 2009.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4º ed. São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia Mercantil. Negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo, Alameda, 2010.

_____. *Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX)* Anais do museu Paulista: História e Cultura Material. Vol. 18 n. 1, São Paulo, Jan/Jun 2010.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: Prefeitura do município de São Paulo, 1984. 3 v.

_____. *Memória da Cidade de São Paulo*. São Paulo. DPH: Prefeitura do município de São Paulo, 1981.

_____. *CAFÉ & NEGRO*. São Paulo, Atalanta Editorial, 2005.

BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A Cidade de São Paulo*. Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v. 2, São Paulo, 1976.

BUENO, Beatriz P. S. *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)*. São Paulo, FAUUSP, 2008.

_____. *Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809*. Anais do museu Paulista: História e Cultura Material. Vol. 13 n. 1, São Paulo, Jan/Jun 2005.

_____. *Um novo olhar sobre a História. A evolução do comércio de varejo e as transformações da vida urbana*. São Paulo, Via das Artes, 2012.

CAMPOS, Eudes. *A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos*. Revista do Arquivo Municipal, v. 204. São Paulo. 2005.

_____. *São Paulo em 1860*. Trabalho Programado n. 1. FAUUSP, 1991.

CASTELLANI, JOSE. *São Paulo na década de 30*. São Paulo, Policor Ltda.

CAVALCANTI, Pedro. *São Paulo, A Juventude do Centro*. São Paulo, GRIFO, 2004.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário de Arquitetura brasileira*. São Paulo, Edart, 1972.

DPH. *São Paulo, Ontem, Hoje*. São Paulo, Gráfica Municipal, 1973.

_____. *Pauliceias Perdidas*. São Paulo. 1991.

_____. *O Centro de São Paulo há 100 anos*. Secretaria Municipal de Cultura, 2005.

ELETROPAULO. *Memória. Ano III - N°6. JAN/FEV/MAR 1990*. São Paulo.

_____. *São Paulo, Registros 1899 – 1940*. São Paulo, DCI, 1992.

EMPRASA/SEMPILA. *Bens culturais arquitetônicos no município na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo, 1984.

FERNANDES, Rubens. *A Cidade da Light, 1899 – 1930*. Vol. I.

FERREIRA, Barros. *O Nobre e Antigo BAIRRO DA SÉ*. Prefeitura Municipal de São Paulo. Oficinas de Artes Gráficas Bisordi S.A. 1971.

_____. *Meio século de São Paulo*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

FINA, Wilson Maia. *São Paulo de ontem – O Largo da Misericórdia*. Revista Paulistânia n° 48, Maio/Agosto de 1953, São Paulo.

_____. *Paço municipal de São Paulo*. São Paulo: Anhambi, 1961.

_____. *O chão de Piratininga*. São Paulo. Anhambi, 1965.

GERODETTI, João Emilio e CORNEJO, Carlos. *Lembranças de São Paulo*. São Paulo, Studio Flash Produções Gráficas, 1999.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de FOTOGRAFIA brasileira*. São Paulo, 450 anos. São Paulo, IPSIS GRAFICA E EDITORA, 2004.

_____. *Hildegard Rosenthal, Cenas Urbanas*, São Paulo, Máquina Estúdio, s/d.

JARDIM, Evandro Carlos e outros. *São Paulo anos 20, andar, vagar, perder-se*.

KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. Encadernação de Emil Enders Berlin B. W. São Paulo, 1895.

KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1972.

KOSSOY, Boris. *São Paulo, 1900*. Raízes Artes Gráficas. 1988.

_____. *Álbum de photographias do Estado de São Paulo – 1892; estudo crítico*. São Paulo, Kosmos Editora, 1984.

LAGO, Pedro Correia do. *Militão Augusto de Azevedo: São Paulo nos anos 1860*. Rio de Janeiro, Editora Capivara, 2001.

LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. *De Beco a Avenida. A História da Rua São Luiz*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

LE MOS, Carlos, A. C. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo. Nobel, 2° Edição, 1989.

_____. *O Álbum de Afonso. A Reforma de São Paulo*. São Paulo: Editora Gráficos Burti Ltda., 2001.

_____. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo, 1992.

_____. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo, 1999.

Porta, Paula. (História da cidade de São Paulo). Paz e Terra, 2004.

LIMA, Jorge da Cunha. MATARAZZO 100 ANOS. CL-A Comunicações Ltda, 1982.

MAGOSS, Eduardo. *São Paulo Relembra*. São Paulo, JSN Editora, 2003.

MALIM, Mauro. *Memórias do Comércio*. São Paulo. Museu da Pessoa, 1995.

MARCILIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo: povoamento e população 1750 – 1850. São Paulo: Pioneira-Edusp, 1974.

MARTIN, Jules, PESTANA, Nereu Rangel e VANORDEN, Henrique. *S. PAULO ANTIGO E S. PAULO MODERNO*. São Paulo, 1905.

MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

MARINS, Paulo César Garcez Marins. *Através da Rótula*. (Tese de Doutorado, FFLCH-USP), SÃO PAULO, 1999.

Melhoramentos. *São Paulo antigo, São Paulo moderno*. São Paulo, 1953, Edições Melhoramentos.

Melhoramentos. *Isto é São Paulo!* São Paulo, 1963, Edições Melhoramentos.

MENEZES, Raimundo de. *Aconteceu no velho São Paulo*, São Paulo, Saraiva, 1954.

_____. *Histórias da História de São Paulo*, São Paulo, Melhoramentos, 1954.

_____. *São Paulo dos nossos avós*, São Paulo: Saraiva, 1969.

MILANO, Miguel. *Os fantasmas da São Paulo antiga*. São Paulo, Saraiva, 1949.

MUSA, João Luiz. *São Paulo, anos 20: andar, vagar, perder-se*. Melhoramentos 2003.

NEME, Mário. *Notas de revisão da história de São Paulo*. São Paulo: Anambi, 1959.

NUNES, Geraldo. *São Paulo de todos os tempos*. 2ª Ed. São Paulo, RG Editores, 2002.

O CRUZEIRO – pesquisa escolar, *Um Novo Avanço*. Rio de Janeiro, 1971, Maio.

- PEREIRA, Baptista. *A cidade de Anchieta*. Revista do Arquivo Municipal, v. 202, São Paulo, 2004 (reprodução).
- PONTES, Jose Alfredo Vidigal. *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2003.
- _____. *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, CD de fotos anexo, 2003.
- PORTA, Paula e outros. *Historia da Cidade de São Paulo*, v. 1, São Paulo, 2004.
- PORTO, Antônio Rodrigues. *História da Cidade de São Paulo Através de suas Ruas*. 2º Ed., 1977. Cáthago Editorial, São Paulo, 1966.
- PORTELA, Fernando. *São Paulo 1860 – 1960: A Paisagem Humana*, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2004.
- RABELLO, Elizabeth Derwiche, *As Elites na sociedade paulistana na 2º metade do século XVIII*, Tese de doutorado, FFLCH, 1998.
- RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Paulicéia*. Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v. 4, São Paulo, 1977.
- REIS, Nestor Goulart. *São Paulo, Vila, Cidade, Metrópole*. Takano Editora Gráfica. São Paulo, 2004.
- _____. *Guia dos Bens Tombados*, São Paulo, 2º Edição, Rio de Janeiro, 1986.
- RODGER, Richard. *Theory, Practice and European Urban History*. In: *European Urban History: Prospect and Retrospect*. Leicester, Leicester University, 1993.
- ROSENTHAL, Hildegard. *Cenas urbanas*. Instituto Moreira Salles. São Paulo, 2000.
- SANT'ANNA, NUTO. *São Paulo Histórico, Aspectos, Lendas e Costumes*. Seis Volumes, São Paulo, 1944.
- SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus amores*. Clube do Livro, São Paulo, 1954.
- SECKLER, Jorge. *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*. Sétimo Anno. São Paulo, 1890.

- SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole*. Ateliê Editorial. São Paulo, 2004.
- SESSO JR, Geraldo. *Retalhos da Velha São Paulo*. São Paulo. Editora Maltese. 4º Ed., 1995.
- SIMÕES, Inamá Ferreira. *Salas de Cinema em São Paulo*. Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1990.
- SOUZA, Edgard Egydio de. *História da Light - primeiros 50 anos*. 2º Ed., São Paulo, 1989.
- SOUSA, Pedro Luiz Pereira de. *A Casa do Barão de Iguape*. Empresa Gráfica Carioca. São Paulo, 1959.
- TAUNAY, Affonso de E. *História seiscentista da Villa de São Paulo*. V. 2 (1653 – 1660). São Paulo: Ideal, 1927.
- _____. *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*. V. 1 (1735 – 1765) 2 partes. São Paulo: Imprensa da Prefeitura, 1949.
- _____. *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.
- _____. *Velho São Paulo*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954, 3 v.
- TELEFONICA, Fundação. *Listas Telefônicas*. São Paulo. Várias datas.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: Três cidades em um século*. 3º Ed. Cosac & Naify, Duas Cidades, São Paulo, 2004.
- _____. *Anhangabaú*. FIESP/CIESP, São Paulo, 1989.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A Capital da Solidão*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- VILLAÇA, FLÁVIO. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo, Fapesp, 2001.
- 100 anos de propaganda*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Apêndice

A.1 As diversas mudanças na numeração desde 1809.

A primeira numeração dos lotes da Rua Direita, como em todo o Centro Velho, foi feita no recenseamento de 1765, procedido por ordem do Morgado de Mateus, e foi atribuído um número aos lotes edificadas (fogos), outro aos homens e um terceiro as mulheres. Nesse Censo os números eram apenas uma ordem sequencial no papel para permitir a contagem, não havendo nenhuma lógica aparente para sequência real. O primeiro censo que atribuiu uma numeração sequencial lógica para as casas, com os números escritos nas fachadas, como vimos, foi a Décima Urbana de **1809**, para a cobrança dos impostos de 10% (dos quais um ponto percentual ia para o arrecadador) sobre o valor do imóvel avaliado ou sobre o aluguel anualizado. Essa numeração aparece entre parênteses nos Censos de 1814 e 1815.

Mudanças pequenas na numeração ocorreram na Décima Urbana de **1829** em função do desdobramento de um lote do Convento do Carmo e da inclusão da Santa Casa da Misericórdia (isenta de impostos), que não foi incluída na Décima Urbana de 1809. Uma mudança ainda menor aconteceu em 1836, mas uma grande modificação ocorreu em 1852:

Na sessão ordinária do dia 03 de Janeiro de **1852**, entre os ofícios que entraram na Câmara Municipal, presidida pelo brigadeiro *José Joaquim Machado de Oliveira*, figurou o do Fiscal da Cidade (cujo nome não consta!), em que este especificava os trabalhos a realizar e os já realizados⁴⁹⁷. Tratando da numeração das casas, relatou: “*Tendo mandado reformar a maior parte da numeração das casas que se achavam truncadas, despendeu com o trabalho a importância de 34\$740 reis.*” Dizia ainda que julgava mais conveniente usar-se uma nova forma de numeração: “*com latas grandes, como se usa na corte*” – o que foi adiado. Portanto ocorreram alterações na numeração, principalmente as que se encontravam truncadas, como já havia ocorrido no Censo de 1836.

Conforme a nota da Câmara Municipal divulgada no Correio Paulistano de 16/07/1865, em 27/06/**1865** foi aprovada outra mudança de numeração desta feita mais radical, colocando numeração par do lado esquerdo da Rua Direita e numeração ímpar do lado direito (Figura 270). Essa mudança se tornou efetiva em 26/08/1866, com o lançamento de impostos desse ano (Figura 272).

⁴⁹⁷ Atas da Câmara, Vol. 36-41, 1852, p. 5 e 8.

Figura 270. Trecho do jornal Correio Paulistano de 16/07/1865, com a notícia da mudança da numeração.

O Código de Posturas de 06/10/1886 revela o detalhamento da nova mudança na numeração⁴⁹⁸: “*Todas as casas serão numeradas de uma a outra extremidade da rua, por uma série de números, sendo a dos pares de um lado e a dos impares do outro*”. O problema foi que, na Rua Direita, a numeração par ficou do lado direito e a ímpar do lado esquerdo: exatamente ao contrário do que já estava designado, em 1865! Outra situação estranha foi que tal numeração já havia sido consignada em 26/08/1866, por ocasião o lançamento do Imposto Predial. Provavelmente a publicação do Código de Posturas não acompanhou a do Imposto Predial!

Houve ainda uma pequena mudança em 1910, outra em 1928⁴⁹⁹ e, finalmente, em 1938⁵⁰⁰ foi adotada a forma de numeração métrica que subsiste até hoje. Na tabela 4.2, Capítulo IV, colocamos os números oficiais dos lotes, vigentes atualmente.

⁴⁹⁸ Lefèvre, Op. Cit, p. 306.

⁴⁹⁹ AHSP, Serviço de Emplacamento, Rua Direita, AR-SÉ, Livro 13, p. 112, realizado em 13 de Março de 1928.

⁵⁰⁰ AHSP, Serviço de Emplacamento, Rua Direita, AR-SÉ, Livro 24, p. 205 e 206, realizado em 05 de Fevereiro de 1938, e seus aditamentos de 1938 a 1960.

A2. As moedas.

A moeda corrente usada na maior parte desse trabalho é o **Real**, cujo plural era **réis**. O cifrão era usado na frente da centena e havia coletivos, como por exemplo:

\$020 vinte réis eram chamados um Vintém.

\$100 cem réis era um Tostão.

\$200 duzentos réis (era o adjetivo para pingos grandes de chuva).

\$320 trezentos e vinte réis equivaliam a uma Pataca.

\$400 quatrocentos réis era um Cruzado.

1\$000 mil réis era Merréis.

1:000\$000 um milhão de réis era um Conto de réis.

A3. Os Diagramas elaborados para as especializações.

A3.1. O diagrama I: A Malha genealógica dos moradores da Rua Direita.

Como foi visto anteriormente, a primeira numeração oficial das casas ocorreu em 1809 em função da necessidade de arrecadação de impostos para fazer frente às despesas da Família Real, recém-chegada de Portugal. Antes dessa data, era muito difícil precisar a localização exata dos lotes dos moradores do Centro Velho. Porém, alguns imóveis eram determinados pelas informações complementares, tipo: *...esquina com a Rua São Bento, nos Quatro Cantos...* ou *Canto do Chafariz...* ou *...ao lado da residência do Barão de Iguape...* No Diagrama I, procuramos assinalar as posições dos imóveis, conforme essas informações, o que permitiu seguir as propriedades pela malha genealógica por diversas gerações, por meio de consulta aos inventários e Censos realizados. Um exemplo disso é dado pelo famoso imóvel dos Jordão, que acompanhamos por cerca de três séculos, e o imóvel do Canto do Chafariz (atual Palacete Lara, SQL 5/4/13), que das mãos de *Ângela Vieira*, veio cair nas mãos de *Joaquim José dos Santos*, seu neto, e pai, além do *Barão de Itapetininga*, de

Francisca Victória Mendes da Silva, que o deteve por anos, conforme *Martins*⁵⁰¹: ‘*No andar térreo do antigo e grande sobrado da Rua Direita, nº 25, que pertenceu à distinta e bondosa senhora paulista, D. Francisca Vitória Mendes dos Santos, irmã do Cadete Santos (Barão de Itapetininga) e falecida....*’ A notação utilizada para a localização foi apenas um ponto colocado num dos Quatro Cantos, junto a um dos cantos ou um asterisco para o Canto do Chafariz (Figura 271).

Figura 271. Notação usada para assinalar a posição dos imóveis dos Quatro Cantos (visto no sentido da Igreja Santo Antônio) e do Canto do Chafariz.

A3.2. Os Diagramas II, III, IV e V.

Os diagramas II a V foram elaborados para contemplar os nove quarteirões em que dividimos a rua para nosso estudo. Usando a primeira numeração oficial como referência, e colocando colunas com as principais mudanças na numeração, foram alocados, à direita destas, as informações dos Censos, Décimas, Almanques e Memoriais, tabuladas nos trabalhos programados, sempre com a numeração atualizada. As informações destinadas à arrecadação de impostos geralmente determinavam nova numeração (caso das Décimas) ou eram precedidas de revisões e mudanças (como o Código de posturas de 06/10/1886) gerando a cobrança de impostos já com a nova numeração, com data da assinatura de 26/08/1886 (Figura 272). Havia, contudo, uma preocupação por parte dos comerciantes de manterem-se atualizados com essas mudanças. Exemplo disso é a propaganda de José Worms que, em Agosto de 1865 (Figura 273), já alterava sua numeração (para nº 40) recém-informada em Julho de 1865 (Figura 270), embora tenha se esquecido de corrigir o texto onde figura a numeração anterior (nº 19)!

⁵⁰¹ Antônio Egydio Martins; São Paulo antigo, p. 289.

Pela colectoria provincial da capital se faz publico para conhecimento dos interessados, que está se procedendo ao lançamento dos impostos predial, capitalista, bilhetos de loterias estrangeiras á provincia, segos e outros voluntarios e casas de moeda, todas do exercicio de 1886 a 1887, conforme a relação nominal, e baixo mencionada, pedendo os collectados que não se conformarem com o mesmo lançamento dirigirem suas reclamações a esta extacção no prazo legal, por meio de petição comprovando com documento suas allegações.

Collectoria provincial da capital, 26 de Agosto de 1886.—O collector, João Antonio Ribeiro da Lima

Figura 272. Correio paulistano de 08/10/1886, p. 2, edição 09037, com os lançamentos de impostos.

40—Rua Direita—40

JOSE' WORMS acaba de regressar do Rio de Janeiro trazendo um lindo sortimento de joias que lhe veio em direitura da Europa; e tem a honra de prevenir aos seus amigos e freguezes, e geralmente ao publico que o dito sortimento consta dos objectos seguintes:

Adereços de brilhantes, braceletes de brilhantes, bixas de brilhantes, aneis de brilhantes, e cruces de brilhantes; collares de perolas finas e muito preciosas. Pulseiras e brincos de ouro, aneis de ouro massico; relógios de ouro com pendulas descobertas, ditos a remontoir, ditos inglezes superiores, ditos para senhoras, bem enfeitados; cadeias de relógios de gosto escolhido; brincos modernissimos com pendurucalhos compridos; dedaes de ouro com fundo de agata; botões de punho lavrados e esmaltados.

Os objectos de prata constão em faqueiros de gosto variado, salvas de todos os tamanhos, copos de viagem, esporas, castiças, diversos talheres avulsos, espevitadeiras, palteiros, chicotes, e bombas para tomar matte.

Relógios de prata dourada e com vistas photographicas; bocetas de rapé, e caixinhas de phosphoros, de prata dourada.

Um lindo sortimento de collares de contas de coral de diversas grossuras.

José Worms fará todos os esforços convenientes para merecer sempre a mesma confiança que o generoso publico até hoje lhe tem prestado, e affiança ser fazenda de lei tudo que for comprado em sua casa—rua Direita n. 19.

Previne-se tambem ao publico que na sua dita casa compra-se ouro, prata e brilhantes.

Concerta-se joias e encarrega-se de qualquer obra nova concernente a seu negocio, para fazer com presteza e a maior perfeição. 10—4

Figura 273. Correio paulistano de 19/08/1865: No sexto parágrafo José Worms coloca seu antigo endereço: Rua Direita n. 19.

As Quadras receberam uma letra, conforme a sequência de 1809 (referência), sendo distribuídas da seguinte forma:

DIAGRAMA II. AS QUADRAS/QUARTEIROS **A** e **B**.

DIAGRAMA III. A QUADRA/QUARTEIRÃO **C**.

DIAGRAMA IV. AS QUADRAS/QUARTEIROS **D**, **E**, **F** e **G**.

DIAGRAMA V. AS QUADRAS/QUARTEIROS **H** e **I**.

A3.3 ABREVIATÓES USADAS NOS DIAGRAMAS NAS SÉRIES OBRAS PARTICULARES (SOP) DO AHSP E PIQUERI

Aⁿ Construção de prédio com ‘n’ pavimentos, com pedido de alinhamento. **A1** Construção de barracão. **A2** Aumento de pavimentos. **B** Reforma de prédio. **B1** Pequena reforma. **C** Alteração de fachada. **D** Alteração interna. **E** Instalação ou reforma de W. C. **F** Ligação de água. **G** Transformação de janelas. **H** Transformação de portas. **I** Abertura ou reforma de vitrines. **J** Construção negada ou não realizada. **K** Intimação recebida. **L** Desabamento/grande risco de/demolição. **M** Pedido de alinhamento. **N** Conserto/abertura/reforma do passeio. **O** Solicitação de pagamento dos emolumentos. **P** Construção de caixa forte. **Q** Construção de forno. **R** Obras em geral.

DIAGRAMA I 285

DIAGRAMA II: Quarteirões/Quadras A e B

Nº do lote 1809 (Ref.)	Tipologia em 1809	Censo de 1804 Presumido	Décima de 1809 Proprietários/ Inquilinos	Censo de 1814	Censo de 1817	Censo de 1822	Décima de 1829 Proprietários	Censo de 1836	Nº do lote 1852	Memorial Paulistano p/1862 (e p/1863) e Arquivo Aguirra	Nº de 1865	Almanaque de 1873 [1857]	Almanaque de 1884	Nº de 1886	Almanaque de 1890 [1895]	Proprietários (IP de 1886, valor em mil réis) [Lista Telef. 1902]	OBRAS PARTICULARES (AHSP)				Nº de 1928	PIQUERI Data – Proprietário (interessado) CONSTR./OBRA	Nº DE 1938	LISTAS TELEFÔNICAS DE ENDEREÇOS							REAL 2004	REAL 2012	Nº oficial
												Nome do comerciante (Natureza da atividade)	Nome do comerciante (Natureza da atividade) [Lanç. de Imp. 1882]		DOCUMENTOS ENCARDENADOS (1889 a 1906) Data – Proprietário - Frente (m) – Nº SOP: pag. (Interessado) CONSTRUTOR/OBRA//LOJA		Nº de 1911	CAIXAS (1906 a 1921) Data – Proprietário - Frente (m) (Interessado), CONSTR./OBRA//LOJA						LISTA DE 1950	LISTA DE 1961	LISTA DE 70/71	LISTA DE 82/84	LISTA DE 90/91	LISTA DE 96/98				
A partir do Largo da Sé (Praça da Sé) INÍCIO DO LADO ESQUERDO da RUA DIREITA: QUARTEIRÃO A (atual S/Q: 5/12)																																	
01	Sobrado com loja e 1º Andar	Vicente Ferreira de Oliveira	Guarda Mor Vicente Ferreira de Oliveira	Antônio de Siqueira Moraes (negócios com fazendas secas)			Antônio de Siqueira Moraes	Diversos moradores	01	Manoel Joaquim da Costa e Silva (Fazendas)	02	Manoel Joaquim da Costa e Silva [consta em 1857] Fazendas de seda, lã, algodão	Adolpho Pinto (Engenharia) {Borges & Silva – Importadora}	01	Silveira & Cia [Baruel & Cia] Drograria e instrumentação	{Baruel & Cia}	1897 – Baruel & Cia – 13,75m – 155/03 ROSSI & BRENNI/A²: Edifício Baruel		01	1907 – Baruel & Cia – 13,75m ROSSI & BRENNI: H 1914 Baruel & Cia/ROSSI & BRENNI/E/G		01	1967 – Afonso G. Petrela /A⁷		11	CASIM Manufatura Brasil		Bolsas Brasil; Issa, R	Caneloi, N; NELSON DAS BOLSAS		11		
02	Sobrado com loja e 1º Andar		Rev. Bartolomeu Pereira Mendes/ Antônio José Brito	João Federico	fechada	Francisco da Silva Prado	José Rodrigues Pereira [Mendes]	Guilherme Krauser	02	Jacinto de Souza Neves (loja de fazendas)	04	Luiz de Oliveira Lins e Vasconcelos (Bacharel em Direito) Propriet. João J. de Camargo	Carvalho, Costa & Pires Molhados (por atacado) {Joaquim Alves de Carvalho}	3A 03	Nobre & Cia. (Ao Zuava) (roupas) Lima, Amarante e Cia. (drogas) [William B. Keyes] (dentista)	Joaquim Antônio dos Santos 151	1889 – (Joaquim Ferreira Bento) – 031/s/: A 1896 – Soc. Beneficente Portuguesa – 7,3m; (Domingos Loureiro da Cruz) ROSSI & BRENNI/A³		03	1915 – BRAGA & PINTO/E		03	Edifício ainda existente		25	Casa Italiana, fazendas [Casa da Época]			MARISA		25		
03	Sobrado com loja e 1º Andar	Joaquim José de Oliveira	Joaquim José de Oliveira	Joaquim José de Oliveira (negócios com fazendas secas)			Joaquim José de Oliveira	Joaquim José de Oliveira	03	Domingos José de Oliveira Guimaraes (proprietário)	06	Gaspar Fernandes Braga (Molhados e gêneros do país)	Gonçalo Rodrigues Vasques (Confeitaria)	05	Francisco Maggy & Cia. (confeitarias) [André Fasoli] (confeitaria)	Gaspar Fernandes Braga 100	1896 – Santa Casa de Misericórdia – 7,3m (André Fasoli) ROSSI & BRENNI/A³ 1900 – (Zanotta, Pellegrini & Cia): D/Conf. Fasoli		05	1919 – {Alfredo Pellegrini}/F 1921 - (Alfredo Pellegrini)/B		05	Edifício ainda existente		33	[LUTZ FERRANDO] [Confeitaria Fasoli]		LUTZ FERRANDO		QSL Alimentos	McDonald's	33	
04	Sobrado com loja e 1º Andar		Cap. Gabriel Fernandes Cantinho	Gabriel Fernandes Cantinho (negócios com fazendas secas)			Gabriel Fernandes Cantinho	Rosa Maria Correa (viúva do Cantinho)	04	Cap. José Elias Paiva (tenente quartel mestre do 1º batalhão)	08	Luís Manoel da Silva & Cia. (Roupas e Calçados)	Luiz Manoel da Silva (dep. de calçados) Paranhos & Nobre (dep. de couros)	07	Couto & Almeida (Depósito de Calçados)	José Elias de Paiva 201	1894: JOSÉ FERNANDES PINTO: L e A³ 1895: JOSÉ FERNANDES PINTO: A³ (Construção dos dois prédios). Total da frente: 22m	07 7A	1912 – Guinle& Cia - 13,4m PUJOL Jr./A. de TOLEDO/A⁸: Ed. Guinle; 1913: N e O 1915: F; 1921 – KRUG: P		7sob 07	Edifício ainda existente		47 49	Edifício Guinle Cia Seguradora Brasileira		Mundial Calçados			37 47 49			
05	Sobrado com loja e 1º Andar		Manoel de Oliveira Cardoso/Mathias José de Oliveira	João Pereira Guimaraes	João Gonçalves Bastos¹	Escolástica Joaquina Boena	Joaquim de Abreu Rangel	Escolástica Joaquina Boena	05	Dr. Luís Lopes Baptista dos Anjos (boticário)	10	Cristiano Clausen (A Bota de Ouro) (Calçados)	Barcellos & Cia (A Mascote) (Fazendas e armarinhos) {Dr. Arsênio Marques}	09	Mello & Cia. (Princesa do Norte) (fazendas e modas) [Renouveau (fotografia)]	Christiano Clausen 252		09	1912 – 10m - JOSÉ ROSSI: E		09	Edifício ainda existente		53 57	Braga Filho	Casa Época Calçados Robs	Arakelian, R Calçados Clovis	Oitenta		53			
06	Sobrado com loja e 1º Andar		Mosteiro de São Bento/José Antônio do Valle	Luís Antônio do Valle (fazendas secas)			Pedro Taques de Almeida Alvim	Mosteiro de São Bento	Antônio Moreira da Cruz	06	Manoel Antônio Coelho & Irmãos	12		Eduardo Ribeiro (Ao único mais barateiro) (Fazendas, modas e armarinhos)	11	J. G. Marques Nogueira (A Flor Paulista)(Chá, cera e carnaval) Peixoto, Estella & Cia (ferragens)	Joaquina A. da Silva Araújo 302 {J. Amarante}	1891 – José Estanislau do Amaral – 10m – vol: 8 OSCAR VILEINSCHMIDT/A³: Prédio com Torreão 1893: K		11E/S 11E/T	1906 – 10m - (Manoel Ferreira): B 1915 - (Cia Iniciadora Predial): H			Edifício ainda existente		61 65	Hotel Triângulo; Clube dos Tenentes do Diabo; Salão dos Tenen. Farmácia Amarante		Drogasil	Magazine Pelicano	VIA 16	61 65	
Nota 1: Arquivo Aguirra 1817: Inventariado: José Joaquim de Oliveira Cardoso Cruzamento com a RUA OUVIDOR (atual Rua José Bonifácio) Início do QUARTEIRÃO B (atual S/Q: 5/4)																																	
07	Casa Térrea c/ loja	Convento do Carmo	Convento do Carmo/Gertrudes e Maria	Salvador Dias	Antônio Francisco de Oliveira	José Muniz de Souza	Convento do Carmo	B	07		14	José Francisco de Lima (Fazendas de seda, lã, algodão, etc.)	José Francisco de Lima (Fazendas, modas e armarinhos)	13	Machado & Cia Camisaria e roupas	Convento do Carmo 100 [Bar Periquito]	1885 – [Convento do Carmo] (Dirceu Machado & Cia)/A e J		13 13A	1906: B1 e J; 1910: (A. P. Taimeraão), Cia Constr. /A e J; 1911: Conv do Carmo: venda 19/04/1915 IRF Matarazzo A. POZZO & G. BIANCHI/Ampl. de prédio: A³ (19,1m) 30/10/1911 IRF Matarazzo A. POZZO & G. BIANCHI/ Aumento de um andar: A²⁴	11	1955 (habite-se) Banco Nacional Imobiliário S/A SOCIEDADE CIVIL CONSTRUTORA HARDING EDIFÍCIO TRIÂNGULO: A²⁰		73	Casa Ricordi Beija Flor Casim Nobis	Anacrapi; Bar Marco Zero	Café Pastelaria Alhambra Direita	B	(79) RW CD⁵		73		
08	Sobrado com loja e 1º Andar.	José Pinto Tavares	Cap. José Pinto Tavares	Maria Joaquina viúva de José Pinto Tavares		Gabriel Henrique Pessoa	Francisco Gonçalves dos Santos Cruz		Francisco G. dos Santos Cruz	08	Manoel Antônio Bittencourt (secr. da assembleia)	16	José Monteiro de Abreu Charutos	-	15	Banco de Crédito Real	Banco de Crédito Real 302	[1884: BANCO DE CRÉDITO REAL: A³]				15	1910 – Ampliação de Prédio até a esquina com a demolição do prédio do café Java.			(85) FOTOPTICA S. A.					79		
09	Casa Térrea c/ loja	Manuel Joaquim de Vasconcelos	Manuel Joaquim de Vasconcelos	Manuel Joaquim de Vasconcelos Casado com Ana Maria Inácia (molhados)			Manuel Joaquim de Vasconcelos		Manuel Joaquim de Vasconcelos	09		18	Joaquim Lopes Carneiro Depósito de Cal, Molhados e Gêneros do país.	D. Calderaro & Cia (joalheiros) Constanzo d'Antônio (chapéus de sol)	17 19 21	Fernandes Couto & Lessa (Casa do Couto) (fazendas) Constanzo d'Antônio (chapéus)	Santa Casa de Misericórdia 57 [CHARUT. FLUMINENSE]	1903 – [Santa Casa de Misericórdia] – 351/35 (Salvador Caruso) B /Café Java				17 19 21	Abuchala Fininvest				89						
Cruzamento com a Rua da Cruz Preta (depois do Príncipe, atual Rua Quintino Bocaiuva)																																	

ABREVIações Usadas nos Diagramas em Séries Obras Particulares (SOP) e Piqueri

Aⁿ Construção de prédio com 'n' pavimentos, com pedido de alinhamento. A1 Construção de barracão. A2 Aumento de pavimentos. B Reforma de prédio. B1 Pequena reforma. C Alteração de fachada. D Alteração interna. E Instalação ou reforma de W. C. F Ligação de água. G Transformação de janelas. H Transformação de portas. I Abertura ou reforma de vitrines. J Construção negada ou não realizada. K Intimação recebida. L Desabamento/grande risco de/demolição. M Pedido de alinhamento. N Conserto/abertura/reforma do passeio. O Solicitação de pagamento dos emolumentos. P Construção de caixa forte. Q Construção de forno. R Obras em geral.

DIAGRAMA III: Quarteirão/Quadra C (S/Q: 5/4)

Nº do lote 1809 (Ref.)	Tipologia em 1809	Censo de 1804 Presumido	Décima de 1809 Proprietários/ Inquilinos	Censo de 1814	Censo de 1817	Censo de 1822	Décima de 1829 Proprietários	Censo de 1836	Nº do lote 1852	Memorial Paulistano p/1862 (e p/1863) e Arquivo Aguirra	Nº de 1865	Almanaque de 1873	Almanaque de 1884	Nº de 1886	Almanaque de 1890 [1895]	Proprietários (IP de 1886, valor em mil réis) [Lista Telef. 1902]	OBRAS PARTICULARES (AHSP)				PIQUERI Data – Proprietário – (Interessado) – CONSTRUTOR/OBRA de 1938	LISTAS TELEFÔNICAS DE ENDEREÇOS						REAL 2004	REAL 2014	Nº oficial
												Nome do comerciante (Natureza da atividade) {CORREIO PAULISTANO}	Nome do comerciante (Natureza da atividade) (Lang. de Imp. de 1882)		Nome do comerciante (Natureza da atividade) {Lista Telef. 1902}		Nº de 1911	DOCUMENTOS ENCARNADENADOS (1889 a 1906)	Nº de 1911	CAIXAS (1906 a 1921)		Nº de 1928	LISTA DE 1950	LISTA DE 1961	LISTA DE 70/71	LISTA DE 82/84	LISTA DE 90/91			
Cruzamento com a Rua da Cruz Preta (depois do Príncipe e atual Rua Quintino Bocaiúva)																														
10	Sobrado com 1º andar	Joaquim José dos Santos	Joaquim José dos Santos	Joaquim José dos Santos Casado com Antônia dos Santos	Joaquim José dos Santos	Joaquim José de Araújo	10	Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva (Assembleia Provincial)	20	Antônio Manoel Rodrigues (Tamancos e Sapataria)	23	Francisco Lopes Velloso Braga (Chapéus)	José Candido de Azevedo Marques 302	1901 – Sophia E. da S. Marques – 297: 24/5; (Eng. Santos Rodrigues): L. 1903 – José Loureiro da Cruz – 351; ANTÔNIO A. DE CASTRO/D e B	17 a 25	24/11/1908 – Antônio de Toledo Lara; AUGUSTO FRIED/A³ (PALACETE LARA)	13 a 133	PALACETE LARA Edifício ainda existente (3 pavimentos)	115 a 133	Casa Bevilacqua Musical Ltda; Irmãos Vitale 119 - Casa TURF; 123 – Casa Saba VITIA Barra Forte	Quintino Bocaiúva 18									
11	Sobr. com 2 lojas e 1º andar	Francisco Godões Coelho/Josefa F. de Andrade	Josefa Felícia de Andrade e a irmã Ana Conceição de Andrade (negócios com o sítio)	Teobaldo da Fonseca	Josefa Felícia de Andrade	11	Jacinto de Souza Neves (papel e vidros) [Francisca V. M. Santos]	22	Antônio Alves Jr. (Gravuras, molduras douradas, etc.)	27	Moraes & Fonseca Ao Rei dos Barateiros (Fazendas e armarinhos)	Júlia Augusta de Araújo Santos 151	1912 – Cia Melhoramentos/DIVISÓRIAS	27	1910 – A. Penteado – 10,8m, A. CAIUBY: A⁴ 1918 - A. Penteado - JOSÉ ROSSI: A⁴ 1920/1 – J. Fontana: B: cascata do BAR VIADUCTO	15	Edifício ainda existente (3 pavimentos)	137	Bar Viaducto Beethoven	Casas BURI	Clovis	ITAÚ	ITAÚ	137						
	Terreno													1902 – (Pedro A. Tripoli) - Terreno – 325:32, A. 1905: L	29		1911 – (M. Villela & Cia): I; 1915/6 - Antônio Alfredo Vaz Cerquinho – 9,5m (Pedro Bonilha & Cia) JULIO MICHELI: B1/CASA BONILHA	17	151											
12	Casa Térrea	Antônio Bernardo B. da Veiga	Antônio Bernardo B. da Veiga	Antônio Bernardo B. da Veiga (negociante de fazenda seca)	Antônio Bernardo Bueno da Veiga	Antônio Bernardo B. da Veiga		24		29A			1905 – (Dr. Alberto Caldas) – 409:15, L (demolição)	29A	1904/5 – Baronesa do Rio Bonito – 34,4m – 382:4 ALBERTO CALDAS:	19	1909 – Baronesa do Rio Bonito – 9m – SAMUEL DAS NEVES: A² (reconstrução por incêndio)	159	LOJAS AMERICANAS							151				
13	Casa Térrea	Convento do Carmo/José de Santana	José de Santana Casado com Joaquina. (fazenda seca)	Tenda de seleiro	Convento do Carmo	Tenda de seleiro	12	[Vend. em 1842 p/ Nicolau P. C. Verg.] João da Silva Carrão	26	Domingos da Silva Moreira (Joalheria)	31	[Domingos da Silva Moreira] (Ourives e joalheiros)	Visconde de Vergueiro 35	1905 – (Dr. Alberto Caldas) – 409:15, L	31	1916/7 - (Nelson de Oliveira)- JULIO MICHELI 2 portas de comunicação entre o 29A (AO PREÇO FIXO) e o 31 (AO MUNDO ELEGANTE)	21	1952 – Henrique Ferreira de Carvalho – CHAHIN/A⁴	167	Casa Florida										
14	Sobrado com 1º andar	Nicolau Pereira. de Campos Vergueiro	Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, casado Maria Angélica Vasconcelos	Casaria por conta dos Vergueiro	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Antônia Joaquina	13	David Amigô (fazendas)	28	-	33	Estevam Fay & Cia (Atacadista fazendas e armarinhos)	Visconde de Vergueiro 215 {Casa Sigmund}	1902 – Sobrado – 325:10, B: Salão de Baile. 1905: L	33		23		181	LOJAS BRASILEIRAS	WELSONS	Bolsas Brasil	CHIKS	Econômica		181				
15	Casa Térrea de 2 laços	Joaquim Mariano do Amaral Gurgel Manoel S. Nóbrega	Vicente Machado	Fechada	Francisco Jose Barbosa	Antônio Dias José	14	M. P. da Silva Bruhns (Ferragens por atacado) {BCO COMMERCIAL DE VIANNA}	30	Bruhns & Cia. (Importação e ferragens atacado)	35 35 A	Ad. & W. Arbenz Lion & Cia (atac.) Ferragens e armarinhos	Souza Rita de Souza Pinto 201 {Banco Francez}	1891/2 – Banco União de São Paulo – 11,2m – 41:55 e 48:110, F. P. RAMOS AZEVEDO/A³ [1896: Banco Française du Bresil], 1897 (JOSÉ MERLINI & CIA): A1	35 35A 35B	1917 – Germaine L. Burchard/S. BERTOLAZZI: B/C; (FARMACIA BORGES): I; SANTE BERTOLAZZI: F 1920 (Armando L. dos Passos): 10,8m D	25	1933 - Germaine Lucie Burchard: C; 1950: A¹² (EDIFÍCIO DIREITA)	183 189 191	CASA SCAFF	ZOGBI				RIHAPPY		189			
16	Em obras	Inácia Ferreira de Oliveira	Ana Francisca de Oliveira e Joaquina Maria da Luz Úrsula Maria	Ana Francisca de Oliveira Joaquina Maria da Luz Úrsula Maria	Ana Francisca de Oliveira	Reverendo Antônio Alvarez	15	-	32	-	37	Teixeira, Leite & Cia Camisarias	José Antônio Oliv. Mendes (80)/Maria Ferraz Mendes¹	1902 - [Cap. José Antônio de Oliveira Mendes] 3,3m (Manoel de Souza Brandão) 325: 26 B 1896 – 112:47 SOUZA ROCHA – demolição de paredes	37	1907 - (Luiz Henrique Levy); A 1919: (Armando Alvares): B - 3,5m	27	[1904: Venda: José Antônio de Oliveira Mendes. Compra: Luiz Henrique Levy]	193	Perfum Lopes S. A.	CASAS REGENTE		Perfumes 2000		193					
17	Casa Térrea	Recolhimento Sta. Tereza/Getrudes Mendes do Amaral	Francisco de Paula Casado com Vitoria Maria	Em obras	Recolhimento Santa Tereza	Antônio Novas Aires	16	Alexandre José Worms (joias)	34	Eugênio Leifer & Auerbach (Chapéus)	39	Guilherme Auerbach & Cia Chapéus	Eugenio Leifer e Guilherme Auerbach 151		39 39A	1909 - CARLOS EKMAN/I 1913 – (Joaquim Belleza); Juntar 2 armazéns 1920 - Germaine Lucie Burchard – 11,3m VICENTE BRANCO: B 1920 – Germaine Lucie Burchard: F e B1	29	Edifício ainda existente 1934 - Germaine Lucie Burchard: B; 1935 - C	201 203	Lyonfabril				TORRA TORRA	TORRA	203				
18	Casa Térrea	Manoel da Costa Cardoso	Luiza Francisca (costureira)		Francisca, Luiza (herança de)	Bernarda Maria das Dores	17	Adolpho Kuker e Fischer (chapéus)	36	Francisco Fischer Chapéus	39	Alves, Porto & Cia Fábrica de chapéus	{Carlos Masmberg & Cia.}			1904 – Maria da Gloria P. Munhoz – 9,25m – 382:15 J.F. WASHINGTON DE AGUIAR/A² 1905 – (Isidoro Nardelli) Casa de banhos	41 41A	Edifício ainda existente 1931 - Germaine L. Burchard: C;												
19	s/ info.	Antônio Teixeira Leitão/José Manoel da Luz	José Manoel da Luz	Luís Silvério	José Flor. Lara cas. c/ Maria Clara	José R. Pereira Mendes	18	Martinho Antônio Borges Nogueira (Arreios, coxões e calçados)	38	Jacob Friedrichs Confeitaria e depósito de cervejas	41 41	Theodoro Cordes & Cia Confeitarias [Rodrigues Brito] [Alfaiate]	João Boemer Jr. 151 {Casa Americana}	1904 – Maria da Gloria P. Munhoz – 9,25m – 382:15 J.F. WASHINGTON DE AGUIAR/A² 1905 – (Isidoro Nardelli) Casa de banhos	41 41A	1908/9 – (Isidoro Nardelli): A1/B [Of. de Pianos] 1914 - Manuel Pereira Guimarães – 8,2m CARLOS EKMAN: C; 1916: F; 1918: B: LOJA DE CEYLÃO	31	Edifício ainda existente 1931 - Germaine L. Burchard: C; 1935: B [Casa Carniceli]	213	Lojas Reunidas Lojas Brasileiras	Lojas Brasileiras									
20	Inabitável	Dionísio Ereopagita	Ignácio Francisco de Moraes	Fechada	Fechada	D. E. Mota e V. Pires M.	19	Ayres Coelho da Silva Gameiro Joaquim J. S. Bastos	40	Joaquim José de Souza Bastos (seda), lã, algodão. {José Worms}	43 43A	Camargo & Irmãos A la Capitale (Fazendas, modas e armarinhos)	Antônio Bernardo Quartim 252 (J. P. R. Café S. P.)	1904 – Conde de São Joaquim – 382:18	43 43A	1908 – (J. Faulha muner): A1; 1911 – Manuel Pereira Guimarães – 4,7m: B 1915 – SANTE BERTOLAZZI/A¹; 1918: B; 1921: L	33	1927 – Manoel Pereira Guimarães: A² (Cine Alhambra); 1957: C	223 231	Cine Alhambra L. GARBO	AO PREÇO FIXO	SABINA MODAS		TORRA TORRA	MAG. LUIZA	231				
21	Sobrado 2 laços 1º andar	José Francisco de Sales Capitão Mor	José Francisco de Sales (Capitão-mor)	Casaria por conta dos Baruel.	Francisco Antônio Baruel	Francisco Antônio Baruel	20	Madame Pruvot (modas) José Pruvot (barbeiro)	42	{Paschoal Crisculo} (barbeiro)	45	Conceição & Cunha Armarinhos [Silva Peixoto & Cia] Ao Trocadero [Fazendas]	Luiz Pereira Dias 120 [La Ville de Paris] [Silva Peixoto Cia]	1892 – José Francisco Jorge – A	45	1910 – FERNANDO SIMOES: A¹ 1916 – Francisco Armando – 8,8m ENG. OLIVEIRA COUTINHO/ B	35	1955 - Santa Casa de Itu (Joaquim Luis Bispo), CELBE/A¹² [Modas Etam SA]	237	A Preferida	BELIA	MODÉLIA MODAS	EM OBRAS		235					
22	Casa Térrea	Gertrudes Maria Veloso	Gertrudes Maria Veloso	Em obras	Maria Felizarda (aluguel de escravos)	Gertrudes Maria Veloso [herança de]	21	Manoel Rodrigues Cesano	44	BANCO MAUÁ Casa Bancária	47	Silva Capella & Cia Aquiles Oppenheim Casa Tallon modas	Barão de Piraciaba 201 {Block & Frères}	1897 – (Block); F. S. RAMOS: H (1914: A1) 1919: Isaac Tabacow: B1 1921: 9,4m – B e F	47	1911- BLOCK & FRERES & CIA- 4,7m: B (1914: A1) 1919: Isaac Tabacow: B1 1921: 9,4m – B e F	37	-	245	Lojas Brasileiras	ZOGBI		DAISO JAPAN		247					
23	Inabitável	[Maria Lima de Camargo]	Joaquim [José] Pinto [do Rego] de Moraes Leme	[não citado]	[não citado]	Manoel Rodrigues Jordão	22	Hotel de Itália (José Maragliano)	46	Hotel de Itália (Maria Maragliano)	49 49A 51	Aquiles Oppenheim Casa Tallon Diabie Roupas feitas Hotel de França	Maria da Glória Moura Jordão 504 {Hotel de França}	1901/2 – Prop. do Hotel de França (J. Barros): I/G 1904 - Prop. do Café Triângulo (Antônio Monteiro) ROSSI & BRENI/B	49A 49 51	1911/2 Leonor de Moura Jordão/Eduardo Carlos Pereira - 26,15m, JOSÉ ROSSI/A³ (PALACETE JORDÃO); 1913: F	39	PALACETE JORDÃO (destruído pelo fogo em 22/07/1966)	255 263 271	Modas Monalisa Casa Colorado Lingerie City	LOJAS MARISA				263					
Cruzamento com a Rua São Bento 1 – {Grêmio do Comércio de S. Paulo}																														

DIAGRAMA IV

DIAGRAMA IV: Quarteirões/Quadras: D, E, F e G

N° do lote 1809 (Ref.)	Tipologia em 1809	Censo de 1804 Presumido	Décima de 1809 Proprietários/ Inquilinos	Censo de 1814	Censo de 1817	Censo de 1822	Décima de 1829 Proprietários	Censo de 1836	N° do lote 1852	Memorial Paulistano p/1862 (e p/1863) e Arquivo Aguirra	N° de 1865	Almanaque de 1873	Almanaque de 1884	N° de 1886	Almanaque de 1890 {1895}	Proprietários (IP de 1886, valor em mil réis) (Lista Telefônica 1902)	OBRAS PARTICULARES (AHSP) ¹													
												Nome do comerciante (Natureza da atividade) [Situação em 1866]	Nome do comerciante (Natureza da atividade) {Lanç. de Imp. 1882}		DOCUMENTOS ENCARDENADOS (1889 a 1906)		N° de 1911	CAIXAS (1906 a 1921)												
															Data – Proprietário - Frente (m) – N° OP: pag. (Interessado) CONSTRUTOR/OBRA//LOJA			Data – Proprietário - Frente (m) (Interessado), CONSTR./OBRA//LOJA												
Cruzamento com a Rua de São Bento: início do quarteirão D																														
24	{fechada}	Joaquim José dos Santos	Joaquim José dos Santos	Trecho sem informações			Joaquim José dos Santos (herança de)	Altos: s/mor. Baixos: Inácio de Moraes	23 24		48	Rohde, Santos & Cia (secos) Jacob Friedrichs (molhados)	Antônio M. da Silva {Alf. Leão de Ouro} {L. Heise & Cia – Import.}	53 55	{Antônio Marques da Silva} [Luva] [Michele Rizzo]	José C. A. Marques 302 José Molinari; J. R. Whyte Cia}	1900 – Ana Francisca da Silva Marques*/Sophia Eugênia da Silva Marques – 26,4m (12,25 na Rua São Bento): B *{Proprietária da CASA FACHADA}	53 55	1908/FRANCISCO NOTAROBERTO: A ³ 1914 – 13,2m – (Bernardino José Borges) ANTÔNIO SITOT/B CAFÉ ACADÊMICO (53)											
s/n°	Igreja de Santo Antônio D										Igreja de Santo Antônio D										Igreja de Santo Antônio D									
25	Casa Térrea		Antônio Rodriguez Villares	Trecho sem informações			Gabriel André	Antônio Rodriguez Villares	Asme Joaquina de Castro	25		50 52 54		Domingos da Silva Fraga (Chá do Morumby) {Adolpho José Branco – fazendas}	57 59 59b	[Simas Pimenta] Francisco Maggy & Cia (conf.) [Ao Paulista] (roupas feitas)	Igreja Sto. Antônio 60 Joaquina A. Silva Araújo {Fernando Worms} 90	1901 – (Simas Pimenta): B1 1889 – João Adolpho Schritzmayer: A	57	1911 – Cia de Ind. e Com. Casa Tolle 1913 – 5,55m): B1/Au Banher des Dames; 1914 – 5,6m/SAMUEL DAS NEVES/A: 3										
Cruzamento com a Rua Nova de São José (atual Rua Líbero Badaró): início do quarteirão E																														
	E Trecho a ser considerado após a construção do Viaduto do Chá, em 1892										.	E	[Propriedade do Conde Eduardo Prates]	61 63 71	[Bar Viaducto] Ao Leão de Ouro (alfaiate) [Jornal do Comércio]			E												
Viaducto do Chá (fim do lado esquerdo e início do lado direito): início do quarteirão F																														
	F Trecho a ser considerado após a construção do Viaduto do Chá, em 1892										.		F			s/n°	Palacete da Baronesa de Tatuí (Rua Líbero Badaró, 25)	s/n°	F											
Cruzamento com a Rua Nova de São José (atual Rua Líbero Badaró): início do quarteirão G																														
26	s/ info.		Francisco Xavier dos Santos/Maria Francisca de Jesus	[Francisco Xavier dos Santos, falecido em1825]			José Antônio de Camargo	Joaquim José dos Santos Silva	Joaquina Bernarda Guimarães	26	[Propriedade do Barão de Itapetininga]	53 51 49	Adolpho Sydow (ferreiro)	Antônio Fernando Henrique (gêneros do pais e molhados)	48	Propriedade do Conde Prates	Antônia Joaquina Santos Silva 30 {1914 Venda: E. Prates. Compra: Câmara Municipal de S. Paulo} 50 {Antônio Miguel}	Propriedade do Conde Eduardo Prates	48	1917 – 7,25m/{Chahim Maluf}/NARCISO FREDIACCI/I										
27	Casa Térrea		Francisco Xavier dos Santos/Padre Antônio M. Penna	[Francisco Xavier dos Santos, falecido em1825]			Paulo José Rodrigues	Joaquim José dos Santos Silva	Rev. Pedro Gomes Carneiro	27	[Propriedade do Barão de Itapetininga]	47 45 43	-	G. Th. Hoffmann Farmácia Ypiranga {Adolpho José Branco – ferragens}	46	Propriedade do Conde Prates Teixeira, Leite & Cia Camisarias			46	1916 – 7,5m – (Caetano Saposite): E 1919 – (viúva Madeira): B1										
28	Casa Térrea	G	Mosteiro de São Bento	[Mosteiro de São Bento]			Ana Maria	Mosteiro de São Bento	Antônia Josina	28	.	41	José Maria Correa de Sá e Benevides (advogados)	G	44	[Casa Conrado]	Sebastiana C. do Amaral Fontana 80 {Conrado Sorgenicht}	G	44	1901 – 7,2m – 297:12/{Conrado Sorgenicht & Cia}: A	44	1921 – 4,2m – (Amadeu Rodrigues): D 1906 – (Magalhaes dos Reis): I 1914 – {Antônio F. Vieira de Andrade}								
29	Casa Térrea		Feliciano Maria	[Feliciano Maria]			Feliciano Maria	Feliciano Maria	Almeida de Tal	29		39	Herança de Ana Eufrozina de Araújo Ribeiro	{Joaquim Augusto de Camargo} (advogado)	42		João Antônio da Rocha Camargo 80		42	1912 - João Antônio Rocha Camargo/ Maria Guilhermina Rocha Camargo: A e J 1917 – 4m – (Joalheria Perozzi & Filhos): I										
30	Casa Térrea 2 lanços		Convento do Carmo/Ângela Maria de Jesus	[Convento do Carmo]			Rosa Joaquina	{30 e 31} Convento do Carmo	Guilhermina Lescura Escol. M. de Camargo	30	Joaquim Augusto de Camargo (advogado)	37 37A	Joaquim Augusto de Camargo (advogado) [João José de Camargo]	Jacob Friedrichs (Confeitaria e depósito de cervejas) Januário Damasco (Alfaiate)	40A 40	[Casa Costabile] Casa de Modas Hubmayer	Antônia Joaquina de Camargo 80	G	40A 40	1900 – Miguel Merzo – 7,5m – 267:39/{Vicente Costabili}/ Casa Costabili (calçados). 1900 – 4,1m – Adolpho Gad – 233:100 FRIED &EKMAN: A ²	40A 40	1919 – 7,5m – (Vicente Costabili): H Prop. João Antônio Rocha Camargo (filho de Guilhermina): A e J								
s/n°	[Casa térrea de 2 lanços]					Francisco Manoel	{32} Manoel R. Jordão (herança de)	{32} Sem morador	31		35	Herança de Ana Eufrozina de Araújo Ribeiro	{Savério Pepe} (advogado)	38A 38	[Casa Aux 600000 paletots]	José Augusto Silva Sobral 201 {Pharmada Ipyranga}	38A		1911: (AUGUSTO FRIED) : A e J. 1911 Propriedade do Conde Eduardo Prates, vendida para Câmara Municipal – 13,3m	38A	1917/ 5,2m/{Salomão Bumaruf & Irmão): B 1916 – (Manoel Teixeira): H (Câmara Municipal)									
s/n°									32			Herdeira: Maria Aldina de Araújo Ribeiro.		36	João Adolpho Schritzmeyer			36												
Cruzamento com a Rua São Bento																														

1 - Neste trecho foi construída a Praça do Patriarca. Pela lei n° 1473 de 10/11/1911, todos os imóveis do quarteirão G foram declarados de utilidade pública (a quadra D passou a fazer parte da praça). Pedidos de licença para reformas estruturais eram negados, sendo aprovados somente aqueles que contribuíam para melhorar a higiene (como construção/reforma de W. C.) e aqueles relacionados com a fachada, como portas de aço, vitrines, etc.

DIAGRAMA V: Quarteirões/Quadras H e I

DIAGRAMA V
289

Nº do lote 1809 (Ref.)	Tipologia em 1809	Censo de 1804 Presumido	Décima de 1809 Proprietários/ Inquilinos (loja)	Censo de 1814	Censo de 1817	Censo de 1822	Décima de 1829 Proprietários	Censo de 1836	Nº do lote 1852	Memorial Paulistano p/1862 (e p/1863) e {Arquivo Aguirra}	Nº de 1865	Almanaque de 1873		Nº de 1886	Almanaque de 1884		Nº de 1886	Almanaque de 1890 [1895]		Proprietários (IP de 1886, valor em mil réis) {Lista Telef.1902}	OBRAS PARTICULARES (AHSP)				PIQUERI Data – Proprietário – (Interessado) – CONSTRUTOR/OBRA	Nº DE 1938	LISTAS TELEFÔNICAS DE ENDEREÇOS							REAL 2004	REAL 2014	Nº oficial
												Nome do comerciante (Natureza da atividade)	Nome do comerciante (Natureza da atividade) {Lanç. de Imp. 1882}		Nome do comerciante (Natureza da atividade)	Nome do comerciante (Natureza da atividade)		DOCUMENTOS ENCARNENADOS (1889 a 1906)	Nº de 1911		CAIXAS (1906 a 1921)	Nº de 1928	LISTA DE 1950	LISTA DE 1961			LISTA DE 70/71	LISTA DE 82/84	LISTA DE 90/91	LISTA DE 96/98						
Cruzamento com a Rua São Bento. Início do quarteirão H (S/Q: 01/84)																																				
31	Sobrado com loja e 1º andar	José Vaz de Carvalho	José Vaz de Carvalho	José Vaz de Carvalho (negociante de bestas) Casado com Escolástica Joaquina de Macedo	32A: Antônio da Silva Prado 33: Antônio da Silva Prado (Barão de Iguape)		Antônio da Silva Prado (33)	33	Antônio da Silva Prado (barão de Iguape); [doação em 1870 para a neta Ana Brandina Silva Prado]	33	Adolpho José Branco (Fazendas); Peixoto & Braga (ferragens)	Frederico Rosencranz (Abridores); Pedro Bombardo (horticultura)	34	Manoel Borges de Carvalho (joalheria); Duffles & Cia, Ao Termômetro (óptica e eng.)	Ana Brandina Prado Pereira Pinto 600 Da mesma 221	1910 – Condessa Pereira Pinto – 28,6m, F. S. RAMOS DE AZEVEDO: A³ (Casa Barão de Iguape). 1919 - RAMOS DE AZEVEDO: Casa Mappin	34 32 30	[1958 – Banco Moreira Salles – SOCIEDADE G. CONSTRUTORA S/A: A³²]	262	A Brasitânia	Crescincó	Condomínio Edifício Barão de Iguape 256 UNIBANCO Atual Itaú-Unibanco		256 250												
32	Casa Térrea		José Vaz de Carvalho/Dona Escolástica	José Vaz de Carvalho/Dona Escolástica	Joaquim José Rodrigues		34: José Ramos da Rocha	35: Revdo. Francisco	34		[Inventário de Bento Franco de Moraes p/ Gertrudes M. Carmo]	Rosália Naret (modista)	Joao Suplicy (Joalheiros e Ourivesarias)	32 30	Manoel dos Santos Major (chapéus de Sol)	Gertrudes Maria do Carmo 50	1903 – (Alberto Ribeiro)/351:22/E		30	250	Ao Preço Fixo	Banco Ind. Investim.														
33	Casa Térrea	Gertrudes Maria do Rosário	Gertrudes Maria do Rosário	Gertrudes Maria do Rosário Mariana de Siqueira (irmã) Francisca Maria e Ana Maria	34: José Ramos da Rocha		35: Revdo. Francisco	34	[Inventário de Bento Franco de Moraes p/ Gertrudes M. Carmo]	29	[Propriedade de Gertrudes Maria do Carmo e moradia de Jesuíno Franco de Oliveira]		28	José dos Santos Major (chapéus de Sol)	Gertrudes Maria do Carmo 50	1906/Gertrudes Maria do Carmo/11,25m: N 1912/JULIO MICHELI: A³ Cia Providência 1911: Camisaria Especial	28	Edifício de 5 pavimentos ainda existente	246 240	Casas Mousseline	DUICAL	LOJAS RIACHUELO	ALOHA Manilha	246 240												
34	Sobrado 1º andar 2 lanços	Manoel Lescura Banher	Rev. Manoel Lescura Banher	Manoel Lescura Banher Antônio Cardoso Nogueira, casado com Ana Felícia	35: Antônio Cardoso Nogueira		36: Não tem morador	35		27	Manoel A. Ferreira (chapéus de sol) Dr. Mesquita (dentista)	Manoel A. Ferreira (chapéus de sol) Dr. Mesquita (dentista)	26	[José dos Santos Maior] (chapéus de sol) Dr. Mesquita (dentista)	Antônia Joaquina Santos Silva 121 {Casa Verry}	1909/Claro Liberato de Macedo/12m: A	26		226	Casa Sloper	Casas Pernambucanas		226													
35	Casa Térrea de 2 lanços		José Vaz de Carvalho/ Vicente F. de Andrade	Antônio Pires de Camargo Luiz Pereira	36: Antônio Pires de Camargo		37: Maria Clara de Souza	36	Francisco Leandro (advogado) Charut./Ambr. Muller	25	José Worms (ourives) Francisco Leandro de Toledo (bacharel em direito)	Antônio de Toledo Camargo Francisco de Toledo Camargo {José Worms – joias}	24	[Ohrstrom & Neuhaus] (fotos) [J. Aguiar] (dentista); Prado, Chaves & Cia (comissões)	Joaquim José Pereira de Oliveira 151	1826 – Conde de S. Joaquim – 10,37m (Manoel dos Reis Pinto da Rocha)/ refazer frontispício	24				1907 – Antônio Augusto A. A. Dias: ligação de agua. 1914 – (Ferreira Vasconcellos): H															
36	Sobrado com 1º andar		José Novaes Dias	Gertrudes Maria Manoel José Rodrigues c/ Maximiniana	37: José Novaes Dias		38: Poliana J. de Oliveira	37		23	Henrique Snell (relógios)	Antônio Sálvia (salão de barbeiro) {Capellani & Sálvia – barbeiro}	22	[Anemberg & Cia] (armarinhos)	Polyana Joaquina Oliveira Pinto 100 {Emílio Rossi}	1900 – Manoel Joaquim Pinto de Souza – 7,73m	22	1947 – Amélia de Souza: B	210	Tecelagem Franceza de Sedas			LOJAS DIC	210												
37	Sobrado com loja e 1º andar	Manoel E. de A. Marques	Manoel Eufrásio de Azevedo M./Rafael da Horta	Ana Gertrudes de Jesus (viúva de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques)	38: Manoel E. de A. M. (herança de)		39: Ana Gertrudes de Jesus	38	H	21A	João da Silva Carrão (advogado)	Júlio de Abreu Chalé do Pavão Calderaro & Irmão Sympathia das Moças (modas)	20A 20	Júlio de Abreu Chalé do Pavão Dr. Calderaro (modas e armarinhos)	Antônio Pinto do Rego Freitas 252	1902 – Arthur Archanjo – 4,25m – 325:14 1900 – Joaquina Rego Freitas – 9,08m – A²	20A 20	1938 – Artur René do Rego: C	200 196	Casa Três Irmãos Bazar Lord			LOJAS DIC	200 196												
38	Sobrado com loja e 1º andar		Francisco José de Sampaio Peixoto/ Joaquina Mariano	Jacinta Cândida de Macedo e Carvalho viúva de Francisco José de Sampaio Peixoto	40: Jacinta C. de Macedo e Carvalho		41: Jacinta C. de M. e Carvalho	39		19	Dr. Luiz Lopes Baptista (médico)	Antônio D'Andrea (calçados); Luiz Lopes B. Anjos (médico)	18B 18A 18	J. Azevedo & Cia (Livraria Azevedo)	Francisco José de Sampaio 201 {Francisca C. de Carvalho Luz}* {Olivério & Cia – Drograria} 131	H	1902 – (Cahem & Irmãos) – 325:17/cozinha 1904 – J. Heidenreich – 22m – 382:20/ A	18	Edifício ainda existente	190	H	Galeria Paulista de Modas (Casa Alemã)		Resgate	190 176											
39	Sobrado: Loja, 1º e 2º andares		Manoel Ferraz de Araújo	Maria Rosa casada com Antônio José Fernandes	Antônio José Fernandes		40: Manoel Ferraz de A.	41: Alberto F. de Oliveira	40	Manoel Correa Guedes (roupas feitas); Guedes Barroso (alfaate)	Antônio Baptista Teixeira (Papeis pintados e Vidraçaria)	16	Teixeira Silva & Cia (viúva Carolina Bührrer) Casa da Rapoza (molduras e papeis)	1909/MAXIMILIANO HEHL: G	18		176																			
40	Sobrado com loja e 1º andar		João Gomes Guimarães	Francisca de Paula Oliveira Joaquim Ribeiro dos Santos Baixos: José Lopes	41: Francisca de P. Oliveira		42: Francisca de P. Oliv.	41	Antonio José de Oliveira (botica)	15	Jorge Seckler (papelaria); [Antônio R. de Miranda Loja de Sirigueiro] (uniformes e selaria)	Jorge Seckler & Cia (óptica, brinquedos, desenho) Zerenner, Bülow (importação)	14	Jorge Seckler & Cia (desenho) [Cia Industrial de S. Paulo] (brinquedos)	Ordem Terceira do Carmo 302 {Duprat & Cia}	14	1909/M. HEHL: A³; (1921: E);1920/Irmand. Ordem 3º do Carmo/11,3m (Gastão Jordão)/ AUGUSTO DE TOLEDO: B Casa Stolze	16	Edifício ainda existente	162	Galeria Paulista de Modas	Irmãos Bochner Seleção		Calçados Clovis	162											
s/nº			Santa Casa de Misericórdia	Salvador A. de Moraes João Lopes	41: José J. Cerqueira Cezar		42: Santa Casa de Misericórdia	42	1875: S. Casa alugada p/ Guilherme Ellis) Calçadas João Plandé	13	Manoel José Vieira Braga (barbeiro)	Oliveira & Alves (fazendas, modas e armarinhos)	12	Bacelar & Arenberg Casa Arenberg (fazendas e modas) Bahia & Cia (fazendas, atacado)	Santa Casa de Misericórdia 86	1901 – (José Farina) – 297:19 B1 e E	12	Edifício ainda existente	158 150	Casa Kosmos		Casa Vermelha Sabina		158 150												
s/nº			Igreja da Misericórdia		Igreja da Misericórdia				s/nº	s/nº	Igreja da Misericórdia [Leilão em 1885: 40:000\$000 réis]		10C 10B 10A	[J. G. Meyer da Fonseca] (dentista) [Adolpho Heydenreich] (idem) Otto Schleenbach (armarinhos)	{Dr. Octavio Mendes} {Casa Allemã}	10D 10B 10A	1920 – (Genin & Filho), A. BATTISTI: elevador 1918/ 10,4m/(Cia L'Union de Seguros): A 1912 – B. A. Transatlântico, A. RAPP/A	12A 10A	144 132 120	Marcel Modas Casa Henrique	Sângia Erontex	DIREITA TARKA Marisa Lojas	Start Toni Camaleão Mister 8	144 140 132 114												
Cruzamento com o Largo da Misericórdia. Início do quarteirão I (S/Q: 01/86)																																				
41	Casa Térrea	João G. da Fonseca	Mosteiro de São Bento	João Gracia da Fonseca casado com Ana Clara	José Luiz Muniz de Araújo		43 J. A. Fernandes 44: Mosteiro de São Bento	43 44	Francisco José Dias Leite (fazendas) José Manoel da Cruz	11	Francisco José Dias Leite [consta em 1857] (Fazendas seda, lã, algodão, etc.)	Francisco José Dias Leite (fazendas, modas e armarinhos)	10		José Elias de Paiva 35 {Dr. Carlos Penna}		10	1920/(Antônio Fernandes Pinto)/6,5m/A2	08	1972 - Odila Oliveira de Toledo Lara: Demolição do Palacete Carvalho 1974 SEVERO VILLARES: A¹⁰ (Tácio de Toledo Lara) 1977: Habite-se	90 78 76	Cidade Sedas	Joalheria Worms		A. Z. Calçados	78 70 66										
42	Casa Térrea de 2 lanços	Manoel G. dos Santos	Manoel Gonçalves dos Santos	Manoel Gonçalves dos Santos	43 fechada 44: Em obras		45: Manoel Gonçalves dos Santos	45	Antônio Teixeira de Carvalho (fazendas)	07	Antônio Teixeira de Carvalho [consta em 1857] (ferragens) [proprietário do imóvel]	Carvalho & Filho (ferragens e armarinhos)	08	Carvalho & Filhos Loja da Águia (ferragens e armarinhos) Atacado e varejo	Antônio Teixeira de Carvalho 252	1870 (Antônio Teixeira de Carvalho): OPA 17 A² 1891/(Carvalho & Filhos)/ OPA 35:54 I	08 8B	1911/Francisca L. Rosa de Carvalho/15,4m RAPHAEL GIORGI/A⁵ e F: Palacete Carvalho 1913(Armando Alvares)/F e O/ Au Sport	06			70 66 64	A Infantil Ltda Bihares Bandeirantes		Bamerindus Boticário DROGASIL											
43	Sobrado com loja e 1º andar		Francisco Antônio de Souza	Francisco Antônio de Souza casado com Isabel Inácia da Conceição	Francisco Inácio de S. Queiroz		46: Francisco Inácio de S. Queiroz	46	Dr. Rodrigo Augusto da Silva	05	Clemente da Costa e Silva (Fazendas seda, lã, algodão) Dr. Alfredo Ellis (médico)	Clemente Pinto & Cia (fazendas, modas e armarinhos)	06 6A	Simas & Cia (frutas e molhados) [Cia Melhoramentos de S P] (C/I) Clemente Pinto & Braga (modas)	Claudio José Pereira 120	1900/(Passos da Silva & Cia)/267/:37/D Casa Eclectica 1901/(Bento Soares de Queiroz)/297:6 e 16/A²	06	1918/Guanymedes Villaça/12m/C	04	Prédio ainda existente	60 52	Palácio da Música Fasanello, R.	Gurilândia Modas Olhe-Calce		Shopping do SALIM SALIM Enx. Bebê	60 52										
44	Casa Térrea de 2 lanços		Joaquim José de Oliveira	Antônio José do Valle casado com Gertrudes Tereza	47: Antônio José do Valle		48: Gertrudes Maria Jacinta	47	Soares & Irmãos (loja de fazendas)	03	Antônio da Silva Reis (comissões) José R. de Carvalho (alfaate)	J. Aguiar & Cia (fazendas, modas e armarinhos por atacado)	04	Anacleto Julião & Cia (fazendas); [Nobre & Cia Ao Zuavo] (roupas feitas)	Rodrigo Augusto da Silva 252	1900/(Manoel dos Reis Pinto da Rocha)/267: 36/D 1918/(Bianchini & Pasquinelli)/I	4B 4A 04	1919/(Martins Pontes & Cia)/N/Casa Pery 1911/(Duprat & Cia)/I 1918/(Bianchini & Pasquinelli)/I	2C 2B 2A	1960 - Henrique de Toledo Lara – DIOGO DE TOLEDO LARA/A¹⁸ (Condomínio Piratininga) 1968: Habite-se parcial	46 40/44 36	Pav. Crianças; Casa Pery Yara Calçados Brasil Radio; H. Queiroz	Beija Flor NELSON DAS BOLSAS	N. Bolsas KLEBER NANY	46 36 32 30 22											
45	Sobrado com 1º andar	José Manoel de Sá	Gertrudes Maria Manoel José	Gertrudes Maria Jacinta	48: Gertrudes Maria Jacinta		47: José Joaquim de Moura	48	José Manoel da Silva (barão do Tietê); Casa Lebre	01	Manoel Antônio Coelho & Irmão (Fazendas seda, lã, etc.) Lebre, Irmão & Cia (ferragens)	Viegas & Araújo (Ao Tarradar) Lebre, Irmão & Cia (ferragens) Henschel Photographia Imperial	2A 02	Lebre, Irmão & Cia (ferragens) [J Vollsack] Photographia Henschel	Rodrigo Augusto da Silva 483 (Lebre, Mello & Cia)	1900/(Manoel dos Reis Pinto da Rocha)/5m/ 267:31/H 1896: Lebre, Mello & Cia – 112:53 H	02	1907/Joaquim de Queiroz Carneiro Mattos /36m; EDUARDO N. GONÇALVES/A³: Palacete Tietê	02		30/32 22 18	Bar e Café Barbosa A Preferida	ED. PIRATININGA; Esteves; Colorcenter G. Aronson; Droganossa	KLEBER	22											